

RODRIGO STRAESSLI PINTO FRANKLIN

TEORIA DA DEPENDÊNCIA

guia para
uma análise
do mercado
mundial

 EDUFES

RODRIGO STRAESSLI PINTO FRANKLIN

TEORIA DA **DEPENDÊNCIA**

guia para
uma análise
do mercado
mundial

 **EDUFES**

Vitória, 2025



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



EDUFES
EDITORA

Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

Vice-reitora

Sonia Lopes Victor

Chefe de Gabinete

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana
Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça,
Othon Souto Campos, Fátima Maria Silva,
Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre,
José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira
Segatto, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges
de Oliveira, Rosana Suemi Tokumaru, Sandra
Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes,
Willi Piske Junior

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel

Produção Cultural

Déborah Pinto Corrêa



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Preparação de texto

Fernanda Scopel Falcão

Projeto gráfico, diagramação e capa

Juliana Braga

Imagem de capa

Foto de Marjan Blan na Unsplash

Revisão de texto

George Vianna

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Editora Universitária – EDUFES, ES, Brasil)

F831t Franklin, Rodrigo Straessli Pinto.
Teoria da dependência [recurso eletrônico] : guia para uma
análise do mercado mundial / Rodrigo Straessli Pinto Franklin. -
Dados eletrônicos. - Vitória, ES : Edufes, 2025.
276 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-611-0

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Economia. 2. Força de trabalho. 3. Relações econômicas
internacionais. I. Título.

CDU: 339

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas
Crimson Text e Montserrat.

Sumário

Apresentação.....7

PARTE I15

Antecedentes teóricos: de Marx a Lênin17

O debate da dependência57

O significado e a relevância da superexploração95

PARTE II129

Apropriação.....135

Subordinação.....209

Vinculação.....225

PARTE III.....241

Dependência e mais-valor.....243

Dependência, superação e outros caminhos.....	253
Referências.....	261
Índice remissivo	271

Apresentação

O século XIX representou um importante momento de transição para a América Latina. Nesse período, enquanto a Europa experimentava a ascensão do capitalismo industrial, os países latino-americanos lutavam para alcançar a soberania política e econômica. A soberania política veio para quase todos, mas não foi seguida pela independência econômica. Diferentemente, a ruptura do pacto colonial parecia mais como um subproduto da substituição do domínio econômico ibérico pelo inglês, que, por sua vez, não era garantido pela força das armas de um exército imperialista, mas pelas impiedosas leis do mercado.

Todavia a pressão pelo desenvolvimento que era causada pela expansão do capital inglês obrigava os países latino-americanos a adotarem as regras do jogo europeu. Foram “obrigados” a modernizar suas relações sociais: a escravidão tornara-se prática ilegal e abria espaço para o assalariamento até mesmo na produção agrícola, e a democracia parecia constituir-se, crescentemente, na forma política dominante. Fenômenos similares a esses, que tomavam espaço em outras partes do mundo, levaram Karl Marx a afirmar que a expansão do capitalismo para as colônias e outras sociedades tradicionais, por mais brutais que fossem suas formas, constituiria em uma ponte para a modernização, para o desenvolvimento das forças produtivas e, enfim, para a elevação a uma forma superior de relação social¹.

1 Por exemplo, em um artigo escrito sobre os resultados futuros da dominação britânica na Índia, publicado no *New York Daily Tribune* em 1853, Marx afirma que “a influência destrutiva da centralização [do capital] sobre os mercados do mundo não faz mais que revelar, em gigantescas

Já em meados do século XX, a realidade do subcontinente latino-americano estava muito distinta do que era na época de Marx. Enquanto o mundo estava dividido pela Guerra Fria e a vitória do comunismo parecia, para muitos, depender apenas de uma questão de tempo, as recorrentes crises econômicas evidenciavam os limites da expansão capitalista na América Latina. Além disso, um país após o outro observava o fim de seus governos democráticos e a ascensão de brutais ditaduras – muitas delas com o apoio do imperialismo norte-americano –, até o momento em que aproximadamente 80 % do território latino-americano se encontraram sob o jugo do autoritarismo.

Diante de uma realidade tão distinta da observada por Marx, os teóricos latino-americanos viram-se obrigados a repensar o capitalismo a partir de sua própria realidade. Surgiu assim a *teoria da dependência*, uma teoria crítica e com autênticas raízes locais. Como uma tentativa de compreender a relação desigual entre economias periféricas e centrais, ela evidenciava que a autonomia política e a expansão industrial eram insuficientes para garantir o desenvolvimento capitalista e a melhoria do padrão de vida das massas trabalhadoras nessa parte do globo. Construída como uma crítica tanto às teses etapistas do marxismo ortodoxo quanto à proposta desenvolvimentista elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a teoria da dependência, em suas diversas concepções, prosperou até o desmoronamento do mundo comunista.

Hoje, no início do século XXI, é a própria teoria da dependência que se depara com uma realidade distinta daquela na qual se forjou. Devido não somente à dinâmica interna dos países latino-americanos, mas também por mudanças mais amplas

proporções, as leis orgânicas e inerentes da economia política atualmente em funcionamento em cada cidade civilizada. O período burguês da história deve criar a base material do novo mundo – por um lado, a relação universal fundada na dependência mútua da humanidade e os meios dessa relação; por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas humanas e a transformação da produção material no domínio científico dos agentes naturais” (MARX, 1979, p. 222, tradução minha). Posteriormente, Marx externará a opinião de que, nas sociedades em que subsistem formas mais evoluídas de propriedade – como era o caso da propriedade comunal rural russa –, formas superiores de relação social poderiam ser alcançadas sem a necessária implantação anterior do modo de produção capitalista. Esse não seria o caso, obviamente, de todas as nações da América Latina, nas quais a principal relação social de produção era baseada na escravidão.

que ocorreram no mundo como um todo, a forma como essa região se insere no mercado mundial tem se transformado. Se, por um lado, essas economias se abriram para o mercado externo, ao mesmo tempo se modernizando e reprimarizando, por outro lado, esse próprio mercado já não se encontra mais dividido em dois grandes blocos, mas unificado sob o nome da globalização. Atualmente, o domínio hegemônico desse mercado é objeto de disputa entre a maior potência capitalista e um país que todos os organismos internacionais insistem em chamar de “em desenvolvimento”. A guerra comercial entre Estados Unidos e China evidencia a importância das relações sul-sul e das alianças entre países periféricos para contestar a atual divisão internacional do trabalho, enquanto os países centrais questionam os princípios mais básicos do liberalismo econômico a fim de manterem o *status quo*.

E exatamente por se tratar de realidade tão distinta daquela em que se encontravam os primeiros teóricos dependentistas, a teoria por eles elaborada precisa, para ser aplicada aos dias de hoje, passar por uma criteriosa análise de seu conteúdo. No decorrer das décadas de 1990 e 2000, a teoria da dependência sobreviveu por meio de esparsos trabalhos acadêmicos sem muita conexão entre si. Mas o novo fôlego dado às críticas ao capitalismo pela crise de 2008 se manifestou dentro das correntes marxistas como um resgate dessa teoria. De tal modo, pôde-se observar uma profusão de livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos que contribuem para os profícuos debates das décadas de 1970 e 1980. As elaborações teóricas de Ruy Mauro Marini constituem-se no cerne do resgate dos teóricos atuais, autor que aparece ao lado também de nomes como Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank – alardeados como proprietários legítimos da “vertente marxista” da teoria da dependência. E da mesma forma que essas ideias eram usadas em contraposição às proposições da teoria cepalina, os marxistas contemporâneos usam-nas para oporem-se à retomada da ideologia desenvolvimentista.

O elemento comum do resgate dessa corrente é a crença de que a lógica da acumulação dependente é insuperável nos marcos do capitalismo e indissociável da superexploração da força de trabalho. Todos os teóricos atuais que advogam a favor da teoria da dependência defendem a prevalência da superexploração ainda hoje nas economias dependentes, seja conforme a formulação original de Marini, seja em versões revisadas. Contudo essa postura parece ancorada em um afastamento do princípio materialista que rege a dialética marxista.

Se é verdade que a superexploração tinha validade empírica na época de Marini – e por mais que ela possa ser relevante para explicar os efeitos que as políticas de extrema direita de governos semiautoritários têm gerado atualmente –, é preciso reconhecer que ela não foi regra desde meados da década de 1980 até o fim da primeira década do século XXI para muitos países periféricos. O dilema que uma análise empírica da variação dos salários e da jornada de trabalho instaura é: ou um conjunto de países periféricos superou a dependência durante esse período, ou a lógica dependente prescinde da superexploração. Qualquer que seja o caso, a leitura marinista encontra-se comprometida.

Não é por isso, todavia, que se deve abandonar a riqueza das construções teóricas da tradição de marxistas latino-americanos do século XX. Por esse motivo, o presente livro nasce da necessidade de construir uma interpretação inegavelmente marxista que permita entender a dependência sem fazer uso do recurso teórico da superexploração da força de trabalho. E mais: ele apresenta tal interpretação na forma de um guia metodológico para investigações empíricas sobre a dependência – a fim de garantir a refutabilidade e a aderência com a realidade concreta –, passível de aplicação por pesquisadores não só para a situação dos países latino-americanos, mas também para as relações centro-periferia de modo geral.

I.

A teoria da dependência é o estado da arte da análise marxista sobre o mercado mundial. É, portanto, o ponto de partida para todos os esforços que tenham por intuito aprimorar, dentro desse campo teórico, o instrumental analítico das relações econômicas internacionais. A primeira parte deste livro se dedica a resgatar seus alicerces teóricos, começando pelas contribuições de autores que a precederam, até alcançar o delineamento e o aprofundamento de suas categorias principais.

A expansão do mercado mundial sempre foi um imperativo do próprio modo de produção capitalista, que, impulsionado por suas crises, é levado a buscar uma interação cada vez mais intensa com mercados nas mais longínquas regiões. Como resultado desse constante processo de expansão, o modo de produção capitalista tende a suplantir todos os demais modos de produção com os quais entra em contato, ajustando-os a uma intrincada divisão internacional do trabalho que beneficia duplamente as nações onde a acumulação capitalista se encontra mais avançada: tanto

por favorecê-las com um fluxo de valor que resulta das trocas internacionais como por apresentar novos campos para aplicação de seu capital excedente. Mas é quando o modo de produção capitalista se difunde por todas as partes do mundo, esgotando as possibilidades de novas expansões, que tem início uma nova fase da disputa imperialista entre as grandes potências pelo controle das regiões mais atrasadas. Será que essa nova fase, marcada pelo predomínio dos grandes monopólios industriais sob o controle do capital bancário, representa o último fôlego do capitalismo?

Ao testemunharem a capacidade de o modo de produção capitalista reinventar as próprias bases de suas ações imperialistas, os autores da teoria da dependência responderam a essa questão de forma negativa. Compondo-se por um conjunto de contribuições ao mesmo tempo diversas e complementares, a teoria da dependência apresenta novas categorias teóricas para pensar sobre esses novos mecanismos de dominação e seus efeitos sobre as economias periféricas. Por exemplo, Arghiri Emmanuel se volta para o problema da troca desigual, vendo nas distinções salariais a causa do subdesenvolvimento, enquanto Fernando Henrique Cardoso ressalta o papel da luta de classes e das alianças políticas no processo de subordinação entre nações independentes. Por sua vez, Theotonio dos Santos detalha como a dependência condiciona uma estrutura econômica que gera um fluxo de valor para as economias centrais que vai além dos ganhos da troca desigual. Ruy Mauro Marini complementa essa visão com sua leitura sobre o modo como a reprodução ampliada da dependência impulsiona um processo de expansão subimperialista.

Esse último autor, por outro lado, alicerça sua teoria no princípio de que a superexploração do trabalho é o fundamento da economia dependente. Furta-se, contudo, de apresentar um detalhamento teórico que relacione essa categoria com a teoria do valor de Marx, e uma avaliação empírica abrangente que a sustente. A superexploração consiste em um ganho que a classe capitalista obtém quando os salários de mercado pagos aos trabalhadores são inferiores ao valor de suas forças de trabalho. Além da magnitude desse ganho ser normalmente insignificante diante da diferença entre a jornada de trabalho e o valor representado pelo salário, trata-se de um ganho temporário que se desvanece à medida que o próprio valor da força de trabalho diminui. Contudo, mesmo que a afirmação da superexploração como o fundamento da dependência seja interpretada como uma primazia pelo aumento do mais-valor nas formas que geram a superexploração, essa não é a realidade de muitas economias

que se inserem de forma subordinada no mercado mundial – os dados apresentados no terceiro capítulo mostram que países como Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e Uruguai observaram trajetórias de pelo menos vinte anos de elevação dos salários médios (com crescimento médio entre 1,5 % e 4,4 % ao ano) acompanhada de uma redução da jornada de trabalho (entre -0,1 % e -0,5 % ao ano).

II.

Os três capítulos que compõem a segunda parte são o núcleo central deste livro. Cada um deles apresenta uma exposição teórica sobre uma das três dimensões da relação de dependência econômica entre países. Além disso, são acompanhados de uma série de seções intituladas “Método para análise de situações concretas”, nas quais se explica como pesquisadores das ciências econômicas e sociais podem aplicar essas categorias de forma prática, com exemplos concretos atuais.

A dependência é uma relação que se estabelece entre sistemas capitalistas, na qual os países com maior composição orgânica transformam a estrutura produtiva dos demais, impulsionando uma acumulação capitalista pautada em uma lógica que se autorreforça enquanto garante a apropriação de parcela da riqueza ali gerada. Em outras palavras, a dependência é a síntese entre a *apropriação* de mais-valor através do mercado mundial, a *subordinação* entre localidades formalmente independentes e a *vinculação* do crescimento e desenvolvimento econômicos de diferentes regiões. Como resultado, ela promove um alívio para a tendência de queda da taxa de lucro das economias centrais, enquanto acelera a concentração e centralização de capital em uma dimensão espacial, perpetuando as desigualdades regionais no mercado mundial.

O elemento que garante a funcionalidade da dependência para as potências dominantes é a *apropriação* de mais-valor através do mercado mundial. Por meio de uma série de mecanismos, cada um com causas e efeitos distintos para o polo dependente, parte do mais-valor gerado pelos trabalhadores da periferia é subtraída da sociedade de onde se origina e direcionada para auxiliar a acumulação do capital nos países do centro. Concorrem principalmente para esse objetivo a exportação de capitais na forma de investimento estrangeiro direto, os empréstimos internacionais e investimentos em carteira, além do fluxo de valor que resulta do comércio internacional – algo que a literatura clássica da dependência tem chamado de “troca

desigual”. Cabe destaque ainda para as rendas diferenciais e absolutas que se transferem como pagamentos pelo uso de propriedade intelectual.

A instituição de um reconhecimento internacional da propriedade intelectual – que consiste no simples direito de proibir terceiros de agirem conforme alguma ideia previamente registrada – se mostra também como uma medida de caráter político que visa garantir a *subordinação* das sociedades econômicas periféricas. Contudo a principal forma de subordinação entre centro e periferia é aquela que decorre naturalmente dos mecanismos de mercados, como a transformação direta da estrutura produtiva por meio da exportação de capitais ou da mobilização do capital entre setores que resulta da concorrência internacional. A partir dessa subordinação econômica, reproduz-se nas nações dependentes uma estrutura produtiva que complementa e dá suporte para a acumulação nas nações dominantes, consolidando as formas de transferências de valor.

Contudo, como consequência do impulso de acumulação que a economia dependente recebe ao se submeter ao capital internacional, essas relações de subordinação e apropriação acabam por aparecer de forma invertida. Causam a impressão de que não são as classes capitalistas dos países centrais que dominam a periferia, mas que é esta que se aproveita do avanço tecnológico e do transbordamento de uma riqueza abundante para modernizar e desenvolver sua estrutura produtiva. O resultado da abertura e da integração econômica é que, quanto mais crescem os países dominantes, mais crescem também os dominados. Mas o que revela que essa *vinculação* econômica é uma inversão da relação de dependência é o fato de que, quanto mais se aprofundam nessa integração automática, mais intensa se torna a transferência de valor e mais reduzidas as possibilidades de retomar o controle sobre a estrutura produtiva.

III.

Uma teoria que permite avaliar o modo de inserção de cada país a partir de critérios objetivos abre caminho para a realização de reflexões sobre as causas, consequências e possibilidades de superação da dependência. Por exemplo, ao retomarmos a temática sobre as formas de elevar a taxa de mais-valor, realizando uma análise em um conjunto de quarenta economias ao longo de quinze anos, é possível alcançar a conclusão de que, a despeito de haver uma tendência de as economias dependentes apresentarem taxas de exploração mais elevadas do que as nações dominantes, não

há indícios que relacionem a forma de inserção no mercado mundial com as variações da jornada ou do valor da força de trabalho.

A perspectiva marxista não pode prescindir de apontar para as possibilidades de superação do capitalismo. Nesse caso, cabe refletir se a luta pela superação da dependência se alinha com a luta revolucionária, ou se são caminhos antagônicos. É importante ter em mente que a dependência é consequência – e não a causa – da exploração, de modo que eliminar a dependência não implica a eliminação da relação capitalista de produção. Contudo, uma vez que ela é utilizada como um meio para contrapor a queda tendencial da taxa de lucro, sua superação, acompanhada da luta pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, é um passo a mais em direção ao socialismo. Todavia, mesmo a superação da dependência sendo necessária e possível – como evidenciam os exemplos de alguns países que lograram superá-la no decorrer da história moderna –, os caminhos para isso ainda não estão estabelecidos na literatura.

É claro que a construção de alternativas ao capitalismo dependente não deve vir apenas dos livros, mas também a partir de análises fiáveis da realidade concreta em diálogo contínuo com a classe trabalhadora e suas instâncias de organização. Por isso, a profusão de interpretações críticas colabora para pender a balança da luta de classes a favor do proletariado, fomentando o caminho efetivo rumo ao socialismo. Que as propostas de análises aqui apresentadas sirvam para inspirar a nova geração de teóricos da dependência que ainda está por vir.

O autor

Apresentação escrita no decorrer de uma pandemia, em 2020

PARTE I



Antecedentes teóricos: de Marx a Lênin

Em seu famoso *Discurso sobre a questão do livre comércio*, proferido na Associação Democrática de Bruxelas em janeiro de 1848, Karl Marx surpreendeu sua plateia com um desfecho inesperado: após elencar uma série de argumentos que indicam como o livre mercado pode ser prejudicial para a classe trabalhadora, e como na realidade essa política favorece apenas os interesses dos capitalistas, terminou por proferir seu voto a favor dessa prática. Esse posicionamento controverso evidencia que, por mais que Marx não tenha desenvolvido de forma sistemática uma interpretação sobre o funcionamento e o papel do mercado mundial, ele tinha uma ideia precisa dos impactos causados pela integração econômica internacional tanto para a qualidade de vida imediata dos trabalhadores no interior de uma nação quanto para o desenvolvimento histórico da humanidade como um todo.

A pedra angular de seu pensamento consiste na visão de que a dinâmica do mercado mundial só pode ser entendida a partir do processo de exploração entre classes que se desenvolve no interior das nações capitalistas. Afinal, como argumentou na Associação Democrática de Bruxelas: “Se os livre-cambistas não podem compreender como um país pode enriquecer à custa de outro, não devemos nos surpreender, pois esses mesmos senhores não querem compreender como, no interior de um país, uma classe pode enriquecer à custa de outra classe” (MARX, 1848)².

2 São do autor deste livro todas as traduções dos textos consultados em língua estrangeira.

Posteriormente, esse princípio serviu de base para uma ampla gama de pensadores que, ao complementarem a visão marxiana com os desdobramentos do que chamaram de período monopolista do capitalismo, fundaram as teorias sobre o imperialismo e aquilo que ficou conhecido como o pensamento marxista-leninista. Foi a partir desses fundamentos teóricos que, após a Segunda Guerra Mundial, os autores da teoria da dependência construíram suas interpretações focadas nas sociedades periféricas. São esses antecedentes teóricos – partindo das pistas deixadas por Marx e chegando à interpretação de Lênin sobre a última etapa do capitalismo – que se encontram sintetizados no presente capítulo.

As relações internacionais de produção e a divisão internacional do trabalho

Mercado é o âmbito no qual se dão as trocas dos produtos na forma de trocas de mercadorias. A localização e o alcance de um mercado são determinados pela localização de origem de seus participantes, os vendedores e compradores. Nesses termos, um mercado local é aquele no qual os participantes se restringem à proximidade geográfica, enquanto um mercado nacional envolve todos os que se encontram dentro das fronteiras de um mesmo país.

De forma análoga, o mercado mundial, mercado dos mercados, consiste em um âmbito de troca de mercadorias do qual participam vendedores e compradores de todas as partes do globo. Qualquer mercadoria que se venda para longínquas regiões geográficas, e que concorre com outras tão longínquas produções, está, por assim dizer, sendo transacionada nesse etéreo mercado mundial.

O mercado consiste na esfera da circulação das mercadorias, em oposição à esfera da produção, da qual essas se originam. Contudo as relações de troca de mercadorias são relações de troca de produtos do trabalho humano, de modo que os mercados são a esfera da circulação de dadas relações sociais da produção e de dada divisão social do trabalho.

Do mesmo modo, o mercado mundial, enquanto esfera de circulação, oculta por trás de si uma organização internacional da produção que articula todos os produtores (proprietários de mercadorias) em uma única e universal sociedade humana. Organização essa que foi elevada a um completo novo nível com o advento do modo de produção capitalista, como ressaltam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam a ser nos dias de hoje. São suplantadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão de vida ou de morte para todas as nações civilizadas: essas indústrias não empregam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais longínquas regiões, e seus produtos acabados não são mais consumidos somente *in loco*, mas em todas as partes do mundo, ao mesmo tempo. As antigas necessidades, antes satisfeitas pelos produtos locais, dão lugar a novas necessidades que exigem, para sua satisfação, produtos dos países e dos climas mais remotos. A autossuficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações (MARX; ENGELS, 2001, p. 29-30).

A interdependência geral entre indivíduos, que aparece como interdependência geral entre nações, é o resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Entretanto, não se pode confundir essa interdependência com igualdade de condições na participação desse mercado mundial. Primeiro, é preciso observar que, como ressalta Marx (2013, p. 523), a lógica de acumulação do capital leva a um desenvolvimento desigual das diferentes economias nacionais, fundando uma espécie de divisão internacional do trabalho que divide o globo entre nações agrárias e nações de produção hegemonicamente mecanizada. Além disso, o autor também argumenta que há desigualdades nas relações econômicas que se estabelecem entre as nações industrializadas, conforme há divergências em seus graus de desenvolvimento.

A divisão internacional do trabalho

No mercado mundial analisado por Karl Marx, o monopólio da indústria mecanizada é garantido ao modo de produção capitalista, com sua capacidade e necessidade única de revolucionar permanentemente os instrumentos de produção. Já a produção agrícola pode ser realizada tanto pelo capital quanto por modos arcaicos de produção, que se utilizam das relações de trabalho servil, escravista etc.

De qualquer forma, independentemente da lógica que rege a produção agrícola, as funções que esse intercâmbio internacional desempenha para os países industrializados são sempre as mesmas: por um lado, as nações agrícolas consubstanciam-se em mercados para a sempre crescente produção mecanizada, ampliando a taxa de lucro e adiando as crises de superprodução; por outro, são fontes de matéria-prima para o insaciável sistema fabril e de bens de subsistência para a classe trabalhadora.

Entretanto, o efeito que a integração ao mercado mundial gera nas nações agrícolas depende da forma como se organiza a produção em seu interior. Marx analisou esses efeitos divididos em dois grupos distintos: os modos de produção arcaicos ou pré-capitalistas, e as economias coloniais.

Os modos de produção arcaicos são aqueles em que as relações sociais de produção são baseadas na servidão, escravidão etc. Seus exemplos são as sociedades feudais, o modo de produção asiático, entre outros. Antes de se integrarem ao mercado mundial, essas sociedades autônomas – isto é, que não necessitam de suas relações exteriores para garantir sua constante reprodução – são marcadas por uma divisão do trabalho interna que opõe o campo, onde se realiza a produção agrícola, à cidade, lar de uma pequena indústria doméstica e artesanal. Como a finalidade de sua produção é a geração de valores de uso para o consumo da sociedade, as trocas com o exterior restringem-se à produção que excede suas necessidades, pela qual se obtêm mercadorias que poderiam ser consideradas supérfluas para sua lógica de reprodução.

Esse comércio exterior, quando não se eleva a uma forma de capital mercantil, permanece sem promover alterações significativas a esses modos de produção. Entretanto, cedo ou tarde as nações capitalistas (sejam industriais, sejam mercantis) estabelecem laços comerciais com esses mercados ainda inexplorados. Esse cenário é inevitável, uma vez que, como ressaltam Marx e Engels (2001, p. 29), “pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem de imiscuir-se em toda a parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte”.

O comércio é a porta de entrada do capital em novos territórios, pois “tem, em toda parte, uma ação mais ou menos dissolvente sobre as organizações preexistentes da produção, as quais, em todas as formas distintas, estão orientadas principalmente para o valor de uso” (MARX, 2017, p. 376). A constância e escala das trocas internacionais levam essas sociedades a estabelecerem como fim de sua produção não mais a

geração de valores de uso para o consumo próprio, mas a obtenção de valor de troca, de excedente exportável, com o qual o país pode adquirir as mercadorias provenientes da indústria mecanizada.

Com isso, amplia-se a produção das mercadorias mais demandadas pelos países industrializados, o que pode ocorrer seguindo dois caminhos distintos. No primeiro, o comerciante se apodera diretamente da produção. O capitalista mercantil começa por encomendar as mercadorias aos produtores diretos, ditando o ritmo do trabalho. Os preços são estabelecidos pelo comerciante, que domina a produção como se fosse um capitalista industrial, permitindo-lhe se apropriar do que seria equivalente a um mais-valor gerado pelos produtores autônomos.

O próximo passo ocorre quando o capitalista mercantil passa a contratar essa força de trabalho e a põe para funcionar ainda dentro dos mesmos termos do antigo modo de produção³. A isso se dá o nome de “subsunção formal do trabalho ao capital” (MARX, 1985a, p. 89), cuja característica peculiar é a de ter na expansão absoluta do mais-valor a única forma de ampliação da taxa de exploração. Como resultado, esse processo,

sem revolucionar o modo de produção, [...] só faz agravar a situação dos produtores diretos, convertendo-os em meros assalariados e proletários sob condições mais precárias que as dos diretamente subsumidos ao capital, e se apropria de seu mais-trabalho sobre a base do antigo modo de produção (MARX, 2017, p. 379).

O segundo caminho para a transformação do modo de produção desses países é aquele no qual o produtor se torna comerciante e capitalista. Em vez de simplesmente atender às encomendas de um comerciante ou de clientes específicos, o produtor inicia a produção por sua própria conta. Adianta dinheiro para a aquisição dos elementos de produção e contrata força de trabalho para atuar sob seu comando e ampliar sua escala de produção. Marx indica que esse caminho seria capaz de desenvolver a indústria manufatureira, estabelecendo a subsunção real do trabalho ao capital (que

3 Mas, para isso, é fundamental que esse capitalista mercantil encontre a força de trabalho livre no mercado dessa nação. A deterioração da pequena indústria doméstica e da produção artesanal, que resulta da concorrência com o capital estrangeiro, colabora para a ampliação da oferta dessa mercadoria peculiar.

permite a expansão da acumulação tanto pelo mais-valor absoluto quanto pelo relativo) e implantando o modo de produção propriamente capitalista.

Entretanto, esse caminho revolucionador enfrentaria algumas barreiras nessas sociedades tradicionais que se integram ao mercado mundial sob a égide do capitalismo. Apesar de poder ser realizado com sucesso nos setores voltados para a exportação, muito dificilmente a indústria doméstica poderia vencer a concorrência imposta pelo capital estrangeiro com sua indústria mecanizada já consolidada: os baixos preços dos produtos importados são a ruína da produção artesanal e da indústria doméstica. Os produtores que se ocupavam com essas atividades atingem paulatinamente uma situação de pauperismo, uma vez que não conseguem concorrer com as mercadorias estrangeiras. Em vez de se apoderarem do comércio e se converterem em capitalistas, o que normalmente se vê é a proletarianização dessa parcela da população. Sua única alternativa restante é vender sua força de trabalho livre para a crescente atividade exportadora. Como Marx (2013, p. 523) ressalta,

o barateamento dos produtos feitos à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. Assim, por exemplo, as Índias Orientais foram obrigadas a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha.

Apesar de reconhecer os efeitos nocivos que essas transformações legam à população em geral, Marx tende a ver com bons olhos a dissolução dessas arcaicas relações sociais de produção e o papel “civilizador” propiciado pelo modo de produção capitalista⁴. É o que fica claro, por exemplo, na seguinte passagem do *Manifesto do Partido Comunista*:

4 Mas, nas situações em que as formas anteriores de relações de produção eram condizentes com um estágio mais avançado de desenvolvimento, o autor considerava desnecessário o sofrimento que a instauração do capitalismo causava à população. Esse foi o caso, por exemplo, da Rússia, região onde sobrevivia a propriedade comunal rural. Marx deixou claro em carta enviada à revolucionária Vera Ivanovna Zasulich que, caso o comunismo fosse alcançado na Rússia antes de essa

a burguesia impele todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a torrente da civilização. Os preços baixos de suas mercadorias são a artilharia pesada que derriba todas as muralhas da China, que obriga os bárbaros xenófobos mais renitentes a capitularem. Obriga todas as nações, sob pena de arruinarem-se, a adotarem o modo de produção burguesa; obriga-as a introduzirem em seu seio a chamada civilização, isto é, compele-as a tornarem-se burguesas (MARX; ENGELS, 2001, p. 30-31).

O outro caso de integração ao mercado mundial que recebeu atenção de Karl Marx foi o das economias coloniais. Quando o autor trata das colônias, ele se refere às sociedades nas quais a terra é abundante e passível de apropriação por parte da população livre. Em suas próprias palavras:

A essência de uma colônia livre consiste [...] em que a maior parte do solo continua a ser propriedade do povo e que cada povoador pode transformar uma parte desse solo em sua propriedade privada e em meio individual de produção, sem impedir, com isso, que os colonos posteriores realizem essa mesma operação (MARX, 2013, p. 838).

Marx (2013, p. 835) utiliza o adjetivo “livre” para se referir à região colonizada por imigrantes livres: “trata-se, aqui, de verdadeiras colônias, de terras virgens colonizadas por imigrantes livres. [...] De resto, também entram nessa categoria aquelas antigas plantações, cuja situação foi completamente alterada pela abolição da escravidão”. À colônia livre opõem-se, portanto, as colônias baseadas no trabalho escravo. Estas surgem inicialmente como resultado da expansão do capital comercial no período mercantil. Quando essa forma de capital se faz hegemônica nas relações econômicas do mercado mundial, sua busca pela constância e escala no fornecimento de mercadorias leva-o a implantar estruturas produtivas em regiões nas quais as características geográficas favoreciam o cultivo das mercadorias consideradas exóticas para os principais mercados do mundo.

Na colônia escravista, por mais que a terra seja abundante e passível de apropriação por qualquer cidadão livre, a estrutura repressiva impede que o trabalhador

forma de propriedade ser solapada pelo capitalismo crescente, ela poderia se mostrar como uma alavanca da regeneração social daquela nação. Cf. Marx (2013, p. 849-850).

escravizado a domine para si, permitindo a existência de um processo de acumulação que pode ser chamado de capitalista⁵. Entretanto, a cooperação do trabalho em grande escala que se desenvolve nessas colônias apresenta um caráter limitado por ser fundada necessariamente no trabalho escravo, forma de relação que limita o revolucionamento do modo de produção e o desenvolvimento das relações essencialmente capitalistas.

Já a colônia livre surge como resultado de uma política expansionista de potências que concorrem pela propriedade de territórios estrangeiros. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas nos países industrializados, ao tornar supérflua sua própria população, deu um novo fôlego para esse processo. Em outras palavras:

A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole, como ocorreu com a Austrália, convertida num centro de produção de lã (MARX, 2013, p. 523).

A tendência das colônias livres de se voltarem para a produção de matéria-prima agrícola é resultado tanto de sua estrutura interna quanto do grau de desenvolvimento do mercado mundial. Primeiro, é preciso observar que a abundância de terras constitui um elemento de resistência à radicação do capital industrial (MARX, 2013, p. 838), tanto agrário quanto fabril, uma vez que o imigrante livre não se disporá a vender sua força de trabalho enquanto puder utilizá-la em seu próprio proveito em solo de sua propriedade.

A atividade agrícola é o destino natural do trabalho que se desenvolve na pequena propriedade rural. Embora se possa imaginar que dificilmente uma sociedade moderna conseguiria se consolidar sem uma produção manufatureira, a prévia

5 Isso propicia, inclusive, uma taxa de lucro mais elevada em virtude tanto da baixa composição orgânica quanto da elevada taxa de exploração. Afirma Marx (2017, p. 277): “no que diz respeito aos capitais investidos em colônias etc., eles podem produzir taxas de lucro mais altas porque nesses lugares, em geral, devido a seu baixo desenvolvimento, a taxa de lucro é mais alta – o mesmo vale para a exploração do trabalho, com o emprego de escravos e cules [mão de obra asiática que trabalhava em condições análogas à escravidão] etc.”.

divisão do trabalho no mercado mundial permite que as colônias especializem-se apenas nos setores agrícolas e relacionados. É o que esclarece Marx na seguinte passagem:

A população inteira de uma região [colonial], por exemplo, Michigan, ocupa-se num primeiro momento quase exclusivamente da agricultura, sobretudo de produtos em massa, os únicos que ela pode trocar por mercadorias industriais e produtos tropicais. Por isso, todo seu produto excedente aparece na forma de grãos. [...] Esses países recebem já prontos, pelo mercado mundial, produtos que em outras circunstâncias eles teriam de produzir por si mesmos: vestuário, ferramentas etc. Somente com base nisso é que os estados sulistas da União puderam converter o algodão em seu produto principal. A divisão do trabalho no mercado mundial lhes permite isso (MARX, 2017, p. 733).

Assim, essas economias coloniais tendem à produção de monocultura agrícola, com elevado “excedente” intercambiável no mercado mundial. Esse cenário só pode começar a mudar no momento em que se esgotam as terras de propriedade comum e quando surge, assim, a figura do trabalhador livre dos meios de produção⁶. Mas, mesmo nesses casos, o setor agroexportador normalmente se mantém como a atividade econômica mais relevante da região.

Portanto, para Marx, as relações econômicas internacionais tendem a reforçar a divisão internacional do trabalho. Mesmo quando o antigo modo de produção abre caminho para as relações especificamente capitalistas, ou quando estas surgem

6 Ou, ainda, pode ocorrer como nos Estados Unidos, em que o avanço do capitalismo se deu pela combinação de dois fatores: “por um lado, o enorme e contínuo afluxo de pessoas que a cada ano se dirigem à América deixa sedimentos estagnados no leste dos Estados Unidos, porquanto a onda emigratória da Europa lança mais pessoas no mercado de trabalho do que o pode absorver a onda emigratória para o oeste. Por outro lado, a guerra civil americana teve como consequência uma enorme dívida pública e, com ela, uma sobrecarga tributária, o surgimento da mais ordinária das aristocracias financeiras, a doação de uma parte imensa das terras públicas a sociedades de especuladores dedicadas à exploração de ferrovias, minas etc. – em suma, a mais rápida centralização do capital. A grande República deixou, assim, de ser a terra prometida dos trabalhadores emigrantes. A produção capitalista avança ali a passos de gigante, mesmo que o rebaixamento dos salários e a dependência do assalariado ainda estejam longe de alcançar os níveis normais na Europa” (MARX, 2013, p. 843-844).

em uma região dominada pela pequena propriedade fundiária, o capitalismo pode não ser capaz de desenvolver a grande indústria mecanizada em regiões que se especializam na produção agrícola.

Todavia Marx não imputa qualquer valor negativo à especialização agrícola. Apesar de reconhecer que a situação do trabalhador dos modos antigos de produção inicialmente se deteriora com o surgimento das relações especificamente capitalistas (exceto, é claro, quando a base do antigo modo de produção é o escravo), o autor observa que a situação dos trabalhadores nas colônias livres – mesmo daqueles que vendem sua força de trabalho e que ainda não conseguiram se apropriar de uma parcela do solo para si – é normalmente melhor do que seus congêneres dos países industrializados da Europa.

Além disso, a visão de Marx sobre essa divisão internacional do trabalho não deve ser compreendida como algo fatalista, mesmo tendo o autor evidenciado uma tendência para que ela se reforce. Apesar de não ter indicado como a transição da agricultura para o sistema fabril pode ocorrer “naturalmente”, o autor argumenta que as políticas protecionistas podem atuar no sentido de acelerar artificialmente esse processo. Afirma: “o sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno” (MARX, 2013, p. 826).

Graças ao protecionismo, uma parcela dos produtores da pequena indústria doméstica, que de outra forma iria integrar o novo proletariado, ascende à condição de burguesia nacional, dominando o mercado interno livre da concorrência internacional. É em defesa dos interesses desse grupo que atua o protecionismo. Como ressalta Marx (2017, p. 846):

na transformação das sociedades agrícolas feudais em industriais e na correspondente competição industrial entre as nações no mercado mundial, o que verdadeiramente importa é um rápido desenvolvimento do capital, que não se pode obter pelas chamadas vias naturais, mas apenas por meios coercitivos. Há uma enorme diferença se o capital nacional se transforma gradual e lentamente em capital industrial ou se essa transformação se acelera devido a impostos que, por meio de tarifas protecionistas, recaem principalmente sobre proprietários de terras, pequenos

e médios camponeses e artesãos; por meio da rápida expropriação dos produtores independentes, da acumulação e concentração fortemente aceleradas dos capitais, numa palavra, por meio da criação das condições do modo de produção capitalista.

Ou seja, o protecionismo não é mais do que uma forma de expropriar parte da população com o intuito de fundar a grande indústria. Mas, com o intuito de fazer avançar o capitalismo em benefício exclusivo da burguesia nascente, essas políticas acabam por limitar, na opinião de Marx, o caráter revolucionário do livre mercado, tal como expôs no desfecho inesperado do já citado *Discurso sobre a questão do livre comércio*:

o sistema protecionista é conservador, enquanto o sistema do livre mercado é destrutivo. Ele dissolve antigas nacionalidades e leva ao extremo o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Em uma palavra, o sistema de livre comércio acelera a revolução social. É somente nesse sentido revolucionário, cavalheiros, que eu voto a favor do livre mercado (MARX, 1848).

Relações econômicas entre nações industrializadas

Para além das diferenças que marcam a divisão internacional do trabalho, Marx deixou claro em seus escritos que não considerava homogênea a relação entre as nações industrializadas no mercado mundial. Nesse sentido, o autor distingue os integrantes desse grupo de países conforme o grau do desenvolvimento que atingiu o modo de produção capitalista. Em sua análise, utiliza a economia inglesa como exemplo de capitalismo na forma mais avançada, contrastando-a com a realidade dos países da Europa continental nos quais já havia se implantado a indústria moderna.

A nação com o desenvolvimento mais elevado do modo de produção capitalista é aquela na qual o progresso tecnológico se faz patente tanto por ser o trabalho médio mais produtivo⁷ como por requerer uma quantidade maior de capital constante

7 “Uma vez que a produção capitalista se encontra desenvolvida num país, também se elevam aí, acima do nível internacional, a intensidade e a produtividade nacional do trabalho” (MARX, 2013, p. 632).

para seu funcionamento, ou seja, por ter uma composição orgânica mais elevada⁸. Marx considera que nessa sociedade o capital terá, naturalmente, se difundido por uma quantidade maior de setores, de forma que subsiste menos dos antigos modos de produção do que em comparação com as nações de desenvolvimento inferior. É o que deixa claro na seguinte passagem, entre outras:

atormenta-nos [aos alemães], do mesmo modo como nos demais países ocidentais do continente europeu, não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento. Além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas (MARX, 2013, p. 79).

Com relação à condição da classe operária, ela também é muito diferente conforme o grau de desenvolvimento da nação. Observa Marx (2013, p. 79): “onde a produção capitalista se instalou plenamente entre nós [isto é, entre os alemães] – por exemplo, nas fábricas propriamente ditas –, as condições são muito piores que na Inglaterra, pois aqui não há o contrapeso das leis fabris”. A organização e a disciplina necessárias para pôr a operar o exército industrial ativo são responsáveis também pela elevação da articulação dos operários fora das fábricas, o que, por sua vez, é fundamental para garantir a imposição de limites à exploração capitalista⁹. Por esse

8 “Essa lei do aumento crescente da parte constante do capital em relação à sua parte variável é corroborada a cada passo [...] pela análise comparativa dos preços das mercadorias, comparando-se diferentes épocas econômicas de uma única nação ou nações diferentes numa mesma época. Enquanto a grandeza relativa do elemento do preço que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos, ou seja, a parte constante do capital, estará na razão direta, a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará na razão inversa do progresso da acumulação” (MARX, 2013, p. 699).

9 Em *O capital*, Marx dedica grande parte do capítulo 8, que trata sobre a jornada de trabalho, para demonstrar a relação entre a luta dos trabalhadores e o estabelecimento de uma jornada considerada “normal”. O autor reconhece que “o capital não tem [...] a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração” (MARX, 2013, p. 342), e constata que “a consolidação de uma jornada de trabalho normal é o

motivo, quanto menos desenvolvido é o modo de produção capitalista, menos organizados são os trabalhadores e, por consequência, maior é a jornada de trabalho e mais baixos os salários.

Contudo disso não se deve concluir que o capitalista da nação menos desenvolvida absorva uma quantidade maior de mais-valor de seus operários. Ao contrário, o que afirma Marx é que, devido à menor intensidade e produtividade do trabalho, sua taxa de exploração tende a ser menor:

Em se tratando de países em que a produção capitalista apresenta diversos graus de desenvolvimento e, por conseguinte, diferente composição orgânica do capital, a taxa de mais-valor [...] pode ser maior naquele em que a jornada de trabalho normal é mais curta do que em outro no qual ela é mais longa. Em primeiro lugar, se a jornada de trabalho inglesa de 10 horas, por exemplo, é, devido a sua maior intensidade, igual a uma jornada de trabalho austríaca de 14 horas, então, com uma divisão igual da jornada de trabalho, 5 horas de mais-trabalho podem representar no primeiro caso um valor maior no mercado mundial do que 7 horas no segundo caso. Em segundo lugar, porque no primeiro caso é maior a parte da jornada de trabalho que pode constituir mais-valor (MARX, 2017, p. 253).

A hipótese defendida por Marx (2013, p. 632) é de que a taxa de exploração é maior nas nações mais desenvolvidas, pois a despeito de o valor da força de trabalho ser absolutamente maior, ele é relativamente menor em comparação com o produto de valor, mesmo sendo esse produto de valor (isto é, a extensão da jornada de trabalho) absolutamente maior nas nações menos desenvolvidas. Apesar disso, a maior taxa de exploração não chega a ser capaz de compensar a elevada composição orgânica do capital das nações mais desenvolvidas, de modo que elas apresentam, normalmente, uma menor taxa de lucro¹⁰.

resultado de uma luta de 400 anos entre capitalista e trabalhador” (p. 343). Marx reserva a última seção do referido capítulo para analisar o andamento dessa luta nos países de desenvolvimento capitalista inferior ao da Inglaterra.

10 Afinal, a taxa de lucro é calculada com base em todo o capital adiantado – capital constante (c) e capital variável (v) –, enquanto o mais-valor (m) depende apenas do capital variável e da

As funcionalidades do comércio exterior para os países mais avançados resultam dessas diferenças entre as nações conforme o grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Além da interdependência entre essas economias, que faz com que elas necessitem mutuamente da produção estrangeira para contar como fonte de meios de produção e de meios de subsistência necessários em que o capital variável se converte¹¹, o capitalismo mais avançado se beneficia duplamente de suas relações com o exterior.

Primeiramente, as diferenças entre os níveis de produtividade do trabalho atuam em favor das economias mais desenvolvidas quando se realizam as trocas internacionais. Com efeito, há uma transferência de valor que não é visível ao se analisar o movimento do dinheiro pela balança de pagamentos dos países industrializados, já que os saldos têm uma tendência a se compensarem. No entanto:

Essa aparência desaparece tão logo se faz abstração da forma monetária. O país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e o capital em geral, seja embolsado por uma classe determinada (MARX, 2017, p. 277).

Em segundo lugar, por ser menor a taxa de lucro, o novo capital que resulta do processo de acumulação do país mais desenvolvido buscará aplicação onde a perspectiva de retorno é maior, ou seja, nos mercados das outras economias industriais. Isso é, como observa Marx (2013, p. 687), o que já acontecia na Inglaterra daquele período: “a maior parte do mais-produto, que cresce anualmente e é subtraído

taxa de exploração ($\frac{m}{v}$). Assim, para uma dada taxa de exploração, a relação $\frac{m}{c+v}$ (taxa de lucro) será tanto menor quanto maior for a composição orgânica – isto é, a relação entre o capital constante e o variável: $\frac{c}{v}$.

11 Relação que serve como contratendência à queda da taxa de lucro em ambas as economias: “na medida em que o comércio exterior barateia em parte os elementos do capital constante, em parte os meios de subsistência nos quais se transforma o capital variável, ele atua no incremento da taxa de lucro, elevando a taxa do mais-valor e reduzindo o valor do capital constante. Em geral, ele atua nesse sentido ao permitir a ampliação da escala da produção. Com isso, acelera, por um lado, a acumulação; por outro, acelera também a diminuição do capital variável em relação ao constante e, com isso, a queda da taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 276).

ao trabalhador inglês sem lhe dar em troca um equivalente, não é capitalizada na Inglaterra, mas no estrangeiro”.

Esses dois elementos se traduzem em apenas uma coisa: na ampliação da taxa de lucro do capital da nação mais desenvolvida em detrimento daquela obtida pelo capital estrangeiro. Isso resulta do que pode ser compreendido como uma tendência à equalização da taxa de lucro internacional¹², cujo significado é que, ao mesmo tempo que se atenua a queda da taxa de lucro em um país, se ampliam seus efeitos em outro.

Por outro lado, o que foi exposto também pode ser compreendido como o processo de concentração e centralização do capital atuando em escala internacional. A visão desse fenômeno permite compreender a posição de Marx (2013, p. 78) ao afirmar que “o país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”. Ou seja, não se trata de acreditar que o capitalismo alemão, por exemplo, viria a se tornar equivalente ao inglês, mas que, ao integrar o mesmo e único processo mundial de acumulação de capital, o trabalhador alemão atuaria lado a lado e em igualdade de condições com o inglês, em benefício, provavelmente, do capitalista dessa última nacionalidade.

Com isso, como já foi observado para as economias agrícolas, faz sentido ao capitalista da nação menos desenvolvida lançar mão de sua influência sobre o Estado para a implantação de barreiras alfandegárias e outras políticas protecionistas. E também da mesma forma, para além do fato de ser a classe trabalhadora quem paga os custos do protecionismo, este evidencia um efeito conservador: tais políticas têm por resultado apenas retardar a formação do mercado mundial e o avanço do processo internacional de concentração e centralização do capital, adiando, portanto, a tendência histórica da acumulação capitalista.

12 Tendência essa que não se concretiza efetivamente. Afinal, esse processo tendencial contínuo da equalização da taxa de lucro, ao mesmo tempo que é retardado pelo grau de mobilidade do capital e do trabalho (MARX, 2017, p. 231), é contrariado pela contínua busca por mais-valor adicional – que acaba por reduzir a taxa de lucro dos setores inovadores, afastando-os da taxa geral. Ao analisar as leis tendenciais descritas por Marx, é importante ter em mente que, “em geral, é apenas de uma maneira muito intrincada e aproximada, como uma média de perpétuas oscilações que não se devem jamais fixar, que a lei geral se impõe como a tendência dominante em toda a produção capitalista” (MARX, 2017, p. 196).

Trocas internacionais

Como dito anteriormente, o mercado é o âmbito no qual ocorrem as trocas de mercadorias. Assim, do mesmo modo que se pode distinguir os mercados pela localização de seus partícipes, pode-se também distinguir as trocas que acontecem em seu interior conforme seu alcance geográfico, separando-as, por exemplo, em trocas locais, regionais, nacionais e internacionais. Para Marx, essa distinção vai além de mera taxonomia, pois o autor indica haver certa oposição entre as trocas de maior e menor alcance no que tange à forma como se desenvolve a contradição entre as dimensões qualitativas e quantitativas do valor das mercadorias.

O valor é uma propriedade das mercadorias que tem substância e magnitude. No que tange à sua substância, seu aspecto qualitativo, o valor evidencia o que há de igual em todas as mercadorias: o fato de serem cristalizações de trabalho humano abstrato, resultados de “dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (MARX, 2013, p. 116).

Somente por terem essa mesma substância social, ou seja, somente por serem valores, é que as mercadorias podem ser comparadas e, em consequência, trocadas entre si. Mas, antes do intercâmbio de mercadorias emergir do valor, é o próprio valor que emerge da contínua repetição de trocas inicialmente fortuitas dos produtos do trabalho humano. Afinal, a possibilidade real de conversão do fruto de um trabalho concretamente determinado em um produto de *qualquer* outra forma de trabalho é o ponto de partida para a manifestação do valor, para a percepção de que todas as atividades humanas têm uma mesma substância.

É desse modo que o limite geográfico das trocas constitui barreira para a determinação qualitativa do valor. Se o intercâmbio de mercadorias que se realiza em um mercado local é capaz de evidenciar a equivalência entre os trabalhos de diversos tipos que se encerram em suas fronteiras, ele é, por outro lado, incapaz de relacioná-los com todos os outros que se encontram fora de seu alcance. Já a troca internacional apresenta a possibilidade de conversão entre todas as mercadorias produzidas pela humanidade, comprovando o caráter universal do trabalho abstrato. Marx (1985b, p. 1302-1303) afirma:

Só o comércio exterior, a transformação do mercado em mercado mundial, faz o dinheiro evoluir para dinheiro mundial e o *trabalho abstrato* para trabalho social. A

riqueza abstrata, valor, dinheiro, e em consequência o *trabalho abstrato* desenvolvem-se na medida em que o trabalho concreto se torna uma totalidade – que abrange o mercado mundial – de maneiras diferentes de trabalho.

Não só o trabalho abstrato encontra sua universalidade nas trocas internacionais, mas também o dinheiro, forma direta de manifestação do valor, só se evidencia como equivalente universal no mercado mundial.

Somente no mercado mundial o dinheiro funciona plenamente como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano *in abstracto*. Sua forma de existência torna-se adequada a seu conceito (MARX, 2013, p. 215).

Não é mera coincidência o fato de que as trocas de mercadorias surgem historicamente na fronteira das sociedades para, depois, se estabelecerem como relação social dominante no interior delas (MARX, 2013, p. 162). A troca internacional é pressuposto histórico e teórico para a troca de mercadorias dentro de uma nação. E, como consequência, é pressuposto para o próprio capital. Marx (1985b, p. 1303) afirma que “a produção capitalista assenta no *valor* ou na conversão do trabalho contido no produto, em trabalho social. Mas isso só é possível na base do comércio exterior e do mercado mundial”.

Do que foi visto para a dimensão qualitativa do valor, sua substância, o oposto pode ser observado com relação à sua dimensão quantitativa, ou seja, com relação à medida de sua magnitude. A grandeza do valor de uma mercadoria consiste no tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, tempo que expressa a média da capacidade produtiva e da intensidade do trabalho de uma sociedade. É em virtude da grandeza de seus valores que se estabelecem as relações de troca entre duas mercadorias¹³.

13 Isso é válido para uma sociedade mercantil não capitalista. É sempre bom frisar que, para uma sociedade capitalista, os preços das mercadorias são determinados, em última instância, por seus preços de produção. Mas a mesma relação que se estabelece entre a determinação da grandeza do valor e o espaço geográfico das trocas se estabelece, também, entre este e a determinação dos preços de produção.

Quanto menor o espaço geográfico ao qual se restringem as trocas, menor a variância da grandeza do valor, ou seja, menor é a distância que separa a capacidade de um produtor qualquer da média social. À medida que se amplia o alcance do intercâmbio de mercadorias, aumenta também a magnitude desses desvios.

Por outro lado, é preciso observar que a existência de uma variância maior ou menor não é empecilho para a troca de equivalentes, mas apenas gera modificações na forma como cada produtor se apropria do valor gerado na produção. Seus efeitos são distintos conforme a diferença seja com relação à produtividade ou à intensidade do trabalho.

Quando Marx trata da intensidade do trabalho, refere-se à quantidade de trabalho que foi efetivamente despendida no processo produtivo, ou seja, sem levar em conta as pausas, por mais breves que sejam. É nesse sentido que o autor afirma que

a intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo. [...] A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas. [...] O valor do produto singular [...] se mantém inalterado porque o produto custa a mesma quantidade de trabalho de antes. O número de produtos aumenta [...] sem que caia seu preço (MARX, 2013, p. 591).

Portanto, um produtor individual que aumente a intensidade de seu trabalho para além da média de sua sociedade produzirá mais mercadorias que seus concorrentes em um mesmo tempo e as trocará por produtos que representam mais tempo de trabalho do que aquele que ele mesmo despendeu na produção. Mas essa troca desigual de horas de trabalho representa troca de igual quantidade de trabalho.

Isso fica mais claro ao se analisar o que ocorre quando a intensidade do trabalho aumenta no mesmo grau para todos os produtores de um mesmo setor. Supondo que mantenham constante a quantidade de horas trabalhadas, aumentar-se-iam, nesse caso, tanto a massa de valor de uso quanto a grandeza do valor gerado. A sociedade como um todo gastaria mais dinheiro para adquirir uma proporcionalmente maior quantidade de mercadorias.

Agora, se a sociedade como um todo elevasse a intensidade do trabalho na mesma proporção, fazendo subir a média social, a relação de troca entre os tempos de

trabalho permaneceria constante. A sociedade teria passado a gerar uma maior quantidade de valor de uso sem que fosse possível observar uma maior geração de valor:

se a intensidade do trabalho aumentasse em todos os ramos industriais ao mesmo tempo e na mesma medida, o novo grau de intensidade mais elevado se converteria no grau normal, fixado socialmente no costume, e deixaria, assim, de ser contado como grandeza extensiva (MARX, 2013, p. 592).

Tudo isso é bem diferente quando se trata da produtividade do trabalho. Para Marx, a produtividade se refere à quantidade de valores de uso que são gerados por um determinado trabalho útil de mesma grandeza extensiva e intensiva¹⁴. Esclarece:

O mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui (MARX, 2013, p. 123).

Nesse sentido, um produtor individual que aumente a produtividade de seu trabalho para além da média de seu setor produzirá mais mercadorias que seus concorrentes em um mesmo tempo e as trocará por produtos que representam mais tempo de trabalho do que aquele que ele mesmo despendeu na produção. Mas, se uma produtividade mais elevada não implica produção de mais valor, como esse produtor consegue se apropriar de mercadorias que valem mais do que as que produziu? Isso

14 É importante não confundir o aumento da produtividade do trabalho com um de seus efeitos: a elevação da composição orgânica do capital. Esses dois conceitos possuem, para Marx (2013, p. 698-699), forte relação entre si, uma vez que a elevação da quantidade de valores de uso produzidos por um determinado trabalho concreto tem como pressuposto e consequência uma manipulação maior de meios de produção. O equívoco crucial ao qual são levados aqueles que confundem esses dois elementos, tal como Marini (1979), é o de tentar comparar a produtividade de diferentes ramos da produção por meio da comparação de suas composições orgânicas. Mas, como Marx (2013, p. 123) deixa claro, “como a força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil”, ou seja, ela não é comparável entre diferentes ramos da produção.

é possível, pois “o valor efetivo de uma mercadoria não é seu valor individual, mas seu valor social, isto é, ele não é medido pelo tempo de trabalho que ela de fato custa ao produtor em cada caso singular, mas pelo tempo de trabalho socialmente requerido para sua produção” (MARX, 2013, p. 392).

Embora a mercadoria individual desse produtor singular contenha menos tempo de seu trabalho, ela é vendida conforme a produtividade média de seu setor. Ao elevar sua produtividade, esse produtor eleva em pequena medida a produtividade média de seu setor de modo que todos os demais passarão a produzir abaixo desta na mesma medida em que ele produz acima. O que ele ganha de mais-valor adicional, perdem os demais. E ainda, nesse caso, supondo que se mantenha constante a quantidade de horas trabalhadas pela soma desses produtores, a massa de valor de uso aumentaria sem elevar a grandeza do valor gerado. A sociedade como um todo gastaria o mesmo montante de dinheiro que antes para adquirir uma quantidade maior de mercadorias, fazendo essa divergência de produtividade aparecer como uma transferência de valor interna ao setor em questão.

Agora, se todos os produtores desse setor elevassem a produtividade de seus trabalhos na mesma medida, igualando-a com a média setorial, restabelecer-se-ia a equivalência entre o valor individual e social das mercadorias. Esse setor produziria, então, uma maior quantidade de valor de uso sem que qualquer de seus integrantes se apropriasse de quantidade maior de valor.

Conclui-se com isso que, enquanto desvios na intensidade do trabalho alteram a relação de troca em termos de horas de trabalho, mas não em quantidades de trabalho, as divergências no grau de produtividade geram uma transferência de mais-valor adicional, mas não comprometem o funcionamento médio da lei do valor. E também que, quanto maior é o espaço abarcado pelo intercâmbio de mercadorias, maior a variância tanto da intensidade quanto da produtividade do trabalho e, devido a esta, maior a grandeza de valor que se transfere entre produtores como consequência da troca de equivalentes.

Nas trocas internacionais, esses efeitos não só se fazem presentes como atingem o seu mais alto grau. E mais, como resultado da divisão internacional do trabalho e da desigualdade no nível de desenvolvimento da acumulação capitalista nos países industrializados, as variações entre o nível de intensidade e produtividade do trabalho tendem a variar de nação para nação. Com relação à intensidade média do trabalho no mercado mundial, Marx (2013, p. 631-632) ressalta:

Em cada país vigora certa intensidade média do trabalho, abaixo da qual o trabalho para a produção de uma mercadoria consome mais do que o tempo socialmente necessário e, por isso, não conta como trabalho de qualidade normal. [...] O mesmo não ocorre no mercado mundial, cujas partes integrantes são os diversos países. A intensidade média do trabalho varia de país a país, sendo aqui maior, lá menor. Essas médias nacionais constituem, pois, uma escala, cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Assim, comparado com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz, em tempo igual, mais-valor, que se expressa em mais dinheiro.

Portanto, as nações que apresentam intensidade média do trabalho inferior à média universal estariam fadadas a trocar sempre mais horas de trabalho nacional por menor quantidade de horas das nações nas quais se observa maior intensidade¹⁵. Este seria, particularmente, o caso das economias que, por força do comércio exterior, se especializaram na produção agrícola, afinal, a atividade industrial, devido ao ritmo e à continuidade uniforme do trabalho, pode elevar a intensidade para além do que é possível na agricultura.

Contudo as nações industriais atrasadas, além de contarem com um trabalho menos intensivo do que o realizado nos países de maior desenvolvimento capitalista, padecem com a diferença no grau de produtividade entre eles¹⁶. Afinal:

As diferentes quantidades de mercadorias do mesmo tipo, produzidas em diferentes países no mesmo tempo de trabalho, têm [...] valores internacionais desiguais, que se expressam em preços diferentes, isto é, em quantias diferentes de dinheiro de acordo com os valores internacionais (MARX, 2013, p. 632).

15 É preciso lembrar que essa relação de troca desigual em termos de horas trabalhadas representaria nada mais do que um ajustamento na aplicação da lei do valor – já que continuam a trocar quantidades iguais de trabalho –, mas ajustamento que atua sempre em desfavor de certo grupo de países.

16 Como a produtividade é propriedade do trabalho concreto, não serve de parâmetro para a comparação entre a produção de diferentes setores, tais como entre o industrial e o agrícola. Assim, os efeitos descritos a seguir só se aplicariam entre as nações que exploram o mesmo tipo de atividade, e seria mais significativo entre as nações industrializadas, onde a diferença de produtividade é maior.

Todavia as mercadorias de um mesmo tipo são vendidas todas a um mesmo preço no mercado internacional (ou melhor, a um preço aproximado), graças à ação equalizadora do capital comercial (MARX, 2017, p. 374-375). Daí advém o fato de, “no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo também contar como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não se veja forçada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor” (MARX, 2013, p. 632). Assim,

o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor [nacional/individual], embora mais baratas que os países concorrentes. [...] É exatamente como o fabricante que, utilizando um novo invento antes que este se generalize, vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado (MARX, 2017, p. 276-277).

Do mesmo modo que o fabricante mais produtivo absorve um mais-valor adicional igual ao montante que perdem seus concorrentes, os países mais desenvolvidos – ou melhor, as classes capitalistas desses países – absorvem um mais-valor adicional que se deduz dos países concorrentes de desenvolvimento inferior.

Portanto, a dimensão quantitativa do valor se opõe ao seu aspecto qualitativo, no sentido de que o trabalho abstrato só assume seu caráter de expressão universal de atividade humana no momento em que são máximas as barreiras para a equiparação entre os distintos tempos de trabalho despendidos na produção. Tal contradição mostra que, ao mesmo tempo que a lei do valor precisa do mercado mundial para se consolidar, ela só pode funcionar com uma concomitante transferência de parcela de sua grandeza resultante da troca de equivalentes; e mais, que essa contradição se inverte (mas não se resolve) à medida que se delimita mais o alcance do intercâmbio de mercadorias.

Por fim, quando se trata das trocas internacionais, há uma última questão que decorre de um assunto não tratado diretamente por Marx, mas que pode ser deduzido de suas considerações. O autor deixa claro que o processo de equalização da taxa de lucro e da transformação dos valores em preços de produção circunscreve-se às fronteiras nacionais, fazendo reinar, em cada país, uma taxa média de lucro

compatível com o grau de desenvolvimento do capital¹⁷. Isso porque essa equalização depende de questões relacionadas com a mobilidade espacial e setorial tanto do capital quanto da força de trabalho; mobilidade essa que se encontra normalmente restringida no âmbito do mercado mundial.

Apenas as mercadorias transacionadas nos espaços internacionais teriam seus preços nivelados conforme a unidade de medida do trabalho universal e obedeceriam às considerações apontadas anteriormente sobre a dimensão quantitativa do valor – o que faz com que aquele mais-valor adicional absorvido pelos países avançados concentre-se nos capitais que se envolvem com o comércio exterior (MARX, 2017, p. 276). Entretanto, é preciso observar que, a partir do momento em que a exportação de capitais se torna uma realidade no comércio internacional, tem início um movimento que influenciará a magnitude da taxa média de lucro tanto nos países exportadores quanto nos receptores, gerando desvios nos preços de produção nacionais. E com esses desvios, haveria uma transferência de mais-valor entre nações semelhante à transferência que ocorre no interior de uma nação como resultado da formação da taxa geral de lucro. Isso tudo atuaria, claro, em favor das nações com mais elevada composição orgânica do capital, isto é, com desenvolvimento capitalista mais avançado.

O mercado mundial e as crises

Como já dito, Marx e Engels apresentam, no *Manifesto do Partido Comunista*, a expansão capitalista pelo mercado mundial como um resultado inevitável desse modo de produção. Essa visão, que já estava presente desde os esboços de *A ideologia alemã*, não tem nada de fatalismo ou teleologia, mas deriva da concepção, que Marx viria a desenvolver com mais detalhes em *O capital*, de que a produção capitalista necessita do comércio exterior, é inseparável dele e sem ele encontraria seu fim prematuro. Afirma: “a produção capitalista não pode existir de modo algum sem comércio exterior” (MARX, 2014, p. 575).

As razões dessa dependência repousam nas contradições de um modo de produção que produz valores de uso com o intuito de acumular valor de troca, ou melhor,

17 Por exemplo, quando inicia seu estudo sobre os preços de produção em *O capital*, Marx (2017, p. 178) afirma: “do que se trata, nesta seção, é de expor concretamente de que modo se estabelece uma taxa geral de lucro em um país”.

nas crises que periodicamente afligem a grande indústria, uma vez que, como afirma Marx (2017, p. 288), as crises “são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado”. Para esse autor, a expansão do mercado mundial seria impulsionada pelo capital por constituir-se em uma solução, mesmo que temporária, para as crises.

Marx não desenvolveu de forma acabada sua teoria sobre as crises no modo de produção capitalista, mas é possível apontar dois “tipos” de crise que teriam papel especial em seu pensamento por resultarem da própria lógica de acumulação do capital. Em primeiro lugar, a *crise de superprodução de mercadorias* consistiria em se produzir mais mercadorias do que a capacidade de consumo da sociedade; capacidade que, conforme esclarece Marx (2017, p. 284),

não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos.

Portanto, trata-se de uma superprodução relativa, no sentido de que não se constitui um excesso de riqueza, mas um excesso diante da possibilidade de sua distribuição para o todo da sociedade – “Não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz periodicamente demasiada riqueza sob suas formas capitalistas antagônicas” (MARX, 2017, p. 297). O limite dessa possibilidade de distribuição encontra-se, como Marx (2014, seção III) observou ao analisar a reprodução e circulação do capital social total, na proporcionalidade com que o capital (e, portanto, seu produto) encontra-se repartido entre os diferentes ramos de produção. Os resultados da referida investigação podem ser sumarizados como segue: para que a reprodução do capital social total ocorra sem perturbações, ou seja, para que a renda social seja capaz de adquirir o produto anual total, é imprescindível que a massa de valor na qual se consubstancia esse produto constitua-se em valores de uso condizentes tanto com a distribuição dessa renda como com os desejos de consumo de seus possuidores¹⁸.

18 No caso da “reprodução simples”, ou seja, a reprodução do capital na qual não se amplia a capacidade produtiva da sociedade com o reinvestimento do mais-valor, essa condição é dada

Entretanto, a divisão do capital entre os ramos da produção não é racionalmente determinada a partir do desejo de consumo da sociedade e de sua complexa condição de reprodução. As decisões sobre os “quês” e os “quantos” da produção são tomadas, na realidade, tendo em vista tanto a busca desenfreada pela acumulação¹⁹ quanto a capacidade da grande indústria em lançar quantidades cada vez maiores de mercadorias na circulação²⁰.

É assim que a distância entre os momentos da produção e do consumo leva os capitalistas a lançarem mercadorias na circulação sem a certeza de que estas atendem a uma necessidade social, ou seja, sem saber se são valores de uso para os consumidores. E quando os *meios de consumo* lançados no mercado excedem o exigido para atender às condições de reprodução do capital e, portanto, as necessidades sociais, há o que se chama de superprodução²¹. Uma superprodução que, segundo Marx (2014, p. 631), “só poderia ser compensada por uma grande quebra, em consequência da qual fosse transferido capital” de um ramo da produção para o outro.

Com a crise, o equilíbrio seria restabelecido e a acumulação do capital poderia ser retomada até se deparar com outro processo de superprodução. Mas haveria alguma possibilidade de evitar que a sociedade passasse periodicamente por essas crises? Ou, ao menos, haveria alguma forma de adiá-las, tornando seus ciclos mais longos? Para Marx, a expansão do mercado mundial poderia cumprir esse papel.

pela igualdade (em termos de magnitude de valor) entre o produto consumido como capital constante no setor produtor de meios de consumo e a renda dos capitalistas (mais-valor) e trabalhadores (capital variável) do setor produtor de meios de produção – para os leitores habituados às notações dos esquemas de reprodução de Marx, isso significa: $Ilc = I(v+m)$. Já para a “reprodução ampliada”, na qual parcela do mais-valor se converte em novo capital, essa condição depende, sobretudo, de a demanda de capital constante do setor produtor de meios de consumo ser inferior à renda dos capitalistas e trabalhadores do setor de meios de produção – ou seja, $Ilc < I(v+m)$.

19 Como ressalta Marx (2017, p. 298), “a taxa de lucro é a força motriz na produção capitalista, na qual só se produz aquilo que se pode produzir com lucro e na medida em que se possa produzi-lo com lucro”.

20 “A enorme capacidade, própria do sistema fabril, de expandir-se aos saltos e sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo febril e a consequente saturação dos mercados, cuja contração acarreta um período de estagnação” (MARX, 2013, p. 524).

21 Pois, com uma produção excessiva de meios de consumo, teríamos: $Ilc > I(v+m)$.

A circulação de mercadorias poderia ocorrer em proporções distintas das determinadas pelas condições de reprodução do capital total caso ela fosse complementada na medida da necessidade pelas trocas internacionais²². Afinal, por meio do comércio de exportação “uma nação pode converter artigos de luxo em meios de produção ou de subsistência e vice-versa” (MARX, 2013, p. 656).

Esse recurso ao mercado mundial aparece como solução natural para o ramo em superprodução no momento em que se torna óbvio o excesso relativo de mercadorias. Quando as leis da oferta e da demanda pressionam para baixo seus preços e, com eles, a taxa de lucro, o abarrotamento dos mercados onde já atuam essas indústrias as faz, então, mirarem para regiões ainda inexploradas pelo capital. É a percepção desse processo que leva Marx (2017, p. 376) a afirmar que a necessidade imanente que o modo de produção capitalista tem de “produzir em escala cada vez maior gera um impulso à constante expansão do mercado mundial”.

Entretanto, essa expansão, apesar de adiar os efeitos dessas crises inevitáveis, não é capaz de anulá-las por completo, pois “o comércio exterior [...] não faz mais do que deslocar as contradições a uma esfera mais ampla, abrindo-lhe um maior campo de ação” (MARX, 2014, p. 573). Se a reprodução do capital social total de uma nação requer um frágil equilíbrio entre as proporções nas quais o capital se reparte entre os ramos da produção, condições similares devem ser observadas ao se considerar a produção capitalista em todas as nações como um conjunto.

Há ainda um segundo “tipo” de crise, a *crise de superprodução de capital*. Esta não tem como causa, diferentemente do caso anterior, uma produção desproporcional de meios de produção. Afinal, sempre que estes são produzidos em excesso, podem ser utilizados para converter mais-valor em novo capital²³. E, caso aconteça de os preços serem pressionados para baixo devido ao excesso de oferta de meios de produção, isso torna o novo investimento ainda mais lucrativo, o que eleva também sua demanda.

22 Essa possibilidade é sugerida por Marx em alguns momentos no decorrer da análise sobre a reprodução simples. Cf. Marx (2014, p. 511-512, 570-573).

23 Essa conclusão é alcançada por Marx (2014, p. 630-631) na análise dos esquemas da reprodução ampliada do capital. Produção excessiva de meios de produção implica $IIc < I(v+m)$, que é condição necessária para a reprodução em escala ampliada.

O limite para um excesso (relativo) de meios de produção aparece quando o novo capital não encontra as condições necessárias para obter uma valorização condizente com a que se observa para o capital já aplicado; em outras palavras, se a taxa de lucro que puder obter for inferior à média social. Nesse caso, sugere Marx (2017, p. 295),

seria superprodução [de capital], porque o capital seria incapaz de explorar o trabalho num grau de exploração condicionado pelo desenvolvimento “saudável”, “normal”, do processo de produção capitalista, num grau de exploração que aumenta pelo menos a massa de lucro ao aumentar a massa do capital empregado, isto é, que exclui o fato de que a taxa de lucro decresce na mesma medida em que cresce o capital ou mesmo que a taxa de lucro decresce mais rapidamente do que cresce o capital.

Portanto, a verdadeira origem da superprodução de capital encontra-se na tendência progressiva da taxa de lucro a cair. Essa tendência, que foi descrita por Marx (2017, seção III) no livro terceiro de *O capital*, resulta do fato de que, ao buscar elevar a produtividade do trabalho com o intuito de obter mais-valor adicional, a classe capitalista acaba por ampliar a massa de meios de produção manipulada por cada trabalhador e, portanto, a magnitude do capital constante com relação ao capital variável. E, como já apontado, a uma maior composição orgânica do capital corresponde uma taxa de lucro mais baixa.

Ao se deparar com uma lucratividade menor, a classe capitalista se abstém de converter o mais-valor em capital. Por isso, “o desenvolvimento da força produtiva do trabalho gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, opõe-se do modo mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva e que, por isso, tem de ser constantemente superada por meio de crises” (MARX, 2017, p. 297).

As crises são a forma mais violenta de se resolver a superprodução de capital. Mas Marx ressalta uma série de outros elementos que podem atuar no sentido de retardar a queda da taxa de lucro, de forma a adiar o efeito da crise, porém sem nunca a eliminar. Entre esses elementos, destaca-se o papel que o autor reserva ao comércio exterior.

Primeiramente, o intercâmbio internacional de mercadorias, ao permitir a importação de meios de consumo necessários para a reprodução da classe trabalhadora a um preço inferior ao encontrado no mercado nacional, contribui para o barateamento da força de trabalho, com o efeito imediato de aumentar a taxa de exploração e, em consequência, a taxa de lucro. Além disso, colabora também para a redução

do capital constante, “pois afeta o preço das matérias-primas ou dos materiais auxiliares que entram na indústria ou na agricultura” (MARX, 2017, p. 137). Com isso, reduz o montante de capital que se deve adiantar para se obter uma dada massa de lucro, elevando, portanto, sua taxa.

Ainda, o capital investido no comércio exterior obtém taxa de lucro mais elevada (que tem por efeito elevar a taxa média de lucro após sua equalização) por concorrer com capitais menos produtivos de outros países e se beneficiar, com isso, do processo de transferência de valor descrito anteriormente. Por fim, Marx (2017, p. 276) também rememora os capitais que se investem no exterior, onde as condições de acumulação são mais favoráveis. Os lucros mais elevados obtidos por eles nessas regiões são remetidos ao país de origem onde, ao participarem da equalização da taxa de lucro, auxiliam a elevá-la.

Contudo, apesar de todos os seus efeitos favoráveis no sentido de afastar as crises de superprodução de capital, o próprio comércio exterior acaba por impulsioná-las. Ressalta Marx (2017, p. 277-278):

O mesmo comércio exterior desenvolve no interior o modo de produção capitalista e, com ele, a diminuição do capital variável em relação ao constante; por outro lado, gera a superprodução em relação ao exterior e, por isso, com o passar do tempo, acaba por produzir também o efeito contrário [ou seja, o de gerar a queda da taxa de lucro].

Em suma, por se constituir em alívio momentâneo para as contradições da lógica de acumulação do capital – tanto as que geram as crises de superprodução de mercadorias quanto aquelas que geram as de superprodução de capital –, a expansão do comércio exterior aparece como resultado necessário do modo de produção capitalista. Nas palavras de Marx (2017, p. 276),

a expansão do comércio exterior, que na infância do modo de produção capitalista constituía a base deste último, converteu-se, no curso de seu progresso, em seu próprio produto, por meio da necessidade interna desse modo de produção, de sua necessidade de um mercado cada vez mais ampliado.

Por outro lado, como o mercado mundial não faz mais do que elevar essas contradições a uma escala mais ampla, ele não elimina as barreiras que o desenvolvimento

do capital impõe a ele mesmo, deixando claro que esse modo de produção tem caráter simplesmente histórico e transitório.

É a junção desses dois argumentos – o fato de a expansão do comércio exterior ser resultado necessário da acumulação capitalista; e a concepção sobre os limites dessa acumulação – que leva Marx a concluir que é a tarefa histórica desse modo de produção preparar as condições, por meio da consolidação do mercado mundial e do desenvolvimento das forças produtivas, para o surgimento de uma nova forma de relação social de produção. Pois,

se o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é, ao mesmo tempo, a constante contradição entre essa sua missão histórica e as relações sociais de produção correspondentes a tal modo de produção (MARX, 2017, p. 290).

Ao atingir seus limites históricos, o modo de produção capitalista criaria as condições para que o comunismo, forma social na qual a produção material se encontraria subjugada à consciência universal da humanidade, pudesse sucedê-lo como resultado de uma revolução de alcance mundial²⁴. No que tange à expansão do mercado mundial, seu papel na formação dessas condições seria duplo. Primeiro, ela seria necessária para vincular a história de todos os indivíduos em uma única “história mundial”, tornando o desenvolvimento das forças produtivas um fenômeno ao mesmo tempo universal e irreversível:

Quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial. [...]

24 Em uma anotação marginal ao manuscrito de *A ideologia alemã*, Marx afirma que “o comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação ‘repentina’ e simultânea dos povos dominantes”, de modo que, “sem isso, [...] o comunismo poderia existir apenas como fenômeno local, [...] e [...] toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local” (MARX; ENGELS, 2007, p. 39). Essa passagem reforça a ideia de que, para Marx, o comunismo só seria possível como um fenômeno mundial.

Somente quando o intercâmbio torna-se intercâmbio mundial e tem por base a grande indústria, quando todas as nações são levadas à luta da concorrência, é que está assegurada a permanência das forças produtivas já alcançadas (MARX; ENGELS, 2007, p. 40, 55).

Em segundo lugar, essa expansão criaria o sujeito histórico responsável por pôr em marcha o processo revolucionário: o proletariado. Nesse sentido, Marx e Engels (2007, p. 39) afirmam:

A massa dos *simples* trabalhadores [...] pressupõe o *mercado mundial* [...]. O proletariado [...] só pode, portanto, existir *histórico-mundialmente*, assim como o comunismo; sua ação só pode se dar como existência “histórico-mundial”; existência histórico-mundial dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos diretamente vinculada à história mundial.

Tal visão não implica a crença de que em algum momento *futuro* a possibilidade do comunismo seria real. Ao contrário, ela se baseia no entendimento de que, já naquele momento, o capitalismo havia cumprido esse seu papel histórico e que, portanto, as condições de sua superação já estavam dadas, tal como se pode depreender da seguinte passagem de *A ideologia alemã*:

A grande indústria [...] criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares [...]. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais à parte, a grande indústria criou uma classe que tem em todas as nações o mesmo interesse e na qual toda nacionalidade já está destruída; uma classe que, de fato, está livre de todo o mundo antigo e, ao mesmo tempo, com ele se defronta (MARX; ENGELS, 2007, p. 60-61).

É claro que, enquanto não fosse substituído por outra forma de organização social, o modo de produção capitalista trataria de ampliar cada vez mais o mercado mundial e de se implantar por todas as partes e todos os setores. Mas o fato é que

aquela conexão universal entre os indivíduos e a classe internacional dos proletários já estava formada. Desse modo, bastaria que os trabalhadores se sublevassem com sucesso em alguma nação na qual predominasse o modo de produção capitalista para que se iniciasse uma reação em cadeia de revoluções comunistas “repentinhas e simultâneas” em todos os países do mundo²⁵.

O imperialismo

Sublevações do proletariado não faltaram no período que se seguiu à morte de Karl Marx, em 1883. Entretanto, nenhuma delas teve força suficiente para instaurar o comunismo em alguma nação e iniciar a reação em cadeia que deveria pôr fim ao modo de produção capitalista em todo o mundo. Então, tal como o previsto, o capital tratou de se expandir cada vez mais pelos mercados do globo.

Contudo o cenário do mercado mundial iria mudar até o fim do século XIX. Enquanto, à época de Marx, era amplo o espaço geográfico para a expansão do capital, vinte anos após sua morte, a acirrada concorrência entre as nações capitalistas mais desenvolvidas pelo domínio dos mercados estrangeiros levou-as a dividirem o globo em suas áreas de influência com fronteiras bem delimitadas. Surgiram, com isso, verdadeiros impérios do capital.

Foi nesse contexto que o economista inglês John Atkinson Hobson publicou, em 1902, sua mais famosa obra, *Imperialismo: um estudo*, na qual buscava descobrir os princípios gerais das “políticas imperialistas” por meio de uma análise econômica do progresso do imperialismo britânico (HOBSON, 1902, p. v). Seu trabalho viria a influenciar uma gama de autores marxistas, mas não antes de o imperialismo observar novos avanços.

A divisão do mundo atingiu o clímax com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Nesse momento, poucas regiões do mundo mantinham sua autonomia perante as nações mais avançadas, entre as quais se destacam a América Latina – que, de certa forma, contava com a “proteção” da Doutrina Monroe apregoada

25 Nesse sentido, Engels (1975, p. 345) haveria sugerido: “se agora, na Inglaterra ou na França, os trabalhadores libertarem a si mesmos, isso deve levar a revoluções em todos os outros países, coisa que, cedo ou tarde, trará também a libertação dos trabalhadores desses países”.

pelos Estados Unidos –, a China e algumas outras pequenas porções da Ásia, assim como grande parcela do Oriente Médio, da Europa Oriental e da península escandinava. O restante, ou constituía área de controle direto (colônias) ou zona de influência, que se repartiam, sobretudo, entre Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Rússia.

Pouco antes desse momento, em 1910, o economista austríaco Rudolf Hilferding inauguraria o debate sobre o imperialismo no campo teórico marxista com seu livro *O capital financeiro: um estudo sobre o recente desenvolvimento do capitalismo*, no qual absorveu importantes contribuições hobsonianas. Para esse autor, o imperialismo consiste em uma política de expansão econômica que se adéqua à fase monopolista do capitalismo – fase que se seguiu ao período da livre concorrência e que foi responsável pela formação do “capital financeiro”. Portanto, o estudo do imperialismo deve ter início nas condições que levaram ao fim do período concorrencial.

Hilferding aponta que foi o próprio desenvolvimento das forças produtivas que impôs barreira ao livre trânsito de capital, impedindo o processo de equalização das taxas de lucro. Isso resultou, sobretudo, da elevação da composição orgânica com consequente aumento do capital fixo necessário para cada empreendimento. Como o capital fixo tem características próprias ao ramo ao qual pertence, sua ampliação desmesurada teria reduzido a possibilidade de sua mobilidade entre setores. Explica:

Esse gigantesco crescimento do capital fixo significa uma transferência permanentemente dificultada do capital, uma vez investido. Enquanto o capital de giro se transforma de novo em dinheiro, depois do transcurso de todo o período de rotação, e por isso pode ser investido em qualquer outro ramo da produção, o capital fixo fica imobilizado por uma grande série de períodos cíclicos no processo de produção (HILFERDING, 1985, p. 184).

Outra barreira para a equalização da taxa de lucro apontada por Hilferding, relacionada também com a elevação da composição orgânica do capital, é que esse processo normalmente resulta em uma necessidade de uma soma de capital absolutamente maior para realizar novos investimentos ou ampliar a escala daquele já instalado.

Nem mesmo o advento da mobilização de capital – a capacidade de reconverter, do ponto de vista do capitalista individual, o capital fixo em monetário por meio da venda de títulos (ações) e de aglutinar os capitais ociosos de toda a sociedade

– consegue romper essas barreiras. Por mais que permita a realização de investimentos ao garantir o montante de recursos adequados, ela não acelera a mobilidade do capital fixo para a sociedade como um todo. Com isso, argumenta Hilferding (1985, p. 186):

surgem entraves para a tendência à nivelção da taxa de lucro que crescem com a evolução do capitalismo. Esses empecilhos atuam com força diferente nos diversos setores, de acordo com a composição do capital e de acordo, especialmente, com o espaço que o capital fixo ocupa dentro do capital total. Esse efeito se fará sentir de forma mais acentuada precisamente nos setores mais evoluídos da produção capitalista, nas indústrias pesadas. Ali, o capital fixo desempenha de longe o mais importante papel, ficando o refluxo do capital já investido mais difícil.

O resultado desse empecilho à equalização da taxa de lucro é que os preços de mercado passam a divergir dos preços de produção, tornando mais rentáveis os ramos nos quais essas barreiras favorecem o surgimento de monopólios, em detrimento daqueles em que se preserva a concorrência entre pequenos capitais. Esse cenário fortalece a constituição do que Hilferding (1985, p. 219) denominou de capital financeiro:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção.

O capital financeiro consiste, em suma, no capital industrial que é controlado pelos bancos. Sua origem remonta ao surgimento das sociedades anônimas, mas alcança seu ápice com a monopolização das indústrias. Esclarece:

O rendimento industrial ganha um caráter seguro e contínuo; com isso, a possibilidade de investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez

maior. Mas o banco dispõe do capital bancário, e os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco. É evidente que, com a crescente concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas (HILFERDING, 1985, p. 219).

Com o predomínio do capital financeiro, garantido pelos grandes monopólios, uma vasta quantidade de recursos seria mantido sob o mesmo interesse, formando associações capitalistas que dominariam por completo os mercados nacionais das economias mais avançadas. E mais, com o crescente poder de tais associações, elas estabelecem relações com o próprio Estado, que passaria a atuar em favor da acumulação de capital desses grandes grupos.

Essa nova relação entre capital e Estado ficaria patente na implementação de políticas protecionistas nas próprias nações de capitalismo desenvolvido. Antes desse período imperialista, tais políticas eram utilizadas principalmente em países no qual o desenvolvimento da acumulação capitalista se encontrava mais atrasado, em uma tentativa de fortalecer uma indústria nascente armando-a contra o capital estrangeiro. Nas nações mais avançadas, o capital industrial lutava para romper as barreiras alfandegárias, permitindo que as relações econômicas com o mercado mundial atuassem como contratendência da taxa de lucro.

Contudo, com o advento da era monopolista, o protecionismo torna-se, segundo Hilferding, a política própria também das nações mais avançadas. O motivo disso é que, com taxas alfandegárias mais elevadas, os preços no mercado interno se elevavam ainda mais, para além do nível estabelecido pelo poder de monopólio. Com isso, os lucros auferidos pela grande indústria seriam majorados em detrimento da renda dos consumidores daqueles países.

Entretanto, a expansão da produção de mercadorias – que é uma tendência do modo de produção capitalista – esbarraria no estreitamento do mercado causado pelas políticas protecionistas. O Estado, então, é chamado a atuar uma segunda vez em favor do capital financeiro, verdadeiro proprietário dos monopólios. Para ampliar as vendas dessa indústria, seria necessário o domínio de outros mercados, nos quais pudessem ser, mais uma vez, erguidas barreiras em seu benefício. Hilferding (1985, p. 306) resume esse processo nas seguintes palavras:

a política do capital financeiro perseque três objetivos: primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais.

Nesse ponto, considerando a generalização de tais práticas em todas as nações desenvolvidas, inicia-se uma disputa internacional pelo domínio de territórios. Com isso, a política protecionista, implantada com o intuito de proteger os novos territórios conquistados das potências concorrentes, se generalizou por todo o mundo, dificultando de modo geral a exportação de mercadorias.

O capital financeiro, para driblar tais dificuldades, intensifica a exportação de capitais, fundando por completo as políticas imperialistas. Seus resultados seriam: em primeiro lugar, a internacionalização do capital – uma vez que indústrias de uma mesma propriedade estariam dispersas por vários países –; e em segundo lugar, com a possibilidade de o capital buscar remuneração em outras economias, haveria uma ampliação dos períodos de prosperidade e atenuação dos períodos de crises, apresentando efeitos estabilizadores para a acumulação.

Portanto, o cenário final ao qual chega Hilferding é de um crescente conflito entre nações capitalistas mais desenvolvidas e uma *subordinação* das economias coloniais atrasadas. Com relação a esse último elemento, é interessante observar que o autor considerava que, por meio da exportação de capitais, a economia colonial passaria a contar com uma produção industrial condizente com a técnica dos países mais avançados – de modo que a política imperialista teria como resultado a aceleração do desenvolvimento econômico.

Nos anos que se seguiram à publicação de *O capital financeiro*, outros importantes pensadores se juntariam a Hilferding em suas reflexões sobre o imperialismo, tais como Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Nikolai Bukharin e, o mais importante entre eles, Vladimir Lênin – mais importante não apenas por ter liderado o processo revolucionário que levaria a Rússia, em 1917, a se tornar a primeira nação a reivindicar-se como socialista, mas por ser o intelectual de maior impacto, depois de Marx, sobre os autores da teoria da dependência²⁶.

26 Com relação aos demais autores citados, cabe destacar a importância do debate que se desenvolveu entre Rosa Luxemburgo e Nikolai Bukharin. Luxemburgo publicou em 1913 seu livro *A*

A obra de Hilferding influenciou significativamente o pensamento de Vladímir Ilitch Lênin, apesar de este o considerar um “antigo ‘marxista’, atualmente companheiro de armas de Kautsky e um dos principais representantes da política burguesa reformista do ‘Partido social-democrata independente da Alemanha’” (LENIN, 1980, p. 13), em suma, um traidor oportunista²⁷. No livro que publicou em 1917, intitulado *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, Lênin reapresenta grande parte dos argumentos de Hilferding (assim como os de Hobson), com algumas pequenas variações. Entretanto, alcança conclusões bem diferentes. Isso pode ser percebido desde seu entendimento sobre o que seria o imperialismo:

Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque, por um lado, o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas de industriais; e, por outro lado, porque a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potência

acumulação de capital: uma contribuição para a explicação econômica do imperialismo, no qual buscava dar uma resposta aos esquemas de reprodução ampliada do capital social total desenvolvido de forma inacabada por Marx, relacionando-os com a expansão imperialista dos países capitalistas europeus, sobretudo a Alemanha. Seu argumento pode ser sintetizado na seguinte premissa: para que a acumulação capitalista possa ocorrer, é necessária a existência de um mercado adicional (além dos consumos dos capitalistas e trabalhadores), com o qual se trocaria a parte do mais-valor que se converteria em capital; de modo que o imperialismo não passaria de expressão política dessa necessidade econômica. Diante das fortes críticas que recebeu, a autora escreveria em 1915 sua anticrítica intitulada *A acumulação de capital ou o que os epígonos fizeram da crítica marxista*, publicada postumamente em 1921. Foi, sobretudo, a essa anticrítica que Bukharin iria, em 1924, endereçar suas objeções à interpretação de Rosa, evidenciando muitos dos equívocos desta autora. Apesar de ambos os lados dessa querela apresentarem formulações de interesse para uma análise dos esquemas de reprodução, essa linha de argumentação não emergiu entre os principais debatedores da teoria da dependência. A exceção coube a uma tentativa malsucedida de Marini (1979) de analisar os esquemas de reprodução mesclando-os com os preços de produção.

27 Assim como considerava a tantos outros. Seguindo o mesmo caminho, Bukharin também tinha o costume de encontrar muitos traidores e ex-marxistas entre seus companheiros, até o momento que Josef Stálin resolveu executá-lo por traição.

capitalista, para a política colonial da posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente partilhado (LENIN, 1980, p. 87-88).

Em primeiro lugar, pode-se observar que toda a concepção de Hilferding sobre a fase monopolista do capitalismo e sobre o advento do capital financeiro se encontra preservada na aceção de Lênin. Também está presente aí a visão sobre a mudança no mercado mundial, que não passa a contar com muitas regiões “livres” para a expansão do capital. Entretanto, a diferença fundamental entre os dois autores já se pode entrever na citação supra: trata-se da distinção entre a ideia do imperialismo enquanto uma “fase” do capitalismo, em contraposição a uma “política” adequada à fase monopolista.

Essa é uma questão essencial no pensamento de Lênin: o imperialismo consistiria na última *fase* do modo de produção capitalista, pois com ele se dão todos os elementos que tornam a sua superação pelo comunismo global como necessária e inevitável. A formação dos monopólios internacionais subjugados a uma oligarquia financeira consistiria no elemento da “transição do regime capitalista para uma ordem econômica e social superior” (LENIN, 1980, p. 122). Em outras palavras, a socialização dos meios de produção, levada a termo pela formação dos monopólios, seria o último desenvolvimento necessário do capitalismo que permitiria às massas comandarem o processo de produção. Argumenta o autor:

Monopólios, oligarquias [financeiras], tendências para o domínio em vez de tendência para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações pequenas e fracas por um punhado de nações extremamente ricas ou poderosas: tudo isso originou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário ou decomposto (LENIN, 1980, p. 123).

Parasitário, pois as nações mais avançadas passariam a se voltar para o rentismo, ou seja, para a absorção de renda que deriva da exploração da produção em países estrangeiros. A separação da apropriação do excedente de seu fato gerador levaria a oligarquia financeira dos países parasitários a sustentar-se por meio da propagação da pobreza nas regiões colonizadas. Essa absorção de excedente permitiria, inclusive, que a classe dominante cooptasse parcela dos trabalhadores dos países ricos (um pequeno grupo de oportunistas) que passariam a apoiar as próprias políticas imperialistas.

E *decomposto*, uma vez que, ao se aproveitar das manipulações nos preços de mercado para elevar os lucros, a classe capitalista iria, progressivamente, perdendo os estímulos ao progresso técnico:

Na medida em que se estabelecem, ainda que momentaneamente, preços de monopólio, isso fará desaparecer até certo ponto os estímulos do progresso técnico e, por consequência, de qualquer outro progresso; e então, torna-se possível, no plano econômico, travar artificialmente o progresso técnico (LENIN, 1980, p. 98).

Com o fim do estímulo ao progresso técnico, o capitalismo alcança o limite de seu desenvolvimento e conclui, com isso, sua tarefa histórica. “De tudo que deixamos dito”, declara Lênin (1980, p. 125), “acerca da natureza econômica do imperialismo, resulta que devemos caracterizá-lo como um capitalismo de transição, ou mais exatamente, como um capitalismo agonizante”.

Por fim, merece destaque a leitura de Lênin sobre os efeitos que essa fase do capitalismo gera nas nações atrasadas. Em primeiro lugar, assim como Hilferding, esse autor afirma que as exportações de capital aceleram poderosamente o desenvolvimento do capitalismo nessas nações (LENIN, 1980, p. 63). Ou seja, enquanto os países avançados entram em decomposição, os demais observam um salto no processo de industrialização.

Além disso, é interessante observar o efeito do imperialismo sobre as nações atrasadas não coloniais. Mesmo tendo dado pouca ênfase a esses países, Lênin (1980, p. 84) chega a descrever a situação em que se encontram:

Esta época [a fase imperialista do capitalismo] não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados, mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presos nas redes de uma dependência financeira e diplomática.

Entre essas nações formalmente independentes, mas efetivamente dependentes, o autor destaca o caso da América do Sul em geral e da Argentina em particular. Curiosamente, aponta também a situação de Portugal como pertencente a essa mesma

categoria de países. Sem entrar em muitos detalhes de como se dá esse processo de subordinação, Lênin (1980, p. 81) explica que “o capital financeiro é um fator, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política”.



O debate da dependência

Lênin não viveu o suficiente para ver a grande crise que atingiu as potências econômicas em 1929. Mas qualquer observador da década de 1930 poderia dar crédito à teoria do imperialismo formulada por ele. A estagnação econômica parecia ter atingido os países mais desenvolvidos, enquanto a expansão do capital andava a passos largos nas nações periféricas. Naquele período era ampla a crença de que, em breve, o capitalismo cederia espaço para o socialismo em todas as nações do mundo.

Entretanto, o modo de produção capitalista fez jus, mais uma vez e como sempre, às frases gravadas por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* e tratou de revolucionar as próprias bases sobre as quais se assentava antes que o proletariado tivesse a chance de fazê-lo. Tudo o que parecia sólido se desmanchou no ar.

Após a Segunda Grande Guerra, emergiu um mercado mundial bipartido entre o bloco comunista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e o bloco capitalista, sob a batuta dos Estados Unidos da América. A política imperialista mudou de forma e praticamente abandonou a dominação colonial, marca da fase do capitalismo que deveria ter sido a última.

Por outro lado, a esmagadora maioria das nações “atrasadas”, mesmo tendo avançado significativamente em seu processo de industrialização, não conseguiu superar a dependência econômica. O vigoroso processo de industrialização por substituição de importações (como ficaria conhecido) avançou a passos largos em várias regiões do mundo, sobretudo na América Latina, durante os trinta anos que se seguiram à crise de 1929. Mas, no decorrer da década de 1960, pareceu mostrar seus limites quando essas regiões entraram nas primeiras crises industriais de suas histórias.

Havia, portanto, a necessidade de uma nova interpretação sobre os fenômenos em curso. Do mesmo modo que a teoria do imperialismo havia sido fundada por um teórico não marxista, a pedra fundamental da teoria da dependência seria lançada por um economista estranho a essa tradição. Em 1949, o argentino Raúl Prebisch, presidente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) da Organização das Nações Unidas (ONU), publicou o artigo “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, no qual afirmaria que a queda dos preços dos produtos primários (produzidos pelas nações periféricas) ocorre em desarmonia com a elevação da produtividade, gerando uma transferência dos frutos do progresso técnico para os países centrais, tese que ficou conhecida como a “deterioração dos termos de intercâmbio”. E o brasileiro Celso Furtado, outro economista cepalino, desenvolveria o estruturalismo, um arcabouço teórico no qual se insere uma análise completa do fenômeno da dependência.

A transição do debate sobre a dependência para dentro da teoria marxista tem seu início com a obra publicada por Paul Alexander Baran nos Estados Unidos em 1957, *A economia política do desenvolvimento*. Por mais que alguns prefiram não classificá-lo como um marxista, pois sua análise prescinde da categoria do mais-valor²⁸, esse autor sugere a existência de um processo de exploração entre países. E, ainda, afirma que a independência política conquistada pelas nações subdesenvolvidas não as livrou do jugo econômico dos países mais ricos. Em suas palavras:

As forças que moldaram o destino do mundo subdesenvolvido ainda hoje influenciam poderosamente as condições econômicas e sociais que aí prevalecem. Suas formas mudaram, e variou sua intensidade; suas origens e direções, porém, permaneceram inalteráveis. Controlam elas agora, como controlaram no passado, o destino dos países capitalistas subdesenvolvidos; a rapidez com que venham a ser dominados, bem como os métodos a serem empregados para tal fim, determinarão o desenvolvimento econômico e social futuro desses países (BARAN, 1984, p. 153).

28 Em vez do “mais-valor”, Paul Baran prefere valer-se do termo “excedente econômico”, que se diferencia do primeiro por fazer referência apenas à parte do produto total de uma sociedade que pode – efetiva ou potencialmente – ser transformada em novos investimentos.

As categorias cepalinas começam a receber um tratamento adequado ao paradigma marxista com o debate iniciado por Arghiri Emmanuel, em 1962, sobre o intercâmbio desigual²⁹. Entretanto, a despeito de tratar das desigualdades entre as nações e de dialogar amplamente com a teoria leninista, Emmanuel não constrói uma categoria da *dependência* propriamente dita. Esta iria ser formulada alguns anos mais tarde como que em simultâneo por três distintos autores: André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Theotonio dos Santos.

Gunder Frank publicou, em 1967, *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*. Nessa obra, afirma que o subdesenvolvimento não consiste em etapa anterior ao desenvolvimento dos países centrais, mas uma realidade distinta, o outro lado da moeda na relação de dependência entre um país satélite e sua metrópole. Cunha então o conceito de desenvolvimento do subdesenvolvimento para afirmar que a periferia se desenvolvia em um sentido próprio, que permitia a apropriação de seus excedentes por países estrangeiros.

Frank (1980) afirma que havia escrito o referido livro entre os anos de 1963 e 1965, corroborando a sugestão de Ruy Mauro Marini (2005) de que ele absorvera, em sua passagem pelo Brasil em 1963, os novos elementos teóricos (da dependência) que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira.

Esse grupo, ao qual Marini faz referência, consiste em um conjunto de intelectuais que se reuniu, pela primeira vez, na recém-constituída Universidade de Brasília, entre os quais estavam, além do próprio Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Teria sido, então, a partir dos debates por eles realizados que Santos publicaria em seu exílio no Chile, também em 1967, seu primeiro texto sobre o assunto, *O novo caráter da dependência*.

Um desenvolvimento um tanto quanto paralelo levou Fernando Henrique Cardoso a elaborar, em conjunto com Enzo Faletto e a partir de debates realizados no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) – organismo que forma parte da Cepal –, uma análise sobre a dependência com grande consonância com o texto de Santos. Intitulado *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, esse estudo, que foi publicado no Chile em 1969, já

29 Embora alguns prefiram chamar sua teoria de “um raciocínio pretensamente marxista” (SANTOS, 1991, p. 21).

contava com versão mimeografada circulando desde 1967³⁰ – embora em 1965 Cardoso já havia apresentado a referida categoria em um texto de discussão interno ao Ilpes, um protótipo do ensaio que desenvolveria com Faletto.

De todo modo, essa pequena polêmica em torno da “paternidade” da teoria da dependência demonstra que se tratava de um tema de interesse para o debate marxista. Em seguida às primeiras publicações, iniciou-se uma ampla produção teórica.

Na Europa, o economista marxista egípcio Samir Amin incorporaria o conceito de “troca desigual” de Emmanuel, além de grandes contribuições de Frank (não sem poupá-lo de críticas), para construir uma das mais complexas e completas elaborações sobre a teoria da dependência. E em contraposição a esses três nomes, Ernest Mandel apresentaria sua própria interpretação do fenômeno da dependência. Mas, aos poucos, o debate na Europa foi tomando outra forma e se direcionando para a teoria dos sistemas-mundo.

Na América Latina, aos autores já citados, que continuaram a produzir trabalhos sobre o tema, somou-se uma ampla gama de intelectuais, entre os quais Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Aníbal Quijano, entre outros. Devido à grande gama de trabalhos e às distintas formas como o conceito de dependência foi tratado, torna-se quase impossível apresentar uma visão unânime sobre o significado dessa corrente teórica. Todavia é possível dizer que a melhor sumarização desse debate foi apresentada por Pedro Paz em 1981, de onde se pode extrair um significado geral da categoria dependência:

A dependência é concebida como um sistema de relações de dominação, pelo qual parte do excedente gerado na periferia é apropriada principalmente pela fração hegemônica da burguesia dos países dominantes, e/ou transferido para o centro. Como com ele, se verifica um maior controle sobre os centros de decisão em matéria de tecnologia, financiamento, administração, comercialização etc. (PAZ, 1981, p. 66-67).

30 Tanto que, no primeiro artigo de Marini que traz a categoria da dependência, “Subdesenvolvimento e revolução na América Latina”, publicado em 1967, já há uma referência ao ensaio ainda inédito de Cardoso e Faletto.

Nesse sentido, observa-se que não se trata de um objeto de pesquisa distinto da teoria do imperialismo. Inclusive, um ponto quase unânime entre esses teóricos é de que o objetivo da teoria da dependência é não apenas o de “reelaborar a teoria do imperialismo, de modo a mostrar como se dá acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional” (CARDOSO, 1973, p. 133), mas desenvolver uma visão teórica que parte da própria periferia. Tal como ressaltou Santos (2011, p. 357), “o estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países deve dar origem à teoria da dependência”; afinal: “Nem Lênin, Bukharin, Rosa Luxemburgo, os principais elaboradores marxistas da teoria do imperialismo, nem os poucos autores não marxistas que se ocuparam do tema, como Hobson, enfocaram o tema do imperialismo do ponto de vista dos países dependentes”.

Arghiri Emmanuel e a troca desigual

Se a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, elaborada por Prebisch, marcou o início do debate sobre o subdesenvolvimento no pensamento econômico tradicional, pode-se dizer que a “troca desigual” de Arghiri Emmanuel teve um papel similar dentro do campo teórico do marxismo. Não que o marxismo havia se furtado a reconhecer até então as distintas realidades dos países periféricos em relação às economias centrais – essa concepção já estava presente em Marx, assim como nos autores da teoria do imperialismo. Entretanto, ao apresentar a primeira tentativa de explicar a deterioração dos termos de troca por meio da teoria do valor trabalho, Emmanuel demonstrou como a própria relação econômica que se estabelecia no mercado mundial poderia ser a causa do subdesenvolvimento. Por isso que Emmanuel pode ser considerado um precursor do debate sobre a dependência, um dos primeiros autores marxistas a analisar o desenvolvimento do capitalismo mundial com um olhar que parte da periferia.

A teoria da troca desigual veio a público pela primeira vez em um trabalho apresentado em 1962, que rapidamente fomentou um intenso debate entre os marxistas franceses. Sete anos mais tarde, o autor publicaria *A troca desigual: ensaio sobre o antagonismo das relações econômicas internacionais*, em que os mesmos argumentos reaparecem com maiores detalhes.

A tese de Arghiri pode ser resumida da seguinte forma: existem determinações exclusivas às trocas internacionais que levam os termos de intercâmbio a se deteriorarem em prejuízo dos países que mantêm salários mais baixos. A consequência dessa troca desigual é uma transferência de mais-valor entre nações, responsável pelo subdesenvolvimento daqueles países.

Para Emmanuel, o elemento que diferencia o espaço das trocas internacionais e o espaço das trocas nacionais repousa exclusivamente nas suposições quanto à mobilidade dos “fatores de produção”. Enquanto é natural, afirma Emmanuel, que se suponha uma plena mobilidade de fatores dentro das fronteiras de um mesmo país, a própria observação empírica leva os pesquisadores a suporem restrições no cenário externo.

Entretanto, enquanto a economia burguesa tem concentrado seus esforços de análise na suposição de uma livre mobilidade de mão de obra concomitante a uma restrição no trânsito do capital (pressupostos que, segundo Arghiri, estariam presentes na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo), Emmanuel propõe que o oposto seria mais condizente com a realidade. Sua teoria da troca desigual irá demonstrar, então, como se comportam os preços quando as barreiras político-econômicas impedem a equalização dos salários entre diferentes regiões nas quais opera a equalização da taxa de lucro.

Em uma situação na qual reine a livre mobilidade tanto do capital quanto do trabalho, a concorrência será responsável por igualar tanto a taxa de lucro dos capitais aplicados nas diferentes nações quanto o nível salarial da classe trabalhadora. Como resultado da dinâmica intrínseca do mercado, as mercadorias são trocadas, em tal cenário, por seus preços de produção. Emmanuel exemplifica esse raciocínio por meio de um exemplo numérico, reproduzido na Tabela 1.

Tabela 1 – Preços de produção nas trocas internacionais
com mobilidade de fatores

Países	K Capital total investido	c Capital constante consumido	v Capital variável	m Mais-valor	V = (c+v+m) Valor
A	240	50	60	60	170
B	120	50	60	60	170
Total	360	100	120	120	340

Países	R = (c+v) Custos de produção	T Taxa de lucro	p = TK Lucro	L = R + p Preços de produção
A	110	33,33 %	80	190
B	110		40	150
Total	220		120	340

Fonte: Emmanuel (1973, p. 119).

Nesse exemplo, cada um dos dois países produz uma massa de mercadorias de 170 unidades (horas) de trabalho. Se trocassem seus produtos pelos valores neles contidos, a relação de troca estabeleceria que cada unidade de trabalho de B permitiria se apropriar de uma única unidade de A.

Com a equalização da taxa de lucro, os termos de troca divergem da relação entre os valores. Desse modo, os produtos presentes em uma hora de trabalho no país B seriam trocados pelo equivalente a apenas 0,79 horas de trabalho do país A, devido à relação que se estabelece entre os preços de produção ($\frac{150}{190} \cong 0,79$). Tal relação determina uma transferência de mais-valor na ordem de 20 unidades do país B para o país A. Entretanto, para Emmanuel (1973, p. 223), nada há para se identificar, nesse tipo de divergência entre preços e valores, uma “troca desigual”:

A primeira razão que nos impede esta identificação é que este gênero de não equivalência existe em toda e qualquer troca no sistema capitalista, seja no interior ou

no exterior da nação, e, no plano metodológico, nada haveria a ganhar em transformá-la numa nova categoria.

Ou seja, a “troca desigual” que o autor busca encontrar deve se referir a um fenômeno que diverge do caso normal. Além disso, ele sugere que a divergência da composição orgânica entre países é uma consequência natural do desenvolvimento capitalista e existe mesmo em um modelo de concorrência perfeita. Desse modo, “os preços de produção, que têm em conta o capital investido, constituem [...] um elemento imanente ao sistema concorrencial” (EMMANUEL, 1973, p. 225). Ressalta, ainda, que a transferência de valor determinada pelos preços de produção não implica necessariamente uma “deterioração dos termos de troca”, ou seja, não implica que o país B absorverá uma quantidade necessariamente menor de valores de uso que absorveria caso a composição orgânica média de seu capital fosse a mesma do país A. Com isso, o autor conclui que “qualificar de desigual a troca que decorre da transformação dos valores em preços de produção equivaleria a emitir um julgamento de valor e tomar uma posição sobre uma controvérsia mais filosófica que económica” (p. 231).

Já em uma situação na qual há restrição quanto à mobilidade do fator trabalho, a situação seria muito diferente, pois permitiria uma diferenciação dos salários entre os países. Supondo que o país A apresentasse um custo de mão de obra cinco vezes mais elevado que o do país B, a divergência entre preços e valores seria alçada a outro patamar, como ilustra a Tabela 2.

Tabela 2 – Preços de produção nas trocas internacionais sem mobilidade da força de trabalho e taxas de exploração desiguais

Países	K Capital total investido	c Capital constante consumido	v Capital variável	m Mais-valor	V = (c+v+m) Valor
A	240	50	100	20	170
B	120	50	20	100	170
Total	360	100	120	120	340

Países	R = (c+v) Custos de produção	T Taxa de lucro	p = TK Lucro	L = R + p Preços de produção
A	150	33,33 %	80	230
B	70		40	110
Total	220		120	340

Fonte: Emmanuel (1973, p. 120).

Nesse caso, os preços de equilíbrio seriam distintos não apenas do valor das mercadorias, mas também dos preços de produção que seriam obtidos caso não houvesse qualquer constrangimento na mobilidade dos fatores. Dessa vez, para cada hora trabalhada em B, seria possível obter uma quantia de produtos que representa apenas 0,49 horas de trabalho do país A ($\frac{110}{230} \cong 0,49$). A transferência de mais-valor de B para A teria, então, se elevado de 20 para 40 unidades de trabalho. Aqui, há uma troca desigual não pelo fato de os termos de intercâmbio se diferenciarem da relação entre os valores, mas porque se deterioraram em relação aos preços de produção obtidos em condições de livre mobilidade de fatores (já que $0,79 > 0,49$). Assim, para Emmanuel (1973, p. 122), a troca desigual é caracterizada pela transferência de valor que decorre exclusivamente da divergência entre as taxas de exploração:

Para além de toda e qualquer alteração de preços resultante de uma concorrência imperfeita no mercado das mercadorias, a troca desigual é a relação dos preços de equilíbrio que se estabelece em virtude da perequação dos lucros entre regiões com taxas de mais-valia “institucionalmente” diferentes – significando o termo

“institucionalmente” que essas taxas escapam, seja por que razão for, à perequação concorrencial no mercado dos factores e são independentes dos preços relativos.

O autor, ainda, acrescenta de modo tácito à sua definição o fato de que é essa parcela da transferência de valor a causa do subdesenvolvimento. A troca desigual teria, portanto, o papel de “bloquear” o desenvolvimento ao não favorecer a ampliação da composição orgânica das nações periféricas.

Emmanuel encontra-se, então, diante de uma bifurcação: seu modelo apresenta uma correlação entre baixos salários e termos de troca desfavoráveis, mas nada afirma sobre qual a relação causal entre essas duas variáveis. Constata que

a perequação dos lucros, admitida no esquema, pode ter duas consequências possíveis: ou a diferença dos preços, por não se poder repercutir nos lucros, se repercute nos salários, ou a diferença dos salários, por não se repercutir nos lucros, se repercute nos preços (EMMANUEL, 1973, p. 123).

No entanto, qual seria a causa e qual seria a consequência? Se os preços das mercadorias são os determinantes dos salários, isso significaria que qualquer flutuação dos preços levaria necessariamente a uma alteração dos salários. Emmanuel (1973, p. 123-124) ressalta:

Não se trata efectivamente de dizer que os salários dos produtores de cacau devem seguir os preços do cacau, o que poderia ser intuitivamente aceitável, mas que *todos* os salários no Ghana devem seguir os preços do cacau, uma vez que aceitamos que no interior de cada país a perequação dos salários se continua a verificar.

Esse raciocínio deve ser repudiado veementemente. Afinal, “toda a nossa experiência, toda a nossa situação, todos os nossos conhecimentos, o facto estatístico e o simples bom senso contradizem semelhante conjectura” (EMMANUEL, 1973, p. 24). O autor ainda reconhece que os preços oscilam diariamente nos mercados, mas por vários motivos os salários são predominantemente estáveis.

Por fim, como os baixos salários são a causa do intercâmbio desigual, e já que esse intercâmbio desigual engendra o subdesenvolvimento – pois “bloqueia” a

ampliação da composição orgânica –, resta a conclusão de que, para superar o subdesenvolvimento, basta aos países periféricos elevarem o nível dos salários nacionais. Emmanuel busca essa conclusão não unicamente das derivações lógicas aqui apresentadas. Para alcançá-la, recorre aos exemplos históricos. Ao analisar a relação entre a elevação dos salários e o desenvolvimento econômico tal como aconteceu notadamente nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Dinamarca e Holanda, o autor deduz: “o desenvolvimento apresenta-se [...] não como causa, mas como o efeito dos salários elevados” (EMMANUEL, 1973, p. 185). Por fim, enuncia: “o nível dos salários actua *directamente* – isto é, pelo simples jogo da lei do valor – sobre os factores económicos, ao determinar a necessidade de uma intensificação da composição orgânica do capital e induzindo os investimentos pelo alargamento do mercado” (p. 184-185).

Esse é, em resumo, o principal argumento por trás da obra de Emmanuel. A despeito de apresentar um avanço ao abordar uma temática quase que ignorada pelos autores marxistas, a “troca desigual” tal como apresentada por esse autor constitui-se em um acúmulo de deslizos e incompreensões das mais diversas naturezas³¹. Mesmo que seu raciocínio estivesse correto, é preciso observar que o modelo estático utilizado por Emmanuel apresenta-lhe apenas uma parte da “verdade” resultante do movimento dos preços de produção. Se é um fato que, *coeteris paribus*, a ampliação dos salários determina uma relação de troca favorável ao país que adota essa medida, a dinâmica que leva a essa equação – elemento ignorado pelo autor – aponta que isso ocorre à custa do desenvolvimento econômico, e não em prol deste.

A equalização das taxas de lucro é um resultado do movimento do capital em busca de maiores retornos. Assim, a ampliação dos salários em dado país, que apresenta como resultado uma redução da taxa de lucro local, determina a fuga do capital para setores mais rentáveis em outros países, onde os salários são menores (é preciso lembrar que os esquemas de Emmanuel repousam no pressuposto da total mobilidade de capital entre nações). Se esse referido país controla o monopólio de alguma produção, tal movimento resultará na recomposição da taxa de lucro (pela redução da oferta e consequente elevação dos preços). Mesmo assim, os termos de troca mais

31 Muitos de seus problemas foram levantados no profícuo debate que essa obra suscitou. Cf. Palloix (1981), Mandel (1982), Bettelheim (1973, 1981) e Schöeller (1979). O maior contendor de Emmanuel foi Charles Bettelheim, que também foi quem mais o incentivou e auxiliou em sua produção.

favoráveis são conquistados em consequência da redução do capital total presente na região, ou seja, por uma contração das forças produtivas capitalistas.

No entanto, se o país em questão não controla o monopólio de sua produção, ou seja, se está submetido às forças da concorrência, a fuga de capital talvez não seja capaz de elevar os seus preços de produção – no caso de esse capital vir a se instalar nesse mesmo setor, mas em outro país com salários mais baixos. Assim, a fuga de capital seria total, e o país observaria uma estagnação do desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento capitalista não consiste apenas na elevação da composição orgânica média de uma sociedade, mas também se relaciona com a magnitude que a acumulação capitalista alcança relativamente à economia nacional. Um país que mantenha apenas um pequeno setor de elevada intensidade tecnológica em meio a uma organização do trabalho predominantemente familiar e de subsistência não é mais “desenvolvido” do que outro no qual toda a sua população se envolve em uma produção industrial de baixa tecnologia.

A teoria econômica não permite que Emmanuel alcance as conclusões a que chegou. Isso evidencia que, se há uma correlação entre o aumento de salários e uma industrialização procedente nos países observados pelo autor, isso provavelmente decorre do fato de que uma terceira variável não observada atuou como causa tanto da elevação dos salários quanto da geração de desenvolvimento.

A despeito de suas falhas, a troca desigual apresenta um grande mérito: o de introduzir no debate marxista a questão da desigualdade de condições nas trocas internacionais. Tal assunto já havia sido sugerido por Marx, mas não foi desenvolvido por nenhum teórico do imperialismo. Se a teoria de Emmanuel é defeituosa, não se trata então de abandoná-la, mas de apresentar uma interpretação mais adequada. Esse pensamento está presente em quase todos os autores da teoria da dependência, que viriam a apresentar suas próprias versões (muitas vezes implícitas) da “troca desigual”.

Nesse sentido, Bettelheim (1973, p. 26) foi o primeiro a contribuir para uma correção dos rumos, apresentando uma nova definição para o termo “troca desigual” que retira o juízo de valor impresso por Emmanuel:

Emprega-se esta expressão para dizer que, no mercado mundial, as nações pobres são obrigadas a vender o produto de um número relativamente grande de horas

de trabalho para obterem em troca, das nações ricas, o produto de um número de horas de trabalho mais reduzido.

Seja devido à diferença de composição orgânica na concorrência intersetorial, aos níveis de produtividade e intensidade do trabalho divergentes em um mesmo setor³², ao grau de exploração da força de trabalho, ao poder de monopólio, seja qual motivo for³³, o problema da desigualdade nas trocas repousa no fato de que os termos de intercâmbio expressam quantidades divergentes de horas de trabalho socialmente necessárias. Esse é o fundamento da troca desigual.

Fernando Henrique Cardoso e o desenvolvimento dependente e associado

Fernando Henrique Cardoso foi o teórico latino-americano com maior inserção internacional no debate sobre a dependência. Sua principal obra sobre o tema foi a que produziu em coautoria com Enzo Faletto, intitulada *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. A mais provável origem do referido livro remete a um seminário ocorrido nos idos de 1964 no Instituto Latino-Americano de Pesquisa Econômica e Social (Ilpes), vinculado à Cepal, que tinha por objetivo debater a estagnação econômica que acometia a América Latina.

Desse encontro, derivou um documento elaborado por Cardoso em 1965, com o título “O processo de desenvolvimento na América Latina: hipóteses para uma interpretação sociológica”, no qual o autor apresenta significativas contribuições ao debate sobre a industrialização dos países periféricos. Nesse texto, além de lançar as bases do método que chamou de “análise integrada”, é feita uma leitura

32 A ideia de que a concentração de mais-valor adicional nos países tecnologicamente mais avançados também pode ser fonte de troca desigual – ideia já apresentada por Marx – foi resgatada por Mandel (1982).

33 Todas as variáveis envolvidas na formação dos preços de produção podem ensejar tal desigualdade, assim como todos os processos que aceleram ou dificultam a equalização dos lucros podem colaborar nesse sentido.

histórica que ressalta a “situação de dependência” resultante da vinculação subordinada dos países latino-americanos ao mercado mundial. Afirma:

Essa situação de dependência supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica das economias desenvolvidas, com as quais a economia subdesenvolvida mantém relações de dependência (CARDOSO, 1965, p. 14).

Contando com a colaboração de Faletto, Cardoso conclui a redação definitiva de seu ensaio em 1967, momento a partir do qual o mesmo começou a circular amplamente em versão mimeografada. Seu livro, que só viria a ser publicado em 1969, é um debate direto com a teoria cepalina, em uma tentativa de demonstrar a insuficiência das interpretações “economicistas”, que ignoravam os determinantes políticos do processo de transformação social. Esse é o objetivo do método da “análise integrada” presente em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. No entanto, é preciso ressaltar que a referida perspectiva metodológica remonta às elaborações de Cardoso em sua obra *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (CARDOSO, 1962), na qual o autor apresenta uma primeira síntese da sua compreensão sobre o materialismo dialético, derivada de uma série de seminários sobre estudos marxistas realizados na Universidade de São Paulo, dos quais participaram nomes como Paul Singer, José Arthur Gianotti e Michael Löwy.

Em vários escritos posteriores, Cardoso afirma que o método da análise da dependência que descreve não é nada mais do que a dialética marxista: “Não tem sentido inventar procedimentos teórico-metodológicos supostamente novos para caracterizar a corrente de pensamento a que me estou referindo. Implícita ou explicitamente a fonte metodológica é a dialética marxista” (CARDOSO, 1995, p. 91). No entanto, quem se debruça sobre o livro que escreve em coautoria com Faletto não encontra referências à dialética e às categorias marxistas como valor e mais-valor, o que fez alguns dos intérpretes do debate clássico da dependência, sobretudo aqueles que escreviam em língua inglesa, classificarem a referida obra como derivação do estruturalismo cepalino.

Entretanto, é preciso compreender *Dependência e desenvolvimento na América Latina* como parte de uma produção mais ampla de Cardoso e Faletto, de cunho inegavelmente marxista. Assim, a questão sobre a linguagem adotada e a ausência de

categorias marxistas em sua principal obra é intrigante. Tal opção “estética” pode ser explicada pelo fato de o livro ter sido elaborado para um conjunto de interlocutores não marxistas (os autores cepalinos)³⁴. Mas o fato é que a “análise integrada” que apresentam no referido livro é amplamente compatível com a interpretação de Cardoso sobre a dialética marxista, e até mesmo mais facilmente compreendida a partir desta.

Para os autores, a categoria central que explica o processo de transformação social das nações dependentes é a luta de classes. Nesse sentido, o objetivo da “análise integrada” é de acoplar a leitura da estrutura econômica com os fatores políticos e sociais que dela derivam (superestrutura). As análises econômicas, na visão de Cardoso e Faletto, se baseiam apenas nos condicionantes estruturais, relacionados estritamente com o modo de produção de determinada sociedade. Portanto, apontam que é necessário ir além e incorporar a esses condicionantes estruturais tanto os fatores sociais que os compõem (a divisão de grupos e classes que derivam de sua posição no processo produtivo) como os fatores que põem em marcha as sociedades – o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais.

Nesse sentido, os autores esclarecem as relações hierárquicas que existem entre esses dois componentes nos quais se divide a totalidade concreta. Em primeiro lugar, a dimensão econômica determina a estrutura social:

Em termos puramente econômicos, o grau de desenvolvimento de um setor produtivo pode ser analisado através de um conjunto de variáveis e de relações entre variáveis que refletem o processo de diferenciação da economia. A partir dessa análise e principalmente levando-se em conta o comportamento da renda e a estrutura do emprego, pode-se inferir a forma que assume a estrutura social (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 18).

34 Mesmo sem apresentar categorias marxistas, o livro já sofria certa rejeição. Como Cardoso comenta em entrevista ao falar de seu livro escrito com Faletto e produzido originalmente como um relatório para o Ilpes: “A direção do Ilpes não quis publicar o relatório sob a forma de livro alegando que era, na verdade, um informe interno dirigido a Prebisch. O texto levou dois anos ou mais para ser publicado [em 1969]”. “Mas por que não deixaram?”, indaga o entrevistador. Cardoso explica: “Porque eles tinham medo, pois era um livro de crítica, falava de pessoas, de países, e um texto da Cepal é um texto da ONU, deve ser comedido” (CARDOSO, 2006, p. 81). Qual teria sido a reação da Cepal se, nesse texto, Cardoso e Faletto fizessem referências claras a categorias como mais-valor, taxa de exploração e valor trabalho?

Em seguida, a dinâmica da luta de classes, que não resulta simplesmente de um determinismo derivado da estrutura econômica e de seus processos cumulativos (leis tendenciais), estabelece a preponderância de certas classes e grupos de classes sobre o conjunto da sociedade:

a mudança das estruturais sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas “variáveis” que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 18).

Por fim, o resultado dessa disputa de poder permite que os grupos dominantes direcionem a ação prática de transformação da estrutura econômica que agirá, claro, em seu benefício. Nas palavras de Cardoso e Faletto (1970, p. 23), “é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permite impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio”. E, assim, a nova estrutura econômica, fruto das ações da sociedade sobre a (e limitadas pela) estrutura previamente existente, estabelece novas formas de relações entre indivíduos, ou seja, altera o conjunto das classes e grupos econômicos e, por conseguinte, influencia o próprio processo de luta de classes – é desse modo que, por exemplo, ao influenciar as condições econômicas para fundar o capitalismo nas nações dependentes, as classes dominantes geram as condições para a formação do próprio proletariado, a classe antagônica contra a qual deverão disputar o poder político.

Partindo dessas concepções que Cardoso e Faletto buscam construir um método que “ao realçar as mencionadas condições concretas – que são de caráter estrutural – e ao destacar os móveis dos movimentos sociais – objetivos, valores e ideologias – analise aquelas e estes em suas determinações recíprocas” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 21). A partir dessas considerações, pode-se ponderar que os autores têm a pretensão de realizar uma análise que chamam de integrada por evidenciar essas determinações recíprocas entre estruturas econômicas e sociais e os processos históricos, animados pelos conflitos de classe. Ou seja, o que os autores tentam resgatar em sua metodologia não é nada além da célebre frase de Marx: “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.

A “análise integrada” evidencia a forma adequada dessas determinações recíprocas: enquanto das estruturas econômicas depreende uma determinada estrutura social, dividida em classes e grupos (estrato de classes ou grupo de classes), o conflito entre essas classes e grupos, animados pelos móveis dos movimentos sociais, implicará novas transformações nos elementos estruturais (e, portanto, modificações da estrutura social e de dominação). Por isso os autores afirmam que “o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 22).

Nesse sentido, o método de análise integrado propõe-se a detectar e dar sentido aos eventos dinâmicos (isto é, a transformação) da sociedade, relacionados com a luta de classes, indo além da análise econômica que foca apenas nos “estéreis” condicionantes estruturais. Ou seja, há aí uma relação entre estrutura e superestrutura que é condizente com o materialismo dialético proposto por Marx, em que há relações recíprocas entre esses dois elementos, que se determinam mutuamente, mas que repousam, em última instância, nos elementos econômicos.

Contudo há uma particularidade no pensamento de Cardoso que o distancia da proposição de Marx: a despeito de ter relevância para a determinação do plano em que se dá o conflito político, os elementos econômicos não são dotados de movimento próprio, sendo toda a dinâmica do sistema derivada da luta de classes (categoria totalizante).

Vânia Bambirra, que tece crítica a respeito da obra de Cardoso e Faletto em seu livro *O capitalismo dependente latino-americano*, escrito em 1970 e publicado no Chile em 1972, afirma a respeito do método da “análise integrada”:

A concepção teórico-metodológica geral proposta por Cardoso e Faletto para orientar sua análise é correta [...]. No entanto, o âmbito econômico está presente neste estudo somente como um “marco” muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Isto é: o âmbito econômico importa apenas para definir os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na “ação dos diversos grupos”, entendida sobre o ponto de vista sociológico (BAMBIRRA, 2013, p. 49).

Cardoso e Faletto sugerem uma análise que integra o lado econômico e o social do processo de transformação. Mas:

Na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes (BAMBIRRA, 2013, p. 49).

Ou seja, ao combater o vício “economicista” das análises cepalinas, Cardoso e Faletto acabam por cair em uma espécie de “sociologismo”, dando exacerbada ênfase à dinâmica dos elementos políticos. Assim, a estrutura econômica age, no pensamento cardosiano, apenas como o pano de fundo da luta de classes, sendo que não há espaço para as transformações sociais que seriam fruto dos processos econômicos reificados, como as leis tendenciais derivadas da lógica de funcionamento do capitalismo.

Talvez esse sociologismo seja fruto da falha dos autores em aplicar o método por eles proposto, tal como sugere Bambirra³⁵, ou derive da própria concepção acerca da dialética marxista construída por Cardoso. Mas o fato é que os autores deixam de abordar em seus escritos a *dinâmica* dos elementos materiais – isto é, os processos de transformação estrutural alimentados pelas próprias relações econômicas, relações necessárias que os homens mantêm entre si independentemente de suas vontades – que caracterizam a situação de dependência, fazendo-os aparecerem somente como um pano de fundo estático.

Assim, definem a dependência como um processo de subordinação³⁶: “A dependência [é] um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação com o exterior” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 31). Desse modo, é a dinâmica do elemento político que determina as transformações na própria estrutura da sociedade.

35 “Não há nesta obra, portanto, uma coerência entre a metodologia proposta e sua utilização ampla e rigorosa na análise realizada” (BAMBIRRA, 2013, p. 50).

36 Tal definição é condizente com a visão cepalina. Para Furtado, por exemplo, a lógica dependente é caracterizada pelo “deslocamento dos centros de decisão” de uma nação para o exterior. No entanto, esse autor também considera a “dependência tecnológica”, ou seja, o fato de que os países dependentes necessitam do desenvolvimento tecnológico irradiado pelo centro.

A dimensão econômica está presente nessa definição na forma que Cardoso (1978) chamou de “dependência estrutural”, ou seja, no modo em que se estabelece a vinculação de certas classes e grupos com o exterior e a partir do qual deriva o referido “tipo específico de relação entre classes”. Portanto, essa estrutura econômica dependente é a origem das relações de classe e é, ao mesmo tempo, reforçada por ela.

Esse é o sentido por trás do fenômeno da dependência que pode ser observado em várias etapas da história latino-americana, inclusive naquela que os autores denominaram de “internacionalização do mercado” (que condiz com o que Theotonio dos Santos chamaria de “o novo caráter da dependência”). Esta fase resultaria do processo de abertura dos mercados internos de algumas nações latino-americanas, fazendo com que os laços entre o centro e a periferia não se limitem mais apenas ao sistema de importações-exportações, como acontecia até então. Afirmam os autores: “agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 125), ou seja, as relações de vinculação entre a economia nacional e os centros dinâmicos das economias centrais passaram a ocorrer dentro do próprio mercado interno dos países dependentes.

Essa situação continua sendo caracterizada pela dependência estrutural, pois os fluxos de capitais e o controle das decisões econômicas continuam passando pelo exterior. A despeito das decisões de investimento levarem em consideração as condições do mercado interno, isso ocorre apenas parcialmente, de modo que os lucros gerados no sistema nacional podem ser direcionados para reinvestimento, por parte da matriz estrangeira, nas próprias economias centrais ou em economias periféricas distintas daquelas que os geram (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 126). E, ainda, a intensificação da dependência dos fluxos financeiros internacionais, que afluem na forma de empréstimos para as economias dependentes, amplia o endividamento e a evasão de recursos para pagamento de juros – recursos esses cuja obtenção já é dificultada pelo “intercâmbio desigual”, tal como resalta Cardoso (1975, p. 82).

Por outro lado, transformações significativas ocorrem nas economias que atingiram essa nova etapa. Em primeiro lugar, há um processo de desenvolvimento – compreendido como uma industrialização diversificada e impulsionada pelo mercado

interno³⁷ – mesmo que dependente, ou seja, incapaz de cortar os vínculos econômicos que subordinam essas economias aos países imperialistas.

Além disso, por mais que esse tipo de industrialização pautada no capital estrangeiro intensifique um padrão de sistema social excludente³⁸, essa “nova forma de dependência está baseada na exploração de mais-valia relativa e no aumento da produtividade” (CARDOSO, 1995, p. 105). Por esse motivo, há, juntamente, o surgimento de uma mão de obra especializada e o desenvolvimento de um setor terciário, que vão resultar em uma distribuição de renda relativamente mais equilibrada *no setor urbano-industrial*.

Com isso, surge um mercado interno capaz de absorver a produção industrial gerada pelo capital estrangeiro no interior dessa nação. Cardoso ressalta que a existência desse mercado interno não é livre de contradição. Se, por um lado, com essa industrialização “cresce o papel do consumo local para a colocação dos produtos fabricados nas economias dependentes”, amplia-se, por outro, “a massa de dinheiro que, sob a forma de lucros exportados ou de pagamento de juros e royalties, retorna às economias centrais [...] *agravando dessa forma o problema da realização da mais-valia*” (CARDOSO, 1995, p. 105). Entretanto, esse problema de realização do mais-valor não deve ser compreendido como um “bloqueio” ao desenvolvimento capitalista, mas apenas como uma ampliação da instabilidade que é natural a qualquer economia de mercado.

Essa nova situação estrutural se consolida a partir da aliança estabelecida entre o capital internacional, a burocracia estatal e, com menor participação, a burguesia nacional – aliança que ficou conhecida como o *tripé do desenvolvimento dependente e associado*. As possibilidades de estabelecimento dessa estrutura de poder, capaz de

37 Sobre a noção de desenvolvimento, Cardoso nunca a vinculou à concepção de um processo de distribuição de renda, redução de desigualdades etc. Afirma: “por desenvolvimento estou entendendo aqui (na mais ortodoxa tradição marxista) a acumulação de capitais e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo. Não me refiro, obviamente, a um idílico resultado capaz de igualar as rendas e terminar a exploração pois que estes alvos não se definem como válidos para uma economia de mercado” (CARDOSO, 1975, p. 38).

38 Apesar disso, Cardoso indica ser possível que ocorra melhoria na distribuição de renda e no padrão de vida das classes trabalhadoras, mas ressalta que “as relações entre o crescimento econômico e a distribuição de seus frutos, para evoluir em forma positiva para a maioria, depende da existência de canais de pressão política que permitam a expressão dos interesses dos menos favorecidos” (CARDOSO, 1975, p. 85).

legar algum desenvolvimento para os países dependentes da América Latina, estão sujeitas às condições pretéritas em que se encontram a “situação concreta” de cada país. Portanto, esse desenvolvimento dependente e associado não é passível de generalização para todas as economias latino-americanas.

Por fim, é importante ressaltar que, ao relatarem o desenvolvimento dependente e associado, os autores descrevem um fenômeno em curso em alguns dos países analisados, o que não implica qualquer tipo de apologia à aliança de classes que lhe deu origem. E tampouco o indicavam como o único caminho possível para as economias dessa parte do globo.

O maior mérito da perspectiva de Cardoso reside em resgatar o papel da luta de classes na dinâmica das transformações econômicas. Desse modo, sua metodologia esclarece que não basta aos teóricos indicar o conjunto de políticas econômicas capazes de superar a dependência – tal como pretendiam os autores cepalinos. Afinal, a possibilidade da práxis só surge no momento em que a teoria evidencia o caminho de ação real, ou seja, o modo como os grupos sociais podem influenciar as alianças de classes e a estrutura de poder para garantir a execução de tais políticas.

Entretanto, é também aí que residem seus principais defeitos: primeiro, a teoria da dependência de Cardoso e Faletto é incapaz de indicar quais seriam essas políticas, pois se abstém de analisar com profundidade a *dinâmica* econômica da dependência; segundo, os autores se furtaram a sugerir caminhos para que a reorganização dessas alianças de classes pudesse transformar a realidade dos países latino-americanos³⁹.

Theotonio dos Santos e a estrutura da dependência

A primeira contribuição de Theotonio dos Santos Júnior para o debate da dependência veio a público em 1967 com a publicação da primeira parte de *O novo caráter da*

39 Esse segundo ponto é reconhecido pelo próprio Cardoso (1973, p. 139): “o que é necessário é ir mais longe na análise das situações de dependência no sentido de ver, em situações concretas, como se movem as forças sociais que podem negar, isto é, superar a condição atual de dependência. Neste sentido, o ensaio [elaborado por ele e Faletto] deixa muito a desejar, pois, apesar de sua intenção, pouco acrescentou – além de uma perspectiva e de algumas indicações de cunho estrutural – ao conhecimento de situações particulares capazes de revelar os limites da ‘reprodução’ da situação de dominação de classe em países dependentes”.

dependência, em que analisa a proeminência das corporações multinacionais, sobretudo as provenientes dos Estados Unidos da América, na economia brasileira. O autor busca mostrar como as transformações ocorridas no mundo após a Segunda Guerra Mundial levaram o grande capital a se interessar pelo mercado interno das nações periféricas, alterando a forma como os países imperialistas buscavam subjugar as antigas colônias.

No ano seguinte, seguindo a publicação completa desse primeiro trabalho, Santos apresentou, em um boletim publicado pelo Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Universidade do Chile com o título *A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina*, sua conceituação sobre o que seria a categoria dependência. Esses trabalhos foram rapidamente complementados por outros de sua autoria, em uma profícua produção que constituiu uma teoria da dependência em grande consonância com as elaborações dos principais teóricos que se debruçavam sobre o mesmo tema, mas sem perder sua particularidade.

Santos desenvolve uma análise que se pretende como um olhar sobre a teoria do imperialismo a partir da periferia. Se, de um lado do mercado mundial, os países imperialistas se constituem nos detentores dos monopólios tecnológico, comercial e sociopolítico, do outro, as nações periféricas aparecem como consumidoras desses monopólios – como dependentes dos fatores produzidos no centro. O foco de Theotonio recai, então, sobre as transformações que essa situação de dependência gera na estrutura econômica e social dos países periféricos e como ela determina um processo de exploração em favor das economias centrais.

É nesse sentido que Santos (2011, p. 361) define a dependência, em primeiro lugar, como uma situação condicionante, pois “a dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual a própria está submetida”. Ou seja, as estruturas econômicas das nações dependentes se ajustam às condições determinadas pelas relações internacionais.

Em segundo lugar, ressalta que “a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das distintas economias nacionais” (SANTOS, 2011, p. 364). Com isso, o autor busca evidenciar que sua concepção não implica uma preponderância do “fator externo”, já que essa situação condicionante, ao mesmo tempo que atua sobre a economia nacional, tem suas possibilidades de transformação delimitadas por ela.

O terceiro aspecto da dependência de Santos (2011, p. 366) refere-se à “articulação necessária entre os interesses dominantes nos centros hegemônicos e os interesses dominantes nas sociedades dependentes”. Ao reconhecer uma relação de “compromisso” entre as classes capitalistas internacionais e nacionais, o autor põe em evidência que a dependência não trata de uma relação de exploração entre países, pois, por mais que possa haver certo conflito entre os grupos dominantes internos e externos, seus interesses são fundamentalmente os mesmos.

Santos ressalta que essa “situação condicionante” atuou na formação da nova dependência a partir das transformações que se seguiram à Segunda Guerra, impactando cada economia da periferia conforme seus determinantes internos estruturais. Toda essa dinâmica se inicia com a consolidação de um monopólio técnico-industrial por parte dos países imperialistas. A partir daí, as economias periféricas não têm outra alternativa para se industrializar a não ser a de contar com os produtos produzidos naqueles países. Como Santos (2011, p. 371) afirma, para essas economias periféricas “a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para comprar as máquinas e matérias-primas industrializadas que não se produzem no interior”.

Essa dependência tecnológica e financeira produz dois resultados notáveis. Primeiro, o desenvolvimento industrial da periferia necessita da existência de um setor exportador capaz de gerar as divisas necessárias para a compra dos insumos utilizados pelo setor industrial. Com isso, fortalecem-se os setores exportadores tradicionais previamente existentes – a estrutura agrária e mineira exportadora –, o que significa “a manutenção no poder das oligarquias tradicionais e decadentes” (SANTOS, 2011, p. 372). E ainda:

A conservação destas estruturas gera uma combinação entre setores econômicos mais adiantados, que tomam mais-valor dos setores mais atrasados [...]. Reproduz-se internamente, de maneira muito acentuada, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista em nível internacional (SANTOS, 2011, p. 377).

Em segundo lugar, o monopólio tecnológico favorece as grandes empresas a transferirem seus equipamentos para as nações dependentes através de investimentos próprios. Equipamentos que, em muitos casos, se tornaram obsoletos nas economias

centrais após alguma modernização tecnológica, mas continuam a buscar rentabilidade nas economias periféricas. Mesmo assim, como esses países dependem dessa tecnologia para seu processo de industrialização, muitos governos nacionais se veem obrigados a facilitar a entrada desses capitais estrangeiros, garantindo a eles o acesso a um mercado interno nacional restringido por tarifas protecionistas. Santos (2011, p. 375) observa que:

O capital estrangeiro entra, pois, com todas as vantagens. Em muitos casos dispõe de isenções de impostos para importar as máquinas, de financiamento local para a instalação das indústrias, de mecanismos financeiros governamentais para facilitar a industrialização, de empréstimos dos bancos estrangeiros e nacionais, que, em muitos casos, o preferem como cliente, da ajuda externa destinada a fortalecer a industrialização etc. Dispõe, ademais, depois de instalado, de altos lucros obtidos em situações tão favoráveis que podem ser reinvestidos livremente.

Com isso, a estrutura industrial das nações dependentes é, por um lado, voltada a atender às demandas do mercado mundial e, por outro, induzida mais pelos interesses das corporações multinacionais do que pelas necessidades de seu mercado interno. Além disso, essa estrutura industrial altamente desigual gera uma estrutura social também desigual, de modo que, para Santos (2011, p. 378), a economia periférica

se caracteriza por uma profunda diferença entre os níveis salariais internos, dados em condições de um mercado local de mão de obra a preços baixos, combinados com a utilização de uma tecnologia de uso intensivo de capital. O resultado, do ponto de vista do mais-valor relativo, é uma alta taxa de exploração da força de trabalho.

Assim, o crescimento do mercado interno se limita: no que tange aos bens de consumo, tanto pelos baixos salários, que resultam das relações altamente exploradoras às quais a força de trabalho se submete, quanto pelo alto nível de desemprego, derivado da utilização de tecnologia intensiva em capital; e no que diz respeito ao consumo produtivo, devido às remessas de lucro para o exterior, que reduzem a capacidade de reinvestimento nessas economias.

Contudo, embora essa situação se mostre prejudicial para a periferia, ela é favorável aos países centrais, que são beneficiados por um fluxo de valor que desponta daquela. O mecanismo de transferência de valor mais característico da “nova fase da dependência” consiste nas remessas de lucro das filiais de corporações multinacionais para suas matrizes. A exportação de capitais, que determina um refluxo na forma de lucros para os países exportadores, permite que as nações imperialistas controlem sem intermédio os recursos naturais da periferia e também que se apropriem diretamente do mais-valor gerado por seus trabalhadores. Santos (2011, p. 390) ressalta que, “se até o final do século XIX não havia canto que o capital não penetrasse comercialmente, em nosso tempo quase não há trabalhador que não se possa explorar diretamente”.

Outro mecanismo de transferência de valor entre nações refere-se à estrutura dos preços internacionais. Este consiste, em suma, nas teses já bem conhecidas do intercâmbio desigual (Emmanuel) e da deterioração dos termos de troca (Prebisch). Entretanto, Santos (2011, p. 383) rejeita as interpretações desses autores e afirma que “a verdadeira causa do intercâmbio desigual e da perda dos termos de intercâmbio para os países dependentes deve ser encontrada no caráter monopólico do mercado mundial”. Ou seja, é o poder de mercado exercido pelos países centrais que lhes permite manter preços mais elevados, poder esse que é garantido ativamente por uma série de estratégias de desarticulação das regiões produtoras existentes na periferia.

Além dos monopólios das mercadorias, os países centrais também exercem um monopólio no setor de serviços que os permite manter preços elevados, servindo como uma outra fonte de expropriação de valor. O autor engloba nessa categoria os custos com fretes e seguros no comércio internacional, os serviços de “assistência técnica” – muitos dos quais constituiriam meros pretextos para transferência de recursos – e os gastos com marcas e patentes. Esses últimos seriam, para Santos (2011, p. 386),

uma forma moderna da renda da terra, ou seja, de um direito puramente jurídico de expropriar com uma renda os verdadeiros agentes da produção, quer dizer, uma transferência de excedentes gerais na produção aos ociosos que especulam com a propriedade monopólica do conhecimento humano.

Todos esses três mecanismos criam uma tendência de desequilíbrio no balanço de pagamentos, cuja solução, além de reforçar o setor exportador tal como já indicado,

passa por obter “ajuda” financeira dos Estados dos países imperialistas. Estes oferecem empréstimos às economias periféricas para que estas possam comprar seus produtos e, ainda, recebem como contrapartida juros elevados.

Toda essa dinâmica da situação da dependência pode ser assim resumida:

A relação de interdependência entre duas ou mais economias e entre estas e o comércio mundial assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e se autoimpulsionar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes (SANTOS, 2011, p. 361).

A dinâmica social e política que, para Theotonio dos Santos, deriva da dependência indica um amplo processo de aprofundamento dos enfrentamentos políticos e militares, uma radicalização social cada vez mais intensa que levaria essas sociedades a um dilema: ou as classes dominantes intensificam a repressão e instalam governos fascistas ou surgirão governos cada vez mais revolucionários, que abrirão o caminho para o socialismo. Mas Santos alerta: a superação da dependência não deve passar por um processo de isolamento. Pois, como afirma:

Se a situação de dependência é a que configura uma situação interna, à qual está estruturalmente ligada, não é possível rompê-la isolando o país das influências exteriores, pois isso simplesmente provocaria o caos de uma estrutura interna que é dependente por essência. A única solução para rompê-la seria, pois, transformar estas estruturas internas, o que conduz necessariamente, ao mesmo tempo, ao enfrentamento com a estrutura internacional (SANTOS, 2011, p. 366-367).

Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência

A teoria da dependência de Ruy Mauro de Araújo Marini consiste na articulação de três categorias inéditas a Marx: a superexploração do trabalho; a troca desigual; e o subimperialismo. Em linhas gerais, a proposição desse autor pode ser resumida da

seguinte forma: a divisão internacional do trabalho atua em desfavor das economias periféricas, que, por meio da troca desigual, transferem uma parcela de seu excedente para os países centrais; como forma de compensar a consequente redução de sua taxa de lucro, os capitalistas das nações periféricas recorrem à superexploração da força de trabalho, que intensifica, por sua vez, a dificuldade de realização do produto; como solução para esse último problema, as economias periféricas buscam avançar sobre os mercados estrangeiros por meio do subimperialismo; todo esse processo desencadeia uma lógica em espiral que aprofunda cada vez mais a dependência, tornando a realidade da periferia mais perversa para o trabalhador.

Esse é o sentido por trás da consagrada definição de Marini (1981, p. 18), que caracteriza a relação de dependência entre países como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. A peculiar divisão internacional do trabalho que gera a dinâmica exposta é resultado dessa relação de subordinação que, por meio da atuação direta do capital imperialista dos países centrais ou por meio dos mecanismos de concorrência que impelem o investimento nacional para determinados setores, direciona a estrutura produtiva dos países periféricos para as “etapas inferiores” da produção industrial, voltadas, sobretudo, para as exportações.

A reprodução ampliada da dependência é garantida no momento em que, para contornar o problema da realização do produto, o capital volta-se cada vez mais para a produção de bens suntuários e para a superexploração da força de trabalho. Duas são as conclusões que derivam da dinâmica exposta:

primeiro, que a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalistas realizam-se de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada (MARINI, 1981, p. 93).

Ao analisar o desenvolvimento das ideias de Marini, percebe-se que o cerne dessa argumentação estava presente, mesmo que de forma embrionária, já em seus primeiros escritos. É o que se verifica no texto intitulado “‘Interdependência’ brasileira

e integração imperialista”, publicado em 1965, no qual o autor introduziu o termo “subimperialismo” ao tratar da realidade do Brasil, para afirmar que o país teria se convertido em um centro de irradiação da expansão imperialista norte-americana sobre a América Latina. Nesse artigo, Marini sugere a ocorrência de um processo de transferência de valor que legaria ao capital nacional a necessidade de ampliar a exploração da classe trabalhadora:

De fato, a expansão imperialista por parte da burguesia brasileira tem de basear-se em uma maior exploração da massa trabalhadora nacional. Isso se deve à necessidade de manter a produção em um nível de competitividade internacional, uma necessidade que exige salários baixos e mão de obra prontamente disponível, ou seja, uma alta taxa de desemprego. Outra razão consiste no fato de que uma maior exploração se desenvolve simultaneamente com um acréscimo da penetração do capital norte-americano, necessitando, desse modo, da extração de um superlucro da classe trabalhadora (MARINI, 1965, p. 27).

Esse argumento aparece um pouco mais desenvolvido em 1966 no artigo “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, no qual o subimperialismo aparece como uma forma de compensar a impossibilidade de se ampliar o mercado interno – e não mais como extensão indireta do imperialismo norte-americano. Marini afirma que o fato de o Brasil ter atingido a etapa imperialista antes que toda a economia nacional tivesse se convertido ao capitalismo gerou profundas distorções em seu desenvolvimento⁴⁰. Com isso,

ao contrário do que acontece com as economias imperialistas, o subimperialismo brasileiro não pode converter a exploração – que quer realizar exteriormente – em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Tem, ao contrário – pela necessidade que experimenta de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior norte-americano – que agravar violentamente a

40 “As deformações iniciais do capitalismo brasileiro o conduziram, pois, a um desenvolvimento monstruoso, no qual alcança a etapa imperialista antes de haver logrado a transformação capitalista global da economia nacional” (MARINI, 1966, p. 152).

exploração no marco da economia nacional, contendo os custos de produção e, por fim, o nível dos salários (MARINI, 1966, p. 152).

A partir de 1967, o pensamento de Marini inicia sua transição para uma “teoria da dependência” propriamente dita. No artigo “Subdesenvolvimento e revolução na América Latina”, o autor passa a caracterizar os países latino-americanos como economias dependentes, absorvendo as contribuições teóricas de Celso Furtado, Aníbal Pinto e da obra ainda inédita de Cardoso e Faletto (1970). Contudo vai além desses autores ao evidenciar a transferência de mais-valor entre a periferia e o centro. Marini (1969, p. 90-91) afirma:

Uma parcela variável do mais-valor que aí se gera é drenada para as economias centrais, quer através da estrutura de preços vigente no mercado mundial e das práticas financeiras impostas por essas economias, quer através da ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção.

Essa transferência de valor, que nos dois textos anteriores se referia apenas à remuneração do capital imperialista norte-americano investido na periferia, passa a incluir agora a deterioração dos termos de intercâmbio, que se manifesta em uma estrutura de preços dos bens importados/exportados lesiva para a economia dependente. Assim:

As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se dessa perda aumentando o valor absoluto do mais-valor criado pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, ou seja, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, assim, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica, em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (MARINI, 1969, p. 91).

A maior exploração da classe trabalhadora na periferia é relacionada à superexploração – jargão que já se fazia presente nas obras de alguns autores marxistas – e à ampliação absoluta do mais-valor. Seria só em 1969, com a publicação do livro *Subdesenvolvimento e revolução* – obra que reúne os seus escritos anteriores e conta com

um capítulo inédito denominado “O movimento revolucionário brasileiro” –, que a superexploração passaria a ser caracterizada não apenas como uma “maior exploração”, mas como o pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho.

Nessa obra, Marini afirma que a acumulação na periferia se fundamenta na produção de mais-valor absoluto, que se dá tanto pela ampliação das jornadas de trabalho como pela “ruptura da relação entre a remuneração do trabalho e seu valor real, ou seja, entre o que se considera como tempo de trabalho necessário e as necessidades de subsistência efetivamente apresentadas pelo trabalhador” (MARINI, 1977, p. 115). A superexploração é apresentada, assim, como “um caso anômalo de mais-valor absoluto”, a despeito de parecer ser mais-valor relativo (p. 115), um caso em que “a força de trabalho se remunera a um preço inferior ao seu valor real” (p. 116).

O pensamento de Marini atinge seu ponto de maturação em 1972 com a publicação de *Dialética da dependência*⁴¹. Nesse ensaio, o autor elimina alguns traços cepalinos que apareciam em seus escritos anteriores, incorpora sua versão da “troca desigual” como explicação para o fenômeno aparente da deterioração dos termos de troca e desvincula a superexploração do mais-valor absoluto. Além disso, apresenta uma interpretação histórica que busca demonstrar como o desenvolvimento do capitalismo levou à formação das economias dependentes, acompanhada de uma teoria sobre uma dinâmica de acumulação dos países periféricos que tem como resultado o fortalecimento da relação de dependência.

Com relação à interpretação de Marini sobre a “troca desigual”, vale lembrar que essa teoria foi sugerida por Arghiri Emmanuel com o objetivo de incorporar ao paradigma marxista a tese da deterioração dos termos de troca elaborada por Raúl Prebisch. É muito pouco provável que Ruy Mauro Marini não tenha tomado conhecimento da teoria elaborada por Emmanuel, uma vez que seus textos foram suficientemente difundidos entre os marxistas latino-americanos do período. Contudo o fato é que a troca desigual de Marini, além de ser o exato oposto daquela elaborada por Emmanuel – pois, enquanto para Emmanuel são os baixos salários que geram os

41 Em 1972, houve duas versões do ensaio “Dialética da dependência”. A primeira, incompleta, publicada na revista *Sociedad y Desarrollo* e acompanhada do subtítulo “a economia exportadora”; a segunda, como um documento de trabalho do Cesó. Em 1973, foi publicado na forma de livro e ganhou um *post scriptum* intitulado “Em torno da dialética da dependência”.

termos desiguais de intercâmbio, para Marini são os termos de troca desiguais que causam os baixos salários (e a superexploração) –, é distinta de todas as teorias elaboradas antes de *Dialética da dependência*.

Para Marini, há uma transferência de valor que ocorre dos países periféricos para as economias centrais e que se dá, sobretudo, pelo fenômeno da deterioração dos termos de intercâmbio⁴². Esse fenômeno pode ser resumido na constatação de que os preços dos produtos importados pelas economias dependentes decaem mais lentamente que os preços dos produtos que exportam. Algumas explicações para esse movimento foram apresentadas a partir da análise das variações de oferta e demanda dessas mercadorias, indicando que é o excesso de oferta proveniente dos países periféricos a fonte desse movimento descendente nos preços de seus produtos.

Marini apresenta uma perspectiva crítica a essas explicações, afirmando que “não é [...] porque produziram mais que o devido que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala” (MARINI, 1981, p. 31). Para o autor, é a atuação de dois mecanismos relacionados com a forma como se fixam os preços de produção e os preços de mercado das mercadorias que determina a deterioração dos termos de intercâmbio em desfavor das economias dependentes.

O primeiro, que atua dentro de uma mesma esfera de produção – seja de um setor manufatureiro, seja de um produtor de matérias-primas –, resulta das divergências entre o grau de produtividade do trabalho. Explica: “por efeito de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que suas condições de produção contribuem para fixar” (MARINI, 1981, p. 34).

A passagem citada indica que, para Marini, do mesmo modo que o valor social de uma mercadoria é determinado pela média dos valores individuais de todos os produtos envolvidos no processo de troca, o preço de mercado de um setor é determinado pela média de uma espécie de “preços de produção individuais”. Assim, as economias dependentes, com um grau de produtividade inferior, apresentariam um preço de produção individual – ou seja, o preço que resultaria em uma taxa média de

42 Além da transferência pelo intercâmbio, o autor indica aquela resultante do pagamento de juros e também dos lucros que remuneram o capital estrangeiro.

lucro para o capital investido – superior aos preços de mercado. Como é por esses últimos que se vendem as mercadorias, os países periféricos realizariam uma taxa de lucro inferior à média. O exato oposto ocorreria com as nações mais avançadas do ponto de vista tecnológico, de modo que o lucro adicional que essas economias absorvem seria equivalente à redução dos lucros dos países dependentes.

Do ponto de vista do movimento dos preços, a elevação da produtividade dos países centrais se traduz em uma queda dos preços de mercado dos produtos que entram na pauta de exportação das economias dependentes. Marini ressalta que esse fenômeno deve se fazer mais presente nos setores industriais, mas também deve influenciar a produção de bens primários quando se desenvolvem sob relações capitalistas de produção.

O segundo mecanismo atua entre diferentes esferas de produção e apresenta um caráter de transgressão das leis de intercâmbio. Marini refere-se ao poder de monopólio exercido entre nações:

o mero fato de que umas produzam bens que as demais não produzem, ou não podem produzir com a mesma facilidade, permite que as primeiras evitem a lei do valor, quer dizer, que vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual (MARINI, 1981, p. 34).

Com isso, ao burlar a lei do valor por meio do poder de monopólio, sustentando preços de mercado que divergem dos valores (ou dos preços de produção), os países centrais encarecem as importações das economias periféricas, fazendo com que estas cedam gratuitamente para esses uma parte do valor que produzem.

Assim, por meio desses dois mecanismos, os países dependentes observam ao mesmo tempo uma queda no preço dos produtos que exportam e uma elevação nos preços de suas importações. Essa variação nos preços, por ser resultante das trocas desiguais, configura-se em uma transferência de valor entre países. Marini (1981, p. 37) ressalta que

a apropriação de valor realizada esconde a apropriação de um mais-valor que se gera mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob este ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valor que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valor e, por fim, da taxa de lucro.

Portanto, os capitalistas das nações dependentes realizariam uma taxa de lucro inferior à taxa média estabelecida na economia internacional como resultado de sua incapacidade de elevar a produtividade do trabalho e de se inserir nos setores dominados pelas economias centrais. Como consequência, buscam compensar a queda na taxa de lucro lançando uma maior massa de mercadorias no mercado, obtidas por meio do uso mais extensivo e intensivo da força de trabalho. Esse é o motivo pelo qual a queda dos preços é acompanhada pela elevação da oferta.

Para compensar essa queda, esses capitalistas lançam uma maior quantidade de mercadorias na circulação, recorrendo a um maior uso da força de trabalho, que resulta no que Marini chamou de superexploração. A despeito de ser incentivada pela troca desigual, essa forma de ampliar a exploração é fruto, assim como todas as demais, do desejo dos capitalistas de ampliarem sua taxa de lucro⁴³.

A superexploração do trabalho consiste em uma maior exploração da força física do trabalhador e resulta no pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho. Por esse motivo, o autor afirma que a superexploração “é consistente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividade que ali se realizam” (MARINI, 1981, p. 40-41). No entanto, Marini (1977, p. 148) reconhece que esse fenômeno pode ocorrer de modo excepcional em economias capitalistas avançadas, enquanto nos países periféricos apresentam um caráter generalizado.

Os três mecanismos que geram a divergência entre os salários e o valor da força de trabalho são: extensão da jornada de trabalho; ampliação da intensidade do trabalho; e redução do consumo dos trabalhadores como consequência da redução do nível dos salários. Como ressalta Marini (1981, p. 41-42),

a característica essencial é dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque o obriga a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria

43 É o que se depreende da afirmação de Marini (1978, p. 63) de que “a superexploração do trabalho é estimulada pelo intercâmbio desigual, porém não deriva dele, mas da febre de lucro que cria o mercado mundial, e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa”.

proporcionar normalmente, provocando-se, assim, seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho no estado normal.

Portanto, enquanto a redução dos salários resulta diretamente na superexploração, a ampliação da extensão e da intensidade da jornada a causam de forma indireta ao elevarem o valor da força de trabalho como consequência de um maior desgaste do trabalhador.

Há duas razões fundamentais para que a categoria da superexploração desfrute de um *status* significativo na teoria de Marini: primeiro, por se tratar de uma forma de exploração mais perversa para o trabalhador do que a ampliação do mais-valor por meio do aumento de produtividade, resultando na “redução progressiva da vida útil do trabalhador, assim como nos transtornos psicofísicos provocados pelo excesso de fadiga” (MARINI, 1981, p. 97); segundo, porque essa forma de exploração tende a obstaculizar a transformação da economia dependente de um modo de produção pautado no mais-valor absoluto para um voltado para o mais-valor relativo (p. 100).

O autor argumenta que a superexploração engendra um modo de circulação que lhe corresponde, ou seja, um modo de circulação que não só é fruto da superexploração como a reforça: nos países dependentes, a remuneração insuficiente dos trabalhadores impede que a massa proletária participe do mercado de bens de consumo de luxo, que corresponde ao que Marini chamou de “alta” esfera da circulação. Com isso, o desenvolvimento tecnológico, que se concentra nesse segmento da produção, não é capaz de influenciar o valor da força de trabalho nos países periféricos.

A incapacidade de ampliar o mais-valor pela via relativa é um reflexo, portanto, do mesmo problema da insuficiência do mercado interno (autores cepalinos) ou da realização do mais-valor (Cardoso). A resolução desse problema interno de realização em parte é dada por meio da ação do Estado e em parte pela prática do subimperialismo, que é a busca pelo domínio de mercados de consumo suntuário em outros países periféricos. Esse subimperialismo, no entanto, não é suficiente para permitir que o país rompa com a lógica dependente, já que não é capaz de inverter a relação de produção que reproduz a dependência: a superexploração do trabalho.

Um amálgama necessário

Enquanto Marx se deparava com um mundo no qual amplas eram as áreas para a expansão do modo de produção capitalista, os teóricos do imperialismo encontraram um globo completamente ocupado pelo capital e dividido pelas maiores potências econômicas. Já os autores da teoria da dependência, por sua vez, observavam um mundo quase plenamente industrializado e sem a dominação política do imperialismo, mas formado ainda pelo antagonismo entre nações centrais e periféricas.

Essa distinção mostra que, a despeito de se voltarem para o mesmo fenômeno – as relações econômicas do mercado mundial –, seus objetos de pesquisa contêm diferenças importantes entre si. E ainda é possível observar uma linha de “evolução” do pensamento entre essas correntes, na qual alguns elementos se preservaram, enquanto outros foram aprimorados ou abandonados.

Por exemplo, noções fundamentais, tais como uma divisão internacional desigual do trabalho, a transferência de valor por meio das trocas internacionais e as diferenças internacionais de salários, taxa de lucro e composição orgânica, já estavam presentes (como indicações) no pensamento de Marx. Coube à teoria sobre o imperialismo complementar o pensamento marxiano para abarcar o fenômeno com o qual se deparavam: a disputa imperialista entre as nações mais avançadas. Nesse sentido, esses autores obtiveram sucesso ao traçar as causas desse acontecimento nos elementos econômicos da dinâmica do capitalismo. Além disso, projetaram acertadas previsões sobre o crescimento dos conflitos pela divisão dos territórios.

Contudo é preciso observar que incorreram também em uma série de equívocos. Em primeiro lugar, falharam ao considerar como definitivas as transformações que viam. Afinal, a política colonial foi colocada de lado em todos os países do mundo, mostrando que não se tratava de um elemento necessário para a continuidade da acumulação capitalista. Um segundo equívoco foi o de terem superestimado os efeitos de alguns fatores que, inclusive, já se encontravam no pensamento de Marx. Esse é o caso do capital financeiro⁴⁴, dos monopólios e do papel do Estado

44 Sobre o capital financeiro, por mais que Marx não tenha utilizado esse termo, a indicação desse fenômeno é uma consequência lógica e necessária de sua teoria – como se depreende, por exemplo, da seguinte passagem: “com o desenvolvimento da grande indústria, o capital monetário, quando

na acumulação capitalista. Por fim, especificamente para a teoria de Lênin, o autor se precipitou ao decretar a decomposição do capitalismo nos países centrais, revelando certo voluntarismo de sua parte.

Os autores da dependência absorveram contribuições tanto de Marx quanto da teoria do imperialismo. Mas é preciso observar, primeiro, o que deixaram para trás. As categorias de capital financeiro, na acepção e com o papel central indicado pelos antecessores, não estão presentes na formulação dos dependentistas. Tampouco se fala sobre etapa monopolista ou outra etapa final etc. Também corrigem o voluntarismo de Lênin ao esclarecer que as economias centrais se tornam mais dinâmicas com o mercado mundial, em detrimento da periferia.

Esses autores também foram bem-sucedidos ao delimitar o novo cenário com o qual se deparavam, observando que industrialização e independência formal não são suficientes para garantir a interdependência econômica no mercado mundial⁴⁵. Mas, por outro lado, não se atentaram para o fato de que Lênin já havia alertado sobre essa questão, e nem de que a exportação de capitais já havia sido alvo de comentários tanto por parte de Marx quanto por parte da teoria do imperialismo.

Entretanto, a despeito de compreender o fenômeno sobre o qual se debruçava, a maior parte desses teóricos se voltou exclusivamente para o caso da América Latina, levando-os, em muitas situações, a considerar como específico dessa região algo existente no mundo todo. Afinal, a exploração entre classes e a transferência de valor entre países é a regra da economia capitalista, de modo que pensar a dependência é pensar a característica geral da expansão do mercado mundial.

Por fim, é preciso reconhecer algumas limitações das elaborações teóricas do debate dependentista. Primeiro, nenhum desses autores conseguiu desenvolver de forma satisfatória a teoria das trocas desiguais – inclusive, o próprio nome dado

aparece no mercado, tende cada vez mais a não ser representado por um capitalista individual, pelo proprietário dessa ou daquela fração do capital existente no mercado, mas se apresenta como uma massa concentrada, organizada, a qual, de modo completamente distinto da produção real, encontra-se sob controle dos banqueiros, representantes do capital social” (MARX, 2017, p. 416).

45 Um destaque especial deve ser feito a Theotonio dos Santos, que anteviu os efeitos da propriedade intelectual na transferência de valor entre nações. Tal fenômeno, que hoje tem relevância tanto para garantir o domínio tecnológico quanto para servir de fonte de apropriação de mais-valor, era muito mais sutil à época em que Santos o analisou.

para esse fenômeno carrega um senso de “juízo de valor” que não é adequado para elaborações científicas. Segundo, a categoria da “superexploração” elaborada por Marini, além de carecer de uma explicação detalhada relacionando-a com os mecanismos da teoria marxiana do valor trabalho, recebeu uma importância maior do que sua relevância empírica.



O significado e a relevância da superexploração

Embora seja possível afirmar que Ruy Mauro Marini foi o primeiro autor a utilizar a expressão “superexploração do trabalho” em um sentido distinto do “coloquial”, tratando-a como uma categoria com significado próprio dentro do campo teórico marxista, a origem exata da expressão permanece desconhecida. As primeiras ocorrências do termo “superexploração” aplicado para tratar da situação de trabalhadores submetidos ao trabalho assalariado remontam à primeira metade do século XX, tendo seu uso amplamente difundido na América Latina antes de receber o tratamento dado por Marini. Nesse período, essa expressão – utilizada sempre como sinônimo de “exploração maior que o normal” – foi empregada por alguns autores de influência marxista tanto para abordar a situação de grupos de trabalhadores marginalizados dentro dos países capitalistas avançados (negros, mulheres e jovens) quanto para versar sobre a elevada exploração da classe trabalhadora da periferia submetida ao capital dos países imperialistas⁴⁶.

46 Alguns dos exemplos mais relevantes: em 1934, a Liga Comunista da França (sob a influência de Leon Trotsky) utilizou o termo *surexploitation* para tratar da diferença salarial que prejudicava mulheres, jovens, imigrantes e colonos (COMMUNIST LEAGUE OF FRANCE, 1971, p. 28); a expressão *superexploitation* aparece na obra do marxista estadunidense Victor Perlo (1951)

A partir da publicação de *Dialética da dependência*, em 1972, a categoria da superexploração teve sua relevância reconhecida por uma ampla gama dos autores que participavam do debate sobre a teoria da dependência, tanto por se tornar alvo de críticas (CUEVA, 1979; CARDOSO; SERRA, 1978) quanto por ser incorporada em mais diversas elaborações (BAMBIRRA, 1974, 1978; SANTOS, 2011; entre outros). Atualmente, o uso das expressões “superexploração do trabalho” ou “superexploração da força de trabalho” encontra-se tão difundido que é preciso reconhecer se tratar de uma expressão consolidada no pensamento marxista. Contudo duas questões se fazem relevantes.

Em primeiro lugar, muitos autores têm usado a “superexploração” em seu sentido coloquial, e não como uma categoria marxista propriamente dita. Esses são os casos daqueles que a utilizam como sinônimo de “maior exploração” – para tratar tanto de uma significativa ampliação relativa ou absoluta do mais-valor em um dado momento quanto de grupos de trabalhadores que são mais explorados que a média da sociedade⁴⁷ – ou como sinônimo de “maior desgaste físico do trabalhador”⁴⁸. Tal

tanto para qualificar a situação do negro nos Estados Unidos quanto para falar da superexploração nas colônias norte-americanas; em 1959, o guatemalteco Jaime Diaz Rozzotto utilizou a palavra *superexplotación* em sua tese de doutorado de filosofia na Universidade Autônoma do México (Unam), para denunciar os baixos salários aos quais o capital monopolista norte-americano submetia a classe trabalhadora da Guatemala (ROZZOTTO, 1958); *superexplotación* aparece também na obra do cientista político espanhol Victor Alba (1964, p. 308), *Os subamericanos*, na qual caracteriza a superexploração como “uma exploração superior à que em uma sociedade capitalista industrializada se pode considerar como normal e que não causa nem miséria econômica, nem isolamento cultural, nem penalidades físicas”, e a utiliza para ressaltar a condição infra-humana de grande parte do campesinato e do proletariado latino-americano.

47 Como seria notadamente o caso de alguns grupos étnicos, das mulheres e do trabalho infantil, ou ainda em alguns ramos específicos do mercado de trabalho nos quais se observa uma precarização do trabalho mais intensa do que a média da sociedade (por exemplo, os cortadores de cana). Muitos autores que utilizam o termo superexploração para abordar essas situações acreditam que o aplicam no sentido dado por Marini. Contudo tal procedimento consiste em um uso incorreto, a despeito de se tratar de um fenômeno relevante e que mereça a atenção de teóricos marxistas.

48 Restringindo-se apenas ao desgaste físico, Smith (2000, 2006) deixa claro que uma elevada superexploração é compatível com uma baixa taxa de exploração em termos marxistas. Ainda há aqueles que, como Ricardo Antunes (2005, 2008, 2015), utilizam a expressão “superexploração” nos dois sentidos da aceção coloquial.

uso coloquial não implica um equívoco teórico, mas apenas reflete o fato de que sua utilização não carrega o sentido elaborado por Marini.

Em segundo lugar, ainda há significantes debates, entre aqueles que buscam utilizar o termo de acordo com a acepção de Marini, sobre o real sentido dessa categoria, sua validade e sua relevância. Uma vez que esse autor não deixou clara a forma como sua categoria da superexploração se articula com a teoria do valor de Marx e, sobretudo, com a determinação do valor da força de trabalho, é natural que surjam dúvidas e interpretações divergentes.

Por exemplo, há autores que defendem que a superexploração consistiria em outro tipo de mais-valor, complementar àquele descrito por Marx em *O capital*, enquanto outros autores argumentam que ela seria uma forma específica de se elevar a taxa de exploração. Essa falta de esclarecimento tem dificultado a apresentação da teoria da superexploração na forma de uma proposição testável empiricamente, o que tem limitado os efeitos das investigações sobre sua relevância.

Divergência entre preços e valores

Antes de avaliar o significado da divergência entre salários e o valor da força de trabalho, é preciso esclarecer o que significa a divergência entre os preços e os valores em qualquer outra mercadoria.

Elemento central da teoria econômica marxista, o valor consiste em uma forma de relação social na qual os indivíduos se socializam por meio da troca dos produtos de seus trabalhos. O valor, propriedade desses produtos, tem uma dimensão qualitativa e outra quantitativa. Como qualidade, ele evidencia que uma mercadoria é fruto de trabalho humano abstrato. O adjetivo “abstrato” deixa claro que não interessa a forma concreta do trabalho individual que resulta no valor de uso, mas a forma social, ou seja, o fato de esse trabalho constituir atividade humana que se reconhece como produtora de valor.

Como quantidade, o valor é mensurado pelo *quantum* de trabalho despendido, mas um *quantum* no qual também se faz presente o caráter social. A grandeza do valor consiste no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, ou seja, tempo que a sociedade como um todo despende, em média, na produção de valores de uso de uma mesma qualidade. Como expressão concreta do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, a grandeza de valor não é

representação da capacidade máxima ou ideal da produtividade do trabalho, mas a média real do tempo de trabalho atualmente despendido por todos os produtores individuais que lançam determinado produto em um determinado mercado – isso evidencia que o valor tem uma determinação que se relaciona tanto com o âmbito da produção quanto com o da circulação, afinal, aqueles produtores que não lançam seus produtos no mercado (ou seja, que não transformam esses valores de uso em mercadorias) não contribuem para a formação do valor social.

Desse modo, o tempo de trabalho socialmente necessário ($TTSN$) para a produção de uma mercadoria “ x ” pode ser representado conforme a Equação 1:

$$TTSN_{(mercadoria\ x)} = \frac{\sum T_i}{\sum Q_i} \quad (1)$$

Onde T_i é o tempo de trabalho despendido por cada trabalhador individual (i) na produção de valores de uso de um mesmo tipo (x) que são lançados no mercado⁴⁹; e Q_i é a quantidade de mercadorias de um mesmo tipo (x) que cada trabalhador individual (i) lança no mercado.

Sempre haverá um grupo de produtores individuais cuja produtividade estará acima da média da sociedade, do mesmo modo que haverá um grupo abaixo dela. Mas, independentemente de sua situação individual, os produtores trocam suas mercadorias como se estas contivessem o tempo de trabalho médio. A diferença entre o trabalho individual despendido na produção de uma mercadoria e o trabalho socialmente necessário faz com que os trabalhadores mais produtivos (ou seja, aqueles que produzem uma quantidade maior de valor de uso por tempo de trabalho do que a média da sociedade) “absorvam” parcela do trabalho dos menos produtivos.

A grandeza de valor se expressa como valor de troca, ou seja, como proporção em que as mercadorias se intercambiam. O que aparece na troca, portanto, não é o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, mas uma quantidade de outra mercadoria que tem a mesma grandeza de trabalho social. A forma preço de uma mercadoria “ x ” é a expressão do valor de troca dada em termos de um equivalente universal.

49 Esse tempo de trabalho inclui, é claro, o tempo de trabalho socialmente necessário para a fabricação dos meios de produção consumidos no processo de produção da mercadoria.

$$Preço_{(mercadoria\ x)} = \frac{TTSN_{(mercadoria\ x)}}{TTSN_{(equivalente\ universal)}} \quad (2)$$

Na troca, o vendedor transfere a propriedade de sua mercadoria ao comprador, recebendo deste o montante de equivalente universal expresso pela Equação 2. Contudo há situações nas quais a venda é realizada apenas por um período determinado, ou melhor, a mercadoria é apenas alugada por certo tempo, de modo que o comprador obtém o direito de usufruir do valor de uso pelo tempo adquirido sem que a propriedade da mercadoria lhe seja transferida. Nesses casos, o comprador não deve pagar o preço que expressa a grandeza do valor total da mercadoria, mas aquele que representa apenas a magnitude do valor que foi destruído durante a vigência do aluguel.

Nesses termos, o valor total de uma mercadoria que será alugada é determinado da mesma forma que qualquer outra mercadoria (Equação 1), cabendo ressaltar que deve ser considerado como tempo de trabalho socialmente necessário não apenas aquele despendido na produção da mercadoria, mas também todo o trabalho de manutenção e reparação que esse bem receberá durante toda sua vida útil (MARX, 2013, p. 281, nota 21). Já o valor do aluguel dessa mercadoria é o resultado da diluição desse valor total por todo o tempo em que ela será alugada, ou seja, pelo tempo de vida útil esperado. Em termos diários, por exemplo, considerando U como o número de dias em que uma determinada mercadoria “ x ” pode ser alugada, temos que:

$$Valor\ diário_{(mercadoria\ x)} = \frac{TTSN_{(mercadoria\ x)}}{U} \quad (3)$$

Se um valor de uso é completamente consumido em 1.000 dias – supondo-se que ele receba a devida manutenção e reparação –, o valor diário de seu aluguel será $\frac{1}{1.000}$ de seu valor total. O preço de seu aluguel diário será a expressão desse valor em termos de equivalente universal:

$$Preço\ diário_{(mercadoria\ x)} = \frac{Valor\ diário_{(mercadoria\ x)}}{TTSN_{(equivalente\ universal)}} \quad (4)$$

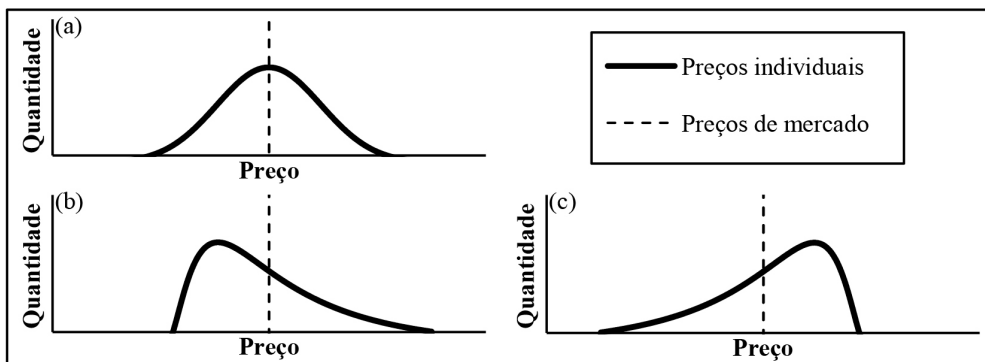
Os preços que atendem às igualdades expressas pelas equações 2 e 4 não são os preços individuais pelos quais cada mercadoria é vendida ou alugada, mas seus preços médios, ou seja, a média pela qual a mercadoria, ao longo de um período de tempo, é

transacionada por uma quantidade de equivalente universal. O preço individual de uma mercadoria pode divergir de seu valor tanto em um dado momento quanto ao longo de um período de tempo sem que o preço médio seja distinto do valor.

Para um dado momento do tempo, o preço que regula a relação de troca de uma mercadoria chama-se de “preço de mercado”. Esse preço de mercado pode se distanciar do valor de troca da mercadoria na medida em que sofre influência das forças da oferta e da demanda. No entanto, mesmo supondo que o preço de mercado seja equivalente ao valor de troca de uma mercadoria (isto é, que atenda à igualdade expressa pela Equação 2 ou pela 4), é preciso observar que sempre haverá transações realizadas com preço individual tanto acima quanto abaixo desse preço de mercado. Nesse sentido, pode-se dizer que aquele que vende uma mercadoria com um preço individual acima do preço de mercado se apropria de parcela do valor cedida por aquele que a vende a preço inferior. Uma vez que o preço de mercado é a média dos preços das mercadorias vendidas, esses desvios se compensam necessariamente.

É interessante notar, contudo, que pode ocorrer de o montante de mercadorias que se vendem abaixo do preço de mercado ser maior do que as que se vendem acima – caso em que se diz que a distribuição dos preços é assimétrica –, e mesmo assim a média dos preços (isto é, preço de mercado) continuar a representar o valor. O Gráfico 1 ilustra duas possibilidades de distribuições assimétricas dos preços em um dado momento do tempo.

Gráfico 1 – Formas de distribuição do preço



Fonte: Elaboração própria.

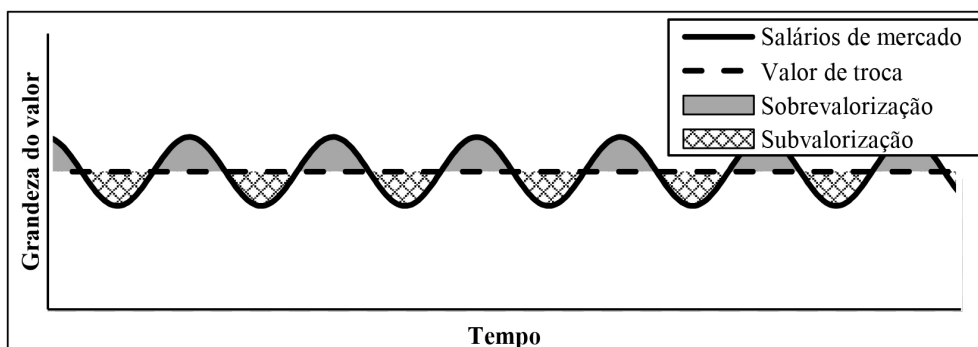
O Gráfico 1(a) apresenta o caso típico ou normal no qual o preço de mercado divide a massa de mercadorias vendidas ao meio. Já o Gráfico 1(b) ilustra um caso no qual a maioria das mercadorias se vende por um preço individual abaixo da média dos preços – representada pela linha tracejada vertical. O caso oposto é apresentado no Gráfico 1(c), no qual a maior massa de mercadorias apresenta preços individuais acima da média. Pode-se dizer que no caso 1(b) as mercadorias estão em sua maioria “subvalorizadas”, enquanto no caso 1(c) elas estão “sobrevalorizadas”.

Contudo, para um dado momento, o montante de recursos que alguns consumidores economizam ao comprar as mercadorias subvalorizadas, os outros gastam em excesso com a aquisição da parcela supervalorizada, em qualquer uma das três situações indicadas. Por isso, o preço médio é o preço social, ou seja, o preço que a sociedade em conjunto paga por unidade da referida mercadoria.

Ao se ignorar todos os fatores perturbadores do processo de formação dos preços (tais como poder de monopólio, distribuição geográfica etc.), obtém-se como resultado um formato da distribuição cuja determinação repousa sobre causas fortuitas. Independentemente de se a forma dessa distribuição aloca tal ou qual parcela a preços superiores ou inferiores, o fato é que aqueles produtores que vendem mercadorias abaixo do preço médio – e que recebem, portanto, remuneração inferior à média do setor – desejarão alterar sua posição, seja transferindo sua capacidade produtiva para outro setor, seja tentando ampliar os preços de suas mercadorias.

Ao longo de um período de tempo, o resultado desse movimento é uma alteração não só na forma como os preços se distribuem, mas também no próprio preço de mercado pelo qual as mercadorias se vendem, levando-o a se distanciar do valor. Assim, o preço de mercado é grandeza sempre flutuante, conforme variem a oferta e a demanda da referida mercadoria. Todavia, enquanto se mantiver constante a relação entre o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da referida mercadoria e do equivalente universal, os preços de mercado gravitarão continuamente em torno de um mesmo ponto – do valor de troca da mercadoria –, tal como expresso pelo Gráfico 2.

Gráfico 2 – Preços de mercado variáveis com valor de troca constante



Fonte: Elaboração própria.

Nos momentos em que o preço de mercado supera o valor de troca, há uma espécie de ganho extra para os vendedores. Entretanto, esse ganho extra é totalmente compensado quando os produtores vendem suas mercadorias por um preço de mercado abaixo do valor de troca na fase seguinte do ciclo de preços.

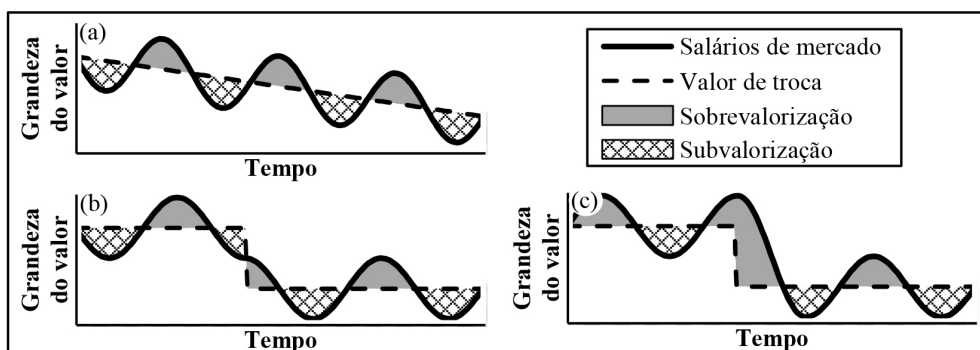
O que garante que os preços mantenham-se oscilando em torno do valor de troca são os próprios mecanismos da concorrência. Caso os preços de uma mercadoria se elevem de forma contínua acima do valor de troca, isso atrairá para esse setor outros produtores desejosos em aumentar o retorno sobre seu trabalho, causando uma ampliação da oferta com concomitante redução do nível de preços. Se, ao contrário, os preços de um tipo de mercadoria permanecerem inferiores ao seu valor por um período significativo de tempo, os produtores se sentirão forçados a abandonar o mercado, direcionando-se para setores mais rentáveis, reduzindo a oferta da referida mercadoria e elevando, conseqüentemente, seu preço. Ou seja, *a divergência persistente entre preços e valor de uma mercadoria qualquer enseja uma dinâmica econômica que acaba por restabelecer a igualdade entre essas variáveis por meio da alteração do patamar dos preços, enquanto seu valor permanece o mesmo.*

Ademais, ainda é preciso lembrar que o valor de troca também pode sofrer alterações tanto devido à variação da grandeza do valor do equivalente universal quanto à modificação no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria resultante do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

O Gráfico 3 ilustra alguns exemplos de como a alteração do valor de troca pode mudar o centro de gravitação dos preços de mercado.

É interessante observar que, dependendo de quão abrupta é a alteração no valor de troca, do momento do ciclo em que os preços se encontram e de outros elementos tais como a mobilidade dos fatores de produção, é possível que haja um excedente de mercadorias vendidas a preços sobrevalorizados/subvalorizados. Desse modo, os produtores poderiam se apropriar de um ganho adicional por um período limitado de tempo, quando as condições se mostrarem favoráveis.

Gráfico 3 – Preços de mercado e do valor de troca variáveis



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, a existência de preços de mercado divergentes dos valores das mercadorias é condição necessária para a existência do próprio valor, mas sua significância é reduzida na medida em que as variações se compensam mutuamente, exceto em condições excepcionais e por um curto período de tempo. Com isso, resulta como corolário da teoria marxista que os preços médios coincidem com os valores de troca das mercadorias, ou seja, com a relação entre os tempos de trabalho socialmente necessários para sua produção e para a produção do equivalente universal⁵⁰.

50 Ao menos, isso é o que pode ser dito de uma sociedade livre de circunstâncias perturbadoras, tal como ocorreria naquelas formadas por produtores individuais proprietários de seus meios de produção. Todavia o próprio fundamento do modo de produção capitalista – isto é, o monopólio dos meios de produção pela classe capitalista, de um lado, e a existência de uma classe de

Divergência entre salários e valor da força de trabalho

Cabe, agora, considerar as possibilidades de distinção entre os preços e o valor da mercadoria peculiar que é a força de trabalho, iniciando pela compreensão de como se determinam seu valor e seu valor de troca. Conforme afirma Marx (2013, p. 245):

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, consequentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado.

Do mesmo modo que ocorre com todas as mercadorias, a grandeza do valor da força de trabalho consiste no tempo que a sociedade como um todo despende, *em média*, na produção da força de trabalho de uma mesma qualidade⁵¹. Como expressão concreta do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, o valor da força de trabalho não representa nem o mínimo necessário e nem a reprodução ideal do trabalhador, mas a média real do tempo de trabalho atualmente despendido na produção

trabalhadores duplamente livres, de outro – cria circunstâncias secundárias que permitirão que os preços sejam mantidos em patamares distintos dos valores das mercadorias por um longo período de tempo. Esse é o caso, por exemplo, do processo de equalização das taxas de lucro dos diversos capitais, responsável pela transformação dos valores em preços de produção – que leva Marx a afirmar que, quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, mais os preços passam a gravitar em torno dos preços de produção, e não dos valores das mercadorias (MARX, 2017, p. 211). A despeito disso, o que se disse aqui sobre a divergência entre preços de mercado e valores aplica-se também à divergência entre preços de mercado e preços de produção.

51 Assim como as demais mercadorias se distinguem conforme a qualidade de seus valores de uso, diferentes qualidades de forças de trabalho se distinguem conforme a complexidade do trabalho que podem realizar – não pelo fato de o trabalho complexo valer como o simples multiplicado (MARX, 2013, p. 122), mas pelo fato de ser necessário maior dispêndio de esforço humano para produzir uma força de trabalho com capacidade complexa. Como consequência, o valor da força de trabalho deve ser calculado para cada grau de complexidade, de modo que não deve ser considerado injusto, dada a lei que rege a troca mercantil, que o valor de uma força de trabalho mais simples (p. ex., cortadores de cana) seja inferior ao valor de uma força de trabalho mais complexa (p. ex., operário fabril).

e reprodução de todos os trabalhadores capazes de realizar um trabalho de mesmo grau de complexidade. Com isso, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da força de trabalho de grau de complexidade “ x ” pode ser representado conforme a equação que segue:

$$TTSN_{(força\ de\ trabalho\ x)} = \frac{\sum T_i}{Q} \quad (5)$$

Onde T_i é o tempo de trabalho despendido, para o caso de cada trabalhador individual (i), na produção de sua força de trabalho de grau de complexidade “ x ”; e é a quantidade de trabalhadores que ofertam no mercado essa força de trabalho com grau de complexidade “ x ”.

A força de trabalho é um tipo de mercadoria que não se vende por completo em apenas uma transação, mas se aluga repetidamente por períodos definidos. A determinação do valor de seu aluguel ocorre do mesmo modo que o de todas as mercadorias transacionadas nessa mesma forma.

O valor total da força de trabalho leva em consideração, para o cálculo da média social, o tempo de trabalho despendido por cada trabalhador individual no processo produção e reprodução de sua mercadoria durante toda sua vida. Assim, o tempo T_i da Equação 5 pode ser compreendido como a soma de todo o trabalho despendido em três etapas distintas.

A *primeira etapa* consiste na produção propriamente dita, ou seja, nos custos incorridos para fazer crescer e desenvolver o indivíduo com as qualidades e aptidões compatíveis com o grau de complexidade do trabalho em questão. Entram nesse componente tanto a soma da grandeza de valor de todas as mercadorias que cada trabalhador consome até atingir a idade apta ao trabalho quanto os custos de aprendizagem, necessários para dotá-lo dos conhecimentos e habilidades adequados ao seu grau de complexidade.

Esses custos de produção são determinados não conforme as condições de criação da força de trabalho que atualmente se encontra no mercado, mas de acordo com as condições em que a próxima geração de trabalhadores está sendo atualmente criada, ou seja, o que se paga a título de custo de produção para a geração atual de trabalhadores se gasta na produção da próxima geração. Como indica Marx (2013, p. 246): “A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de

trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado”.

Ao levar em consideração não o dispêndio envolvido na produção do trabalhador individual, mas o que este gasta para a produção de seus descendentes, o valor da força de trabalho reflete o estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Afinal, a grandeza de valor atual de uma mercadoria não é resultado do tempo de trabalho socialmente necessário observado durante o período em que ela foi produzida, mas daquele vigente no momento em que a troca é realizada⁵².

A *segunda etapa* consiste no período de vida útil do trabalhador, durante o qual ele consome diariamente um montante de meios de subsistência para a sua manutenção e reparação. Marx (2013, p. 245-246) argumenta que, “se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força”. Para isso, o trabalhador usufrui de uma cesta de consumo para fazer frente tanto ao desgaste que sofre no processo produtivo quanto à manutenção rotineira de suas aptidões físicas e mentais.

Uma vez que não é possível saber quantos dias cada trabalhador individual irá trabalhar em toda sua vida útil, o cálculo da grandeza do valor total de meios de subsistência que ele deverá consumir ao longo dessa etapa considera o consumo diário atual dessas mercadorias pelo número de dias que correspondem ao tempo esperado de vida útil dos novos ingressantes no mercado de trabalho. O tempo “esperado” de vida útil será tanto mais longo quanto mais desenvolvida for a tecnologia, sobretudo a relacionada com a área da saúde, e tanto mais curto quanto menor for o acesso dos trabalhadores aos bens de subsistência (que incluem os produtos e serviços das áreas de saúde, saneamento etc.) e/ou mais desgastante for o uso de suas capacidades físicas⁵³.

52 Ou, nos termos sugeridos por Marx (2017, p. 448), “o valor das mercadorias é determinado não pelo tempo de trabalho que sua produção custou originalmente, mas pelo tempo de trabalho que custa sua reprodução, tempo este que diminui continuamente em consequência do desenvolvimento da força produtiva do trabalho”.

53 Do mesmo modo que o valor da força de trabalho é diferente conforme o grau de complexidade do trabalho que é capaz de realizar – pois maiores são os custos para gerar e manter um

A *terceira etapa* do processo de produção da força de trabalho refere-se aos gastos advindos do processo de descarte dessa mercadoria. Toda mercadoria que necessita de um processo especial para o descarte de seus resíduos deve levar em conta na determinação da grandeza de seu valor o trabalho requerido para sua adequada destinação final. Após o fim de sua vida útil, o trabalhador é o único responsável pelo descarte apropriado de sua força de trabalho, mas os meios necessários para isso devem ser garantidos a ele no momento da venda de sua mercadoria. Desse modo, a grandeza do valor da força de trabalho deve conter também o suficiente para a manutenção diária de um indivíduo pelo número esperado de dias que viverá em aposentadoria. Tal nível de consumo deve permitir ao trabalhador médio aposentado alcançar as condições médias de saúde que se observa nesse grupo populacional.

Vale lembrar que em todas essas três etapas há um elemento físico e outro histórico-social (MARX, 1982, p. 181). O elemento físico (e mental) refere-se a todo o consumo necessário para dotar a classe trabalhadora da qualidade média observada pelo período equivalente à expectativa de vida atual. Consiste, assim, em um *limite mínimo* para o valor da força de trabalho, mesmo que elástico, pois, como resalta Marx (1982, p. 181), “uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa”. Em contraposição, todo o consumo que não influencia as qualidades físicas e mentais da classe trabalhadora compõe o elemento histórico-social. Refere-se nesse quesito à “satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens” (p. 182). A despeito de não influenciar a reprodução física da classe trabalhadora, é considerado como parte integrante do tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador por ser resultado de necessidade social, estabelecido pelo costume e observado concretamente no caso de cada trabalhador individual.

A partir da soma de todos esses componentes, é possível calcular a grandeza de valor total da força de trabalho. Chamando de P_i o tempo de trabalho despendido por cada trabalhador na produção da força de trabalho de seus descendentes, M_i os

trabalhador com tal proeza –, também é distinta a duração de vida de cada classe devido, sobretudo, ao uso que dela se faz. Sobre esse aspecto, Marx (2013, p. 717) observa que “é justamente entre os trabalhadores da grande indústria que nos deparamos com a duração mais curta de vida”.

custos de manutenção e reparação diários atualmente despendidos pelo indivíduo, $\bar{U}$ a duração esperada em dias de sua vida útil, $\bar{D}$ o custo médio diário de descarte dessa mercadoria e $\bar{A}$ o tempo esperado de aposentadoria de um trabalhador em dias, a grandeza total de seu valor se expressa conforme a seguinte equação:

$$TTSN_{(força\ de\ trabalho\ x)} = \frac{\Sigma T_i}{Q} = \frac{\Sigma [P_i + (M_i \cdot \bar{U}) + (\bar{D} \cdot \bar{A})]}{Q} = \bar{P} + (\bar{M} \cdot \bar{U}) + (\bar{D} \cdot \bar{A}) \quad (6)$$

Se o trabalhador vendesse sua força de trabalho de uma só vez, deveria obter em troca um montante de equivalente universal que contivesse essa mesma grandeza de valor – embora, como ressalta Marx (1982, p. 159), “se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura”. Em vez disso, o trabalhador aluga sua força de trabalho para o capitalista por um período determinado conforme o hábito de cada mercado. Se, por exemplo, a aluga em base diária, deve receber em troca apenas a parcela de equivalente universal que corresponde àquele dia de trabalho. Para usar o exemplo de Marx (2013, p. 308), se 30 são os anos de vida útil de um trabalhador, então $30 \times 365 = 10.950$ é o número de dias que um trabalhador médio pode trabalhar. Assim, para cada dia de trabalho, deve receber $\frac{1}{10.950}$ do valor total de sua força de trabalho. Desse modo, a grandeza diária do valor da força de trabalho (*Valor diário*) é obtida dividindo-se seu valor total, representado na Equação 6, pelo período esperado de sua vida útil⁵⁴:

$$Valor\ diário_{(força\ de\ trabalho\ x)} = \frac{TTSN_{(mercadoria\ x)}}{\bar{U}} = \bar{M} + \frac{\bar{P} + (\bar{D} \cdot \bar{A})}{\bar{U}} \quad (7)$$

Já o valor de troca da força de trabalho – isto é, o salário –, em termos diários, é determinado pela relação entre essa grandeza diária e o tempo de trabalho necessário para produzir uma unidade do equivalente universal, de modo similar à Equação 4:

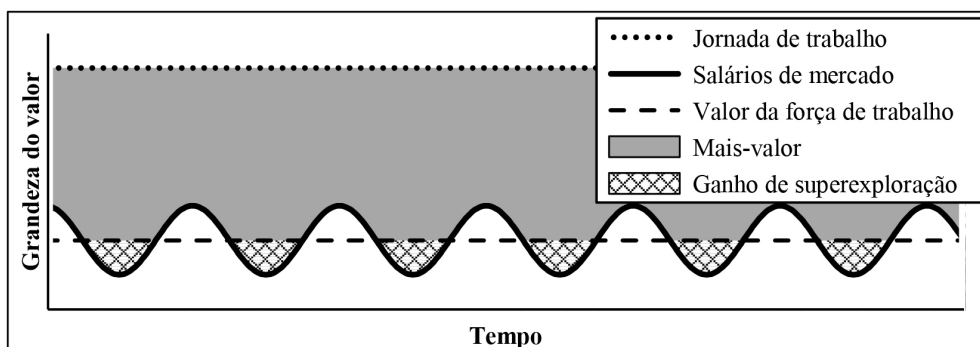
$$Salário\ diário_{(força\ de\ trabalho\ x)} = \frac{Valor\ diário_{(força\ de\ trabalho\ x)}}{TTSN_{(equivalente\ universal)}} \quad (8)$$

54 No capítulo 4 de *O capital*, Marx (2013) não leva em consideração os custos relacionados com o período de aposentadoria, conforme o costume da época. Por isso, indica que o valor diário da força de trabalho se reduziria aos custos de manutenção diária do trabalhador ($\bar{M}$) e aos custos diários de subsistência e treinamento de sua prole ($\bar{P}/\bar{U}$).

Uma vez esclarecido o que é o valor de troca da força de trabalho, resta considerar em quais condições há diferenciação entre a remuneração recebida pelo trabalhador e esse valor de troca, e quando essa diferenciação pode ser chamada de superexploração. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o salário de mercado é o elemento que regula a compra e venda da força de trabalho em um dado momento do tempo. Mesmo quando o salário de mercado coincide com aquele expresso pela Equação 8, sempre haverá trabalhadores recebendo salários individuais maiores e menores do que a média. Mas o que uns trabalhadores recebem a mais, outros recebem a menos. Além disso, a distribuição dos salários pode ser assimétrica, similar aos exemplos apresentados no Gráfico 1 – inclusive, tendo no Gráfico 1(b) uma situação na qual a maior parcela dos trabalhadores receberia salários inferiores à média. Contudo essas situações não são consideradas como superexploração na acepção de Marini, pois a classe capitalista em conjunto paga um salário médio equivalente ao valor de troca da força de trabalho para a classe trabalhadora como um todo.

Em segundo lugar, deve-se ressaltar que os salários de mercado apresentam um comportamento cíclico ligado ao ciclo econômico, de modo que sempre haverá momentos nos quais os trabalhadores recebem salários de mercado inferiores à média do ciclo. Entretanto, os salários de mercado mais baixos desses períodos são compensados pelos salários de mercado mais elevados em outros momentos, de modo que também não se caracterizam como a superexploração no sentido de Marini. Como se observa pela ilustração representada no Gráfico 4, a massa de mais-valor é a mesma se essa for considerada tanto como a diferença entre a magnitude da jornada e a grandeza do valor da força de trabalho quanto como a diferença entre a magnitude da jornada e a grandeza de valor expressa pelos salários de mercado – pois, nesse segundo caso, os períodos nos quais o capitalista ganha a menos são compensados pelos períodos em que obtém um “ganho de superexploração”, ou seja, pela parcela adicional de mais-valor que absorve por pagar salários inferiores aos valores da força de trabalho.

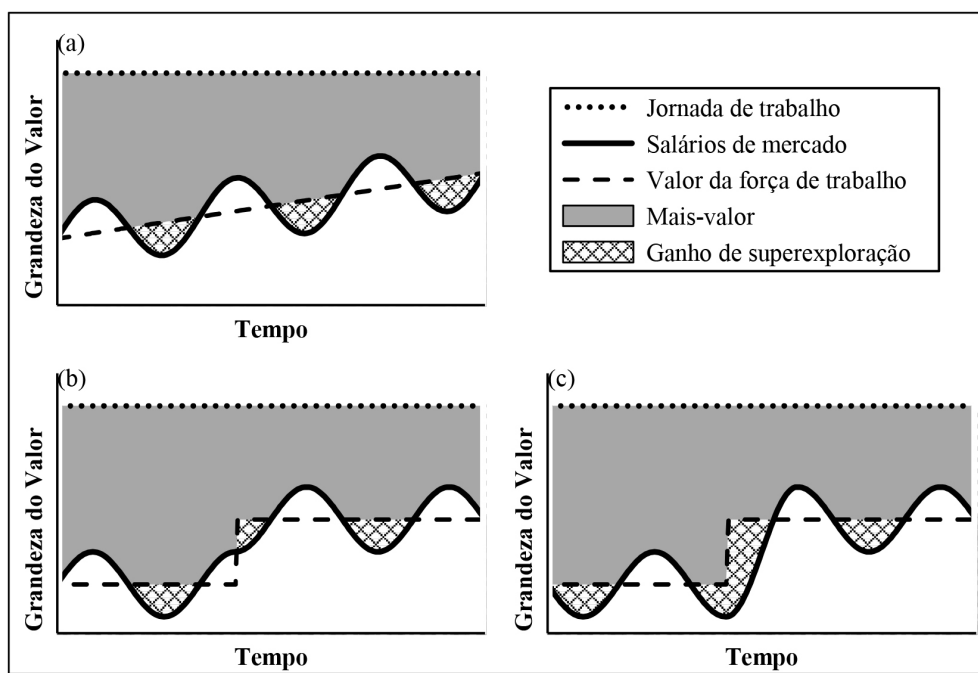
Gráfico 4 – Comportamento cíclico dos salários de mercado



Fonte: Elaboração própria.

Há ainda uma terceira situação na qual a diferença entre os salários de mercado e o valor de troca da força de trabalho não se caracteriza como superexploração: em episódios similares à venda de mercadorias subvalorizadas/sobrevalorizadas representadas no Gráfico 3. Para o caso particular da força de trabalho, o Gráfico 5 evidencia que, a depender de quão abrupta é a mudança no valor da força de trabalho (que poderia derivar da ampliação do tempo de trabalho necessário para a produção de alguma mercadoria que compõe a cesta de consumo dos trabalhadores, por exemplo) e do momento do ciclo do salário em que tal fato ocorre, poderá haver um ganho de superexploração por parte dos capitalistas que não é compensado por um movimento contrário (de subexploração). Contudo, a despeito de esse ganho ser apropriado pela classe capitalista, ele não corresponde à categoria desenvolvida por Marini por se tratar de um caso fortuito que antecede uma *redução* da taxa de exploração.

Gráfico 5 – Efeito de variações do valor da força de trabalho nos salários



Fonte: Elaboração própria.

Todavia é preciso reconhecer uma peculiaridade da mercadoria força de trabalho que a diferencia das demais no que tange à dinâmica existente entre seu preço de mercado e seu valor de troca. Como indicado anteriormente, uma distinção persistente entre essas duas variáveis, no caso de uma mercadoria qualquer, inicia um processo de migração de produtores entre diferentes setores de modo que as flutuações na oferta garantem que os preços de mercado se mantenham gravitando em torno do valor de troca.

Para o caso particular da força de trabalho, como os trabalhadores não podem abster-se de vender sua única mercadoria quando os salários se tornam baixos demais, pois não podem garantir seu sustento de outro modo sem o acesso aos meios de produção, uma redução dos salários não enseja uma concomitante redução da oferta de mão de obra – isto é, não gera, por si só, uma tendência contrária capaz de restabelecer o equilíbrio. Com isso, no caso dessa mercadoria peculiar, a igualdade entre seu preço e seu valor depende da capacidade dos trabalhadores organizados de pressionar a classe capitalista por uma elevação de seus salários, em outras palavras, depende da luta de classes.

Sendo assim, em uma situação na qual a luta de classes pende em desfavor da classe trabalhadora, é possível que os salários médios sejam mantidos “artificialmente” em um patamar insuficiente para adquirir a cesta de consumo diária preestabelecida na Equação 5. Apenas essa situação, resultante do poder de monopólio que decorre da apropriação privada dos meios de produção pela classe capitalista, é compatível com aquilo que Marini entende por superexploração.

Como já indicado, Marini aponta que a superexploração é resultado de três distintos processos: a redução do consumo do operário além do seu limite normal; o aumento da intensidade do trabalho; e o prolongamento da jornada de trabalho. No primeiro desses processos, o trabalhador deixa de ser capaz de se conservar em seu estado “normal”, enquanto nos dois últimos o desgaste excessivo gera um esgotamento prematuro da força de trabalho, levando o salário a se tornar inferior ao valor. Contudo, em cada um desses processos, esse distanciamento gera efeitos que o impedem de se manter por longos períodos.

Redução do consumo da classe trabalhadora

A redução forçada do consumo dos trabalhadores consiste em um método para ampliar a taxa de mais-valor de forma relativa, ou seja, uma alteração no modo como uma extensão constante da jornada de trabalho se reparte em parcela de trabalho necessário e trabalho excedente. Conforme descreve Marx (2013, p. 390), “o mais-valor que [...] deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo”. Nessa forma, o trabalho não pago se excede para além de seu limite normal, “mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário” para a reprodução do trabalhador (p. 388).

Como já foi indicado, a cesta de consumo dos trabalhadores tem um elemento físico, relacionado com as necessidades básicas de reprodução da força de trabalho, e outro elemento histórico-social, estabelecido pelo costume de cada sociedade. A redução forçada do consumo dos trabalhadores pode atuar de duas formas: primeiro, reduzindo apenas o elemento histórico-social de seu valor – caso em que não produziria nenhum impacto na qualidade média da força de trabalho e na expectativa de vida da classe trabalhadora –; segundo, reduzindo também o que se destina à manutenção

física da força de trabalho, levando o salário abaixo de seu limite mínimo – caso em que a classe trabalhadora se atrofia, vegeta e morre precocemente.

Nesses dois casos, é preciso observar uma das peculiaridades da força de trabalho: ao contrário das demais mercadorias, o constante pagamento de salários em desacordo com o valor influencia as próprias condições de reprodução do trabalhador. Quando atua apenas sobre o elemento histórico-social, na medida em que uma redução dos salários médios se mostra persistente, ela transforma o próprio costume e comportamento médio dos trabalhadores. Quando a redução dos salários leva-os abaixo do limite mínimo, as consequências são mais drásticas: uma remuneração insuficiente reduz a capacidade da classe trabalhadora de consumir os produtos necessários para a realização das três etapas de produção da força de trabalho.

No que tange à primeira etapa da produção da força de trabalho, com a redução dos salários se reduzem os gastos relativos a alimentação, educação e formação dos filhos dos trabalhadores atuais. Gera-se, com isso, uma mão de obra de qualidade inferior, constituída de trabalhadores desnutridos e destreinados, que são lançados mais cedo ao mercado para garantir o próprio sustento.

Todavia a redução dos salários também afeta a etapa de manutenção da força de trabalho. Como não recebem o suficiente, os trabalhadores não podem adquirir a totalidade dos bens necessários para sua adequada reprodução normal. Assim, a deterioração diária que cada trabalhador observa colabora para a redução da qualidade média de vida da população, além de gerar impactos significativos na capacidade de trabalho média.

A fase da aposentadoria, última etapa da produção da força de trabalho, se vê três vezes prejudicada. Os anos de vida que um trabalhador mediano espera viver em aposentadoria se reduzem devido: às deterioradas condições de saúde e alimentação que observam em sua infância; à incapacidade de repor o desgaste diário durante sua vida útil; e à redução do nível de consumo adequado à vida em aposentadoria.

Com isso, produz-se uma força de trabalho desnutrida, desqualificada e pouco produtiva, composta de trabalhadores acostumados com o pauperismo, com a vida curta e com a penúria em período de aposentadoria. Para se produzir esse tipo de trabalhador, gasta-se menos tempo de trabalho. Por isso, à medida que esses pobres diabos, desvios no processo de produção da classe trabalhadora, aumentam em número e passam a constituir o caso padrão – a qualidade média da mercadoria que se lança no mercado –, o próprio valor da força de trabalho diminui.

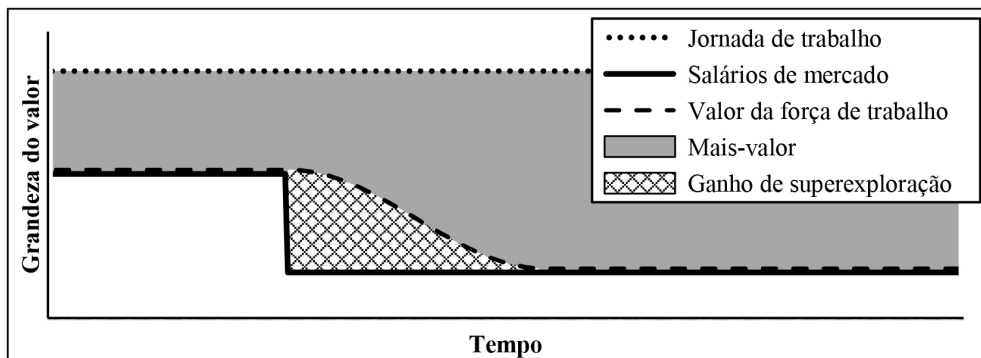
Do ponto de vista mercantil, o capitalista de hoje deve pagar aos trabalhadores aquilo que estes atualmente gastam para se reproduzir em tão baixa qualidade, mesmo que esses trabalhadores tenham atingido esse nível devido às reduções pretéritas nos salários. Troca-se equivalente por equivalente, e quem comercializa hoje não deve ser punido pelas fraudes que outros realizaram no passado.

Portanto, as peculiaridades da mercadoria força de trabalho fazem-na se comportar de modo contrário ao das demais mercadorias – para as quais uma divergência entre preços e valor gera uma dinâmica econômica que reestabelece o equilíbrio por meio de uma alteração nos seus preços. Ou seja, *a divergência persistente entre salários e valor da força de trabalho enseja uma dinâmica econômica que acaba por restabelecer a igualdade entre essas variáveis por meio da alteração no próprio valor da força de trabalho, enquanto os salários permanecem os mesmos.*

Entretanto, como a redução do valor só se concretiza quando a baixa remuneração influencia o costume e as estatísticas dos componentes da força de trabalho, há um período no qual a classe capitalista se apropria “indevidamente” de um mais-valor adicional, isto é, um ganho extra e de caráter temporário. Esse é o excedente da superexploração do trabalho.

O Gráfico 6 ilustra a dinâmica dessa forma de mais-valor relativo, evidenciando o ganho efêmero da superexploração. Nele, o salário médio está representado sem suas variações cíclicas, com o intuito de evidenciar a natureza do fenômeno. Assim, a redução dos salários aparece de forma abrupta e é seguida por uma gradual redução do valor da força de trabalho, até o momento em que a igualdade entre salários e valor é restabelecida.

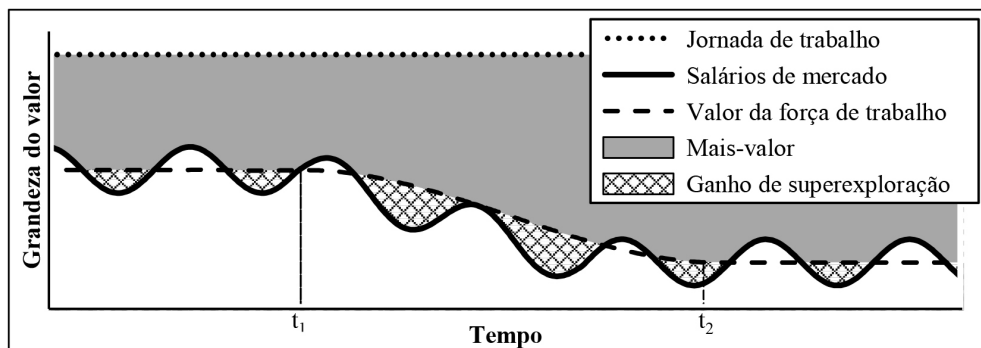
Gráfico 6 – Ampliação relativa do mais-valor por meio da redução de salários sem variações cíclicas



Fonte: Elaboração própria.

Normalmente, esse processo de redução do salário médio deve ocorrer ao longo dos ciclos econômicos. O Gráfico 7 ilustra como um mais-valor adicional a título de superexploração é absorvido pela classe capitalista nessa situação. Como a redução dos salários antecipa a redução do valor da força de trabalho, há um período de preponderância da superexploração, que se inicia quando os salários passam a apresentar uma tendência decrescente (t_1) e se estende até o momento em que o valor da força de trabalho se adéqua à nova média de remuneração (t_2).

Gráfico 7 – Ampliação relativa do mais-valor por meio da redução de salários no decorrer de variações cíclicas



Fonte: Elaboração própria.

Duas conclusões saltam aos olhos a partir da análise do Gráfico 7. Primeiro, observa-se que a classe capitalista absorve um ganho líquido a título de superexploração apenas dentro do período no qual há uma redução do salário médio – de modo que, para receber esse ganho continuamente, é preciso que os salários estejam continuamente em uma trajetória de queda. Em segundo lugar, como resultado do processo que gera a superexploração, há uma ampliação permanente da taxa de exploração após o estabelecimento do novo patamar para o valor da força de trabalho.

Ampliação da jornada/intensidade do trabalho

O prolongamento da jornada de trabalho ou a ampliação de sua intensidade são formas de ampliar a taxa de mais-valor que em si não têm relação direta com o fenômeno da superexploração. Contudo ambas podem causar o efeito indireto de ampliar o desgaste do trabalhador, elevando o valor da força de trabalho.

Marx (2013, p. 306) afirma que “a jornada de trabalho é [...] determinável, mas é, em verdade, indeterminada”, ou seja, apesar de a jornada se referir a um número de horas estabelecido, não existe nenhuma lei econômica que permita calcular a magnitude desse número. Há, entretanto, limites mínimo e máximo dentro dos quais a jornada deve ser fixada. Como limite máximo, o número de horas trabalhadas por dia deve: reservar um período dentro do qual o ser humano irá descansar e satisfazer suas necessidades físicas (também deve ser considerado dentro desse período o tempo necessário para restabelecer as condições psíquicas do trabalhador, evitando que a elevação de seu nível de estresse comprometa a qualidade da força de trabalho); além do tempo para “satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época” (MARX, 2013, p. 306).

Ao pressionar pelo aumento da jornada, os capitalistas comprimem inicialmente o tempo necessário para fazer frente às necessidades histórico-sociais, processo que não afeta em nada o desgaste da força de trabalho. Entretanto, após eliminarem por completo esse período, podem fazer a jornada de trabalho avançar para além dos limites físicos, comprometendo sua manutenção e encerrando de modo precoce sua vida útil (MARX, 2013, p. 338).

Algo similar ocorre com a intensidade do trabalho, que normalmente está em relação inversa com a extensão da jornada de trabalho (MARX, 2013, p. 482). Mesmo

quando não varia a magnitude da jornada de trabalho, a classe trabalhadora pode ver a intensidade do trabalho ampliada acima do que se considera normal sem observar uma redução de sua vida útil, caso que ocorre quando o maior desgaste da força de trabalho ainda pode ser dissolvido pelo tempo de descanso e pela manutenção corrente da força de trabalho. Entretanto, há um limite a partir do qual a ampliação da intensidade a uma jornada constante implica redução da vida útil do trabalhador, quando o desgaste excessivo de nervos e músculos no processo de trabalho é tão profundo que sua repetição diária impede sua regeneração física e mental.

Existe, portanto, a possibilidade de que, ao ampliar a taxa de mais-valor por meio da extensão da jornada e/ou intensificação do trabalho, a classe capitalista provoque um desgaste do trabalhador maior do que o observado até então. Esse desgaste pode apresentar três efeitos distintos sobre a grandeza de valor diário da força de trabalho, como se observa pela análise dos componentes da Equação 7.

Primeiramente, um consumo mais elevado de bens de subsistência pode ser necessário para que esse desgaste seja completamente revertido, de modo a preservar a qualidade média do trabalhador. Nesse caso, os custos médios de manutenção e reparação diários – a variável $\bar{M}$ da Equação 7 – se elevam, junto do valor diário da força de trabalho. Como afirma Marx (2013, p. 338),

se o prolongamento antinatural da [jornada] de trabalho [...] encurta o tempo de vida do trabalhador singular [...], torna-se necessária [...] a inclusão de custos de depreciação maiores na reprodução da força de trabalho, do mesmo modo que a parte do valor a ser diariamente reproduzida de uma máquina é tanto maior quanto mais rapidamente ela se desgaste.

Alternativamente, o maior desgaste – se não for equacionado pelo aumento do consumo de bens de subsistência – pode implicar uma redução da vida útil esperada do trabalhador ($\bar{U}$). Com isso, os custos médios relativos à produção da força de trabalho e ao descarte dessa mercadoria – $\bar{P} + (\bar{D} \cdot \bar{A})$ – deverão ser diluídos em uma quantidade menor de dias, ampliando a grandeza diária do valor que deve ser repassado ao trabalhador.

A ampliação dos custos de manutenção e a redução da vida útil podem ainda atuar em conjunto em duas situações: quando o desgaste maior tiver seu efeito dividido entre

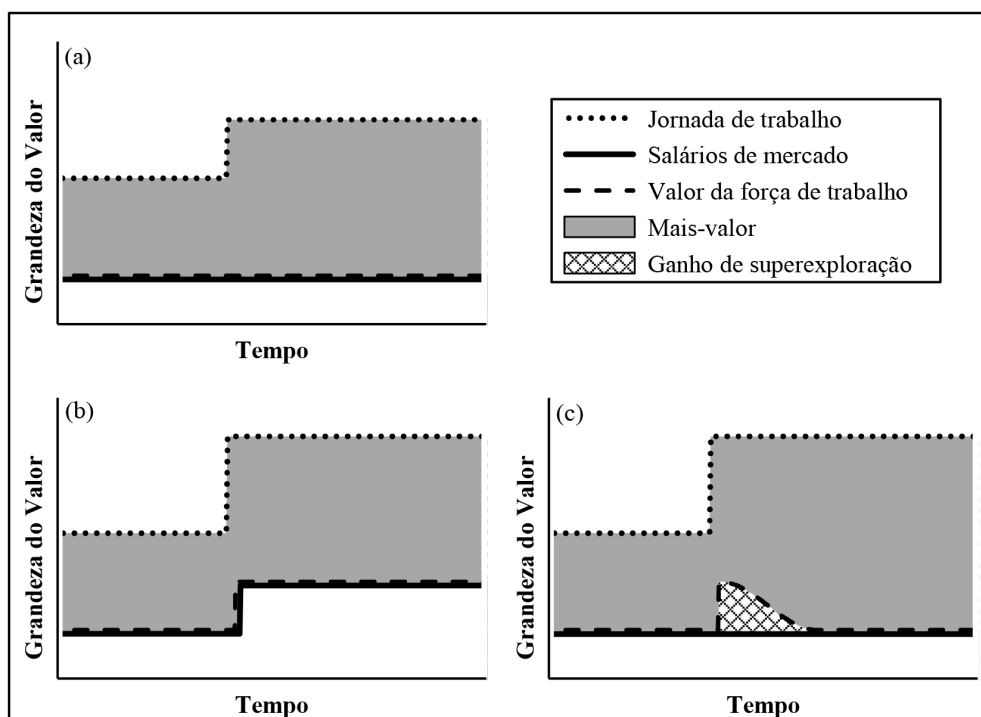
essas duas variáveis; ou então quando esse desgaste for tão significativo que uma ampliação da cesta de consumo não seja capaz de reverter todos os seus efeitos.

Por fim, no que tange ao período de aposentadoria, o maior desgaste da força de trabalho gera dois efeitos contrários. Primeiro, eleva o custo com o consumo diário de bens de subsistência necessários para que o trabalhador aposentado alcance as condições médias até então vigentes de saúde desse grupo populacional ($\bar{D}$), algo que tem claro efeito de elevar o valor da força de trabalho. Segundo, o próprio tempo esperado de vida em aposentadoria ($\bar{A}$) se reduz devido à morte prematura do trabalhador, o que causa queda no valor da força de trabalho. É provável que a elevação dos demais componentes do valor da força de trabalho supere os efeitos da redução da vida em aposentadoria.

Assim, quando o valor da força de trabalho se eleva como consequência do maior desgaste no processo produtivo, é necessário que esse processo seja acompanhado de uma elevação dos salários médios para que os trabalhadores preservem o mesmo padrão de reprodução até então vigente. Caso essa elevação salarial não se observe, começa a ter efeito o mesmo fenômeno descrito anteriormente, em que salários inferiores geram a redução do valor da força de trabalho. Segue-se, portanto, uma nova ampliação do mais-valor, dessa vez de forma relativa, após a qual ressurge a igualdade entre valores e salários.

O Gráfico 8 ilustra os possíveis efeitos de uma ampliação da jornada de trabalho e a ocorrência da superexploração. O Gráfico 8(a) exemplifica uma situação em que a ampliação da jornada ocorre em magnitude que não gera um maior desgaste da força de trabalho, tendo como único resultado a ampliação absoluta do mais-valor.

Gráfico 8 – Efeitos da ampliação da jornada de trabalho



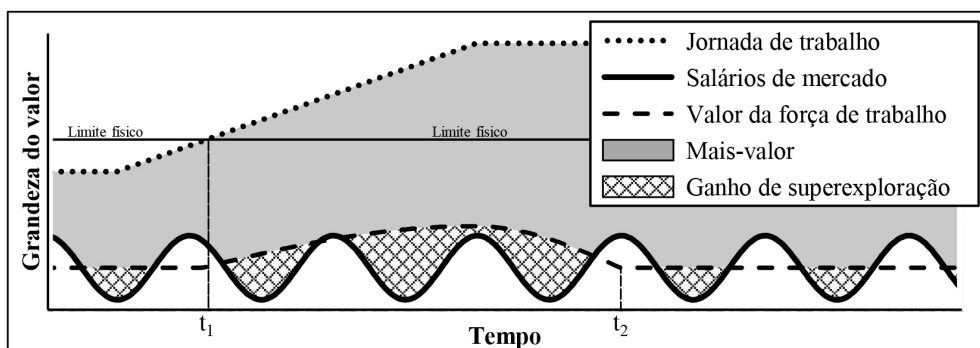
Fonte: Elaboração própria.

Já os Gráficos 8(b) e 8(c) apresentam situações nas quais a ampliação da jornada compromete a reprodução da força de trabalho de modo a determinar o aumento de seu valor. Assim, no caso em que o salário de mercado se eleva para acompanhar o aumento do valor da força de trabalho – Gráfico 8(b) –, há uma ampliação do mais-valor pela via absoluta limitada pela elevação do valor da força de trabalho. Mas se os salários não se elevam, como ocorre no Gráfico 8(c), inicia-se um processo de ampliação relativa do mais-valor⁵⁵, além de um ganho de superexploração que desaparece à medida que os salários insuficientes alteram a qualidade média da força de trabalho.

⁵⁵ É chamado de mais-valor relativo pelo fato de não estar relacionado diretamente com a ampliação da jornada, mas com uma nova divisão entre trabalho necessário e trabalho não pago após a fixação da nova jornada.

Como o objetivo do Gráfico 8 é evidenciar a natureza do fenômeno, não foram apresentados os efeitos das variações cíclicas dos salários de mercado. Entretanto, no mundo concreto, a dinâmica da ampliação absoluta do mais-valor se dá de uma forma que é ao mesmo tempo mais complexa e mais sutil, tal como se apresenta no Gráfico 9. Nesse exemplo, o impacto da elevação da jornada no valor da força de trabalho só tem início a partir do momento em que a extensão da jornada ultrapassa o limite máximo determinado pelas necessidades físicas dos trabalhadores, o que ocorre no período t_1 indicado no gráfico. O valor da força de trabalho só inicia seu retorno ao nível do salário médio com o fim da ampliação da jornada, e só alcança esse patamar após o tempo necessário para que a não variação dos salários reduza a qualidade de vida média da classe operária.

Gráfico 9 – Efeito da ampliação da jornada com salários cíclicos



Fonte: Elaboração própria.

Novamente, duas conclusões podem ser alcançadas com a análise do Gráfico 9. Em primeiro lugar, o ganho líquido que a classe capitalista absorve a título de superexploração cessa algum tempo depois do término da trajetória ascendente da jornada de trabalho – de modo que, para receber esse ganho continuamente, é preciso que a jornada eleve-se continuamente. Segundo, como resultado do processo que gera a superexploração, há uma ampliação permanente da taxa de exploração após o estabelecimento do novo patamar para o valor da força de trabalho.

Relevância empírica

Em suma, a superexploração é o pagamento de salários de mercado em um patamar inferior ao valor de troca da força de trabalho que antecede uma ampliação da taxa de exploração e não é compensado nem – em um dado momento – por uma parcela de trabalhadores “subexplorados” e nem – ao longo de um ciclo – por uma inversão dessa diferença. Esse fenômeno seria causado pelos três processos descritos por Marini: o primeiro processo consistiria em uma redução persistente do salário real, fazendo-o cair abaixo do montante suficiente para adquirir as mercadorias que compõem a cesta de consumo média até então vigente da classe trabalhadora; os outros dois processos seriam a ampliação da jornada ou da intensidade do trabalho, que, em determinadas condições, podem resultar em uma elevação do valor da força de trabalho que, caso não seja acompanhada de uma correspondente elevação dos salários, impediria os trabalhadores de se reproduzirem no mesmo patamar qualitativo.

A consequência necessária dessa superexploração é a redução do próprio valor da força de trabalho: na medida em que não são capazes de se reproduzir em um mesmo patamar qualitativo (isto é, que sua reprodução inferior passe a constituir o caso padrão), os trabalhadores passam a ofertar no mercado uma mercadoria cuja quantidade de horas necessárias para sua produção e reprodução é inferior àquela observada anteriormente. O resultado dessa queda do valor da força de trabalho é que o ganho de superexploração – associado com uma usurpação do tempo de trabalho necessário, uma “violação” da justa troca mercantil – desaparece, cedendo lugar para uma ampliação permanente na taxa de exploração.

Portanto, o ganho de superexploração é um subproduto da ampliação relativa de mais-valor que resulta da diferenciação entre salários de mercado e valor de troca da força de trabalho. É um fenômeno temporário, um tipo de *mais-valor adicional* que surge de formas específicas de ampliar a taxa de exploração e que precede a redução da qualidade de vida da classe trabalhadora.

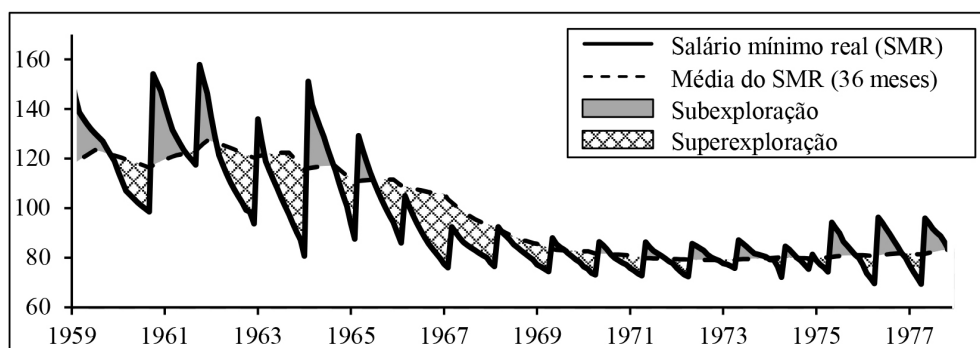
Desse modo, a tese de Marini (1981, p. 101) de que “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho” pode ser interpretada de duas formas. Primeiro, que nos países ditos dependentes os trabalhadores recebem salários inferiores ao valor da sua força de trabalho, e que nessa diferença reside a fonte do

lucro da acumulação de capital. Pelo fato de a divergência entre salários e valor da força de trabalho ser efêmera, isso implica dizer que seus processos geradores estão sempre em atuação, ou seja, que *em uma economia dependente os salários reais se encontram em permanente trajetória descendente e/ou a jornada/intensidade do trabalho em permanente trajetória ascendente*.

Segundo, que nas economias dependentes há uma primazia dessas três formas de ampliar a taxa de exploração sobre as demais. Isso significa que a dinâmica da economia dependente apresenta algum entrave para a ampliação da taxa de exploração pelas vias que não geram a superexploração, de modo que estes fenômenos seriam menos recorrentes. Isso implica que, *em uma economia dependente, os salários reais apresentam uma trajetória de longo prazo descendente e/ou a jornada/intensidade do trabalho uma trajetória de longo prazo ascendente*.

Independentemente de qual o intuito original de Marini, a relevância de sua categoria – e sua centralidade para explicar o fenômeno da dependência – depende de sua ocorrência empírica. Foi em busca desse substrato empírico que Marini analisou a situação concreta da economia brasileira em um artigo escrito em 1978. O autor observou inicialmente o movimento do salário mínimo real durante o período de 1959 a 1977 (reproduzido no Gráfico 10), constatando que houve uma queda acentuada até 1970, o que poderia sugerir uma absorção por parte dos capitalistas de um mais-valor adicional proveniente da superexploração.

Gráfico 10 – Salário mínimo real no Brasil, de janeiro de 1959 a dezembro de 1977 (outubro de 1965 = 100)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipea (2020).

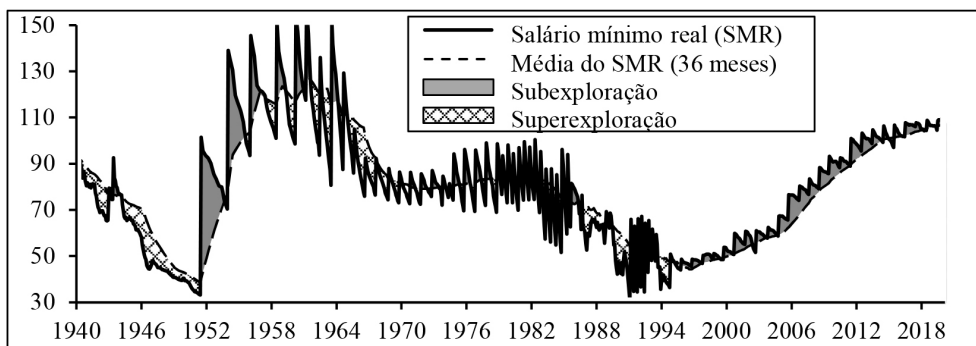
Com relação à jornada de trabalho, Marini observa que os dados censitários apontam que entre o período de 1966 e 1970 houve um incremento de 4,4 % nas horas trabalhadas em média e para toda a população economicamente ativa. Embora esse incremento possa parecer insignificante, o autor pontua que em alguns ramos da indústria, como o metalúrgico em São Paulo, a jornada semanal chega a atingir um total de 66 horas (MARINI, 1978, p. 96).

Portanto, a *Dialética da dependência*, escrita no início de 1972, nasceu no fim de um período de queda significativa do salário mínimo real e de elevação da jornada de trabalho no Brasil⁵⁶.

Embora a obra de Marini possa ter captado um fenômeno em curso no país, o autor se apressou em declarar a “superexploração” como o *fundamento* da economia dependente antes de verificar se realmente se tratava de um fenômeno persistente ou uma tendência de longo prazo ou, ainda, se esse era o comportamento generalizado das economias dependentes. Uma análise em retrospecto e mais abrangente ajuda a lançar luz sobre a questão. Por exemplo, a série histórica completa do salário mínimo real no Brasil (Gráfico 11) evidencia que, a despeito de haver três significativos períodos de queda (1940 a 1951, 1962 a 1970 e 1982 a 1994), não é possível afirmar que essa seja a regra da sociedade brasileira e nem que há uma tendência histórica de queda.

56 Vale notar que, no que tange à variação da intensidade do trabalho, a análise de Marini não se mostra pertinente. O autor parte da equivocada premissa de que “o aumento da produtividade leva naturalmente a um aumento da intensidade do trabalho” (MARINI, 1978, p. 97) para indicar que a quase duplicação do produto *per capita* de 1959 a 1976 é uma evidência para a ampliação da intensidade do trabalho. Em uma segunda análise, utiliza os dados de acidentes de trabalho como um subproduto da ampliação da intensidade do trabalho, observando um aumento de 57 % nos casos dos acidentes registrados pelo Instituto Nacional de Previdência Social entre 1970 e 1976. Todavia não relata que houve um aumento de 78 % no número de vínculos registrados no mesmo período, o que indicaria uma redução do índice de acidentes de trabalho.

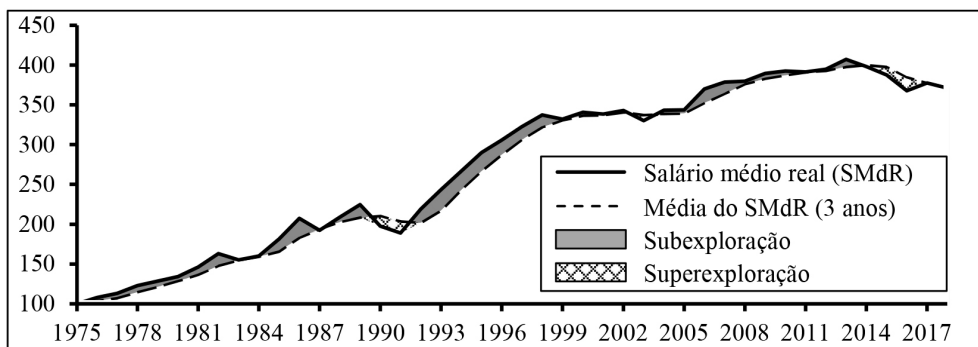
Gráfico 11 – Salário mínimo real no Brasil, de julho de 1940 a setembro de 2020 (outubro de 1965 = 100)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipea (2020).

Contudo ainda é preciso ressaltar que o salário mínimo real não é a medida adequada do valor da força de trabalho. Uma análise mais rigorosa deve se ater ao salário médio real por estratos de complexidade da força de trabalho. A inexistência de dados históricos mais amplos dificulta uma conclusão mais generalizada. Porém as informações sobre a média dos salários reais pagos pelo setor industrial no estado de São Paulo (Gráfico 12), centro dinâmico do capitalismo brasileiro, indicam que seu comportamento é exatamente o oposto do conjecturado por Marini. Há uma significativa trajetória de alta entre os períodos de 1975 a 1998 (um aumento de 237 % em um período de 24 anos), a partir do que se inicia um período de relativa estabilidade. Os momentos de queda do salário médio real são pontuais e insuficientes para alterar a tendência geral.

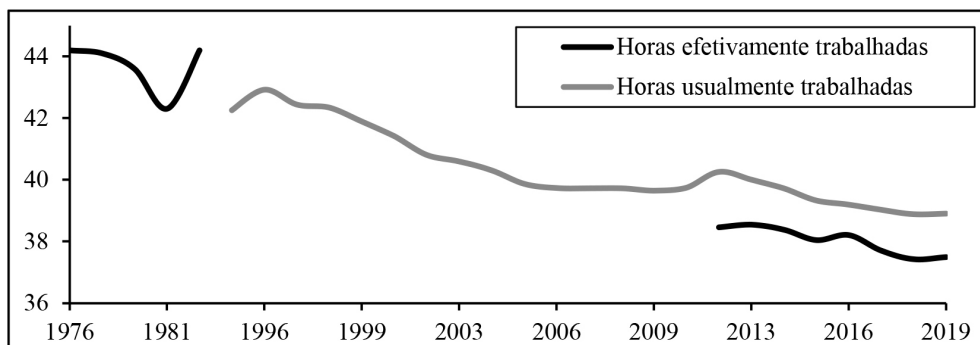
Gráfico 12 – Salário médio real da indústria em São Paulo, média anual de 1975 a 2018 (1975 = 100)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Fiesp e do Ciesp (2019).

A investigação do comportamento da jornada de trabalho apresenta obstáculo ainda maior devido à inexistência de dados de longo prazo para a economia brasileira. Embora não haja informações gerais para o Brasil que remontem ao período analisado por Marini, uma análise dos números disponíveis (Gráfico 13) evidencia uma redução da jornada de trabalho média no país na ordem de 15 % para o período de 1976 a 2019. Além disso, os períodos nos quais há uma elevação da quantidade de horas trabalhadas por semana são raros e pontuais (com o destaque para o período que vai de 1980 a 1986).

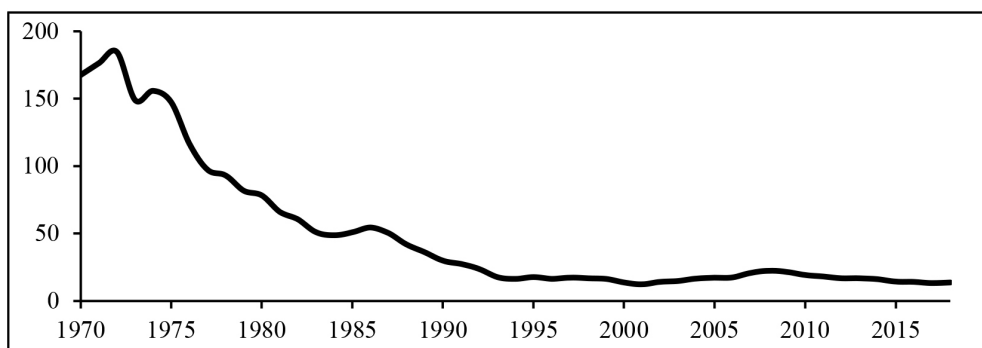
Gráfico 13 – Horas efetivamente e usualmente trabalhadas por semana no Brasil, de 1976 a 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2020).

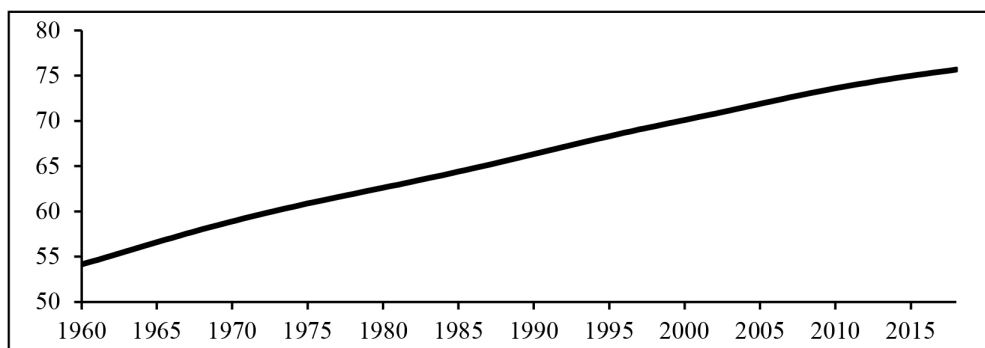
A ampliação da intensidade do trabalho é a causa de superexploração mais difícil de captar em nível agregado. Nesse caso, uma forma adequada de avaliar a possibilidade de sua ocorrência é por meio dos efeitos que gera para a classe trabalhadora, como, por exemplo, um incremento nos índices de acidentes de trabalho e/ou na redução da expectativa de vida da população como resultado do desgaste prematuro da força de trabalho. Contudo as informações de longo prazo para o Brasil não evidenciam qualquer tendência de piora nessas duas variáveis (Gráficos 14 e 15).

Gráfico 14 – Taxa de incidência de acidentes do trabalho no Brasil de 1970 a 2018 (por mil vínculos)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2018).

Gráfico 15 – Expectativa de vida ao nascer no Brasil de 1960 a 2018



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

Por fim, ao ampliar a análise com o intuito de abarcar países latino-americanos (Tabela 3), constata-se que a superexploração parece não ser o caso padrão entre as economias dependentes. Mesmo ao se levar em conta apenas os países para os quais há informações que cubram no mínimo um período de vinte anos, há uma série de casos na América Latina nos quais se observa uma redução média da jornada de trabalho concomitante a um aumento do salário médio real. Além disso, em todos os casos observados, é possível verificar uma ampliação da expectativa de vida da população, o que indica que o efeito mais pernicioso da superexploração não se tem feito evidente no longo prazo em nenhum desses países.

Tabela 3 – Variação da jornada de trabalho e do salário médio real na América Latina

País	Média de horas trabalhadas		Salário médio real		Expectativa de vida	
	Período analisado	Variação média anual	Período analisado	Variação média anual	Período analisado	Variação média anual
Argentina	1990-2019	-0,63 %	2011-2018	3,90 %	1990-2018	0,24 %
Belize	2015-2017	-4,43 %	2014-2017	-11,13 %	2014-2017	0,26 %
Bolívia	2009-2019	-1,00 %	2005-2018	12,94 %	2005-2018	0,67 %
Brasil	1976-2019	-0,47 %	1995-2018	1,48 %	1976-2018	0,50 %
Chile	1982-2019	-0,44 %	1990-2017	2,58 %	1982-2018	0,36 %
Colômbia	1991-2019	-0,61 %	1991-2018	2,61 %	1991-2018	0,36 %
Costa Rica	1987-2019	-0,52 %	1990-2017	4,41 %	1987-2018	0,21 %
El Salvador	2010-2019	0,10 %	1998-2018	2,46 %	1998-2018	0,34 %
Guatemala	2011-2016	7,28 %	1990-2018	2,37 %	1990-2018	0,62 %
Honduras	2005-2019	0,18 %	2005-2018	1,32 %	2005-2018	0,32 %
México	2002-2019	0,12 %	1994-2012	1,54 %	1994-2018	0,15 %
Nicarágua	2009-2012	-8,63 %	1999-2014	6,18 %	1999-2014	0,41 %
Panamá	2001-2019	-0,81 %	1998-2018	6,16 %	1998-2018	0,24 %
Paraguai	2002-2019	0,07 %	1990-2018	2,17 %	1990-2018	0,28 %
Peru	2002-2019	-0,43 %	2009-2018	7,62 %	2002-2018	0,39 %
Uruguai	1986-2018	-0,06 %	1998-2018	2,74 %	1986-2018	0,25 %
Argentina	1990-2019	-0,63 %	2011-2018	3,90 %	1990-2018	0,24 %

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2020) e do banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

A análise da superexploração da força de trabalho alcança, assim, um dilema: se ela é o fundamento da economia dependente, isso significa que países como Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e Uruguai não são dependentes; ou então, se tais países são considerados como economias dependentes, a superexploração não é seu fundamento. A dificuldade daqueles que se reconhecem como os teóricos marxistas da dependência em superar esse dilema é compreensível. Afinal, embora Marini tenha elaborado uma categoria elegante, logicamente consistente e que pode ser aplicada na compreensão de alguns eventos com os quais o pesquisador se depara, é preciso reconhecer que ela não deve ser colocada no centro da análise do mercado mundial. A dependência não gera superexploração e a superexploração não gera dependência. Se existe alguma relação de desenvolvimento desigual e combinado entre as economias capitalistas, algum processo que reduz a dinâmica econômica dos países da periferia, ou alguma força econômica que torna a exploração dos trabalhadores mais intensa nos países mais pobres, todos esses fenômenos devem ser explicados sem a categoria desenvolvida por Marini.

PARTE II



O mercado mundial é o todo concreto sempre presente como pressuposto para o pesquisador das ciências sociais, é a totalidade das relações econômicas estabelecidas entre todos os indivíduos vivos. Por um lado, como intercâmbio universal entre todos os povos, ele é o elemento fundante da sociedade humana universal. Por outro, como expressão do todo concreto, o mercado mundial é a união aparentemente caótica de todos os elementos contraditórios presentes nas relações sociais de produção e distribuição. Síntese de múltiplas determinações, o mercado mundial é a máxima unidade do diverso.

Como objeto de estudo, o mercado mundial é uma unidade, mas uma unidade divisível em outros elementos contraditórios e que se relacionam. Desse modo, a atenção do pesquisador que se debruça para entender sua dinâmica deve se voltar para as relações entre as partes constituintes do mercado mundial, e o modo como cada uma delas se relaciona com o todo.

Isso levanta duas questões: quais são essas partes? E como analisar a relação entre elas?

A resposta para a primeira questão parece óbvia: o mercado mundial, como união das relações comerciais entre todas as nações, é constituído por todos os países do mundo. O “país” seria, então, a unidade básica de análise. Entretanto, uma nação não é mais do que uma abstração que não carrega em si as propriedades necessárias para ser considerada como elemento indivisível do mercado mundial, isto é, ela também pode ser dividida em partes que apresentarão os mesmos comportamentos, as mesmas relações, que se observam na análise de um nível mais agregado.

O átomo da análise consiste na união mínima de todos os elementos contraditórios necessários para caracterizar um sistema econômico. No mundo contemporâneo, isso significa uma *região espacial* que contém dentro de si a união mínima entre trabalho e capital, formando um sistema capitalista parcial.

É claro que o nível de agregação da análise pode ser determinado como melhor convier aos objetivos específicos de cada estudo. Um pesquisador pode restringir sua

análise a determinada região do globo, buscando compreender as relações que se desenvolvem entre as partes constituintes de um único país, por exemplo. Ou então, pode estudar a relação existente entre dois agrupamentos distantes, que aparecem contrapostos como elementos contraditórios, tais como, por exemplo, dois países distintos. Mas o nível máximo de agregação, aquele que revelará as leis tendenciais do modo capitalista de produção em escala global, será sempre o conjunto de todas as relações econômicas, a totalidade do mercado mundial.

O estudo do mercado mundial é, portanto, o estudo das relações econômicas que se desenvolvem espacialmente entre agrupamentos que constituem modos de produção capitalista. Em outras palavras, é a adição da dimensão espacial ao estudo do capital.

A resposta da segunda questão é um tanto mais complexa. Ao analisar as relações entre diferentes regiões do mercado mundial, parece adequado começar pela mensuração de seu produto anual, diferenciando-o entre tudo que é produzido internamente (produto interno bruto) e aquilo que foi gerado pelos fatores de produção nacionais (produto nacional bruto). Em seguida, voltar-se-ia para o comércio exterior, para a divisão internacional do trabalho – separando o mercado mundial entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas por meio da análise de seu produto *per capita* – e para o comportamento dos preços das mercadorias produzidas por cada sociedade, a partir da qual se deriva a dinâmica econômica interna.

Parece correto começar pelo real e pelo concreto, que nesse caso se apresenta como a produção anual de cada sociedade. “Considerando de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso” (MARX, 2011, p. 54). A produção anual, seja ela considerada em sua dimensão interna ou nacional, é apenas uma abstração, uma representação caótica do todo que deixa de fora, por exemplo, a distinção fundamental entre trabalho produtivo e improdutivo, entre setores que produzem riqueza e aqueles que se apropriam do valor gerado alhures. Iniciar a investigação por esse caminho leva a resultados mistificados, por vezes contrários ao movimento do real.

Para dotar de sentido o todo caótico (mundo concreto) com o qual o pesquisador se depara ao analisar o mercado mundial, é preciso, antes, partir de pressupostos reais⁵⁷, do concreto imediatamente representado (mundo sensível), para construir

57 “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas

conceitos analiticamente mais simples, categorias abstratas (mundo suprassensível) capazes de esclarecer cada uma de suas múltiplas determinações. Em seguida, é preciso realizar a “viagem de retorno”, partir das categorias abstratas para retornar à realidade concreta, reproduzindo-a no pensamento (mundo concreto reproduzido no pensamento, ou “mundo concreto” pensado)⁵⁸, de modo a evidenciar seus movimentos e suas leis tendenciais. Esse segundo caminho, essa viagem de retorno, “é manifestamente o método cientificamente correto” (MARX, 2011, p. 54).

O concreto é o objeto do materialismo dialético. Dessa forma, ele aparece, ao mesmo tempo, como ponto de partida e de chegada na construção do conhecimento. Por um lado, isso significa que as categorias abstratas devem ser construídas a partir das observações do mundo real, e não como desdobramentos de conceitos (de outras categorias abstratas) que existem apenas no pensamento. Por outro lado, significa também que essas mesmas categorias devem ser utilizadas para explicar algo real, para observar o mundo concreto. Se uma categoria abstrata não pode ser observada empiricamente, não é possível saber se ela representa um fenômeno real ou se é algo puramente imaginário, que existe apenas na cabeça do pesquisador⁵⁹.

Portanto, a análise do mercado mundial deve ser pautada por um conjunto de categorias abstratas articuladas hierarquicamente, criadas a partir de pressupostos reais e capazes de desmistificar, por meio da constatação empírica, as leis de seu desenvolvimento. Para não correr o risco de deixar de fora relações determinantes para a compreensão dos fenômenos analisados, a pesquisa deve ser pautada pela categoria mais elementar para explicar o modo de produção capitalista,

condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

58 “O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível” (MARX, 2011, p. 55).

59 Vejamos, por exemplo, a categoria “mais-valor”: sua construção resultou das observações empíricas sobre o ciclo do capital e da constatação de que a contratação da força de trabalho é o elemento fundante do lucro capitalista. Mas, além disso, ela precisa ser um elemento verificável, ou seja, deve ser possível observar como a jornada de um trabalhador se divide entre trabalho necessário e mais trabalho, mesmo quando a remuneração do trabalhador assume formas mais mistificadas, como o salário por peça ou salário por tempo.

e seguir uma hierarquia determinada pela forma como elas se estruturam no interior da moderna sociedade burguesa.

O “trabalho”, elemento presente em todas as formas de sociedade, é a base à qual devem ser acrescidas as determinações fundantes da sociedade burguesa: capital e trabalho assalariado, concorrência intra e intersetorial, propriedade fundiária, formas autonomizadas do capital etc. Por fim, chega-se às relações internacionais de produção e ao mercado mundial: as relações de dependência, o comércio exterior e a divisão internacional do trabalho. Agregando todos esses elementos apresentados, a dependência aparece com a categoria abstrata mais complexa e que servirá de base para tratar das relações econômicas no mercado mundial.

A dependência é uma forma de relação entre regiões na qual um polo se apresenta como dominante e outro como subordinado/dependente, evidenciando que, mesmo que uma determinada nação tenha conquistado formalmente sua independência política, ela pode ser controlada por uma potência estrangeira pela via econômica. Mais do que isso, é uma relação de subordinação que se autorreforça enquanto garante uma apropriação, por parte dos países dominantes, de parcela da riqueza gerada nas nações dependentes.

Essa apropriação do mais-valor pelas classes hegemônicas das nações dominantes resulta de um conjunto de métodos de transferência de valor via mercado mundial que não deixa de favorecer também as classes hegemônicas das próprias regiões dependentes. Ela não só limita o desenvolvimento da região dominada (ao drenar dessa parte de seus recursos) como também impulsiona a acumulação (mesmo que subordinada) do capital local, mostrando-se como um caminho pelo qual ela pode encontrar um desenvolvimento “imediato”. Por isso, essa dominação aparece como uma benesse para a própria nação periférica, que vê a expansão do capital nacional vinculada ao desenvolvimento e expansão das economias centrais.

Desse modo, dependência é uma forma de relação que se estabelece entre distintas unidades espaciais do modo de produção capitalista e que se constitui na síntese de três relações: a *apropriação* de mais-valor através do mercado mundial, a *subordinação* entre localidades formalmente independentes e a *vinculação* do crescimento e desenvolvimento econômicos de diferentes regiões. Os três capítulos seguintes abordam cada uma dessas dimensões da dependência, apresentando detalhamentos metodológicos do modo como esses fenômenos podem ser observados empiricamente pelo pesquisador.

Apropriação

A apropriação de mais-valor através do mercado mundial é o elemento que dá sentido à relação de dependência. Reconhecer que algumas regiões transferem gratuitamente parcela do valor que produzem para outra é necessário para compreender o papel funcional que a dependência exerce para aqueles que ocupam a posição de dominantes: o de contrariar a lei tendencial da queda da taxa de lucro.

Do contrário, a dependência seria compreendida como um “subdesenvolvimento” e acabaria por se resumir a um desvio no processo de desenvolvimento capitalista que legaria a algumas localidades uma lógica de acumulação subótima. Um mero acaso que poderia ser resolvido com a boa vontade dos grupos dirigentes em aplicar um conjunto de políticas econômicas e de reformas estruturais.

Todavia, antes de adentrar os detalhes desse fenômeno, é preciso deixar claro que essa transferência de valor não alude a uma exploração entre países, embora por vezes apareça como tal. O fato de esse valor que se transfere ser produzido pela classe trabalhadora das regiões exploradas e sempre apropriada pelos capitalistas das regiões dominantes evidencia que se trata de um fenômeno de exploração entre classes, mas classes que se encontram separadas uma da outra pela distância do mercado mundial.

A mistificação da exploração no mercado mundial, que a faz aparecer como exploração entre países, cumpre um papel significativo para a luta de classes e, portanto, para a lógica de acumulação. Ela leva o proletariado da nação dependente a reivindicar o monopólio de sua própria exploração para sua classe capitalista nacional, transformando a luta entre capital e trabalho em um conflito hipotético entre o

capital internacional e o nacional – este último elevado a uma condição de benfeitor, ao qual se imputam preocupações relacionadas com o bem-estar e a justiça social.

Entretanto, do mesmo modo que o capitalista não se importa com a nacionalidade da força de trabalho que explora, para o trabalhador tanto faz se o capitalista ao qual se subjugua é seu conterrâneo ou um estrangeiro. A oposição artificial entre nações se fundamenta em um discurso nacionalista que acaba por opor classes homônimas de diferentes localidades.

Primeiro, o fato de se tratar de um excedente que seria apropriado pela classe capitalista local caso não fosse transferido para o exterior traz a noção de que existiria uma espécie de “exploração entre capitalistas”, no sentido de que o ganho de uns estaria condicionado pela perda de outros. Contudo os interesses entre esses dois grupos são antes complementares do que contraditórios, tal como indicam Santos (2011) e Cardoso e Faletto (1970), afinal, essa transferência de valor resulta de um estímulo, proveniente do exterior, à acumulação capitalista. E, ainda, em muitas das formas de transferência, uma parcela do mais-valor gerado com a aplicação do capital de origem estrangeira é normalmente absorvida por grupos da própria região explorada.

Segundo, a distinção entre o padrão de vida da classe trabalhadora de diferentes regiões pode levar à ideia de que a situação mais favorável de uns está baseada em uma exploração mais elevada de outros – indicando uma espécie de exploração entre trabalhadores de diferentes países. Esse é um perigoso equívoco que tem por resultado a segmentação da luta do proletariado mundial. Os trabalhadores são explorados em todas as nações capitalistas, isto é, recebem como remuneração uma magnitude de valor inferior à extensão normal da jornada de trabalho. A distinção entre as taxas de exploração de diferentes regiões deve ser buscada não na relação de dependência, mas no grau de organização das classes trabalhadoras de cada localidade – este sim influenciado pelo grau de acumulação do capital e pelo exército industrial de reserva.

Por fim, cabe ressaltar que não seria possível haver essa transferência de valor entre regiões se não houvesse exploração de classes dentro de cada região. Além de corroborar a interpretação de que ela se pauta pela exploração entre capital e trabalho, tal visão deixa claro que essa transferência resulta de formas já conhecidas de exploração e apropriação de mais-valor, mas aplicadas espacialmente no mercado mundial.

Exploração direta de mais-valor por capital estrangeiro

A forma mais elementar de transferência de trabalho não pago entre nações capitalistas deriva da relação básica desse modo de produção: a exploração do trabalho pelo capital. Em termos gerais, pode-se dizer que resulta do desmembramento espacial do processo de valorização do capital, $D - M - D'$, tal como pode ser expresso pela Fórmula 1:

$$\underbrace{\overset{A}{\widehat{D}} \rightarrow D - M \left\{ \begin{matrix} FT \\ MP \end{matrix} \dots P \dots M' - D' \right\} \begin{matrix} D \\ \Delta D \end{matrix}}_B \rightarrow \overset{A}{\widehat{D'}} \quad (1)$$

Aqui, o processo de acumulação capitalista é executado por completo no interior de um país “hospedeiro” (B), mas com recursos provenientes de um país “emissor” (A). Nessas circunstâncias, o primeiro passo do processo de acumulação ($D \rightarrow D'$) não denota troca, transferência de propriedade e nem tampouco consiste em etapa da reprodução do capital. Significa apenas o deslocamento espacial do montante de dinheiro de um país para o outro, operação que representa a aproximação com certo mercado, transposição de barreiras alfandegárias, metamorfose da nacionalidade da moeda etc. Não implica dispêndio necessário de trabalho, uma vez que pode ser realizado por simples registro contábil da informação sobre um débito em determinado banco contra um crédito em outro alhures.

Após o deslocamento espacial de uma magnitude de valor para o país hospedeiro, ele passa a funcionar efetivamente como capital, realizando todo o movimento $D - M - D'$. Na primeira etapa desse processo ($D - M$), o capital-dinheiro passa para as mãos dos residentes dessa região, os quais cedem em troca tanto os meios de produção quanto a força de trabalho nas quantidades e qualidades requeridas para a realização do processo produtivo. Portanto, um pressuposto para que ocorra a internacionalização do capital produtivo é a existência das precondições do modo de produção capitalista no país de destino do investimento.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, isso implica dizer, primeiramente, que a força de trabalho esteja disponível na forma de mercadoria, ou seja, que os trabalhadores sejam livres (proprietários de suas próprias forças de trabalho e não proprietários dos meios de produção) e dispostos ao trabalho. Além disso, é preciso que haja

trabalhadores na quantidade e com as qualificações necessárias para a realização do consumo produtivo dos meios de produção, de modo que não é possível internacionalizar um processo produtivo que requer trabalho complexo em grau mais elevado do que o existente no país hospedeiro (ao menos, é claro, que a nação hospedeira também receba parcela da força de trabalho vinda do exterior). Com relação ao mercado de meios de produção, é necessário que essas mercadorias já tenham sido produzidas em período anterior ao início do processo de valorização, de modo que um capital estrangeiro só pode se instalar em um país no qual já se poderia iniciar o mesmo ciclo de acumulação.

Após a transformação do capital dinheiro em capital produtivo nas proporções adequadas, inicia-se o processo de produção (P), que é executado seguindo-se os costumes e as leis locais, já que a forma da relação que se estabelece entre capital e trabalho é determinada pelo país hospedeiro. A duração normal da jornada de trabalho, seu grau de intensidade e a remuneração dos trabalhadores são estabelecidos conforme as vicissitudes do mercado local, de forma que o capital estrangeiro se valoriza por uma taxa de exploração potencialmente distinta do seu país de origem. Além disso, o modo como se consomem os meios de produção e a forma de eliminação de seus resíduos também são determinados por regras que podem diferir das existentes no país de origem, fazendo antever uma potencial redução de custos por meio da redução do volume de capital constante.

O resultado do processo produtivo, que é ao mesmo tempo processo de trabalho e processo de valorização, é um capital-mercadoria (M') que se diferencia da massa de valor do capital produtivo não apenas por ser valor de uso distinto, mas por conter uma quantidade maior de trabalho. Para realizar esse mais-valor, no entanto, é preciso lançar novamente essa mercadoria no mercado. Se tal mercadoria encontra compradores no país em que é confeccionada, tanto melhor, mas se há necessidade de buscar mercados longínquos, basta somar-se a seu valor final o trabalho despendido em seu transporte, e em nada se altera a questão.

Após a venda, o capitalista estrangeiro possui D' , capital dinheiro. Retorna para o mesmo ponto em que estava no início do ciclo de acumulação, mas com duas diferenças: em primeiro lugar, seu dinheiro não é apenas capital em potencial, mas um capital que já se realizou, um valor que se valorizou, valor e mais-valor; em segundo lugar, esse capital encontra-se, ainda, em solo estranho a seu país de origem, embora continue como sua propriedade.

Resta, portanto, um passo final: o deslocamento desse resultado para o país de origem ($D' \rightarrow D$). Esse retorno é realizado nos mesmos termos da fase inicial: sem a intermediação necessária do trabalho, por meio de um mero registro contábil. O que se observa com a conclusão do processo é que o país hospedeiro permanece com a mesma magnitude de valor com a qual o iniciou. Os antigos proprietários dos meios de produção e da força de trabalho possuem agora uma quantidade de dinheiro equivalente às mercadorias que venderam para o capitalista estrangeiro. Do mesmo modo, aqueles que compraram os produtos resultantes do processo de produção também deram em troca dinheiro na mesma magnitude do valor das mercadorias adquiridas. *No território que hospeda o processo de produção, não há acréscimo ou redução de riqueza.*

Por outro lado, o país estrangeiro (na figura do capitalista ali radicado) recebe, além do que lançou no processo de valorização, um mais-valor. Mas de onde provém esse valor excedente? Consiste na parcela não paga do trabalho executado pelos trabalhadores do país hospedeiro, com meios de produção que já existiam naquele país. Mesmo sem a intervenção do capital estrangeiro, os trabalhadores poderiam ter utilizado os meios de produção e gerado um valor excedente que permaneceria em seu país. Portanto, mesmo não tendo se tornado mais pobre, a nação que recebe o investimento estrangeiro deixa de se tornar mais rica. Essa forma de produção é uma relação social que mistifica o fato de que o país estrangeiro se apropria de um excedente sem ceder nada em troca, pois o dinheiro que cedeu no início do processo recupera todo ao final, e ainda acrescido de mais-valor (do mesmo modo que a relação de produção capitalista mistifica o fato de que o proprietário enriquece à custa do trabalhador; no entanto, enquanto o trabalhador não pode sozinho produzir, pois lhe faltam os meios de produção, o mesmo não pode se dizer do processo visto do ponto da nação – onde existem tanto os trabalhadores quanto os meios de produção).

Tal como exposto, o processo $D \rightarrow D - M - D' \rightarrow D'$ expressa a exploração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro em sua forma mais elementar. No entanto, em sua manifestação concreta, pode ocorrer com inúmeras diferenciações, entre as quais se destacam cinco variações, conforme segue.

A) O deslocamento inicial do capital dinheiro (D) pode transcorrer também por meio de uma combinação deste com a forma capital produtivo (M), caso no qual uma parcela da metamorfose $D - M$ se daria em solo do próprio país de origem.

B) Ao realizar a metamorfose $D - M$ no país hospedeiro, uma parcela do capital dinheiro pode ser trocado por força de trabalho e meios de produção importados de outras regiões do mundo, por não existirem no mercado local.

Nas situações A e B, é preciso observar que a parcela importada do capital produtivo, por mais que não existisse no país hospedeiro, poderia ser ali adquirida através do comércio internacional. No entanto, para que essa sociedade tente iniciar esse processo de valorização sem contar com o capital estrangeiro, deveria também possuir, além dos meios de produção nacionais, uma quantia de valor na forma de dinheiro mundial para que fosse trocada no mercado internacional (dependendo do período histórico, na forma de ouro, dólar, *yuan* etc.). De todo modo, ambas as situações evidenciam a possibilidade de que a grandeza do valor envolvida no processo de valorização seja mais elevada do que aquela existente de antemão no país hospedeiro, cenário no qual as condições para o início desse ciclo não estariam plenamente dadas nessa nação.

C) O capitalista estrangeiro pode vender as mercadorias resultantes do processo de produção em outros mercados que não o do país hospedeiro – inclusive no mercado do próprio país de origem do capital, situação na qual fica ainda mais evidente que o capital se desloca para se aproveitar de taxas de exploração mais favoráveis ou de reduções de custos (isto é, redução do capital constante) derivadas de exigências mais flexíveis da legislação.

D) Após o fim de um ciclo de acumulação, as condições que impeliram o capitalista estrangeiro a buscar outros mercados provavelmente o levarão a internacionalizar seu capital novamente (além de que um elevado coeficiente de capital fixo dificultaria a própria retirada de todo o capital do país hospedeiro). Assim, desloca mais uma vez o dinheiro para o país hospedeiro ($D \rightarrow D$) e reinicia o processo de valorização. A repetição contínua desse ciclo de acumulação leva o capitalista a manter constantemente nesse país o montante de valor D a funcionar como capital, sendo que só precisa repatriar a parcela do valor excedente que se gera. Ao final de cada ciclo, em vez de se observar o deslocamento do valor velho acrescido de valor novo ($D' \rightarrow D$), observa-se apenas um fluxo de mais-valor ($\Delta D \rightarrow \Delta D$).

Há, portanto, dois tipos de fluxos entre os países envolvidos no processo. Em um primeiro momento, há um fluxo de capital que se transfere do país estrangeiro para o país hospedeiro para dar início ao processo de acumulação. Em um segundo momento, então, há fluxos de lucro consecutivos ao final de cada ciclo de valorização, fluxos que

consistem em mais-valor, trabalho não pago e realizado pelos trabalhadores do país hospedeiro. São esses dois fenômenos que podem ser observados concretamente.

E) Parcela do mais-valor gerado no país hospedeiro pode ser retida nessa região na forma de impostos, *royalties* sobre exploração de recursos naturais, renda diferencial e absoluta derivada da propriedade da terra etc. A proporção na qual o mais-valor se divide entre lucro e outras formas de apropriação, tais como as sugeridas aqui, depende da disputa entre os capitalistas estrangeiros e os demais setores da sociedade. De todo modo, nessa situação tanto a nação exportadora quanto a hospedeira observam, ao fim do processo de acumulação, uma ampliação da riqueza total. Contudo é preciso observar que a parcela retida no país no qual se realiza o processo de valorização será apropriada por certo grupo ou classe conforme as condições determinadas pela luta de classes em seu interior.

Todas essas cinco variações do processo $D \rightarrow D - M - D' \rightarrow D'$ em nada alteram o cerne desse fenômeno: o fato de o mais-valor dos trabalhadores da nação hospedeira ser extraído por capital pertencente a não residentes.

Resta, ainda, indagar sobre o motivo que leva o capital a se deslocar para outro mercado. Para o capitalista individual, o processo de valorização resume-se em $D - D'$, não importando o caminho que o valor percorre entre esses dois pontos. A única coisa que lhe interessa é a proporção em que D' se diferencia de D , ou seja, a taxa de lucro. Se não lançasse seu capital em país estrangeiro, daria início a um ciclo de acumulação em seu próprio país, de modo que o que ganha de fato com a internacionalização do processo produtivo é a diferença entre a taxa de lucro obtida em seu país e a que se obtém no exterior. Assim, todos os elementos que concorrem para aumentar a massa de mais-valor e/ou reduzir o capital necessário são fontes de ampliação da taxa de lucro e, portanto, motivos para a busca de novos sítios produtivos. Vejam-se, na sequência, cinco exemplos.

1) Ampliação da taxa de exploração. Como indicado anteriormente, o modo como se dá a relação entre capital e trabalho está relacionado com os costumes locais de onde se realiza a produção. O valor da força de trabalho de um mesmo grau de complexidade pode variar conforme cada sociedade devido a fatores históricos e morais. Por exemplo, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2020), em 2015, enquanto a principal fonte de proteína na dieta da população dos Estados Unidos era de origem animal (65 %), na

China era primordialmente vegetal (61 %), de modo que a reprodução de um indivíduo estadunidense consumia mais horas de trabalho do que um chinês que mantinha o mesmo nível de consumo. A utilização de força de trabalho de menor valor apresenta um duplo impacto na taxa de lucro: reduz a quantidade do capital variável (e, portanto, do capital total) necessário para pôr em marcha o processo de valorização; e ainda amplia a quantidade de trabalho não pago que será absorvida pelo capitalista.

Além disso, a própria duração e intensidade da jornada são determinadas também por fatores de mesma natureza. Por exemplo, enquanto na França o limite para a jornada de trabalho semanal é de 35 horas, os trabalhadores industriais de países como Peru, Paraguai, El Salvador, Turquia, Costa Rica e Singapura trabalham usualmente mais de 50 horas por semana, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2020). Maior jornada de trabalho implica maior tempo de trabalho não pago e, portanto, maior taxa de lucro.

A luta de classes tem papel fundamental na determinação desses dois elementos. Os capitalistas sempre pressionam no sentido de reduzir o valor da força de trabalho e ampliar a duração da jornada, e o grau em que os trabalhadores conseguem resistir a essa pressão – e até mesmo inverter esse processo – varia de região para região. Uma característica fundamental para que o capital possa se aproveitar da melhor forma possível de elevadas taxas de exploração diz respeito à dimensão física das mercadorias produzidas em contraposição a seu valor (afinal, quanto menor o volume e o peso de uma mercadoria, menos custoso é seu transporte para o mercado em que será vendida). Por esse motivo, é comum observar esse tipo de descentralização nas indústrias de maior coeficiente tecnológico e cuja dimensão física de seus produtos é reduzida, tal como a fabricação de componentes eletrônicos.

Um exemplo característico desse processo pode ser observado na cadeia de suprimentos controlada pela trilionária empresa estadunidense de tecnologia Apple. Cerca de 90 % dos componentes do seu principal produto, o aparelho celular iPhone, são produzidos em países estrangeiros. Muitos de seus fornecedores são, na realidade, empresas contrerrâneas e tecnológico-intensivas, que mantêm instalações produtivas em países onde o custo da mão de obra é baixo e a jornada de trabalho é elevada. Esses são os casos, por exemplo, da Cirrus Logic, fornecedora de componentes de áudio para o iPhone, que tem instalações na China; da TriQuint Semiconductors, responsável pelo fornecimento de parte dos módulos de transmissão, com fábricas na Costa Rica; da produtora

do Gorilla Glass, vidro altamente resistente que reveste esse aparelho celular, a Corning, atuando em Taiwan; e da Broadcom Corporation, que fornece o controlador da tela sensível ao toque, presente na China, Taiwan, Singapura e Malásia.

Além desses, destacam-se os seguintes fornecedores da Apple de origem estadunidense com instalações no estrangeiro: Texas Instruments, presente na Malásia, Filipinas, México; Fairchild Semiconductor International, com fábricas na China, Malásia, Filipinas; Maxim Integrated Products, na Tailândia, Filipinas; Skyworks Solutions, com instalações no México; entre tantas outras. Uma característica de seus produtos semiacabados é que, a despeito do elevado custo despendido em pesquisa e desenvolvimento, seus processos produtivos necessitam de elevada composição orgânica do capital, mas de mão de obra com baixa qualificação. E, ainda, as dimensões dos componentes tornam seu transporte rentável diante dos ganhos com as elevadas taxas de exploração.

2) Redução do capital constante. O processo de produção também está sujeito a determinações sociais que se modificam conforme a localidade. Por exemplo, em determinada sociedade, é aceito que o processo produtivo gere resíduos que são considerados inaceitáveis em outras regiões. Para manter a produção em países que apresentam elevadas exigências ambientais, é preciso dispêndio adicional de capital em comparação com nações onde há legislação mais flexível. Essa redução de capital constante que se observa ao deslocar o processo produtivo para essas regiões colabora para ampliar a taxa de lucro mesmo se mantendo constante a massa de mais-valor gerada.

Recorrendo novamente ao exemplo da cadeia produtiva do iPhone, é possível observar como esse ponto é importante para a elevação da taxa de lucro. Devido ao grau de mobilização da classe trabalhadora, a Apple “expressa grande preocupação com a saúde de seus funcionários” localizados nos Estados Unidos da América. Entretanto, não aplica a mesma política com aqueles que se localizam em outras nações, sobretudo na China. Nessas localidades, a empresa utiliza uma ampla gama de produtos químicos nocivos para a saúde dos trabalhadores, tais como o cancerígeno benzeno e a neurotoxina n-hexano. A substituição desses elementos no decorrer do processo produtivo é custosa e desnecessária, diante da reduzida pressão que sofre no mercado chinês. O exemplo da Apple, apresentado aqui apenas por sua escala colossal, é similar ao de todas as empresas do setor de telefonia móvel e de produtos eletrônicos em geral.

3) Redução dos custos de circulação e transporte. A aproximação do processo produtivo com certos mercados pode gerar economias com a redução do tempo de

circulação das mercadorias, tanto na etapa $D - M$ quanto na $M' - D'$. Com a redução desse tempo de circulação, diminuem-se os gastos com estocagens e com os trabalhadores que atuam no comércio. Além disso, as mercadorias não precisam mais atravessar a mesma distância que antes para atingir o mercado consumidor, reduzindo-se assim os custos com transporte.

Esse é o caso notável da indústria automobilística. O elevado custo de transporte do produto acabado levou as produtoras de automóveis a instalarem montadoras em países próximos aos maiores mercados. Esse tipo de investimento se elevou consideravelmente em países como Brasil e Argentina – que, além de constituírem grandes mercados consumidores, distribuem sua produção para todas as nações do Mercosul – e também Índia e China – nações que observaram elevado crescimento na venda de automóveis durante as últimas décadas.

4) Alteração da forma como se divide o mais-valor. O lucro do capitalista consiste apenas em uma parcela do mais-valor gerado por seus trabalhadores, sendo o restante direcionado para pagamentos de juros, impostos, renda da terra etc. Enquanto a magnitude que se destina ao pagamento de juros e impostos depende principalmente da disputa intercapitalista pela apropriação do excedente, a renda da terra é determinada por fatores econômicos, relacionados com a fertilidade do solo e com o poder de monopólio de seus proprietários.

A localização de um empreendimento produtivo pode permitir a redução da parcela do mais-valor que se destina a esses fatores, especialmente no que se refere à eliminação de barreiras alfandegárias. Essa última, inclusive, potencializa os efeitos da proximidade com os mercados consumidores, tal como descrito acima.

As empresas maquiladoras – indústrias que adquirem equipamentos e matérias-primas importados e produzem para exportação – também constituem um exemplo desse processo. Embora o principal motivo que leva uma multinacional a implantar uma fábrica maquiladora em uma região continue sendo a elevada taxa de exploração, o estabelecimento de áreas de livre comércio é fundamental para atrair esse tipo de capital. A economia mexicana foi fortemente caracterizada pelo crescimento de indústrias dessa natureza no período entre a década de 1970 e o início dos anos 2000, momento a partir do qual o benefício dos baixos salários dos trabalhadores asiáticos superou aquele derivado da ausência de taxação naquele país.

5) Apropriação ou controle de fontes de matérias-primas. Com o intuito de garantir a continuidade do fornecimento de produtos estratégicos tanto para realizar o processo produtivo quanto para se aproveitar dos preços de monopólio observados em alguns setores de atividade extrativa, o capital estrangeiro pode se estabelecer em uma nação hospedeira para realizar, ele mesmo, a produção dessas mercadorias.

Esse é o caso notável, por exemplo, da indústria extrativa do petróleo. O nível de produção mundial tem sido fortemente influenciado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que desde a década de 1960 busca ampliar o preço do produto por meio da redução de sua oferta. A despeito de muitos países terem nacionalizado suas reservas de petróleo no decorrer do século XX, levando as companhias nacionais a controlarem, no ano de 2018, 56 % das reservas comprovadas em todo o mundo, as empresas petrolíferas de capital privado foram responsáveis por 54,4 % da produção de petróleo nesse mesmo período – sendo que, destes, 26,1 pontos percentuais foram produzidos por multinacionais (IEA, 2018). Empresas como Exxon Mobil, BP, Royal Dutch Shell e Chevron atuam em vários países do mundo, aproveitando-se dos preços elevados resultantes do controle da oferta realizado pelos países da Opep. É preciso ressaltar que tais empresas não se apropriam apenas do mais-valor gerado pelos trabalhadores dos países hospedeiros, mas também da renda de monopólio, que será analisada mais adiante.

Enfim, a soma desses cinco aspectos, que deve ser suficiente para sobrepujar os eventuais gastos com transporte e com tributação especial, gera para o capitalista individual uma expectativa de lucro mais elevada do que observaria em seu país de origem. É interessante notar que o país hospedeiro não deve, necessariamente, apresentar maior taxa de exploração, desde que a soma dos outros elementos seja suficiente para resultar em maior taxa de lucro.

Por outro lado, as contínuas revoluções dos meios de transporte e da tecnologia de comunicação e informação favorecem de tal modo o parcelamento do processo produtivo e a ampliação da divisão tanto social quanto manufatureira do trabalho que as parcelas do capital são impulsionadas para cada canto onde possam se aproveitar da vantagem que mais lhes convém. Assim, as etapas de produção que necessitam do trabalho em sua forma mais simples são transferidas para as localidades onde o valor da força de trabalho é o menor possível. Os processos que causam maior impacto ambiental são direcionados para os países onde a legislação é mais flexível e se exige

menor gasto com medidas mitigadoras. A montagem final das mercadorias é realizada próxima ao mercado consumidor, fugindo tanto das despesas aduaneiras quanto dos custos relativos ao transporte dos produtos acabados. E o faturamento é, quando possível, concentrado em regiões com baixa incidência de impostos.

Ainda hoje, um parcelamento muito significativo do processo de produção sob o domínio de um mesmo capitalista apresenta desafios significativos. Com isso, esse parcelamento é, em muitos casos, acompanhado de uma autonomização da etapa produtiva, que pode ser realizada tanto por capitais nacionais dos países onde ela se realiza (nesse caso, a força de trabalho não é explorada diretamente pelo capital estrangeiro, mas o mais-valor continua sendo repassado por meio de uma estrutura de preços favorável a este) quanto por investidores estrangeiros que atuam como fornecedores em uma ampla cadeia de produção (é o caso, por exemplo, da já citada cadeia de produção do iPhone, da Apple). Entretanto, a “manufatura descentralizada” pode ser apontada como uma tendência crescente do capitalismo contemporâneo⁶⁰.

Método para análise de situações concretas

Para uma análise de casos concretos de dependência, a exploração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro pode ser observada empiricamente por meio dos dois tipos de fluxos de valor que resultam do seu ciclo de acumulação: a transferência de investimento estrangeiro direto (IED) e dos lucros líquidos enviados ao exterior como remuneração desse capital.

Comumente, é caracterizado como IED todo o investimento para implantação de novos empreendimentos, aquisição de empresas e ações ordinárias (com direito a voto) que representem pelo menos 10 % do valor total da empresa local. Os dados levantados pelos países hospedeiros sobre o estoque de investimento estrangeiro direto, assim como sobre os fluxos do balanço de pagamentos – dos quais se extraem as informações sobre o lucro líquido enviado para remuneração de IED –, são compilados pelo Fundo Monetário Internacional, por meio das *Estatísticas*

60 Em março de 2015, o Metaconselho de Tecnologia Emergente do Fórum Econômico Mundial apontou a “manufatura descentralizada” como uma das dez tecnologias com mais potencial para mudar o mundo.

da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional (IMF, 2020a) e também da *Pesquisa coordenada de investimento direto* (IMF, 2020b), que apresenta informações mais detalhadas sobre a origem e o destino do capital internacional, porém com menor abrangência de países e territórios.

Contudo é preciso ressaltar que os dados de IED e lucro líquido enviado/recebido do exterior apresentam ao menos duas dificuldades fundamentais para a análise da categoria aqui apresentada. Em primeiro lugar, cabe questionar até que ponto se deve considerar a propriedade parcial do capital como um modo de exploração direta, e não apenas uma forma aparente do capital portador de juros (que será abordado a seguir). A subsunção formal do processo produtivo deve ser o elemento determinante para diferenciar essas duas formas de exploração, mas trata-se de uma característica de difícil apreensão por meio desses dados.

Uma segunda questão consiste no fato de que o único investimento capaz de gerar mais-valor é aquele aplicado nos setores produtivos da economia. A parcela do IED que se direciona para os setores improdutivos obtém seu lucro por meio da apropriação de um mais-valor cuja origem provavelmente repousa na economia do país hospedeiro – formas que serão analisadas em maiores detalhes mais adiante.

A despeito de dados desagregados sobre investimento direto serem de difícil obtenção a partir de fontes que abordem uma maior amplitude de países, as informações sobre os setores de destino do capital podem ser obtidas com maior facilidade nos órgãos oficiais de estatística de cada nação em particular. No caso do Brasil, por exemplo, dados detalhados são fornecidos pelo Censo de Capitais Estrangeiros no País – para aqueles nos quais essa nação é a hospedeira – e também pelas estatísticas de Capitais Brasileiros no Exterior – para os casos em que o capital nacional explora o mais-valor dos trabalhadores de outras nações –, ambos fornecidos pelo Banco Central do Brasil.

Apenas para revelar o alcance de uma análise que parte do estoque de IED e do fluxo de lucro, pode-se observar o comportamento dos fluxos de investimento e lucro no Brasil. Cerca de 45 % do estoque do capital exportado por esse país haviam sido direcionados para investimentos produtivos em economias estrangeiras no ano de 2012 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015a), enquanto, com relação ao investimento estrangeiro na economia brasileira, esse percentual era de 70 % para o mesmo período (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b). Já quanto ao lucro remetido para

o exterior como remuneração do IED, 72 % tiveram sua origem em setores produtivos e podem, portanto, ser considerados como exploração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c).

Voltando para os dados compilados pelo Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020a), eles revelam que o estoque de capital atuando como IED em todo o mundo era de cerca de US\$ 51 trilhões em 2018, uma magnitude que correspondia a aproximadamente 63 % do produto bruto mundial daquele ano. É interessante observar que os principais países exportadores líquidos de capital estão também entre os que mais recebem investimento estrangeiro (Tabela 5, adiante). Com relação a esse comportamento, duas questões merecem destaque.

Em primeiro lugar, percebe-se que importante parcela do fluxo de IED tem o objetivo de retornar para o próprio país de origem. É o que fica claro ao se observar as relações estabelecidas com as nações listadas na Tabela 4. Esses quatro países chamam a atenção por serem reconhecidos paraísos fiscais – economias nas quais a existência de sigilo bancário ou a baixa incidência de impostos atrai a aplicação de capitais estrangeiros – e pelo fato de o capital exportado ser significativamente elevado em comparação com seu PIB. No ano de 2018, os estoques de capital tanto enviado quanto recebido por esses países representavam mais da metade do IED de todo o mundo. Ao descontar as transações entre os países desse grupo, observa-se que os Estados Unidos da América e o Reino Unido recebem como IED dessas regiões uma magnitude de 66 % do montante do capital que enviam, além de serem as origens da maior parcela desses recursos (cerca de 60 %) (IMF, 2020b).

Tabela 4 – Estoque de investimento estrangeiro direto em 2018
(US\$ bilhões) – países selecionados

País	Estoque de IED			PIB
	Ativo	Passivo	Líquido	
Países Baixos	6.453	5.340	1.113	909
Luxemburgo	5.977	5.131	846	71
Suíça	1.935	1.795	140	703
Irlanda	1.694	1.774	-81	389

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020a) e do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

Ao que tudo indica, grande parcela dos recursos recebidos por esses quatro países retorna para sua nação de origem como se fosse investimento estrangeiro. O motivo para o capital percorrer tal caminho, de modo a mistificar sua nacionalidade, pode ser tanto o de se aproveitar de incentivos fornecidos por governos aos investimentos estrangeiros, reduzindo a carga tributária com a qual arcam, como o de fugir de restrições legais, entre outros. De todo modo, esse fenômeno não constitui uma forma de extrair mais-valor dos trabalhadores do país hospedeiro.

Em segundo lugar, parece que o objetivo fundamental do capital produtivo que se direciona para os principais países emissores é o de se aproximar do mercado consumidor deles. No caso particular dos Estados Unidos, por exemplo, ignorando-se o fluxo de IED proveniente de paraísos fiscais, observa-se que cerca de 80 % do capital recebido são provenientes dos seguintes países: Reino Unido, Japão, Canadá, França e Alemanha. Levando em consideração que a taxa de exploração entre essas nações não apresenta discrepâncias significativas, que o volume das transações de bens e serviços provenientes dessas nações gira em torno de 30 % de todas as importações realizadas pelos Estados Unidos, e que cerca de 90 % da produção de empresas multinacionais em seu território são transacionados no mercado interno, conclui-se que essa exportação de capital é motivada pela ampliação da competitividade resultante da redução dos custos de transporte e circulação de mercadorias.

Tabela 5 – Estoque de investimento estrangeiro direto e lucro líquido recebido em 2018 (US\$ bilhões) – principais países

País	Estoque de IED			Fluxo de lucro		PIB
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido	% PIB	
Japão	1.641	277	1.364	94	1,9 %	4.955
França	1.924	1.245	679	57	2,0 %	2.788
Alemanha	2.413	1.740	673	67	1,7 %	3.950
Canadá	1.427	913	514	19	1,1 %	1.716
Coreia do Sul	405	237	168	-1	-0,1 %	1.721
Itália	681	559	122	10	0,5 %	2.086
Dinamarca	308	198	110	9	2,5 %	356
África do Sul	246	139	108	-4	-1,2 %	368
Finlândia	181	124	57	2	0,9 %	276
Noruega	247	199	48	-6	-1,4 %	434
Espanha	781	927	-145	11	0,8 %	1.420
Indonésia	81	234	-153	-18	-1,7 %	1.042
Austrália	537	739	-202	-28	-1,9 %	1.434
Polônia	66	271	-205	-21	-3,6 %	587
Índia	167	386	-220	-16	-0,6 %	2.713
Brasil	382	738	-355	-41	-2,2 %	1.885
México	216	573	-358	-18	-1,5 %	1.221
Singapura	1.026	1.536	-510	*	*	373
Estados Unidos	7.444	8.402	-958	342	1,7 %	20.529
China	4.034	5.012	-979	*	*	14.312

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020a) e do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020). * Dados não disponíveis.

Outro fato notável que os dados do Fundo Monetário Internacional revelam é que não mais do que vinte países aparecem como receptores líquidos de lucro e de origem do capital exportado. A Tabela 5 apresenta a situação dos principais países emissores e hospedeiros para o ano de 2018. Observa-se que os principais países hospedeiros do capital internacional também remetem quantias significativas de

investimentos para o exterior. Isso se deve ao fato de que tais nações apresentam um considerável desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo esperado que uma parcela de seu capital busque remuneração mais elevada em outros mercados. O caso dos Estados Unidos é particularmente curioso. País que historicamente tem sido o maior exportador de capitais de todo o mundo em termos líquidos, os Estados Unidos viram essa tendência se reverter rapidamente desde 2014 por conta de uma redução de suas remessas de capital para o exterior. Contudo ainda se mantêm como a nação que recebe o maior montante líquido de lucro.

A Tabela 5 também evidencia que o impacto da transferência de lucro para o exterior varia significativamente entre os países hospedeiros. Destacam-se nesse ponto Polônia e Brasil, pela magnitude que esses fluxos representam do produto interno bruto anual (3,6 % e 2,2 % respectivamente), o que certamente produz efeitos de desacelerar o desenvolvimento da acumulação capitalista nessas regiões.

Entretanto, esses países hospedeiros não são os que mais sofrem influência do IED. Há uma ampla gama de pequenas economias receptoras de investimento estrangeiro que não exportam quantidades significativas de capital – o que revela o baixo nível de desenvolvimento econômico em seu interior. Para algumas dessas nações, o capital internacional representa uma significativa parcela de todo o seu estoque de capital em funcionamento. A Tabela 6 ilustra a situação de alguns países selecionados, economias pequenas e com elevado grau de pobreza. Nelas, chama a atenção o fato de os estoques de IED serem elevados em proporção do PIB dos setores produtivos, o que demonstra a expressiva influência do capital internacional no “desenvolvimento” dessas regiões.

Tabela 6 – Estoque de investimento estrangeiro direto e lucro líquido recebido em 2018 (US\$ bilhões) – países selecionados

País	Estoque de IED			Fluxo de lucro		PIB
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido	% PIB	
Mongólia	0,533	20,2	-19,7	-0,608	-4,6 %	13,1
Granada	0,075	1,2	-1,1	-0,056	-4,8 %	1,2
Fiji	0,090	4,9	-4,8	-0,384	-6,9 %	5,5
Suriname	0,131	2,2	-2,0	-0,262	-7,6 %	3,5
Santa Lúcia	0,635	1,4	-0,8	-0,105	-5,1 %	2,1
Gana	0,429	19,0	-18,6	-3,116	-4,8 %	65,6
Botsuana	0,916	5,2	-4,3	-1,485	-8,0 %	18,7
Guiné-Bissau	0,004	0,2	-0,2	-0,079	-5,4 %	1,5

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020a) e do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

Juros, capital portador de juros e capital fictício

A autonomização das formas funcionais do capital garante meios pelos quais um setor econômico pode se apropriar indiretamente do mais-valor gerado no processo produtivo. Uma forma significativa de esse fenômeno atuar no mercado mundial consiste na transferência de juros entre diferentes economias, juros que remuneram empréstimos realizados entre residentes de distintas regiões geográficas.

Quando um capital tomado emprestado por capitalista estrangeiro é posto a acumular em localidade e sob domínio distintos de sua origem, trata-se de capital portador de juros atuando no mercado mundial. Denotando por “A” uma determinada região “cedente” desses recursos e por “B” a região “cessionária”, onde se realiza o processo de produção de mais-valor, a fórmula do ciclo do capital portador de juros aplicado no mercado mundial pode ser representada de duas formas distintas, sendo a primeira como segue:

$$\overbrace{D - D}^A \rightarrow \underbrace{D - M \dots P \dots M' - D'}_B \left\{ \begin{array}{l} D'' \rightarrow \overbrace{D'' - D''}^A \\ \Delta D' \end{array} \right. \quad (2)$$

Tal que:

$$\begin{aligned} D' &= D + \Delta D \\ \Delta D &= \Delta D' + \Delta D'' \\ D'' &= D + \Delta D'' \end{aligned}$$

Na Fórmula 2, a primeira etapa da metamorfose do capital ($D - D$) denota transferência de propriedade de uma grandeza de valor entre prestamista e mutuário que se realiza no interior da região cedente. Entretanto, aqui essa forma de capital portador de juros já se diferencia da que se restringe ao mercado local pelo fato de que aquele que toma emprestado é capitalista industrial proveniente de região distinta da qual se origina o capital.

A cessão realizada pelo prestamista não é compensada, de imediato, pelo retorno de qualquer equivalente. Por isso, com o intuito de completar o passo inicial, é preciso que, ao final do processo de acumulação, um movimento contrário seja realizado, uma transferência do mutuário ao prestamista de outra magnitude de valor ($D'' - D''$). Para quem empresta o dinheiro, o ciclo do capital portador de juros se resume a $D - D''$, não se diferenciando em nada do capital que empresta em outras condições, a não ser pelo fato já indicado de ter conseguido valorizar seu dinheiro ao transacionar com um não residente de seu país.

No entanto, para o mutuário a coisa toda é um pouco diferente. Antes de iniciar o processo de acumulação propriamente dito, ou seja, antes de pôr a funcionar o dinheiro adquirido em empréstimo como capital, é preciso deslocá-lo ao seu país de origem. Realiza, portanto, o segundo movimento do capital dinheiro descrito na Fórmula 2 ($D \rightarrow D$), tornando-o apto a desempenhar todo o restante da metamorfose do capital: a transformação do dinheiro em meios de produção e força de trabalho, o ato da produção e a venda do capital mercadoria ao consumidor para realizar o mais-valor nela contido. Ao fim desse processo, o capitalista residente possui, além do dinheiro que tomou emprestado, um mais dinheiro ($D' = D + \Delta D$) do qual uma parcela lhe pertence por tê-lo feito funcionar como capital. Após reter para si o lucro do empresário ($\Delta D'$), é preciso deslocar os recursos devidos – o capital inicial (D)

acrescido de juros ($\Delta D''$) – novamente ao seu país de origem ($D'' \rightarrow D''$). Só então é que o mutuário restitui ao prestamista a propriedade do capital ($D'' - D''$).

Uma segunda forma com a qual se dá o movimento do capital portador de juros no mercado mundial é expressa pela Fórmula 3:

$$\underbrace{\overset{A}{\widehat{D}} \rightarrow D - D - M \dots P \dots M' - D'}_B \left\{ \begin{array}{l} D'' \rightarrow D'' - \overset{A}{\widehat{D}}'' \\ \Delta D' \end{array} \right. \quad (3)$$

Esse caso se diferencia do anterior por duas questões: primeiro, é o prestamista quem desloca o capital para outra localidade; segundo, as transferências de propriedade do capital dinheiro ($D - D$ e $D'' - D''$) se realizam no interior da própria região cessionária. A grandeza de valor é exportada como capital no início do processo, e retorna apenas em seu final já sob a propriedade do residente da economia cedente. Aparece como transação internacional desde o início para seu proprietário. Já para o capitalista industrial, tudo ocorre do mesmo modo de quando toma emprestado recursos de origem interna à região “B”.

A principal diferença entre os ciclos de acumulação expressos pelas fórmulas 2 e 3 refere-se às condições que determinam a taxa de remuneração do capital de empréstimo, uma vez que ela se relaciona com a localidade na qual se realiza a transação $D - D$, tanto no que diz respeito ao patamar da taxa de juros determinado pelo mercado quanto à moeda na qual a dívida deverá ser saldada (uma vez que ocorra valorização ou desvalorização cambial no decurso do ciclo de acumulação, tal efeito deve ser contabilizado como custo/lucro do mutuário ou prestamista, conforme for o caso). Por outro lado, existem algumas características comuns a ambas as formas, entre as quais se destacam: o empréstimo se dá sempre entre residente e não residente de uma economia; o processo produtivo se encontra formalmente subsumido ao capitalista industrial residente da região cessionária; uma parcela do mais-valor gerado na produção se mantém na própria economia cessionária e é apropriada como lucro pela classe capitalista local; os recursos tomados em empréstimo são utilizados para adquirir mercadorias já existentes no mercado de destino, evidenciando que sua necessidade para a acumulação capitalista deriva apenas de um desenvolvimento limitado do sistema de crédito que impede o empresário local de pôr tais mercadorias para funcionar como capital sem a utilização de material monetário.

Contudo, em suas manifestações mais concretas, o capital portador de juros pode apresentar significativas variações, conforme segue.

A) Parte do capital emprestado pode ser utilizada para adquirir meios de produção e força de trabalho proveniente de nações estrangeiras. Em outras palavras, por ser concedido na forma de moeda estrangeira, tais empréstimos podem permitir a importação de mercadorias que antes seriam inviáveis para aqueles que possuem capital apenas em moeda local.

É claro que essa diferenciação só faz sentido a partir do momento em que os conteúdos da moeda local e daquela utilizada em transações internacionais são distintos, o que significa: que o dinheiro não tem lastro em alguma mercadoria particular (ou seja, não pode ser convertido em, por exemplo, ouro por uma cotação fixa); que o tomador de empréstimo reside em uma região que não emite moeda aceita por mercados estrangeiros.

B) O capital estrangeiro pode penetrar a economia cessionária na forma de IED voltado para o setor financeiro. Ao constituir um banco em solo do país hospedeiro e operar com capital proveniente da economia emissora, mas que aparece como filial de empresa multinacional, os empréstimos realizados manifestam-se como operações entre residentes de uma mesma nação. Os juros são absorvidos pelas instituições financeiras localizadas na mesma nação do mutuário, mas são remetidos para o exterior como se fossem lucros.

Todavia os lucros desses bancos não têm outra origem senão os juros que obtêm dos empréstimos cedidos ao público local. Desse modo, não se deve confundir o IED aplicado no setor financeiro com a exploração direta de mais-valor por meio do capital estrangeiro.

C) O dinheiro tomado emprestado pode ser utilizado não para iniciar um ciclo de acumulação do capital, mas para financiar o consumo final ou outros consumos não produtivos (crédito comercial). Mesmo nesse caso, deve o mutuário restituir ao prestamista o montante emprestado acrescido de juros. Afinal, tanto faz ao prestamista o uso que o mutuário fará do dinheiro emprestado – se o utilizará para iniciar o processo de valorização ou não. Uma vez que cedeu capital em potência, dinheiro que poderia ter sido usado como capital, deve ser remunerado como se tratasse de capital real. Os juros que remuneram esse capital já não são parcela de um mais-valor gerado por capital produtivo, embora constituam valor

efetivo que o mutuário, seja ele um trabalhador, seja um capitalista da nação cessionária, transfere ao prestamista de origem estrangeira.

Cabe destacar ainda o capital fictício como forma peculiar que assume o capital portador de juros. Quando o capital estrangeiro se direciona a uma região para adquirir títulos resultantes da capitalização de rendas periódicas, ocorre o desdobramento do capital fictício no mercado mundial. Esse é o caso dos dois exemplos seguintes.

D) As ações das companhias locais de capital aberto – ações essas que são meros títulos de propriedade sobre parcela do mais-valor esperado capitalizado à taxa de juros vigente – podem ser adquiridas por investidores estrangeiros, permitindo-lhes valorizarem duplamente o dinheiro investido. Primeiro, seu capital fictício valoriza-se ao absorver parcela do mais-valor extraído pela empresa local sob a forma de dividendos distribuídos aos acionistas. Segundo, pode valorizar-se também com a ampliação do valor nominal da referida ação, baseada em uma elevação da expectativa quanto ao lucro futuro da empresa, em uma redução da taxa média de juros, ou em simples movimentos especulativos. Nesses casos, seu proprietário pode vendê-la no mercado em troca de mais dinheiro do que despendeu ao comprá-la. Seu ganho fictício – fictício, pois não está ancorado em uma ampliação real da riqueza – não consiste em absorção de mais-valor, a despeito de ser valor excedente que recebe do novo proprietário do título (é claro que, caso o novo proprietário tenha adquirido o título com mais-valor absorvido da classe trabalhadora, esse ganho fictício será, em última instância, mais-valor).

E) Os títulos da dívida pública da nação cessionária podem ser adquiridos por capitalistas não residentes. Nesse caso, como resultado de sua propriedade sobre o título da dívida “externa”, tem o prestamista um direito sobre uma parcela das receitas anuais do Estado. A despeito de essa diferença ser fundamental para determinar a taxa de remuneração do possuidor do título, tanto faz aqui se este é emitido em moeda nacional, tendo o capitalista de converter suas divisas antes de adquiri-lo, ou como obrigação em moeda estrangeira; em ambas as situações a autoridade monetária observa uma elevação do seu estoque de divisas, e o investidor estrangeiro recebe como remuneração recursos provenientes dos contribuintes locais e que não representam necessariamente mais-valor (embora parcela das receitas públicas consista em dedução dos lucros dos empresários, ou seja, mais-valor gerado no processo produtivo).

Em síntese, as diferentes formas que assume o capital portador de juros no mercado mundial revelam que se trata de fenômeno com diferentes naturezas, podendo

apresentar contrapartida produtiva ou não, e podendo ser remunerado por mais-valor ou não. Em todos os casos, contudo, são recursos que se emprestam entre residentes e não residentes, dos quais derivam transferências de valores em sua forma diretamente social (dinheiro) em benefício da região de origem do prestamista.

Mais uma vez, a única coisa que motiva o capitalista monetário a lançar seu dinheiro para acumular em terras estrangeiras é a possibilidade de obter um retorno proporcionalmente mais elevado. Contudo, quando se trata de dinheiro dado em empréstimo, três são os fatores que concorrem para a determinação de sua rentabilidade.

1) Patamar da taxa de juros real. Os juros não são mais do que uma parcela do lucro do capital industrial que se destina a remunerar o capitalista que cede dinheiro em empréstimo, de modo que sua determinação deriva de uma constante disputa entre esses dois grupos sobre a apropriação do mais-valor gerado no processo produtivo. Essa disputa é influenciada pelo desenvolvimento das instituições de crédito e pelo grau de monopólio das instituições bancárias de cada região, de modo que a taxa de juros tenderá a ser menor nas regiões com maior acumulação de capital. Por exemplo, em 2019, a taxa de juros real de aplicação (aquela paga pelo capitalista que toma emprestado das instituições bancárias) em países como Madagascar, Brasil e Zimbábue era de aproximadamente 41 %, 31 % e 21 % ao ano, enquanto em países como Estados Unidos, Suíça e Austrália elas giravam em torno de 3 %, 2 % e 1 % ao ano, respectivamente. Se esse fosse o único fator determinante do movimento dos capitais que se emprestam, haveria um tal fluxo monetário em direção aos países dependentes que acabaria por determinar um equilíbrio no mercado financeiro e uma equalização das taxas de juros.

2) Expectativa de variação cambial. O empréstimo que se realiza através do mercado mundial implica normalmente uma dupla conversão da moeda, daquela utilizada no país emissor para a moeda nacional na nação receptora, e depois no sentido inverso (a exceção é quando os empréstimos ocorrem em países que utilizam uma mesma moeda local, comum entre nações que compõem um mesmo bloco de união monetária, ou entre economias dolarizadas). Por esse motivo, importa para o cálculo de sua rentabilidade a diferença entre o patamar da taxa de câmbio do período de concessão e do período de pagamento do empréstimo. Assim, uma expectativa de valorização cambial da moeda do país receptor no decorrer desse período, em detrimento da moeda naturalmente controlada pelo capitalista monetário, amplia o

retorno sobre o montante emprestado. Como as expectativas com relação às variações futuras da taxa de câmbio são difusas, esse elemento tem por efeito tornar a aplicação do capital de empréstimo mais diversificada.

3) Gerenciamento do risco de inadimplência. Sempre há alguma possibilidade de o tomador de empréstimo não conseguir arcar com os compromissos assumidos, de modo que, para maximizar o retorno sobre o capital emprestado, o prestamista precisa ponderar a rentabilidade determinada pela taxa de juros e variação cambial com o risco de inadimplência. A estratégia mais comum entre instituições financeiras que emprestam no mercado mundial é compor uma carteira de ativos com distintos níveis de risco, a fim de aproveitar as melhores possibilidades de retorno sem arriscar grande parcela do patrimônio. É claro que a construção desse tipo de carteira depende do grau de aversão ao risco de cada investidor, mas o efeito em termos dos fluxos monetários visualizado no mercado mundial é que esse capital de empréstimo tenderá a se difundir entre vários países com distintas possibilidades de ganhos.

Método para análise de situações concretas

Tanto o capital portador de juros quanto o crédito comercial e o capital fictício são formas de capital que rendem juros, de modo que se torna impossível distinguir concretamente cada uma delas a partir dos fluxos monetários observados no mercado mundial. Por outro lado, podem ser analisadas em conjunto por meio dos dados sobre os movimentos do capital e dos juros no balanço de pagamentos. Já foi indicado anteriormente que tais informações são compiladas para uma grande gama de países por meio das *Estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional* (IMF, 2020a), coordenadas pelo Fundo Monetário Internacional. Tal organismo também divulga informações detalhadas sobre o investimento estrangeiro em carteira, identificando seus países de origem e destino na *Pesquisa coordenada de investimento direto* (IMF, 2020b). Entretanto, essa última pesquisa é de utilidade limitada, pois o investimento estrangeiro em carteira consiste em apenas uma parcela do capital que rende juros atuando no mercado mundial. Além dele, é preciso considerar também os empréstimos internacionais, tanto governamentais quanto do setor privado, e outras duas formas concretas por meio das quais os juros mistificam sua verdadeira natureza no mercado mundial, descritas a seguir.

Primeiro, uma parcela do IED que se instala em uma nação hospedeira direciona-se aos setores financeiros e se constitui, na realidade, em capital de empréstimo. Os juros por eles obtidos são considerados lucros das filiais dessas instituições financeiras multinacionais, e são remetidos nessa forma para seus países de origem. O caso do Brasil pode ilustrar a magnitude desse fenômeno. No ano de 2012, cerca de 38 % (US\$ 100,4 bilhões) do investimento direto originado desse país tiveram como destino o setor financeiro das economias estrangeiras (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015a), montante que representava aproximadamente 64 % de todo o capital portador de juros brasileiro no exterior. Com relação ao IED recebido pela economia brasileira no mesmo ano, apenas 15 % (US\$ 106,8 bilhões) voltaram-se para o setor financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b), representando cerca de 11 % de todo o capital estrangeiro de empréstimo presente na nação. Com isso, o Brasil remeteu um montante de juros ao exterior, a título de lucro desse IED, em uma magnitude de US\$ 2,8 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c) – correspondente a 10 % do total de juros remetido.

Sempre que possível, a análise de situações concretas de dependência deve levar em consideração as diversas funções exercidas pelo IED, pois cada categoria abstrata gera distintos efeitos para as relações econômicas entre os países. Na avaliação aqui apresentada, o capital de empréstimo que atua como IED não foi levado em consideração diante da dificuldade de obtenção de dados desagregados para uma grande quantidade de países. Além disso, esse mesmo capital foi incluindo na análise agregada do IED como a expressão concreta da exploração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro.

Uma *segunda* forma concreta que mistifica a transferência de juros no mercado mundial refere-se aos fundos de reserva destinados aos seguros e pensões. A despeito de terem funções econômicas específicas, os estoques monetários acumulados nesses fundos são postos a render juros enquanto não encontram aplicação real. Desse modo, tanto os custos de aquisição de apólices quanto as contribuições periódicas para os seguros de vida e pensões constituem-se em formação de capital de empréstimo; já os prêmios pagos aos segurados e beneficiários não são mais do que o capital que adiantaram adicionado de uma parcela do juros absorvido no mercado financeiro. Por fim, à administradora desses seguros e pensões cabe outra parte dos juros a título de remuneração.

Quadro 1 – Fluxo de juros no balanço de pagamentos

Balanço de pagamentos
<i>Transações correntes</i>
<u>Balança comercial e de serviços</u>
Serviços:
- serviços financeiros;
- serviços de seguros e pensões.
<u>Renda primária</u>
Renda de investimentos:
- renda de investimento em carteira;
- renda de outros investimentos.
<u>Renda secundária</u>
Demais setores:
- outras transferências.

Fonte: Elaboração própria.

Com isso, a análise sobre o capital que rende juros deve levar em consideração, para o cálculo dos fluxos de juros no mercado mundial, os elementos do balanço de pagamentos apresentados no Quadro 1. Quanto ao capital de empréstimo propriamente dito, seus movimentos são observados na conta financeira do balanço de pagamentos, ou os dados sobre seus estoques podem ser obtidos a partir das estatísticas sobre a posição do investimento internacional. Para isso, devem-se levar em consideração os ativos e passivos de cada país com relação às seguintes rubricas: investimento em carteira; derivativos financeiros (exceto reservas); empréstimos; crédito comercial e adiantamentos; e outras contas a pagar/receber.

Por fim, ainda é preciso lembrar que uma parcela desses capitais que se transferem no mercado mundial não passa de recurso doméstico que retorna ao seu país de origem após passar por paraísos fiscais, com intuito de reduzir a incidência de impostos ou de fugir de restrições legais, entre outros. Diante da dificuldade de obter informações sobre a origem e o destino de todo o capital envolvido nesse processo, resta a alternativa de avaliar seu movimento pelo saldo líquido dos capitais que rendem juros.

As tabelas 7 e 8 apresentam uma visão geral sobre essa forma de apropriação de valor com base nos dados consolidados pelo FMI. É curioso observar que estão entre

os principais países cessionários nações com elevado grau de acumulação de capital e onde as taxas de juros de mercado tendem a ser baixas. A causa de tal comportamento pode repousar no fato de que os capitais que se movem no mercado mundial não se motivam unicamente pela taxa de juros, mas contrabalanceiam-na pelo nível de risco do empréstimo concedido – isto é, o grau de inadimplência corrente.

Tabela 7 – Estoque de capital e fluxo de juros em 2018
(US\$ bilhões) – principais países

País	Estoque de capital a juros			Fluxo de juros				PIB
	Ativo	Passivo	Líquido	Crédito	Débito	Líquido	% PIB	
Singapura	1.962	648	1.314	35	12	23	6,2 %	372
Alemanha	4.838	3.677	1.161	158	120	38	1,0 %	3.846
China	3.871	2.877	995	96	59	37	0,2 %	14.763
Noruega	1.263	484	779	42	19	23	5,7 %	403
Japão	6.115	5.429	687	187	89	98	1,9 %	5.082
Itália	1.966	1.705	261	56	63	-7	-0,3 %	2.001
Dinamarca	710	529	181	14	13	2	0,5 %	348
Arábia Saudita	316	146	170	17	11	5	0,7 %	793
Bélgica	939	770	169	32	31	1	0,3 %	530
Canadá	1.892	1.779	113	55	79	-25	-1,4 %	1.736
Grécia	128	404	-276	3	7	-4	-2,0 %	210
França	4.442	4.775	-333	112	144	-32	-1,2 %	2.716
Indonésia	68	414	-347	5	18	-13	-1,1 %	1.119
Turquia	31	399	-368	7	16	-9	-1,3 %	754
Austrália	1.180	1.650	-470	33	47	-13	-0,9 %	1.393
Índia	26	522	-495	9	31	-22	-0,8 %	2.875
México	72	586	-514	7	31	-24	-1,9 %	1.258
Espanha	989	1.566	-576	24	40	-16	-1,1 %	1.394
Brasil	85	728	-643	5	30	-26	-1,4 %	1.840
EUA	15.487	23.200	-7.714	664	678	-14	-0,1 %	21.374

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020a) e do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

Além disso, é intrigante observar que, entre os países receptores líquidos de juros do exterior, encontram-se nações com passivos significativos em termos de estoque de capital, como Japão, Alemanha e China. Tais observações revelam a importância de se levar em consideração na análise de situações concretas a taxa de juros praticada em cada mercado, assim como aquela obtida pelos capitais nacionais aplicados no exterior.

No caso do Japão, por exemplo, os dados indicam que o capital estrangeiro aplicado em seu território apresenta uma remuneração média de 1,6 % ao ano, enquanto o capital nacional aplicado no exterior sugere uma taxa de remuneração média de 3 % ao ano. Para desvendar essa questão, é preciso observar a composição dessas dívidas em termos de prazos, taxas de juros, variação cambial e nível de risco de inadimplência.

Tabela 8 – Estoque de capital e fluxo de juros em 2018
(US\$ bilhões) – países selecionados

País	Estoque de capital a juros			Fluxo de juros				PIB
	Ativo	Passivo	Líquido	Crédito	Débito	Líquido	% PIB	
Bielorrússia	5,52	31,39	-25,87	0,46	1,75	-1,29	-2,0 %	63
Sudão	2,44	57,05	-54,61	0,00	1,67	-1,67	-8,8 %	18
Sri Lanka	2,88	46,68	-43,80	0,46	2,29	-1,83	-2,2 %	84
Angola	7,71	52,51	-44,80	0,07	3,48	-3,41	-3,6 %	94
Egito	1,36	87,95	-86,59	1,13	4,94	-3,81	-1,3 %	303
Ucrânia	10,58	106,89	-96,30	0,46	5,41	-4,95	-3,2 %	153

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020a) e do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

Ainda analisando a Tabela 7, observa-se que Brasil, México, Índia, Indonésia e Turquia destacam-se por serem nações que recebem uma quantidade muito maior de capital de empréstimo do que enviam ao exterior, posição semelhante a outras nações apresentadas na Tabela 8. Para alguns desses países, o montante de capital de empréstimo estrangeiro atuando dentro de suas fronteiras ocupa posição significativa em suas economias – como no caso do Sudão, para o qual o total líquido de capital

de empréstimo supera o produto interno bruto. Tais economias observam uma significativa remessa de seu produto para o exterior na forma de juros.

Contudo é preciso observar que a participação dos juros no produto de cada nação não guarda relação estrita com o montante do capital estrangeiro presente nela. Analisando o caso particular dos Estados Unidos da América, que ocupam a impressionante posição de país com maior passivo de capital remunerado a juros, é possível observar que tal nação transfere um montante líquido de juros equivalente a apenas 0,1 % do PIB de seus setores produtivos. A importância da taxa de juros se mostra, mais uma vez, fundamental para compreender a dinâmica desse fenômeno.

Transferências de renda diferencial e absoluta

Afora as rendas resultantes da propriedade de coisas que são valores em si – como são os casos dos lucros e dos juros, que remuneram os capitalistas pela propriedade dos meios de produção e do dinheiro –, há também rendas que se transferem entre regiões capitalistas como remuneração de monopólios estrangeiros sobre coisas que não têm valor, tais como os recursos naturais e a propriedade intelectual.

Monopólio estrangeiro sobre os recursos naturais locais

Quando um determinado capitalista obtém lucro suplementar, tal lucro pode ser apropriado por um terceiro como renda absoluta ou diferencial no caso de este deter um monopólio sobre algum fator natural utilizado no processo de produção. Essa renda é remetida ao exterior quando o proprietário do referido monopólio é residente de região distinta de onde se dá o processo produtivo.

A forma como a magnitude dessa renda é determinada dependerá do papel que o elemento monopolizado desempenha no processo produtivo. Caso esse fator de propriedade estrangeira seja indispensável para a realização do processo produtivo, sua subtração ensejada pela cobrança de uma renda, a renda dita absoluta, reduziria a própria oferta das mercadorias produzidas por esse setor, levando seus preços de mercado a se elevarem acima dos preços de produção. Com isso, o monopólio sobre um fator de produção seria a origem do poder de mercado responsável pelo

surgimento do lucro suplementar do qual o proprietário desse fator se apropria⁶¹. E sua magnitude seria determinada pela capacidade que o controle sobre o fator monopolizado teria em retardar o nivelamento da taxa de lucro por meio da transferência intersetorial de capital⁶².

O poder de monopólio do setor onde há renda absoluta permite que a classe proprietária se aproprie de parcela do mais-valor gerado nos demais ramos produtivos, subtraindo-o do processo de equalização da taxa de lucro. Desse modo, a renda absoluta, quando resulta de propriedade estrangeira dos fatores naturais locais, colabora para reduzir a própria taxa média de lucro do local onde se realiza a produção.

Já quando se trata de um fator dispensável ao processo produtivo, porém capaz de gerar uma considerável elevação da produtividade do trabalho por parte de quem o utiliza – tal como características excepcionais do solo, força natural proporcionada por queda d'água etc. –, o lucro suplementar obtido pelo capital beneficiado por tal fator é apropriado pelo proprietário estrangeiro deste, cabendo ao capitalista local apenas a taxa de lucro média. Nesse caso, é o fator em si, mas não o monopólio sobre ele, o responsável pela elevação da produtividade do trabalho e, portanto, do lucro suplementar. O monopólio apenas permite que o proprietário de tal fator se aproprie desse sobrelucro na forma de renda, subtraindo-o da região onde se realiza o processo produtivo. A magnitude dessa renda é determinada nesse caso pela magnitude do mais-valor adicional obtido com a utilização desse fator.

Tanto no caso da renda absoluta como da diferencial, esses fatores monopolizados aparecem para o capitalista local como se fossem meios de produção domésticos,

61 O lucro suplementar gerado pelo poder de monopólio já foi discutido ao tratar das transferências de valor via comércio internacional. Entretanto, o que se trata de discutir aqui não é esse lucro, mas o meio pelo qual outro agente, que não o capitalista industrial, pode se apropriar desse lucro suplementar na forma de renda absoluta.

62 Vale lembrar ainda que pode haver casos de renda absoluta nos quais o poder de monopólio deriva de outros fatores que não da propriedade sobre o recurso monopolizado e indispensável para a produção. Nessas situações, mesmo após o pagamento da renda absoluta para remunerar tais recursos, o capital desse setor observaria uma taxa de lucro mais elevada do que a média da sociedade. Contudo, características como elevada magnitude do investimento inicial, *know-how*, fatores políticos, entre outros, impediriam o influxo de capital proveniente de outros setores, evitando o nivelamento do lucro e/ou a elevação da renda absoluta.

mas de propriedade de agentes estrangeiros, embora não sejam meios de produção de fato, pois não são mercadorias reais (já que carecem de valor). Por isso, essas rendas – que são apenas um direito, derivado do monopólio dos recursos naturais, sobre parcela do mais-valor extraído – não aparecem para o capitalista industrial como “usurpação” de seu sobrelucro, mas como condição necessária para a obtenção do lucro médio.

Como os recursos naturais são espacialmente localizados – ou seja, são elementos que existem dentro da região econômica na qual eles são utilizados e que não podem ser transportados para outras localidades –, essa transferência de renda evidencia uma apropriação dos recursos finitos de uma região por um agente estrangeiro. Essa apropriação pode ter origem em processos históricos de desapropriação de povos originalmente proprietários desses fatores, ou pode ter resultado de transações econômicas de compra e venda dessas propriedades, caso mais comum quando as relações capitalistas já se encontram desenvolvidas no interior dessa nação.

Tem-se com isso que, onde reina o modo de produção capitalista, o monopólio sobre esses fatores naturais existirá independentemente da intervenção de agentes externos, de modo que o fenômeno aqui analisado não consiste na origem dessa renda, mas apenas na definição de quem se apropriará dela, o que pode ser explicado da seguinte forma: com o intuito de obter para si o direito sobre um fluxo de renda – uma parcela do mais-valor gerado na economia local que seria apropriado por um residente proprietário de recursos naturais –, o agente estrangeiro deve adquirir, por meio da troca, a propriedade sobre esse fator natural escasso e monopolizável; para tanto, deve transferir para a referida região uma quantidade de dinheiro equivalente ao preço desse fator, que é determinado pela capitalização da renda pela taxa de juros corrente; a partir daí, e após a concretização da troca, pode remeter os fluxos de valor que recebe para o exterior na forma de renda.

Dessa forma, o desenvolvimento do modo de produção capitalista torna a lógica da renda dos fatores naturais similar à dos juros do capital fictício. O capital ocioso, que se encontra aguardando o momento para retornar ao processo produtivo ou que não encontra aplicação produtiva com remuneração adequada (isto é, que proporcione pelo menos a taxa média de lucro), buscará remuneração temporária por meio da propriedade de fatores naturais baseando-se em dois elementos: na taxa de remuneração que pode obter com a aquisição dessa propriedade, determinada pela taxa de juros e pela expectativa quanto à valorização/desvalorização cambial, quando for

o caso; e no grau de risco de inadimplência, ou seja, na probabilidade de não conseguir alugar seu fator ou de esse fator se tornar invendável em um momento futuro.

Propriedade intelectual estrangeira

Cabe considerar, agora, a situação na qual o monopólio que permite a apropriação do sobrelucro na forma de renda não consiste em propriedade de um fator natural, mas em uma propriedade intelectual. A propriedade intelectual, ou melhor, o monopólio sobre ideias e conhecimentos também tem sua remuneração determinada pela mesma lógica da renda absoluta e diferencial, não obstante apresente divergências significativas da propriedade fundiária e dos recursos naturais.

Em primeiro lugar, a propriedade intelectual pode ser produzida como resultado do trabalho humano, embora suas ideias e suas licenças de uso não tenham valor (MOURA, 2014, 2015, 2020; PAULANI, 2012; TEIXEIRA, 2009). Ao contrário dos fatores naturais finitos, a variedade de ideias que a humanidade pode produzir não tem limites. Portanto, a aquisição de uma propriedade intelectual não precisa supor a troca com alguém que já a havia monopolizado, uma vez que se pode constituir nova propriedade a partir de uma nova ideia.

Para gerar uma nova ideia, é necessário destinar recursos para a aquisição tanto de força de trabalho capacitada para a realização de pesquisa quanto de um instrumental material que será utilizado no decorrer de seu desenvolvimento. Esse investimento consiste em uma forma particular de capital que não resulta em um produto, mas apenas um direito de se apropriar de mais-valor adicional gerado por todos que aplicam essas ideias em algum processo produtivo.

Enquanto o valor da licença de uso da propriedade intelectual é determinado de modo similar à renda absoluta e diferencial dos fatores naturais – ou seja, pelo poder de monopólio que gera quando é elemento essencial para o processo produtivo, ou pelo mais-valor adicional propiciado quando apenas tem o efeito de elevar a produtividade do trabalho –, o seu custo de produção, em outras palavras, os recursos gastos por um capitalista para adquirir esse direito, não tem qualquer relação com a capitalização da renda que propicia.

Segundo, a natureza imaterial da propriedade intelectual permite que suas licenças de uso sejam vendidas em qualquer mercado sem que isso gere custos extras de

comercialização, tal como ocorre com as mercadorias materiais que dependem de transporte, armazenamento etc., para serem transacionadas no mercado mundial. Desse modo, um capital voltado para a produção de propriedade intelectual pode ser investido em um mercado estranho daquele em que será realizada a produção material.

Nesse caso, para o capitalista local, a propriedade intelectual aparece como meio de produção estrangeiro, embora não seja meio de produção de fato (pois não tem conteúdo material) e nem tampouco verdadeiramente estrangeiro, pois, a despeito de esse direito ter origem em região estranha ao local onde se realiza a produção, a implementação da ideia que ele representa é realizada pelo próprio capital que paga a renda. De todo modo, a apropriação do mais-valor adicional gerado pelo capital se mostra como um pré-requisito para a obtenção do lucro médio.

Com isso, as regiões que adquirem as licenças de uso de propriedade intelectual produzida alhures abrem mão do lucro suplementar (mais-valor adicional) resultante da modernização dos processos produtivos realizados em seu interior. Passam a emitir um fluxo de renda para o exterior sem haver qualquer transação de valor que o anteceda e sem receber qualquer equivalente em troca.

Entretanto, ainda é preciso observar a possibilidade de que a licença de uso da propriedade intelectual seja transacionada no interior de uma região como se fosse um fator doméstico. Com o intuito de reduzir a incidência de impostos, e tendo em vista a natureza imaterial da propriedade intelectual, os proprietários estrangeiros podem criar filiais de baixo custo nas próprias regiões onde se dá a produção material, a partir das quais transacionam suas licenças de uso. Essa renda, transformada em lucro, é remetida posteriormente para o exterior como se fosse remuneração de um investimento estrangeiro, ou seja, aparece como se fosse lucro, embora não seja diferente em nada do fenômeno aqui descrito.

E, em terceiro lugar, também deriva de sua natureza imaterial a possibilidade de que uma mesma propriedade intelectual seja aplicada simultaneamente por um número ilimitado de processos produtivos. A taxa de lucro do capital investido no setor da produção intelectual não é limitada pela taxa de exploração da força de trabalho que utiliza, mas pelo ganho de produtividade que propicia para todo o capital produtivo e pelo alcance de seu direito de monopólio sobre a ideia que produziu. A partir daí, surgem dois fenômenos que impulsionam a importância dessa forma de renda na dinâmica do mercado mundial: a) a produção de propriedade intelectual mostra-se como

um setor mais rentável do que os ramos da produção material, de modo que esse setor autonomizado do capital tem observado um vertiginoso crescimento à medida que tem se consolidado essa nova forma de propriedade; b) cresce a pressão das nações onde se concentra a produção intelectual para que as regiões de desenvolvimento tecnológico inferior reconheçam o direito daquelas sobre a propriedade das ideias por elas gerada.

O primeiro acordo internacional para o reconhecimento do direito sobre a propriedade intelectual foi estabelecido em 1883 na chamada Convenção de Paris, quando se determinou um prazo de prioridade de doze meses para qualquer inventor que registrasse patente em algum dos países signatários do acordo. Em outras palavras, aquele que registrasse uma propriedade intelectual de aplicação industrial em seu país, por exemplo, teria o prazo de doze meses para registrar em qualquer outra nação estrangeira. Nesse prazo, mesmo que um residente do país estrangeiro houvesse inventado e registrado o mesmo invento, os direitos sobre o monopólio da propriedade intelectual seriam exclusivamente daquele que a registrou primeiro.

Por outro lado, a Convenção de Paris permitia que cada nação estabelecesse suas próprias regras sobre a propriedade intelectual de aplicação industrial, desde que ela não fizesse distinção entre residentes e não residentes. Tal postura permitia que alguns países optassem por não manter patentes em setores considerados estratégicos, impedindo que nações mais avançadas do ponto de vista tecnológico obtivessem vantagens comerciais.

Para pressionar os países de menor desenvolvimento tecnológico a instituir patentes em todos os setores, foi firmado o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – Trips). Tal tratado foi estabelecido, na Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Troca, finalizada em 1994, como obrigatório para todas as nações que pretendem integrar a Organização Mundial do Comércio. É desse modo que esse tipo de propriedade imaginária, constituída por meio de um monopólio coercitivo, conta hoje com o amplo reconhecimento de 161 países.

Método para análise de situações concretas

A transferência de renda absoluta e diferencial entre nações derivada da propriedade sobre ideias e recursos naturais pode ser observada por meio da análise de seus

registros no balanço de pagamentos. Entretanto, esses registros são distintos tendo em vista as formas peculiares de suas transações.

A propriedade intelectual é transacionada no capitalismo contemporâneo como se fosse uma mercadoria (bem ou serviço). Contudo, devido à sua natureza imaterial, tal transação pode ocorrer de três modos distintos, sendo que para cada um deles os valores pagos entre residentes e não residentes devem ser registrados de formas diferentes, conforme segue.

A) O possuidor do direito sobre a propriedade intelectual pode vender uma licença de uso (temporária ou perpétua), a partir da qual o comprador poderia aplicar a ideia adquirida em seu processo de consumo privado. Esse tipo de licença se aplica a *softwares*, produções audiovisuais, direitos autorais sobre livros e outras produções culturais etc.

A propriedade intelectual transacionada nessa forma entre residentes de distintos países pode ser registrada de dois modos. Primeiro, quando se trata de uma produção intelectual não personalizada, distribuída em meio físico e com licença de uso perpétuo – como livros impressos ou CDs/DVDs/etc. de *softwares*, músicas e filmes –, sua venda é contabilizada como a transação de bens na balança comercial. Se, por um lado, esses valores podem ser observados a partir dos dados desagregados do comércio entre os países, por outro, tais informações são de difícil obtenção quando se analisa, sobretudo, uma grande quantidade de países.

Segundo, em todas as demais situações – ou seja, quando se trata de: produção personalizada (isto é, produzida para atender às necessidades de um único comprador), independentemente do período de uso da licença ou do meio de distribuição; produção não personalizada distribuída pela internet ou outro meio eletrônico, independentemente do período de uso da licença; produção não personalizada distribuída em meio físico, mas com licença de uso temporária –, os valores transacionados são registrados como serviços de computação, de informação, ou audiovisuais e relacionados, conforme o caso.

B) A licença de uso sobre a propriedade intelectual pode incluir, também, o direito de reprodução e distribuição dela, permitindo a revenda e/ou a aplicação comercial da referida ideia. Quando transacionada nessa forma, a renda sobre a propriedade intelectual é sempre registrada como “encargos sobre o uso da propriedade intelectual” na balança de serviços.

C) Por fim, o possuidor da propriedade intelectual pode transferir para outro seu direito integral sobre a ideia em questão, e não apenas o direito sobre seu uso.

Em uma situação como essa, o registro do valor transacionado dependerá da característica específica da propriedade vendida. Em se tratando dos itens abordados na situação “A”, acima, eles serão contabilizados como serviços de computação, de informação, ou audiovisuais e relacionados, conforme o caso. No que se refere aos resultados de pesquisa e desenvolvimento – sejam patentes, sejam segredos comerciais etc. –, tais transações são computadas como serviços de pesquisa e desenvolvimento na balança de serviços. E, ainda, quando se refere à comercialização de marcas, franquias e outros ativos intangíveis, esta é registrada na conta capital como aquisição/alienação de ativos não financeiros não produzidos.

A renda derivada da propriedade dos recursos naturais, por sua vez, apresenta dificuldades maiores de observação. Isso porque, para os registros contábeis no balanço de pagamentos, se considera como residente fictício de uma nação aquele não residente que se torna proprietário de terras ou outras fontes de recursos naturais, de modo que suas transações com os demais residentes são classificadas como internas. Nesses termos, registram-se a renda de aluguel/arrendamento obtida pela cessão do direito ao uso e a renda derivada da alienação/aquisição do direito de propriedade sobre tais recursos apenas quando essas transações envolvem ou governos estrangeiros ou organizações internacionais.

Por fim, deve-se ressaltar que a apropriação de renda proveniente da propriedade intelectual ou de recursos naturais pode ser mediada pelo IED quando o capital estrangeiro constitui uma pessoa jurídica na nação hospedeira que atuará como proprietária do fator monopolizável. Nesse caso, a renda obtida em decorrência desses direitos de propriedade é considerada como lucro das filiais de empresas estrangeiras e remetida nessa forma para seus países de origem.

Analisando, mais uma vez, o caso brasileiro para elucidar a participação dessa forma de apropriação de mais-valor na composição do IED, observa-se que pouco mais de 7 % (US\$ 19,2 bilhões) de todo o investimento brasileiro direto feito no exterior se direcionaram para esses setores (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015a). Já com relação ao IED recebido pela economia brasileira no mesmo ano, esse percentual foi de 6 % (US\$ 34,9 bilhões) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015b), de modo que o Brasil remeteu um montante de renda ao exterior, a título de lucro desse IED, em uma magnitude de US\$ 833 milhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015c) – correspondente a 8,4 % do total de renda sobre propriedade de recursos naturais e intelectual remetido ao exterior.

Quadro 2 – Renda absoluta e diferencial no balanço de pagamentos

Balanço de pagamentos	
<i>Transações correntes</i>	
<u>Balança comercial e de serviços</u>	
Serviços:	
◇ Encargos sobre o uso de propriedade intelectual. ◇ Serviços de telecomunicação, computação e informação: - serviços de computação; - serviços de informação. ◇ Serviços pessoais, culturais e de recreação: - serviços audiovisuais e relacionados. ◇ Outros serviços de negócios: - serviços de pesquisa e desenvolvimento.	
<u>Renda primária</u>	
Outras rendas primárias:	
◆ Aluguel/arrendamento.	
<u>Conta capital</u>	
◆ Aquisição e alienação de ativos não financeiros não produzidos.	

Legenda: ◇ registro de renda sobre propriedade intelectual; ◆ registro de renda sobre propriedade de recursos naturais; ◆ registro conjunto de renda sobre propriedade intelectual e de recursos naturais.

Fonte: Elaboração própria.

Diante do exposto, o esquema sintetizado no Quadro 2 serve como guia para ilustrar a transferência de renda diferencial e absoluta a partir da análise dos dados consolidados pelo Fundo Monetário Internacional nas *Estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional* (IMF, 2020a), cujos resultados encontram-se sumarizados na Tabela 9. É possível observar que, para a maioria dos países do mundo, esse fenômeno é menos significativo que as demais formas de apropriação de mais-valor analisadas até aqui. Contudo a situação específica de alguns países chama a atenção. Por exemplo, para a Índia – que aparece como a segunda economia que mais absorve renda líquida proveniente dessas formas de propriedade, atrás apenas dos Estados Unidos –, essa forma de apropriação de mais-valor representa uma ampliação de 2,8 % sobre a riqueza que produz internamente. A origem dessa renda repousa quase integralmente em serviços de computação, mais especificamente em desenvolvimento e manutenção de aplicativos computacionais e outros *softwares*.

Tabela 9 – Fluxo de renda sobre propriedade intelectual e de recursos naturais em 2012 (US\$ bilhões) – principais países

País	Recebido	Enviado	Líquido	% PIB	PIB
EUA	235	134	101	0,5 %	21.374
Índia	98	18	80	2,8 %	2.875
Israel	29	2	27	6,8 %	395
Alemanha	141	127	13	0,3 %	3.846
Finlândia	17	10	8	2,8 %	269
Reino Unido	23	18	5	0,2 %	2.827
Filipinas	6	2	4	1,1 %	377
Países Baixos	63	59	4	0,4 %	909
Ucrânia	5	1	3	2,2 %	154
Bélgica	23	20	3	0,5 %	530
Noruega	3	6	-3	-0,7 %	403
Indonésia	1	4	-4	-0,3 %	1.119
Coreia do Sul	16	21	-4	-0,3 %	1.642
Tailândia	0	5	-5	-0,9 %	544
Rússia	7	12	-6	-0,3 %	1.700
Japão	61	68	-6	-0,1 %	5.082
Brasil	4	10	-6	-0,3 %	1.840
Singapura	8	16	-8	-2,1 %	372
China	7	34	-28	-0,2 %	14.763
Irlanda	155	264	-109	-28,2 %	389

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020a) e do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

Ao observar as nações que remetem renda líquida ao exterior, destaca-se a posição da Irlanda, nação que remeteu ao exterior o equivalente a 28,2 % de seu PIB em 2019. Esse comportamento resulta da estratégia de evasão fiscal conhecida como *double Irish with a Dutch sandwich* (duplo irlandês com sanduíche holandês), na qual remessas monetárias que entram no país saem com pagamento de licenças para a matriz no exterior.

Transferências de valor via comércio internacional

Embora seja no mercado mundial que a dimensão qualitativa do trabalho abstrato encontre sua expressão máxima como atividade humana universal, é nesse mesmo espaço que se dá a maior amplitude de suas contradições quantitativas. Em outras palavras, é nele em que há maior variância entre o tempo de um trabalho concreto qualquer (individual) e o tempo de trabalho abstrato (socialmente necessário); e entre a proporção de troca de mercadorias determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e aquela determinada pelos preços de mercado (isto é, divergência entre valores e preços).

Tais discrepâncias quantitativas anulam-se mutuamente quando se analisa o modo de produção capitalista em sua globalidade, evidenciando que o valor é uma regra que se exerce como média. Apesar disso, quando os elementos que determinam essas divergências encontram-se distribuídos de forma desigual em diferentes regiões econômicas, os produtos dessas localidades acabam por serem trocados por quantidades distintas de trabalho concreto.

A partir do momento em que se percebe que os capitalistas de determinada região estão fadados a receber como retorno pelo *tempo de trabalho* de seus trabalhadores um montante de *lucro* inferior ao que se recebe em outras localidades, as trocas internacionais – que aparecem como fluxos monetários que se compensam mutuamente – revelam-se como um fenômeno de apropriação de mais-valor, ou seja, como um fluxo de horas de trabalho não pagas entre nações capitalistas.

Esse fenômeno tem sido denominado por parte dos teóricos marxistas de “troca desigual”. Contudo cabe observar que tal nomenclatura acaba levando à interpretação de que a troca de equivalentes seria a situação “normal” dentro da sociedade capitalista. Em toda sociedade mercantil, e na sociedade capitalista em particular, a lei do valor – ou a regra econômica que determina que as mercadorias sejam trocadas por seus equivalentes em termos de tempo de trabalho – sempre se aplica como média. Conforme Marx (2013, p. 177):

A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço. Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que

faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente.

Todavia, independentemente do nome que se dê, quando a distinção entre preços e grandeza do valor ocorre de modo sistemático, ela revela um fluxo de valor entre os agentes econômicos. As principais causas dessa divergência que influenciam as trocas no mercado mundial serão abordadas a seguir.

Intensidade média do trabalho nacional

Um trabalho mais intenso produz uma maior quantidade de valor em um mesmo tempo do que um de menor intensidade. Do mesmo modo, um setor produtivo no qual o trabalho se realize com uma intensidade média maior do que a média social produzirá mais valor por hora trabalhada do que o restante da sociedade.

É preciso lembrar, contudo, que a possibilidade de intensificação do trabalho é delimitada pelas características concretas de sua realização. Por exemplo, enquanto na produção fabril a atividade produtiva encontra a possibilidade máxima de intensificação do trabalho – devido a sua cadência, regularidade e baixo grau de destreza necessário para o trabalhador –, nas produções tipicamente agrícolas essa intensificação esbarra em limites estabelecidos por fenômenos naturais, como o ciclo dos dias, as estações, o tempo necessário para o crescimento das plantas, extensão da área cultivada etc.

É nesse sentido que uma nação especializada em uma atividade produtiva naturalmente menos intensa recebe, em retorno ao total de horas trabalhadas nos produtos de exportação, uma quantidade menor de mercadorias do que aquelas nações especializadas em atividades potencialmente mais intensivas. Por mais que essa troca aparentemente desigual entre quantidades distintas de horas de trabalho seja a expressão pura e simples da lei do valor em pleno funcionamento – em outras palavras, por mais que ela represente a igualdade entre as quantidades de trabalho socialmente necessário efetivamente contidas nos produtos –, a especialização produtiva, ao negar a possibilidade de uma aplicação mais intensiva do trabalho para um determinado grupo de nações, destina-lhes os ramos da produção que menos remuneram o capital para um dado montante de horas trabalhadas.

Produtividade do trabalho, mais-valor adicional e concorrência intrasetorial

O grau de produtividade do trabalho refere-se à quantidade de valores de uso que ele é capaz de gerar em um dado período de tempo. Por ser atributo do trabalho concreto, o aumento da produtividade não é capaz de gerar valor adicional, mas apenas de aumentar a unidade de valores de uso produzidos, ao mesmo tempo que diminui o valor individual de cada uma delas. Vale lembrar que o grau de produtividade do trabalho varia entre os produtores de um mesmo tipo de mercadoria, de tal modo que aqueles mais produtivos absorvem uma parcela do valor gerado pelos menos produtivos. Isso se dá devido ao fato de que o mais-valor adicional obtido por esses é da mesma magnitude do valor a menos recebido por estes.

Como as diferenças de produtividade têm seus efeitos restritos a cada setor, é provável que, quando se trata do comércio internacional, cada região econômica observará produtividade mais elevada em um ou outro setor, compensando seu ganho por uma produtividade mais baixa que apresenta em outros. Contudo, se uma determinada localidade apresenta produtividade sistematicamente inferior à das demais localidades em vários setores, ela se tornará uma fonte de valor para outras regiões, ou seja, nela será produzido um mais-valor que não será apropriado pelos capitalistas residentes.

Resgatando-se a definição apresentada anteriormente, a grandeza do valor de uma mercadoria é determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) para sua produção – ou seja, pela média do tempo efetivamente despendido para a produção das mercadorias transacionadas no mercado, tal como expresso pela Equação 9, aqui reproduzida:

$$TTSN_{(mercadoria\ x)} = \frac{\sum T_i}{\sum Q_i} \quad (9)$$

Como entram no cômputo dessa média apenas as mercadorias transacionadas no mercado, cada produtor influencia o TTSN à medida que participa do processo das trocas com os seus produtos. É nesse sentido que a concorrência mundial entre produtores com diferentes graus de produtividade influenciará na determinação da grandeza do valor em cada mercado em particular.

Assim, antes da penetração de produtores estrangeiros em um mercado local, a grandeza do valor de um dado tipo de mercadoria é determinada exclusivamente pelo tempo de trabalho despendido pelos produtores locais na produção das mercadorias por eles vendidas. A diferença de produtividade existente entre eles determina um lucro suplementar – uma apropriação de mais-valor adicional – para os capitalistas que dominam os métodos de produção que despendem menos tempo de trabalho para a obtenção de cada mercadoria individual do que a média do setor. Esse lucro suplementar é da mesma magnitude, por outro lado, do valor que absorvem a menos os produtores com produtividade inferior.

À medida que mercadorias estrangeiras, produzidas em condições de produtividade superiores à média local, adentram o mercado daquela região, seus produtores influenciam para baixo a média do tempo de trabalho socialmente necessário. Ao reduzir a grandeza do valor desse tipo de mercadoria, a inserção dos capitalistas estrangeiros gera benefícios para os consumidores locais, que despendem menos recursos para a obtenção de cada unidade desse valor de uso⁶³, ao mesmo tempo que penaliza a classe capitalista que atua nesse setor, ao reduzir o lucro médio por eles obtido.

A dinâmica desse processo pode ser explicitada de forma mais clara por meio da apresentação de um exemplo. Suponha um determinado setor de um mercado nacional composto por três capitalistas – “A”, “B” e “C” – que transacionam todas as mercadorias por eles produzidas, tal como expresso pela Tabela 10.

63 É preciso lembrar que, no caso de esses consumidores serem a própria classe trabalhadora local, deve-se analisar o efeito dessa redução do valor das mercadorias consumidas no próprio valor da força de trabalho local. Caso os salários se reduzam na mesma medida dessa queda do valor dos bens de consumo, o benefício para esse grupo de consumidores será nulo. Contudo a ampliação relativa do mais-valor beneficiaria toda a classe capitalista.

Tabela 10 – Distribuição do valor em um mercado nacional
conforme o grau de produtividade individual

	A	B	C	Social
Trabalho total despendido (horas)	10	12	8	30
Quantidade de mercadorias produzidas	10	10	20	40
Tempo de trabalho por mercadoria	1,00	1,20	0,40	0,75
Mais-valor adicional	-2,50	-4,50	7,00	-

Fonte: Elaboração própria.

O tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma única mercadoria é determinado pela produtividade média de todos os produtores em conjunto. E o mais-valor adicional é calculado pela diferença entre a venda das mercadorias pelo TTSN e a venda destas pelo tempo de trabalho despendido pelo produtor individual – por exemplo, para o caso do produtor “C”: $(20 \cdot 0,75) - (20 \cdot 0,4) = 7$. Com isso, uma vez que todas as mercadorias são vendidas pelo valor social, os produtores “A” e “B” observam uma redução de seus lucros de igual magnitude do mais-valor adicional obtido por “C”.

Supondo, agora, que um quarto produtor “D*”, de origem estrangeira e com grau de produtividade mais elevado que a média dessa sociedade, lance uma parcela de seus produtos nesse mercado local (Tabela 11)⁶⁴. Como resultado, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria se reduziu de 0,75 para 0,7 horas de trabalho. Com isso, há uma redução do lucro suplementar de todos os produtores internos, em um montante exatamente equivalente ao lucro suplementar obtido pelo produtor estrangeiro.

64 É claro que o tempo de trabalho despendido por D* também deve contar aquele relacionado com o transporte das mercadorias produzidas para a localidade onde se dará seu consumo.

Tabela 11 – Distribuição do valor em um mercado nacional após a inserção de um capitalista estrangeiro com produtividade maior que a média nacional

	A	B	C	D*	Social
Trabalho total despendido (horas)	10	12	8	5	35
Quantidade de mercadorias produzidas	10	10	20	10	50
Tempo de trabalho por mercadoria	1,00	1,20	0,40	0,50	0,70
Mais-valor adicional	-3,00	-5,00	6,00	2,00	-

Fonte: Elaboração própria.

Enquanto, por um lado, os consumidores locais passam a contar com uma quantidade maior de mercadorias vendidas a um preço mais baixo do que antes, por outro, a absorção de mais-valor adicional por parte do capital estrangeiro revela uma transferência de valor entre regiões econômicas – afinal, o produtor D* despendeu efetivamente 5 horas de trabalho na produção e recebeu em troca, na forma de equivalente universal, um montante de produto resultado de 7 horas de trabalho socialmente necessário. É interessante observar que essa redução do lucro suplementar afeta até mesmo o capital local que tem produtividade mais elevada do que os produtores estrangeiros, como no caso do capitalista “C” desse exemplo. Isso se dá pelo fato de que toda inclusão de novos concorrentes com produtividade maior do que a média colabora para aproximar o TTSN do tempo de trabalho individual dos trabalhadores até então considerados mais produtivos, reduzindo sua capacidade de absorver mais-valor gerado pelos demais produtores.

Concorrência intersetorial e os efeitos da tendência a igualar a taxa de lucro

Em uma sociedade na qual reina o modo de produção capitalista, a busca pela ampliação da taxa de lucro acirra a concorrência intersetorial do capital. Tal processo tem por efeito tanto uma tendência à equiparação da taxa média de lucro dos diferentes setores – formando uma única taxa geral para a sociedade em seu conjunto – quanto a transformação dos valores em preços de produção, em torno dos quais passam a gravitar os preços de mercado.

No mercado mundial, esse fenômeno pode derivar, primeiro, de uma concorrência intersetorial do capital internacional, resultando em uma única taxa geral de lucro para o capitalismo global; ou, segundo, pode ocorrer quando dita concorrência se circunscreve a distintas regiões, cada qual formando sua própria taxa geral de lucro e relacionando-se exclusivamente por meio de um intercâmbio limitado de mercadorias. De todo modo, tais dinâmicas determinam uma transferência de valor entre regiões componentes do mercado mundial que se distingue das duas formas anteriormente discutidas por atuar entre capitalistas de diferentes setores da produção, inclusive quando realizam um trabalho com o mesmo grau de intensidade. Cada um desses dois casos será abordado a seguir.

Primeiro, em um cenário no qual a mobilidade do capital e/ou mercadorias entre regiões é livre, os capitalistas de uma determinada região concorrem não apenas com seus análogos estrangeiros do mesmo ramo de produção, mas também com o capital internacional que atua em outros setores. Assim, no caso de o referido setor da economia local apresentar uma taxa de lucro mais elevada do que a taxa geral da economia mundial, ele se tornará destino de uma migração dos capitais internacionais. Como resultado, a ampliação da oferta de mercadorias impulsionará seus preços relativos para baixo, até que as diversas taxas médias de lucro se equalizem e se encerre a migração.

Nesse ponto, é indiferente que a divergência inicial entre as taxas de lucro fosse originada de características peculiares da composição orgânica do capital naquele determinado setor, ou resultasse das distinções entre as taxas de exploração regional e internacional. Vale ilustrar com alguns exemplos hipotéticos.

Suponha-se um cenário internacional composto por duas nações especializadas em ramos distintos da produção capitalista. O setor no qual se especializa cada país não gera implicações significativas, de modo que será considerada uma região “A” especializada na produção de meios de produção (setor I), e outra região “B” voltada para a produção de bens de consumo finais (setor II). Serão averiguados, a seguir, os resultados em termos de transferência de valor observados quando tanto a composição orgânica do capital quanto a taxa de exploração da força de trabalho forem distintas em cada economia.

Exemplo 1 – Composições orgânicas distintas:

Considerando que a nação “A” tenha uma composição orgânica média de seu capital (c/v) superior àquela observada por “B”, ela deverá, naturalmente, apresentar

uma taxa de lucro em termos de valor $\left(\frac{m}{c+v}\right)$ inferior à economia concorrente. Com efeito, uma parcela do capital originalmente presente no setor I se deslocará para o setor II, alterando os preços médios pelos quais as mercadorias são vendidas, gerando como resultado uma redução da taxa média de lucro previamente existente em “B” com concomitante elevação daquela observada no país “A”, de modo que ambos apresentem ao final uma única taxa geral de lucro, como o exposto no exemplo da Tabela 12⁶⁵.

Tabela 12 – Preços de produção nas trocas internacionais com mobilidade internacional de capital: diferenças na composição orgânica setorial

País/ setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de produção (\$)					Taxa de lucro
	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita	
A I	100	50	50	200	33 %	1,15	115	50	65	230	39 %
B II	100	100	100	300	50 %	1,00	115	100	85	300	39 %
Total	200	150	150	500			230	150	150	530	

Fonte: Elaboração própria.

Nesse exemplo, o país “B” obtém do país “A” todo o capital constante que utiliza em sua produção (produção do setor I), cedendo-lhe, em troca, parcela de seu produto anual que será consumido pelos trabalhadores e capitalistas de “A”. Do ponto de vista da relação de preços entre os produtos exportados/importados, há uma equivalência no processo de troca: “B” exporta \$ 115 em mercadorias do setor II e importa em troca \$ 115 de mercadorias do setor I provenientes de “A”. Contudo, ao observar esse mesmo processo do ponto de vista da magnitude do valor das mercadorias trocadas, percebe-se que os produtos exportados por “B” são cristalização de 115 horas de trabalho socialmente necessário, mas o que recebe em retorno totaliza apenas 100

65 Para a construção dos exemplos que se seguem, as mercadorias do setor II foram tomadas como equivalente universal e os preços de produção foram expressos em termos de cada hora trabalhada (preço/h), de modo que uma unidade monetária (\$ 1) equivale sempre ao produto gerado por 1 hora de trabalho no setor II. Além disso, todo o capital constante foi tratado como circulante, a demanda de cada mercadoria foi ajustada para garantir a reprodução simples da sociedade como um todo e, nos casos de dízimas, os dados foram apresentados com uma aproximação.

horas trabalhadas⁶⁶. Portanto, cede gratuitamente 15 horas do trabalho despendido por seus trabalhadores (e que seria apropriado pelo capitalista local)⁶⁷.

O resultado seria similar se, em vez de exportar capital para a nação “B”, os capitalistas do setor I do país “A” migrassem para o setor II investindo em seu próprio território. Uma vez que esses últimos concorreriam com os produtores de “B” no mercado de ambos os países (supondo inexistentes os custos de transporte e demais barreiras ao comércio internacional de mercadorias), a variação dos preços de produção afetaria as duas nações. Conforme se observa no exemplo expresso pela Tabela 13, como a região “B” continuaria a obter a totalidade de seu capital constante de “A”, resultaria das transações econômicas internacionais uma transferência líquida de 7,5 horas de trabalho socialmente necessário.

Tabela 13 – Preços de produção nas trocas internacionais sem mobilidade internacional de capital: diferenças na composição orgânica setorial

País/ setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de produção (\$)					Taxa de lucro	
	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita		
A	I	100	50	50	200	33 %	1,15	115	50	65	230	39 %
	II	50	50	50	150	50 %	1,00	57,5	50	42,5	150	39 %
B	II	50	50	50	150	50 %	1,00	57,5	50	42,5	150	39 %
Total	200	150	150	500			230	150	150	530		

Fonte: Elaboração própria.

66 Para o cálculo da quantidade de horas presentes em cada lado da troca, basta dividir o montante monetário pelo preço do produto da hora trabalhada de cada setor. Assim, “B” importa $\frac{115}{1,15} = 100$ horas de trabalho, e exporta $\frac{115}{1} = 115$ horas de trabalho.

67 Como esse resultado foi obtido após a entrada de capital estrangeiro no país “B” proveniente do país “A”, é preciso lembrar que o capitalista do país emissor ainda remeterá os seus lucros para o exterior, tal como exposto quando tratado da exploração direta do mais-valor por capital estrangeiro. Supondo-se que 50 % do capital presente em “B” sejam de origem estrangeira, permaneceria como lucro dos capitalistas naquela nação um montante de apenas \$ 42,5. Nesse sentido, das 15 horas de trabalho transferidas dos capitalistas do setor II para os de I, apenas 7,5 horas seriam apropriadas pela nação B caso as mercadorias fossem trocadas por seus valores.

Exemplo 2 – Taxas de exploração distintas:

No caso de a nação “B” apresentar uma taxa de exploração da força de trabalho (m/v) mais elevada do que a observada em “A” – seja pela jornada de trabalho ser mais extensa, seja pelo valor da força de trabalho ser inferior –, sua taxa de lucro será superior à apresentada pela economia “A”. O mesmo processo, descrito anteriormente, de equalização da taxa de lucro e formação dos preços de produção terá lugar aqui, com a diferença de que agora ele passa, necessariamente, por uma migração internacional do capital. A Tabela 14 ilustra esse exemplo⁶⁸:

Tabela 14 – Preços de produção nas trocas internacionais com mobilidade internacional de capital – diferenças na taxa de exploração local

País/ setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de produção (\$)					Taxa de lucro
	c	v	m	(c+v+m)	$m/(c+v)$	Preço/h	c	v	Lucro	Receita	
A I	100	50	50	200	33 %	1,18	118	50	68	235	40 %
B II	100	25	75	200	60 %	1,00	118	25	57	200	40 %
Total	200	75	125	400			235	75	125	435	

Fonte: Elaboração própria.

Nesse exemplo, é necessário supor a impossibilidade de realizar a produção do setor I na nação “B”, por depender de uma fonte específica de recursos naturais, de condições climáticas adequadas etc. Caso contrário, todo o capital migraria de “A” para usufruir da taxa de exploração mais elevada em “B”. Ademais, é preciso fazer uma observação quanto à dinâmica da taxa de exploração que se está deixando de lado nesse exemplo. Com a migração do capital de “A” para “B”, aquela nação observaria uma ampliação de seu exército industrial de reserva, o que poderia pressionar para uma ampliação da

68 Como o intuito é o de verificar unicamente as divergências entre as taxas de exploração, considerou-se a mesma composição orgânica para os dois setores. O leitor observará, no entanto, que a relação c/v em cada uma das economias é distinta ($100/50 = 2$ para a economia “A”, e $100/25 = 4$ para “B”). Entretanto, essa divergência deve-se à desvalorização da força de trabalho, ou seja, trata-se de uma variação da composição valor do capital, mas não da composição técnica e orgânica. Para compreender a diferença entre composição técnica, composição valor e composição orgânica, cf. Marx (2013, p. 689).

taxa de exploração. Caso isso fosse levado em consideração, uma tendência à equalização das taxas de exploração se apresentaria na medida em que a migração do capital aproximasse as economias de um equilíbrio com relação às taxas de lucro.

Feitas essas ressalvas, é possível observar que, nesse exemplo, a nação “B” deve importar um montante de \$ 118 de capital constante necessário para a realização do processo produtivo em seu território, em troca do qual exportará o mesmo montante monetário de bens de consumo para o país “A”. Contudo, do ponto de vista da magnitude do valor representado por essas quantidades monetárias, enquanto “B” recebe um produto que é cristalização de 100 horas de trabalho socialmente necessário, cede um montante de 118 horas trabalhadas pelos produtores locais. Essa diferença de 18 horas de TTSN consubstancia-se efetivamente em uma transferência de valor entre regiões⁶⁹, que leva a uma equiparação entre a taxa de lucro das duas nações.

Por fim, pode-se dizer que, para os exemplos 1 e 2, é a transferência de valor via comércio exterior que resulta na equalização da taxa de lucro. Além disso, fica claro que tais efeitos atuam sempre em favor da economia com maior composição orgânica e/ou menor taxa de exploração.

Um segundo cenário seria aquele no qual não há mobilidade do capital entre regiões e o comércio internacional de mercadorias é limitado, de modo que a concorrência intersetorial se dará exclusivamente entre os capitalistas de uma mesma localidade. Nessas condições, cada região dentro da qual se limita a mobilidade do capital observará um processo de formação de uma taxa geral de lucro interna, que deverá ser distinta daquela formada nas demais localidades. A divergência gerada entre os valores e os preços de produção em cada país levará a um fluxo de valor entre nações oculto por trás das trocas internacionais. Os efeitos desse processo serão distintos dependendo, sobretudo, da estrutura de preços relativos existente em cada região.

Alguns exemplos podem ilustrar essa questão, supondo novamente um cenário internacional composto por duas nações especializadas em ramos distintos da produção capitalista. Nesse caso, a existência de restrições no comércio internacional exige que cada nação produza tanto os meios de produção que utiliza (setor I) quanto os bens de consumo que abastecem a classe trabalhadora e a classe capitalista (setor

69 É preciso lembrar mais uma vez que os capitalistas estrangeiros atuando na nação “B” ainda deverão transferir seus lucros para seu país de origem.

II)⁷⁰. Desse modo, podem se especializar apenas nos setores produtores de artigos de luxo – mercadorias de consumo exclusivo da classe capitalista e que, portanto, não influenciam a formação da taxa geral de lucro. Considerar-se-á, então, que cada uma dessas nações tenha se especializado em um artigo de luxo distinto da outra, representados pelo setor III (economia “A”) e IV (economia “B”).

Exemplo 3 – Restrição no comércio internacional, caso 1:

Considerando que o setor produtor de meios de produção da nação “B” tenha uma taxa de exploração da força de trabalho superior àquela observada pelo setor homólogo de “A”, ele deverá, *coeteris paribus*, apresentar menor taxa geral de lucro após o processo de formação dos preços de produção. A Tabela 15, a seguir, ilustra o caso⁷¹:

Tabela 15 – Preços de produção nas trocas internacionais sem mobilidade de capital e com restrições comerciais – caso 1

País/ setor	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de produção (\$)					Taxa de lucro	
	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita		
A	I	100	50	50	200	33 %	1,15	115	50	65	230	39 %
	II	80	80	80	240	50 %	1,00	92	80	68	240	39 %
	III	20	5	5	30	20 %	1,30	23	5	11	39	39 %
B	I	100	40	60	200	43 %	1,06	106	40	66	213	45 %
	II	80	80	80	240	50 %	1,00	85	80	75	240	45 %
	IV	20	5	5	30	20 %	1,27	21	5	12	38	45 %

Fonte: Elaboração própria.

70 Caso elas pudessem trocar livremente os produtos desses dois setores, haveria um processo de convergência da taxa geral de lucro, tal como abordado anteriormente.

71 Para facilitar a comparação dos valores e o estabelecimento dos termos de troca entre as economias, considera-se como equivalente universal a mercadoria produzida pelo setor II, que apresenta a mesma composição orgânica, grau de produtividade e taxa de exploração da força de trabalho nas duas economias. Vale lembrar, mais uma vez, que os dados apresentados nas tabelas estão em valores aproximados para facilitar a visualização. Foi apresentada uma taxa de exploração distinta exclusivamente para o setor I da economia “B” para simplificar a exposição. Um efeito similar ocorreria caso a taxa de exploração na nação “B” fosse única e superior à da economia “A”.

A despeito de os setores III e IV apresentarem composições orgânicas e taxas de exploração iguais, seus preços relativos tornaram-se distintos como consequência da equalização da taxa de lucro em cada região. Nesse caso, um intercâmbio internacional de mercadorias restrito a esses dois setores levaria a uma transferência de valor para a economia “A”. Supondo, por exemplo, que os capitalistas de “B” importem \$ 13 de mercadorias do setor III, em troca dos quais exportem \$ 13 do que produziu em IV, eles obteriam 10 horas de trabalho socialmente necessário (13/1,30), mas teriam cedido 10,24 horas trabalhadas por seus próprios trabalhadores (13/1,27). Haveria cessão gratuita, portanto, de 0,24 horas da nação “B” para “A”.

Tal transferência de valor, no entanto, não gera qualquer impacto na taxa de lucro de qualquer das duas regiões, mas apenas redução no valor consumido pela classe capitalista de “B” em prol daqueles de “A”. Isso se dá pelo fato de que as trocas de mercadorias são realizadas, nesse caso, pelos preços que já determinavam a taxa geral de lucro em cada economia.

Exemplo 4 – Restrição no comércio internacional, caso 2:

A mesma estrutura do exemplo anterior poderia apresentar um resultado oposto no caso de os setores produtores de artigo de luxo (III e IV) apresentarem composições orgânicas inferiores à do setor produtor do equivalente universal, tal como apresentado na Tabela 16:

Tabela 16 – Preços de produção nas trocas internacionais sem mobilidade de capital e com restrições comerciais – caso 2

País/	Grandeza do valor (horas de trabalho)					Preços de produção (\$)					Taxa de lucro	
setor	c	v	m	(c+v+m)	m/(c+v)	Preço/h	c	v	Lucro	Receita		
A	I	100	50	50	200	33 %	1,15	115	50	65	230	39 %
	II	80	80	80	240	50 %	1,00	92	80	68	240	39 %
	III	20	40	40	100	67 %	0,88	23	40	25	88	39 %
B	I	100	40	60	200	43 %	1,06	106	40	66	213	45 %
	II	80	80	80	240	50 %	1,00	85	80	75	240	45 %
	IV	20	40	40	100	67 %	0,89	21	40	28	89	45 %

Fonte: Elaboração própria.

Ao contrário do observado anteriormente, os preços relativos do setor III encontram-se em nível inferior aos do setor IV, mesmo tendo eles a mesma composição orgânica e taxa de exploração. Portanto, nesse caso, a transferência de valor por meio das trocas internacionais ocorreria em favor da economia “B”, que despenderia para a importação de mercadorias produzidas em 10 horas de trabalho do setor III apenas 9,87 horas do TTSN de seus trabalhadores do setor IV, o que significa uma recepção líquida de 0,13 horas trabalhadas.

Os exemplos 3 e 4 aqui apresentados teriam resultados distintos conforme fossem diferenciadas as composições orgânicas dos setores, ou se tais divergências ocorressem no setor II de cada economia. Entretanto, o ponto a ser observado aqui é que a equalização da taxa de lucro restrita em cada nação pode ter como consequência uma transferência de valor que atue em benefício até mesmo do país com a taxa geral mais elevada, ou seja, aquele que apresenta menor grau de acumulação capitalista.

Monopólios

Outro fenômeno que gera distinção entre os preços médios e os valores de troca determinados pela grandeza do valor das mercadorias consiste no exato oposto da tendência à equalização das taxas de lucro: os monopólios. Considera-se monopólio qualquer poder de mercado que resulta da concentração da produção em um único produtor (ou um grupo de produtores organizados) capaz de controlar a quantidade de mercadorias lançadas no mercado. Assim, por meio da redução das vendas e a ampliação artificial da demanda de seus produtos, esse produtor consegue elevar os preços acima do valor e, com isso, obter um lucro suplementar.

O ponto crucial para que esse efeito possa se tornar significativo consiste na existência de barreiras à entrada de novos concorrentes nesse mercado, ou em uma lenta mobilidade de capital entre setores. Enquanto o primeiro desses fatores permitiria que os preços se mantivessem elevados por períodos longos, o segundo tornaria o poder de monopólio suplantado em uma questão de tempo, mas não sem antes gerar um ganho significativo para seus controladores.

De modo geral, considerando a tendência de concentração e centralização de capital que resulta da dinâmica capitalista, é possível supor que os países com maior grau de acumulação de capital apresentarão, também, um maior número de empresas

e setores monopolistas. Com isso, tais nações teriam maior possibilidade de elevar os preços de suas mercadorias acima dos seus valores.

A questão que resta a considerar é: de onde vem o lucro suplementar apropriado pelos capitalistas monopolistas? A renda de monopólio consiste na apropriação de parcela do mais-valor gerado em todos os demais setores da economia, subtraindo-o do processo de equalização da taxa de lucro.

Para exemplificar seu funcionamento no mercado mundial, pode-se resgatar o primeiro exemplo apresentado para tratar dos preços de produção (Tabela 12). Nele, toda a produção do capital constante (setor I) ocorre no solo da nação “A”, que transaciona uma parcela deles com o país “B”, onde se produzem as mercadorias de consumo final (setor II). Supondo que o setor I se divida em dois subsetores (Ia e Ib), referentes a dois tipos complementares de meios de produção (c_a e c_b), é possível reapresentar o referido exemplo como se segue, em termos dos valores produzidos nos dois países:

Tabela 17 – Esquema de produção no mercado mundial
(em horas de trabalho)

País/setor		c_a	c_b	v	m	$(c+v+m)$	$m/(c+v)$
A	Ia	25	25	25	25	100	33,3 %
	Ib	25	25	25	25	100	33,3 %
B	II	50	50	100	100	300	50,0 %
Total		100	100	150	150	500	

Fonte: Elaboração própria.

No caso de inexistir qualquer barreira para a mobilidade do capital entre todos os três setores (Ia, Ib e II), os preços de mercado tenderiam a girar em torno dos preços de produção, equiparando a taxa de lucro entre eles, tal como pode ser observado com mais detalhes na Tabela 18:

Tabela 18 – Esquema de produção no mercado mundial
(em preços de produção)

País/setor	Preço/h	c_a	c_b	v	Lucro	Receita	Taxa de lucro
A	Ia	1,151	28,8	25,0	32,6	115,1	39,44 %
	Ib	1,151	28,8	25,0	32,6	115,1	39,44 %
B	II	1,000	57,6	100,0	84,9	300,0	39,44 %
Total		115,1	115,1	150,0	150,0	530,3	

Fonte: Elaboração própria.

Nesse exemplo, a nação “B” obteria os meios de produção de que necessita ao trocar \$ 115,1 de mercadorias do setor II pelas mercadorias do setor Ia (\$ 57,6) e Ib (\$ 57,6)⁷². Do ponto de vista da grandeza dos valores transacionados (horas de trabalho), o país “B” cederia gratuitamente cerca de 7,6 horas do trabalho despendido por seus trabalhadores para cada um dos dois setores da nação “A”.

Agora, supondo-se que o setor Ia apresente alguma barreira natural à entrada, os capitalistas nele atuantes poderiam manipular os preços com o intuito de obter um lucro suplementar. O limite de seu poder de mercado, ou seja, a medida na qual esses capitalistas poderão elevar os preços acima dos preços de produção, dependerá da eficácia de suas barreiras a entradas em manter os competidores afastados, dos custos e da velocidade de mobilidade do capital envolvida na criação de bens substitutos e da elasticidade-preço da demanda.

Esse lucro suplementar obtido seria deduzido da massa de mais-valor gerada pela economia mundial antes da equalização da taxa de lucro dos demais setores (Ib e II). O resultado seria algo como o apresentado na Tabela 19:

⁷² Vale lembrar que os valores apresentados foram aproximados para facilitar a exposição. Resultados mais precisos serão obtidos ao se considerarem os preços de produção dos setores Ia e Ib como sendo \$ 1,151387818866.

Tabela 19 – Esquema de produção no mercado mundial considerando a existência de um setor monopolista (em preços de produção)

Pais/setor		Preço/h	c_a	c_b	v	Lucro	Receita	Taxa de lucro
A	Ia	1,300	32,5	29,1	25,0	43,4	130,0	50,12 %
	Ib	1,164	32,5	29,1	25,0	29,8	116,4	34,41 %
B	II	1,000	65,0	58,2	100,0	76,8	300,0	34,41 %
Total			130,0	116,4	150,0	150,0	546,4	

Fonte: Elaboração própria.

A taxa média de lucro dos setores onde reina a concorrência intersetorial do capital é inferior àquela que seria observada no caso de inexistir monopólio em Ia. Como consequência, a transferência unilateral de valor de “B” para “A” se eleva. Enquanto antes “B” cedia 15,1 horas de trabalho para “A”, agora cede 23,2 horas para a obtenção da mesma massa de mercadorias em termos de valores, sendo que, dessas, 15 horas são direcionadas para o setor Ia e 8,2 horas para o setor Ib. Entretanto, é preciso observar que, graças ao poder de monopólio de Ia, o setor Ib também irá transferir parcela do mais-valor por ele gerado para aquele. Com isso, das 8,2 horas de trabalho apropriadas com as transações com o setor II, apenas 4,8 horas serão efetivamente retidas por Ib.

Desequilíbrios do balanço de pagamentos

Para transacionar no mercado internacional, é necessário converter a moeda nacional em divisa aceita mundialmente, isto é, em dinheiro mundial. As condições normais em que essa conversão ocorre sofrem variações da oferta e da demanda desse dinheiro mundial na economia local. Quando essa oferta é escassa por algum motivo qualquer, a taxa de câmbio (isto é, a relação de troca entre essas duas moedas) se eleva, implicando a redução dos preços de todas as mercadorias nacionais em termos da moeda aceita internacionalmente e a ampliação dos preços em moeda local de todas as mercadorias importadas.

Esse processo, que se chama de desvalorização cambial, naturalmente altera a relação de troca em termos de grandeza de valor entre essas mercadorias. Todavia uma

situação na qual a taxa de câmbio expressa exatamente a relação de equilíbrio entre a média dos valores transacionados na balança comercial só deve acontecer como resultado de situações fortuitas, enquanto a situação normal deve ser aquela na qual essa taxa flutua ao redor da taxa de equilíbrio. Sendo assim, em alguns momentos, alguns países se beneficiariam nas trocas como consequência de um câmbio valorizado, mas em outros seriam prejudicados pela desvalorização cambial.

Contudo as relações econômicas que determinam a taxa de câmbio de equilíbrio não resultam apenas da compra e venda de mercadorias, mas também dos fluxos financeiros que se estabelecem entre países. E, uma vez que as economias dependentes observam fluxos monetários que se direcionam persistentemente para as economias dominantes – como nos casos dos lucros e juros pagos ao capital estrangeiro –, elas observam uma pressão para a desvalorização de suas moedas nacionais em termos da taxa de câmbio que equilibraria as trocas. Considerando ainda que o oposto acontece nas economias com maior grau de acumulação de capital, a estrutura cambial pode estabelecer um conjunto de preços que intensificam as transferências de horas de trabalho entre nações.

Método para análise de situações concretas

Todos os fenômenos aqui descritos acontecem concomitantemente nas trocas internacionais, tornando impossível a análise isolada de cada um deles. Entretanto, é possível observá-los em conjunto ao contrastar os fluxos monetários do comércio internacional com as horas de trabalho necessárias para a produção das mercadorias exportadas/importadas pelos diversos países.

Por outro lado, enquanto os dados monetários sobre o comércio internacional são abundantes, as informações sobre as grandezas dos valores transacionados não são apresentadas pelos órgãos oficiais de estatísticas – a despeito de fornecerem os meios necessários para obtê-la. Para contornar tal dificuldade e inferir a transferência de horas de trabalho que existe por trás das trocas internacionais, é preciso aplicar o instrumental analítico sumarizado a seguir sobre matrizes insumo-produto multirregionais⁷³.

73 Essa metodologia tem sido desenvolvida e aprimorada pela força-tarefa de valores-trabalho mundiais do grupo internacional de estudos concretos sobre a teoria do valor (FRANKLIN *et al.*, 2022).

A matriz insumo-produto é um registro da atividade econômica de dada região em dado período de tempo que evidencia a forma como cada setor econômico transaciona com os demais para gerar o montante de mercadorias destinadas ao consumo e investimento. A matriz insumo-produto (Figura 1) apresenta o destino das mercadorias produzidas em cada setor (linhas), assim como os insumos necessários para a produção delas (colunas).

Figura 1 – Modelo de matriz insumo-produto

		Consumo Intermediário				Demanda			Produto Total
Consumo Intermediário		Setor 1	Setor 2	Setor 3	...	Consumo Final	Capital Fixo	Estoque	
	Setor 1	Destino da produção do Setor 1						→	
	Setor 2								
	Setor 3								
	⋮								
Valor Agregado	Salários								
	Lucros								
Produto Total									

Fonte: Elaboração própria.

A área de interseção entre os destinos e os insumos de todos os setores, representada pelo quadrante superior esquerdo na Figura 1, apresenta o consumo intermediário do período, ou seja, o montante de mercadorias que foram produzidas com o intuito de servir de insumo para a produção de outras. À direita da área do consumo intermediário, encontra-se o destino final dado às mercadorias produzidas no período, seja o de atender ao consumo final dos trabalhadores e capitalistas, seja o de servir de investimento na forma de capital fixo ou estoque.

Já a região abaixo da área de consumo intermediário apresenta o valor agregado por cada setor da produção, em outras palavras, a quantidade de valor (trabalho vivo) que cada um deles cria no decorrer do processo produtivo. Como as matrizes registram a produção em termos de preços, e não de valores, a área do valor agregado apresenta a forma monetária segundo a qual o trabalho vivo se divide entre os trabalhadores, na forma de salários, e os capitalistas, na forma de lucro – embora o lucro registrado represente o mais-valor apropriado pelos capitalistas de cada setor, e não o mais-valor gerado por seus trabalhadores.

Uma matriz insumo-produto multirregional (Figura 2) é capaz de mostrar essa mesma interdependência setorial tal como ocorre entre distintas regiões economicamente relacionadas. O relevante para a análise dos fluxos de valor é que é possível observar as transações inter-regionais de mercadorias nos pontos de interseção entre as distintas regiões. Conforme indicado na Figura 2, a soma dos valores apresentados nas áreas da matriz indicadas por “*País A* → *País B*” representa as exportações em termos monetários de A para B, enquanto as importações referem-se às células indicadas por “*País B* → *País A*”.

Figura 2 – Modelo de matriz insumo-produto multirregional

Consumo Intermediário		Consumo Intermediário						Demanda						Produto Total		
				País A			País B			País A			País B			
				Sector 1	Sector 2	..	Sector 1	Sector 2	..	Consumo Final	Capital Fixo	Estoque	Consumo Final		Capital Fixo	Estoque
				País A			País B			País A			País B			
País A		Sector 1	País A → País B			País A → País B			País A → País B			País A → País B				
Sector 2																
:																
País B		Sector 1	País B → País A			País B → País A			País B → País A			País B → País A				
Sector 2																
:																
Valor Agregado		Salários														
		Lucros														
Produto Total																

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, para atender ao objetivo de evidenciar a transferência de valor via comércio internacional, é necessário descobrir não apenas o valor monetário das exportações e importações entre as regiões, mas também a quantidade de trabalho que está presente nessas mercadorias intercambiadas. Para tanto, faz-se necessário adicionar ao modelo de matriz insumo-produto as informações sobre a quantidade de horas trabalhadas em cada setor de todas as economias envolvidas e a matriz de depreciação em termos monetários do capital fixo no referido período.

Antes de apresentar o passo a passo da transformação dos dados monetários disponíveis em uma matriz insumo-produto em termos de horas de trabalho, é preciso fazer uma ressalva. Os dados da contabilidade social convencional distorcem as informações sobre a produção e distribuição de riqueza nas sociedades capitalistas. Como ressaltam Shaikh e Tonak (1994), uma análise das contas nacionais a partir da categoria marxista de valor trabalho deve observar a distinção entre os trabalhos produtivo e improdutivo. Enquanto o trabalho improdutivo consiste em dispêndio

de esforço humano que não tem por objetivo a produção e/ou conservação de um valor de uso, o trabalho produtivo é aquele que gera a riqueza em sua dimensão tanto material (valor de uso) quanto social (valor)⁷⁴. Portanto, é imperativo que apenas os setores considerados produtivos entrem no cálculo da quantidade de horas de trabalho despendidas na produção das mercadorias.

O primeiro passo para o cálculo dos valores das mercadorias consiste na obtenção da matriz de coeficientes técnicos, que representam a quantidade monetária de insumos de cada tipo que está contida em uma unidade monetária do produto final de cada setor. Denotando por M uma matriz $N \times N$ contendo todas as informações sobre o consumo intermediário dos N setores da economia, e por P um vetor de N elementos representando o produto total de cada setor, calcula-se a matriz de coeficientes técnicos $A_{n \times n}$, de tal modo que:

$$a_{ij} = \frac{m_{ij}}{p_j}$$

De maneira similar, é preciso calcular a matriz de coeficientes de depreciação do estoque de capital fixo, que representa a quantidade monetária de capital fixo de cada tipo que se deprecia para a produção de uma unidade monetária do produto final de cada setor. Partindo da matriz de depreciação de capital fixo $F_{n \times n}$, calcula-se a matriz de coeficientes de depreciação $D_{n \times n}$, tal que:

$$d_{ij} = \frac{f_{ij}}{p_j}$$

A partir desse ponto, pode-se calcular a matriz inversa de Leontief (L), tal que:

$$L = (I - A - D)^{-1}$$

Onde I representa uma matriz identidade $N \times N$.

74 Uma vez que coexistem no interior das nações tanto o modo de produção capitalista quanto outras formas de relação de produção e distribuição de mercadorias, é preciso adotar a definição ampla apresentada por Marx (1985a, p. 109), isto é, deve-se considerar produtivo “aquele trabalho que se realiza num *produto*, mais concretamente numa *mercadoria*”, com o intuito de determinar o montante da riqueza produzida nacionalmente, e não a definição que se circunscreve às relações capitalistas, ou seja, a de que “somente é produtivo aquele trabalho que [...] gera mais-valia” (p. 108).

Paralelamente, deve-se calcular o vetor T de requerimentos diretos de trabalho, que contém as informações sobre a quantidade de horas de trabalho despendidas em um determinado setor para cada unidade monetária produzida nele. Tomando por h_j a quantidade de horas trabalhadas no setor j da economia, calcula-se:

$$t_j = \frac{h_j}{p_j}$$

Multiplicando a matriz inversa de Leontief pelo vetor de requerimentos diretos de trabalho, obtém-se o vetor de coeficientes de trabalho (Q), expressão da quantidade de trabalho total (isto é, a grandeza do valor) requerida para a produção de cada unidade monetária das mercadorias produzidas em cada um dos setores da economia mundial:

$$Q = T \cdot L$$

É esse vetor de coeficientes de trabalho que deve ser utilizado para converter a matriz monetária de insumo-produto em uma matriz de horas de trabalho, multiplicando cada uma de suas N linhas por cada um dos N elementos do vetor Q . A partir daí, pode-se calcular, do mesmo modo que foi feito para os fluxos monetários das exportações e importações, o montante de horas de trabalho transacionadas entre países.

É preciso observar que, para averiguar o fluxo de valor que se transfere sem o recebimento de um equivalente, *não* basta comparar a grandeza do valor das mercadorias exportadas com a das mercadorias importadas. Nesse ponto, é importante lembrar que as trocas de mercadorias são mediadas pelo dinheiro ($M - D - M$) sem a necessidade de que a primeira metamorfose ($M - D$) seja imediatamente sucedida pela segunda ($D - M$). Isso resulta, concretamente, em trocas internacionais com montantes monetários desiguais, de modo que uma determinada nação possa se encontrar em uma posição superavitária ou deficitária conforme o montante de suas exportações seja maior ou menor do que o de suas importações⁷⁵. Consequentemente, o

75 Inclusive, um caso comum das economias que se inserem de forma dependente no mercado mundial deve ser a necessidade de obtenção de superávits comerciais para fazer frente à necessidade de divisas para arcar com os fluxos monetários de juros, lucros, *royalties* etc. E, ainda, na situação em que tais nações não consigam realizar esse superávit, elas observarão uma desvalorização

mero contraste com a quantidade de horas de trabalho transacionadas não é suficiente para determinar a transferência de mais-valor pelo comércio internacional, pois uma maior absorção de valor pode ser resultado de um superávit da balança comercial.

Para observar esse efeito é preciso compreender que a transferência de valor ocorre nas duas etapas do processo de metamorfose das mercadorias ($M - D$ e $D - M$). Quando vendem suas mercadorias, os capitalistas obtêm em troca uma quantidade de dinheiro que expressa o preço delas, mas uma grandeza de valor distinta da que possuem. Do mesmo modo, quando compram mercadorias com o dinheiro que obtiveram na venda, trocam magnitudes iguais em termos monetários, mas desiguais em termos de horas de trabalho.

Portanto, deve-se levar em consideração o valor *expresso* pelo dinheiro. Se tal empreitada se mostra difícil em um cenário no qual o dinheiro desmaterializado não assenta em nenhuma mercadoria em particular, ela não se torna menos complexa quando o papel-moeda representa uma determinada quantidade de dinheiro-mercadoria. Afinal, o que se trata de determinar não é o valor do dinheiro – isto é, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria que serve como equivalente universal –, mas o valor que ele expressa, ou seja, a grandeza do valor que, em média, ele permite ao seu portador obter.

Uma forma razoável de solucionar esse impasse consiste em considerar o dinheiro como expressão do poder de compra tal qual se observa nas próprias transações internacionais. Para tanto, calcula-se o coeficiente de preços diretos das exportações (k), que representa a quantidade de trabalho adquirida para cada unidade monetária transacionada no mercado mundial:

$$k = \frac{\Sigma(X^h)}{\Sigma(X^s)}$$

Utilizando esse coeficiente de preços diretos para converter os montantes monetários das exportações (X^s) e importações (M^s) nas horas de trabalho que eles representam, e contrastando esses dados com as horas de trabalho requeridas para

em suas moedas que irá desequilibrar ainda mais, em favor das economias dominantes, a relação entre a quantidade de horas de trabalho presente nas mercadorias transacionadas.

a produção dessas exportações (X^h) e importações (M^h), é possível calcular o saldo das transferências de valor que resultam do comércio internacional para cada país P :

$$Saldo_{País P} = (kX_{País P}^s - X_{País P}^h) + (M_{País P}^h - kM_{País P}^s) \quad (10)$$

Esse saldo final de cada nação representa o montante de horas de trabalho que recebidas (se positivo) ou enviadas (se negativo) para as demais economias do mundo sem contrapartida equivalente. Uma análise desagregada desses dados permite avaliar esse desempenho para cada setor e para as exportações e importações separadamente.

Para facilitar a compreensão do método exposto, aplicar-se-á o mesmo ao exemplo hipotético apresentado nas Tabelas 17 e 19, reapresentado na forma de uma matriz insumo-produto multirregional na Figura 3.

Figura 3 – Exemplo de matriz insumo-produto multirregional
(em unidades monetárias)

Consumo Intermediário					Demanda		Produto Total
		País A		País B	País A	País B	
		Setor Ia	Setor Ib	Setor II			
País A	Setor Ia	32,5	32,5	65,0	0,0	0,0	130,0
	Setor Ib	29,1	29,1	58,2	0,0	0,0	116,4
País B	Setor II	0,0	0,0	0,0	123,2	176,8	300,0

Valor Agregado		68,4	54,8	176,8	300,0
	Salários	25,0	25,0	100,0	150,0
	Lucros	43,4	29,8	76,8	150,0

Produto Total	130,0	116,4	300,0	546,4
---------------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Elaboração própria.

É possível identificar o montante monetário das trocas internacionais por meio das áreas correspondentes àquelas indicadas na Figura 2, o que permite observar um equilíbrio da balança comercial, uma vez que as exportações da nação A para B são

equivalentes às suas importações provenientes daquela nação ($65 + 58,2 = 123,2$). Para descobrir se há transferência de valor nessa aparente troca de equivalentes, é necessário rerepresentar essa matriz insumo-produto em termos de horas trabalhadas. Para isso, o primeiro passo consiste em calcular a matriz de coeficientes técnicos A :

$$A = \begin{bmatrix} 32,5/130 & 32,5/116,4 & 65/300 \\ 29,1/130 & 29,1/116,4 & 58,2/300 \\ 0/130 & 0/116,4 & 0/300 \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 0,25 & 0,2792 & 0,2167 \\ 0,2238 & 0,25 & 0,1940 \\ 0 & 0 & 0 \end{bmatrix}$$

Como todo capital constante é considerado circulante nesse exemplo, não há matriz de depreciação de capital fixo – logo, $D = 0$. A partir daí, calcula-se a matriz inversa de Leontief:

$$A = \left(\begin{bmatrix} 1 & 0 & 0 \\ 0 & 1 & 0 \\ 0 & 0 & 1 \end{bmatrix} - \begin{bmatrix} 0,25 & 0,2792 & 0,2167 \\ 0,2238 & 0,25 & 0,1940 \\ 0 & 0 & 0 \end{bmatrix} \right)^{-1} = \begin{bmatrix} 1,5 & 0,5584 & 0,4333 \\ 0,4477 & 1,5 & 0,3880 \\ 0 & 0 & 1 \end{bmatrix}$$

É preciso, agora, utilizar os dados sobre a quantidade de horas trabalhadas despendidas em cada setor para calcular o vetor de requerimentos diretos de trabalho. Como esses dados não estão disponíveis na maioria das matrizes insumo-produto, normalmente é preciso recorrer às fontes estatísticas responsáveis pelo levantamento do nível de emprego de cada economia envolvida.

$$T = \begin{bmatrix} 50 & 50 & 200 \\ 130 & 116,4 & 300 \end{bmatrix} = [0,3846 \quad 0,4296 \quad 0,6667]$$

O passo seguinte consiste no cálculo do vetor de coeficientes de trabalho Q , a partir do qual será possível converter toda a matriz de insumo-produto:

$$Q = T \cdot L = [0,3846 \quad 0,4296 \quad 0,6667] \cdot \begin{bmatrix} 1,5 & 0,5584 & 0,4333 \\ 0,4477 & 1,5 & 0,3880 \\ 0 & 0 & 1 \end{bmatrix}$$

De modo que:

$$Q = [0,7692 \quad 0,8591 \quad 1]$$

Multiplicando cada linha dos quadrantes de consumo intermediário, demanda e produto total da Figura 3 pelos elementos respectivos do vetor Q , obtém-se a matriz insumo-produto multirregional em termos de quantidade de horas de trabalho (isto é, grandeza do valor), representada na Figura 4.

Figura 4 – Exemplo de matriz insumo-produto multirregional
(em horas trabalhadas)

Consumo Intermediário					Demanda		Produto Total
		País A		País B	País A	País B	
		Setor Ia	Setor Ib	Setor II			
País A	Setor Ia	25,0	25,0	50,0	0,0	0,0	100,0
	Setor Ib	25,0	25,0	50,0	0,0	0,0	100,0
País B	Setor II	0,0	0,0	0,0	123,2	176,8	300,0

Fonte: Elaboração própria.

Aplicando a Equação 10 ao presente exemplo para calcular os saldos das transferências de cada setor, torna-se notória a desigualdade em termos de horas trabalhadas das exportações e importações dos países hipotéticos analisados:

$$k = \frac{(50 + 50 + 123,2)}{(65 + 58,2 + 123,2)} \cong 0,906$$

$$Saldo_{País A} = [0,906 * (65 + 58,2) - (50 + 50)] + [123,2 - 0,906 * 123,2]$$

$$Saldo_{País A} = [111,6 - 100] + [123,2 - 111,6] = 11,6 + 11,6 = 23,2$$

Enquanto a nação A exporta uma quantidade de mercadorias que constitui a cristalização de 100 horas de trabalho, ela recebe uma quantidade de moeda que representa 111,6 horas, gerando um ganho adicional de 11,6 horas. E, ainda, enquanto as mercadorias que importa de B são cristalização de 123,2 horas de trabalho, ela paga

em troca uma soma de dinheiro que representa 111,6 horas. No total, o país A recebe 23,2 horas de trabalho a mais do que enviou para a nação B.

As Tabelas 20 e 21 apresentam os resultados da aplicação dessa metodologia em um exemplo concreto abrangendo um conjunto de 39 países e a região de Taiwan para o período de 1995 a 2009. Os dados sobre as matrizes insumo-produto multir-regionais foram levantados por Timmer e colaboradores (2015), que apresentam as informações relacionadas à quantidade de horas de trabalho efetivamente despendidas em cada setor produtivo e suas respectivas regiões⁷⁶, assim como informações agregadas sobre o estoque de capital de cada setor⁷⁷.

76 Além disso, os autores estratificam as horas trabalhadas conforme o grau de qualificação da força de trabalho, dando margem para o tratamento da diferença entre trabalho simples e complexo. Nos cálculos realizados aqui, todo trabalho foi considerado como se fosse simples, seguindo a sugestão apresentada por Franklin e colaboradores (2022).

77 É necessário, contudo, desagregar essa informação para evidenciar como cada um dos setores da economia mundial colabora para a formação desses estoques de capital fixo. Para facilitar o exemplo aqui apresentado, ignorou-se a depreciação do capital.

Tabela 20 – Transferência de mais-valor via comércio internacional –
países beneficiados – média anual do período entre 1995 e 2009
(em bilhões de horas trabalhadas)

País e região	(A)	(B)	(A/B) %
	Mais-valor obtido do exterior via comércio internacional	Horas trabalhadas nos setores produtivos	
Estados Unidos	50,05	98,3	50,9 %
Japão	45,75	60,8	75,3 %
Alemanha	35,83	28,0	128,0 %
Canadá	13,52	11,8	114,5 %
França	11,91	17,2	69,2 %
Itália	10,56	20,6	51,3 %
Reino Unido	10,43	20,6	50,5 %
Países Baixos	8,31	5,2	161,2 %
Coreia do Sul	7,62	26,4	28,8 %
Austrália	6,03	8,4	71,8 %
Bélgica	4,57	2,7	171,3 %
Irlanda	3,96	1,8	215,7 %
Taiwan	3,18	11,9	26,7 %
Suécia	2,97	4,0	74,8 %
Finlândia	2,46	2,3	106,3 %
Dinamarca	1,95	2,3	85,0 %
Espanha	1,44	14,4	10,0 %
Áustria	1,32	3,4	38,4 %
Total	221,9	340,2	65,2 %

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Ao avaliar os resultados líquidos de transferência de valor via comércio internacional, observa-se que Estados Unidos, Japão e Alemanha ocupam posição de destaque como os maiores receptores de fluxos de valor sem contrapartida – sendo destino de quase 60 % de todo o valor enviado para o conjunto de países beneficiados pelas trocas internacionais (Tabela 20). Além disso, países como Irlanda, Bélgica e Países

Baixos se sobressaem pela importância dessas transferências em relação ao trabalho produtivo realizado no interior de suas economias.

Com relação às nações desfavorecidas pelas transferências de horas de trabalho via comércio internacional (Tabela 21), observa-se que China e Índia constituem em origem de 84 % de todo o valor transferido para o grupo de países beneficiados. Tal valor representa 10,3 % de todo o trabalho realizado pelos trabalhadores chineses e indianos. Indonésia, Brasil e México também aparecem como fornecedores de uma quantidade significativa de mais-valor para as outras nações. Contudo essas cinco principais nações desfavorecidas ocupam tal posição, sobretudo, devido à extensão de seu exército industrial ativo, enquanto nações como Malta, Chipre e Grécia aparecem como aquelas que mais sofrem com tais transferências diante da quantidade que enviam ao exterior em proporção ao valor gerado em seus territórios.

Tabela 21 – Transferência de mais-valor via comércio internacional – países desfavorecidos – média anual do período entre 1995 e 2009 (em bilhões de horas trabalhadas)

País e região	(A)	(B)	(A/B) %
	Mais-valor obtido do exterior via comércio internacional	Horas trabalhadas nos setores produtivos	
China	-125,49	997,5	-12,6 %
Índia	-61,28	813,0	-7,5 %
Indonésia	-8,01	96,9	-8,3 %
Brasil	-7,23	90,7	-8,0 %
México	-5,40	50,9	-10,6 %
Romênia	-2,61	13,7	-19,1 %
Federação Russa	-2,19	98,8	-2,2 %
Polônia	-1,79	18,3	-9,8 %
Grécia	-1,45	4,4	-32,8 %
Turquia	-1,42	28,7	-4,9 %
Portugal	-1,36	5,1	-26,7 %
Bulgária	-0,93	3,6	-25,6 %
Hungria	-0,90	5,1	-17,7 %
Tchéquia	-0,54	5,9	-9,2 %
Lituânia	-0,33	1,7	-19,6 %
Letônia	-0,22	0,8	-27,2 %
Estônia	-0,19	0,7	-26,4 %
Eslovênia	-0,17	1,1	-15,4 %
Chipre	-0,14	0,3	-50,4 %
Eslováquia	-0,09	2,2	-4,3 %
Malta	-0,09	0,1	-65,4 %
Luxemburgo	-0,03	0,2	-14,0 %
Total	-221,9	2.239,7	-9,9 %

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Outra informação de interesse que os dados revelam é que, enquanto os países desfavorecidos transferem em média 9,9 % do valor que geram em seu território, essa mesma magnitude representa um acréscimo de 65,2 % no valor consumido pelas nações beneficiadas. Isso sugere que os efeitos desse fenômeno são muito mais significativos para a dinâmica econômica desses últimos do que para os primeiros.

Por fim, a análise das relações de dependência em uma nação pode utilizar-se do instrumental analítico aqui apresentado para averiguar como os diferentes setores da economia dependente se entrelaçam com aqueles das regiões dominantes e como cada um deles influencia essa transferência de valor pelo comércio internacional. Para ilustrar esse tipo de análise, segue a avaliação para o caso particular do México em contraste com a nação que absorve a maior parcela do seu mais-valor transferido por meio do comércio internacional: os Estados Unidos da América. Os dados da matriz insumo-produto para o ano de 2009 estão sintetizados tanto em termos monetários (Tabela 22) quanto em grandeza de valor (Tabela 23).

Calculando o saldo comercial entre essas nações a partir das áreas de interseção das matrizes de insumo-produto, observa-se que a economia mexicana se encontra em posição superavitária em termos monetários, mas deficitária com relação às horas trabalhadas expressas nas mercadorias transacionadas (Tabela 24). Essa posição deficitária resulta, sobretudo, do fato de o país ter vendido uma parcela de suas mercadorias (I) e não ter completado o processo de metamorfose com a compra de outras (II). Desse modo, cedeu horas de trabalho pelas quais recebeu em troca um montante de dinheiro, mas não de mercadorias.

Tabela 22 – Extrato de matriz insumo-produto multirregional evidenciando as relações entre México e Estados Unidos – 2009 (em US\$ milhões)

Consumo intermediário																	Demanda		
	México											EUA					México	EUA	Resto do mundo
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6							
México	Sector 1	6.178	19.271	40.063	61	2.342	890	1.575	2.299	18.431	8	3.498	707	31.030	999	5.420			
	Sector 2	3.752	19.814	1.853	2.592	3.500	7.320	42	675	87	132	218	539	101.169	9115	4.600			
	Sector 3	5.119	5.284	19.341	12.004	31.622	7.708	494	944	5.832	3.783	3.719	2.559	44.545	3.731	12.611			
	Sector 4	171	535	672	11.216	2.080	2.095	272	1.269	2.519	17.647	3.848	11.526	18.532	46.356	23.104			
	Sector 5	2.855	7.153	5.846	4.103	20.495	12.135	49	196	353	207	466	713	266.800	4.510	4.569			
	Sector 6	11.062	24.116	21.529	18.482	45.308	84.971	18	58	76	189	235	993	326.942	811	17.208			
EUA	Sector 1	978	3.398	85	5	136	170	70.343	170.473	150.990	2.420	49.303	24.506	812	167.392	50.776			
	Sector 2	541	4.050	544	1.016	822	1.551	29.911	249.763	25.705	17.795	83.421	242.762	5.703	585.652	93.472			
	Sector 3	2.337	2.394	8.674	5.913	10.225	3.679	47.640	75.642	395.027	173.808	296.498	233.214	6.531	335.552	215.639			
	Sector 4	140	286	691	12.267	2.021	2.406	6.511	10.086	19.081	185.191	77.549	140.333	18.647	467.445	409.186			
	Sector 5	43	74	83	336	161	284	31.183	65.201	80.518	30.623	152.329	360.747	614	3.276.837	100.519			
	Sector 6	104	298	284	385	1.307	1.860	99.005	276.873	266.647	229.468	941.541	4.313.080	2.373	8.942.720	428.294			
RdM	Produtivos	2.648	5.656	8.810	33.140	12.201	8.584	25.712	56.121	245.983	117.975	116.967	148.089	42.174	661.904	-			
	Improdutivos	218	252	202	244	793	1.425	2.697	9.708	15.869	9.699	32.156	144.346	761	40.851	-			

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Nota: setor 1 – agricultura e indústria extrativa; setor 2 – indústria de transformação com intensidade tecnológica baixa; setor 3 – indústria de transformação com intensidade tecnológica média; setor 4 – indústria de transformação com intensidade tecnológica alta; setor 5 – outros setores produtivos; setor 6 – setores improdutivos.

Tabela 23 – Extrato de matriz insumo-produto multirregional evidenciando as relações entre México e Estados Unidos – 2009 (em bilhões de horas de trabalho)

Consumo intermediário															Demanda		
		México						EUA						México	EUA	Resto do mundo	
		1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6				
México	Setor 1	1.858	6.792	642	1	109	302	202	814	265	0	54	39	7.821	354	525	
	Setor 2	459	2.586	196	363	471	800	5	88	13	22	35	64	12.657	1.575	640	
	Setor 3	182	252	795	664	1.353	313	21	56	268	192	190	123	1.604	183	602	
	Setor 4	12	37	50	830	154	155	22	102	204	1.324	305	885	1.336	3.457	1.680	
	Setor 5	198	519	396	319	1.808	882	4	18	37	23	47	64	29.495	532	409	
	Setor 6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
EUA	Setor 1	47	164	3	0	4	8	3.011	8.198	3.109	49	1.023	666	36	5.254	2.037	
	Setor 2	26	152	16	33	27	44	1.421	9.738	771	487	3.118	7.983	266	25.052	3.538	
	Setor 3	48	53	179	134	240	81	1.153	1.678	8.476	3.955	7.524	6.315	170	8.358	4.778	
	Setor 4	3	7	16	265	45	53	152	224	422	4.252	1.693	3.154	428	10.652	9.135	
	Setor 5	1	1	2	7	3	5	711	1.406	1.742	717	3.610	8.402	14	81.375	2.292	
	Setor 6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RdM	Produtivos	428	1.473	562	2.722	907	784	5.441	19.732	17.955	8.634	10.367	16.065	5.210	113.912	-	
	Improdutivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015). Nota: setor 1 – agricultura e indústria extrativa; setor 2 – indústria de transformação com intensidade tecnológica baixa; setor 3 – indústria de transformação com intensidade tecnológica média; setor 4 – indústria de transformação com intensidade tecnológica alta; setor 5 – outros setores produtivos; setor 6 – setores improdutivos.

Tabela 24 – Balança comercial do México
em relação aos Estados Unidos – 2009

Setor	US\$ (milhões)			Horas (bilhões)		
	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações	Saldo
1	27.517	5.585	21.932	1.729	262	-1.467
2	10.808	14.227	-3.419	1.802	563	-1.239
3	21.061	39.752	-18.691	1.035	905	-130
4	83.438	36.458	46.979	6.298	818	-5.480
5	6.494	1.595	4.899	725	33	-691
6	2.380	6.611	-4.231	0	0	0
Total	151.697	104.228	47.469	11.587	2.580	-9.007

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Nota: setor 1 – agricultura e indústria extrativa; setor 2 – indústria de transformação com intensidade tecnológica baixa; setor 3 – indústria de transformação com intensidade tecnológica média; setor 4 – indústria de transformação com intensidade tecnológica alta; setor 5 – outros setores produtivos; setor 6 – setores improdutivos.

Para desvendar o significado por trás desses dados, é necessário averiguar a magnitude de valor (horas de trabalho) expressa pelo saldo monetário superavitário obtido por essa nação. Para tanto, o primeiro passo consiste em calcular o coeficiente de preços diretos das exportações, contrastando-se o preço das mercadorias exportadas por todas as economias do mundo (apenas setores produtivos) com as horas de trabalho despendidas na produção delas. Partindo dos dados presentes nas tabelas 22 e 23:

$$k = \frac{243.995}{2.652.796} \cong 0,092$$

A partir daí, pode-se calcular as transferências de mais-valor tanto nas exportações quanto nas importações mexicanas, aplicando a Equação 10 para cada um dos setores analisados, com exceção daqueles considerados improdutivos (Tabela 25). O resultado obtido revela que o comércio internacional entre México e Estados Unidos atuou em favor dos EUA no ano de 2009, o que lhes permitiu se apropriarem gratuitamente de 4,2 bilhões de horas despendidas pelos trabalhadores mexicanos – o

que corresponde a 8 % de todo o trabalho realizado nos setores produtivos e 85 % de toda a transferência líquida do México para o exterior.

Tabela 25 – Mais-valor deduzido da economia mexicana em favor dos Estados Unidos (em milhões de horas trabalhadas) – 2009

Setor	Exportações	Importações	Saldo
1	802	-252	550
2	-808	-746	-1.554
3	903	-2.751	-1.849
4	1.377	-2.535	-1.159
5	-127	-114	-241
Total	2.147	-6.398	-4.253

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Nota: setor 1 – agricultura e indústria extrativa; setor 2 – indústria de transformação com intensidade tecnológica baixa; setor 3 – indústria de transformação com intensidade tecnológica média; setor 4 – indústria de transformação com intensidade tecnológica alta; setor 5 – outros setores produtivos; setor 6 – setores improdutivos.

Uma última observação cabe com relação aos setores improdutivos (nesse exemplo, agregados no setor 6). Como indicado, uma vez que não produzem valor, a quantidade de horas trabalhadas nesses setores deve ser ignorada no cálculo das trocas desiguais. Entretanto, eles se apropriam de valor proveniente de outras partes da economia através da venda de serviços que se constituem em pseudomercadorias.

Nos casos dos serviços financeiros, propriedade intelectual e venda e aluguel de recursos naturais, seus efeitos sobre a transferência de valor devem ser observados seguindo-se os passos indicados nas seções precedentes – uma vez que envolvem transações que não se limitam à balança comercial. Mas ainda há uma parcela do trabalho produtivo da sociedade que é apropriada por meio de trocas envolvendo serviços comerciais, contabilidade, administração pública etc. No exemplo mexicano, esse conjunto de atividades foi responsável por 24,3 % das exportações e 48,5 % das importações do setor 6, levando os Estados Unidos a se apropriarem de 242 bilhões de horas de trabalho dos setores produtivos mexicanos (0,4 % do total).

Subordinação

O principal elemento que diferencia as relações de dependência e dominação daquelas do imperialismo colonial que prevaleceu até o fim da Segunda Guerra Mundial consiste no fato de que, enquanto o imperialismo colonial primava pelo controle político dos territórios subordinados, as relações de dependência se estabelecem entre regiões formalmente independentes, ou seja, entre regiões que se contrapõem como sociedades politicamente autônomas. Contudo essa independência política oculta uma relação de subordinação econômica que acaba por se revelar como o sustentáculo da transferência internacional de valor descrita no capítulo precedente. Nesse sentido, se, por um lado, as formas de apropriação de mais-valor entre nações continuam basicamente iguais às observadas no período anterior (acrescidas, é claro, das novas determinações do modo de produção capitalista contemporâneo derivadas da difusão da propriedade intelectual e da desmaterialização da moeda), por outro, o modo como se dá a subordinação econômica que as sustenta é distinto.

No âmbito individual da relação capital-trabalho, a subordinação econômica significa a cessão, por parte do trabalhador, do domínio sobre a capacidade de trabalho e do próprio ato de trabalho para o capitalista. Do mesmo modo, a subordinação econômica entre diferentes regiões significa a cessão do controle sobre o trabalho vivo que se realiza na região dependente em prol dos capitalistas de uma sociedade dominante. Assim, a aplicação da força de trabalho das nações dependentes passa a ser determinada pelas decisões da classe capitalista das regiões dominantes.

É a partir desse poder de direcionar o processo produtivo que se estabelece uma estrutura econômica especializada em determinados ramos da produção complementares às cadeias produtivas presentes na região dominante, uma estrutura que leva, necessariamente, à transferência de mais-valor para o exterior. Desse modo, essa subordinação econômica é o elemento responsável pelas transformações na estrutura produtiva – até mesmo quando essa transformação inclui a completa industrialização e difusão do modo de produção capitalista na região subordinada – que aprofundam as relações de dependência.

Não se trata, é claro, de uma oposição entre uma economia subordinada, de caráter complementar, e outra autônoma, que independe de suas relações econômicas com o exterior. Como todas as economias capitalistas se inserem no mercado mundial, todas elas são complementares e têm suas cadeias produtivas complementadas pela produção de outras regiões (interdependência). Entretanto, quando um determinado conjunto de países consegue impor ao restante a especialização produtiva que lhes convém, as regiões subordinadas acabam por se especializar nas etapas do processo produtivo que geram menos benefícios para suas classes dominantes.

Subordinação política “informal”

Uma vez que na dependência não há necessidade de uma subordinação política formal para a apropriação do mais-valor gerado na periferia, ela se mostra como a relação internacional própria ao modo capitalista de produção, no qual as cruas relações econômicas de exploração entre capital e trabalho não dependem de determinações políticas e sociais. Contudo dizer que não há necessidade de uma dominação política entre nações para ocorrer dependência não implica dizer que não exista uma subordinação política informal e que esta não influencia as relações de dependência. Ao contrário, o capital sempre lança mão de todos os recursos que estão à sua disposição para garantir uma elevação de sua taxa de lucro, o que inclui o uso das mais arcaicas formas de dominação quando elas se fazem possíveis.

Com a desintegração das políticas imperialistas após a Segunda Guerra Mundial, surgiram outras estratégias de atuação internacional que, mesmo preservando a soberania formal das nações, buscaram consolidar a subordinação de uma zona periférica a um centro econômico desenvolvido. Organismos como o Banco Mundial e

o Fundo Monetário Internacional (FMI) são significativos exemplos dessa prática. A despeito de serem considerados organismos “multilaterais”, o grau de participação de cada nação na tomada de decisão é distribuído de forma desigual entre seus integrantes, de modo que um grupo de cinco países – Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido – detém aproximadamente 40 % do poder de voto em ambas as instituições. Elas se constituem, portanto, em um meio pelo qual tais nações podem impor ao restante do mundo o conjunto de políticas econômicas que as beneficiam.

Se, por um lado, é certo que tanto o Banco Mundial quanto o FMI cedem empréstimos aos países ditos em desenvolvimento com objetivos declarados de erradicar a pobreza, garantir a estabilidade macroeconômica global e promover o crescimento, por outro, eles exigem que esses países adotem políticas de austeridade e realizem reformas liberalizantes. Além de apresentarem o efeito imediato de garantir as condições necessárias para o pagamento de juros aos credores internacionais, essas práticas têm o efeito de desacelerar o desenvolvimento econômico das nações cessionárias, minando a possibilidade de competição intercapitalista no mercado mundial, e de favorecer, como consequência, a subordinação econômica entre nações.

Outro organismo multilateral que também atua nesse sentido é a Organização Mundial do Comércio (OMC). Mesmo buscando firmar acordos que sejam resultados de consensos e negociações, os tratados assinados entre os países-membros acabam por reduzir a regulamentação econômica em setores nos quais a competição é favorável às nações mais ricas e por ampliá-la naqueles em que estas se beneficiam de monopólios. O caso do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) é emblemático nesse sentido. Enquanto todos os outros acordos econômicos realizados no âmbito da OMC têm o claro intuito de reduzir a regulamentação dos mercados, acirrando a concorrência intercapitalista, o Trips tem o objetivo de dar ao monopólio tecnológico o *status* de um direito.

Ao consolidar a propriedade intelectual – uma forma de propriedade fundada na proibição de alguém pôr em prática um pensamento sem o consentimento de quem o registrou –, o Trips revela que o verdadeiro intuito desse marco jurídico não se encontra na obtenção de uma renda pela venda da ideia em si ou de sua licença de uso. Seu real benefício consiste em ser capaz de impedir os capitalistas das nações

que não dominam o desenvolvimento de novas tecnologias de competirem com seus rivais estrangeiros por meio da cópia dos novos processos e produtos⁷⁸.

Os dados da Organização Mundial da Propriedade Intelectual pontuam, por exemplo, que, no ano de 2018, doze nações eram detentoras de 90 % das patentes em vigor em todo o mundo (Tabela 26). Mais do que garantir um fluxo de renda diferencial e absoluta como resultado dessa propriedade intelectual, o objetivo do acúmulo de tais patentes revela-se como a capacidade de garantir monopólios produtivos, permitindo a fixação de preços elevados e a obtenção de renda de monopólio. Além de obstar uma transformação da estrutura produtiva nas nações subordinadas capaz de ampliar a capacidade de concorrência destas, esse acordo incentiva que ela ocorra no sentido de gerar uma estrutura complementar à produção de elevado conteúdo tecnológico realizada nas nações dominantes.

Tabela 26 – Distribuição de patentes em vigor em 2018

País	Quantidade de patentes	%	% acumulado
EUA	2.640.383	26,2 %	26,2 %
China	1.812.590	18,0 %	44,2 %
Japão	1.292.185	12,8 %	57,0 %
Coreia do Sul	1.063.905	10,6 %	67,6 %
Alemanha	807.658	8,0 %	75,6 %
França	447.851	4,4 %	80,0 %
Suíça	228.514	2,3 %	82,3 %
Reino Unido	219.723	2,2 %	84,5 %
Rússia	172.871	1,7 %	86,2 %
Países Baixos	166.488	1,7 %	87,8 %
Itália	144.349	1,4 %	89,3 %
Canadá	142.068	1,4 %	90,7 %
resto do mundo	939.936	9,3 %	100,0 %

Fonte: Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO, 2020).

⁷⁸ Uma extensa análise do modo como o estatuto atual da propriedade intelectual colabora para a manutenção e o aprofundamento da divisão centro-periferia foi realizada por Moura (2020).

Por fim, um último instrumento de subordinação política informal consiste nos acordos internacionais entre duas ou mais nações que apresentam claros benefícios para apenas uma de suas partes. É o caso dos tratados de livre comércio (TLCs), que têm como objetivo a formação de áreas de livre circulação de mercadorias – podendo incluir ou não a mercadoria força de trabalho –, que acabam por beneficiar tanto os capitais com vantagens concorrenciais em determinados setores como a exploração direta de mais-valor pelo capital estrangeiro. São, portanto, mecanismos políticos que buscam garantir a subordinação econômica e a intensificação das relações de dependência.

Os TLCs difundiram-se amplamente na economia mundial pós-Segunda Guerra, apresentando-se como os substitutos atuais das políticas imperialistas do fim do século XIX. Atualmente, encontram-se vigentes mais de uma centena de acordos dessa natureza firmados entre duas ou mais nações. Os Estados Unidos, por exemplo, mantêm acordos de livre comércio com vinte nações, entre as quais: México e Canadá, através do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta); República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, entre outros, por meio do Tratado de Livre-Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (Cafta-DR); Colômbia (bilateral); Chile (bilateral) etc.

Subordinação econômica

A relação de subordinação econômica ocorre entre as regiões dependentes e dominantes de duas formas distintas: a subordinação direta, na qual a decisão sobre o investimento que se realiza na periferia é tomada pelos capitalistas das regiões centrais; e a subordinação indireta, que resulta no movimento do capital como fruto do processo de concorrência internacional.

A *subordinação direta* resulta da movimentação do capital entre regiões econômicas com o intuito de extrair mais-valor dos trabalhadores locais, o que permite moldar “diretamente” a estrutura produtiva da economia hospedeira. Esse processo de exportação de capital envolve, normalmente, a externalização de alguma etapa do processo produtivo originalmente realizado na região emissora. A depender do fator que motiva essa externalização, seja a redução de custos de circulação e transporte, seja a menor necessidade de capital constante, seja o intuito de se beneficiar de taxas

de exploração da força de trabalho mais favoráveis ao capital, entre outros, esse processo pode resultar tanto em uma estrutura que reforça outras formas de exploração quanto em uma que as ameniza.

De todo modo, forma-se na nação hospedeira uma estrutura econômica complementar àquela presente na região emissora por meio de uma subordinação que se denomina de “direta” por ser resultado da própria decisão de investimento dos capitalistas estrangeiros. As diversas economias do mundo podem se classificar em três grupos distintos conforme as características do investimento estrangeiro direto.

Em primeiro lugar, há aquelas economias responsáveis pela exportação líquida de capital, posição ocupada sistematicamente por não mais do que vinte países em todo o mundo. Tais nações utilizam-se desse processo de exportação de capitais para estabelecer unidades produtivas complementares a suas economias em todo o mundo, conforme os benefícios que podem obter de cada região.

Em segundo, destacam-se as principais economias receptoras líquidas do capital internacional. Se, por um lado, essas nações recebem uma magnitude de IED suficiente para influenciar suas estruturas produtivas internas, por outro, elas também são grandes exportadoras de capital, que se direciona normalmente para seus parceiros comerciais mais pobres – situação que sugere um comportamento “subimperialista” ou “semiperiférico”. À medida que são impulsionadas para etapas complementares da produção de outros países, reposicionam-se em vista das outras nações periféricas.

Por fim, há um terceiro grupo composto por países de baixo grau de acumulação capitalista, nos quais o investimento estrangeiro direto desempenha um papel significativo em termos de transformação da estrutura interna. Nessas nações hospedeiras, um montante de IED que poderia ser considerado pequeno para as nações emissoras é capaz de provocar uma completa revolução em suas dinâmicas econômicas.

Já a *subordinação indireta* consiste na capacidade de as decisões de investimento dos capitalistas em uma região moldarem a estrutura produtiva de outra, e se desenvolve por meio da competição intra e intersetorial e da incapacidade da economia subordinada de internalizar alguma etapa do processo produtivo. Este tem início quando o progresso tecnológico em um determinado país, concentrado em certos setores produtivos, gera uma desigualdade na taxa de lucro setorial, de modo que as empresas das economias com menor grau de acumulação passam a obter lucros abaixo da média do referido setor. Com isso, esses capitais se direcionam para os

setores mais lucrativos (aqueles que têm composição orgânica inferior à média). O movimento contínuo do capital em busca da maior rentabilidade, que reduz a taxa de lucro da região subordinada em prol da elevação dela na nação dominante, forma estruturas produtivas que se complementam, ampliando a integração econômica entre os países e definindo uma clara divisão internacional do trabalho.

É assim que os capitalistas de determinada região, ao tentarem se adaptar às transformações econômicas ocorridas em outras localidades, mesmo preservando sua autonomia perante o capital internacional, alteram as forças produtivas da sociedade para atender necessidades de outras nações. E uma vez que a nova posição na divisão internacional do trabalho deriva da competição desigual com o capital estrangeiro, ela lega às nações subordinadas as etapas do processo produtivo que se concretizam apenas com a transferência de uma parcela do mais-valor que geram para o exterior.

O elemento fundamental para que esse movimento ocorra tal como descrito repousa na incapacidade de a economia subordinada internalizar um processo produtivo nos mesmos moldes do realizado na nação estrangeira. Essa incapacidade pode tanto ser fruto de uma inviabilidade econômica de atuar em determinado setor, diante da concorrência internacional com forças produtivas mais desenvolvidas, quanto resultar da falta de acesso a algum elemento necessário para dar início ao processo de acumulação, seja um elemento do capital constante, como máquinas de determinado padrão tecnológico ou matérias-primas escassas, seja um elemento do capital variável, como uma forma específica de trabalho complexo que o referido país não consegue reproduzir. Cabe destaque nesse aspecto ao papel que as restrições derivadas do direito sobre a propriedade intelectual desempenham na formação de barreiras à internalização de certas atividades produtivas ou, ainda, na possibilidade de implantação de uma indústria competitiva apenas na medida em que ela gera somente o lucro médio para o capital investido.

Desse modo, o país que tem o maior grau de acumulação de capital pode influenciar a estrutura produtiva dos países mais pobres simplesmente ao se especializar em determinado ramo de produção que não pode ser replicado na economia periférica. Essa subordinação pela reação da classe capitalista local mistifica o condicionamento determinado pelo capital estrangeiro, pois as mudanças nas forças produtivas do país dependente, a despeito de necessárias, aparecem como uma opção para se adaptar ao *status* da concorrência internacional.

Por outro lado, essa subordinação indireta se mostra mais frágil do que aquela que resulta da aplicação direta do capital estrangeiro, já que nela o controle formal do processo produtivo continua nas mãos das classes locais, que podem, a depender da dinâmica das alianças de classes e dos condicionantes políticos, redirecioná-la para outro sentido. Ou seja, é uma subordinação que abre espaço para a sua própria superação.

Método para análise de situações concretas

É possível observar o fenômeno da subordinação econômica direta a partir dos dados sobre a participação do capital estrangeiro no interior da estrutura produtiva nacional por meio de duas abordagens distintas. A primeira consiste no exame da magnitude monetária dos investimentos estrangeiros diretos em comparação com os estoques de capital existentes no interior de uma nação, cuja dificuldade reside na obtenção de informações relacionadas com essa última variável. Muitos países não têm estatísticas oficiais sobre o estoque interno de capital, embora este possa ser calculado a partir da informação sobre a formação bruta de capital fixo anual⁷⁹. A Tabela 27 traz a síntese da participação do IED no estoque de capital interno das nações contempladas pelo estudo de Timmer e colaboradores (2015).

79 Uma descrição detalhada sobre o cálculo de tal variável a partir do “método do estoque perpétuo” e a ilustração de sua aplicação para o caso brasileiro podem ser obtidas em Morandi e Reis (2004).

Tabela 27 – Participação do IED no estoque interno de capital em 2007

País hospedeiro	Região emissora				Total
	União Europeia	Estados Unidos	Japão	Resto do mundo	
Canadá	6,1 %	11,4 %	0,6 %	3,0 %	21,0 %
Rússia	15,7 %	2,8 %	0,1 %	2,2 %	20,7 %
Austrália	7,1 %	4,8 %	2,2 %	3,7 %	17,8 %
China	3,8 %	8,3 %	1,6 %	2,7 %	16,4 %
Turquia	10,6 %	1,0 %	0,1 %	2,1 %	13,7 %
México	3,5 %	6,1 %	0,1 %	0,7 %	10,5 %
Brasil	5,5 %	1,7 %	0,4 %	1,2 %	8,7 %
Indonésia	2,0 %	0,7 %	0,9 %	4,2 %	7,8 %
Índia	1,4 %	0,7 %	0,3 %	1,7 %	4,0 %
Coreia do Sul	1,5 %	0,7 %	0,8 %	0,5 %	3,5 %

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020a, 2020b) e de Timmer e colaboradores (2015).

É notável que a capacidade de controle estrangeiro sobre o capital disponível no interior de uma nação é elevada mesmo em países nos quais a especialização produtiva apresenta efeitos favoráveis, como nos casos de Canadá e Austrália. Entretanto, tal abordagem, por se voltar exclusivamente para o montante monetário de propriedade estrangeira, pode subestimar essa forma de subordinação econômica. Como explicam Vitali, Glattfelder e Battiston (2011), que realizaram um estudo abrangente sobre a rede global de controle corporativo, uma análise dessa natureza voltada apenas para o valor econômico de propriedade de cada agente ignora que a estrutura de controle pode ser muito mais complexa. Ressaltam: “empresas podem exercer controle sobre outras empresas por meio de uma rede de relações de propriedade direta e indireta que se estende por muitos países” (2011, p. 1).

Quando a análise do valor econômico dos investimentos centra sua atenção no montante monetário com o qual cada agente colabora para a formação do estoque de capital total – e, portanto, na *propriedade* desse investidor –, ela ignora a capacidade de *controle* que tal participação no capital permite ao agente que realizou o investimento – entendendo por controle “as chances de ver o interesse próprio de alguém prevalecendo

na estratégia de negócios da empresa” (VITALI; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011, p. 3). Por exemplo, se um investidor estrangeiro “A” adquire 25 % da propriedade de uma empresa nacional “B”, ele não realiza um investimento suficiente para garantir que suas decisões sejam seguidas pelos demais acionistas. Por outro lado, se esse mesmo investidor utilizar a mesma magnitude de recursos para se tornar sócio majoritário (com mais de 50 % do poder de voto) de outra empresa “C” e esta, por sua vez, utilizar seus recursos para adquirir 50 % das ações de “B”, então o investidor estrangeiro terá sido bem-sucedido em tomar o controle da empresa nacional – de modo que seu poder de decisão vai muito além da quantidade de recursos monetários aportados.

Portanto, uma segunda forma de analisar a subordinação econômica direta exercida pelas nações dominantes reside no estudo das redes de controle corporativo dominadas pelas empresas multinacionais. Os desafios de tal análise são significativos. Por um lado, a metodologia utilizada deve ter a precaução de desconsiderar efeitos cíclicos – quando duas empresas adquirem a propriedade uma da outra –, entre outros problemas relacionados com a adequada estimação do controle acionário⁸⁰. Por outro, os dados sobre a propriedade das empresas, a partir dos quais se estima o controle, são ainda mais difíceis de serem obtidos.

Contudo uma pesquisa que consiga superar esses desafios pode gerar profícuos resultados em uma análise de situações de dependência. O próprio estudo de Vitali, Glattfelder e Battiston (2011) ilustra essa questão. Partindo de uma base de dados com informações sobre cerca de 30 milhões de agentes econômicos, entre os quais identificaram a existência de 43 mil corporações multinacionais, os autores observaram que estas exercem o controle sobre um total de 600 mil empresas, sendo que um núcleo de 737 multinacionais controla 80 % desse número.

A Tabela 28 apresenta as cinquenta principais empresas controladoras observadas no estudo em questão, responsáveis por um controle acumulado de quase 40 % de toda a rede observada. Embora os autores não tenham apresentado resultados que demonstrem as relações de subordinação entre empresas localizadas em distintas regiões – isto é, não indicaram como essa rede de controle corporativo se relaciona através das fronteiras nacionais –, seus dados já são reveladores ao indicarem, por exemplo, que quase todas as empresas desse núcleo de cinquenta principais

80 Para maiores detalhes sobre o assunto, conferir Vitali, Glattfelder e Battiston (2011, p. 18-20).

controladoras são originárias das principais regiões emissoras de capital estrangeiro (Tabela 29), sendo a única exceção uma empresa chinesa que ocupa o último lugar da tabela com uma fatia de controle na ordem de 0,3 % da rede global.

Tabela 28 – Lista das cinquenta maiores empresas controladoras

Posição	Empresa	Nacionalidade	Setor	% de controle acumulado
1	Barclays PLC	Reino Unido	Financeiro	4,05
2	The Capital Group Companies Inc.	Estados Unidos	Financeiro	6,66
3	FMR Corp.	Estados Unidos	Financeiro	8,94
4	AXA	França	Financeiro	11,21
5	State Street Corporation	Estados Unidos	Financeiro	13,02
6	JPMorgan Chase & Co.	Estados Unidos	Financeiro	14,55
7	Legal & General Group PLC	Reino Unido	Financeiro	16,02
8	The Vanguard Group, Inc.	Estados Unidos	Holding	17,25
9	UBS Ag	Suíça	Financeiro	18,46
10	Merrill Lynch & Co., Inc.	Estados Unidos	Financeiro	19,45
11	Wellington Management Co. LLP	Estados Unidos	Financeiro	20,33
12	Deutsche Bank Ag	Alemanha	Financeiro	21,17
13	Franklin Resources, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	21,99
14	Credit Suisse Group	Suíça	Financeiro	22,81
15	Walton Enterprises LLC	Estados Unidos	Industrial	23,56
16	Bank of New York Mellon Corp.	Estados Unidos	Financeiro	24,28
17	Natixis	França	Financeiro	24,98
18	The Goldman Sachs Group, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	25,64
19	T. Rowe Price Group, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	26,29
20	Legg Mason, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	26,92
21	Morgan Stanley	Estados Unidos	Financeiro	27,56
22	Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.	Japão	Financeiro	28,16
23	Northern Trust Corporation	Estados Unidos	Financeiro	28,72

Continua

Posição	Empresa	Nacionalidade	Sector	% de controle acumulado
24	Société Générale	França	Financeiro	29,26
25	Bank of America Corporation	Estados Unidos	Financeiro	29,79
26	Lloyds TSB Group PLC	Reino Unido	Financeiro	30,30
27	Invesco PLC	Reino Unido	Financeiro	30,82
28	Allianz Se	Alemanha	Holding	31,32
29	Tiaa	Estados Unidos	Financeiro	32,24
30	Old Mutual Public Limited Company	Reino Unido	Financeiro	32,69
31	Aviva PLC	Reino Unido	Financeiro	33,14
32	Schroders PLC	Reino Unido	Financeiro	33,57
33	Dodge & Cox	Estados Unidos	Holding	34,00
34	Lehman Brothers Holdings, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	34,43
35	Sun Life Financial, Inc.	Canadá	Financeiro	34,82
36	Standard Life PLC	Reino Unido	Financeiro	35,20
37	CNCE	França	Financeiro	35,57
38	Nomura Holdings, Inc.	Japão	Financeiro	35,92
39	The Depository Trust Company	Estados Unidos	Financeiro	36,28
40	Massachusetts Mutual Life Insurance	Estados Unidos	Financeiro	36,63
41	Ing Groep NV	Países Baixos	Financeiro	36,96
42	Brandes Investment Partners, LP	Estados Unidos	Financeiro	37,29
43	Unicredito Italiano Spa	Itália	Financeiro	37,61
44	Deposit Insurance Corporation of JP	Japão	Financeiro	37,93
45	Vereniging Aegon	Países Baixos	Financeiro	38,25
46	BNP Paribas	França	Financeiro	38,56
47	Affiliated Managers Group, Inc.	Estados Unidos	Financeiro	38,88
48	Resona Holdings, Inc.	Japão	Financeiro	39,18
49	Capital Group International, Inc.	Estados Unidos	Holding	39,48
50	China Petrochemical Group Co.	China	Financeiro	39,78

Fonte: Vitali, Glattfelder e Battiston (2011).

Tabela 29 – Distribuição das cinquenta maiores empresas controladoras por nacionalidade

País	Quantidade de empresas	Controle acumulado
Estados Unidos	24	20,73 %
Reino Unido	8	8,26 %
França	5	4,19 %
Suíça	2	2,03 %
Japão	4	1,57 %
Alemanha	2	1,34 %
Países Baixos	2	0,65 %
Canadá	1	0,39 %
Itália	1	0,32 %
China	1	0,30 %
Total geral	50	39,78 %

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Vitali, Glattfelder e Battiston (2011).

Já o fenômeno da subordinação econômica indireta pode ser analisado a partir das condições de concorrência no mercado internacional. Uma interessante forma de mensurar tal relação consiste no índice de complexidade econômica elaborado por Simões e Hidalgo (2011) e Hausmann e colaboradores (2011). Com o objetivo de mensurar a complexidade de uma economia, que os autores acreditam estar relacionada com “a multiplicidade de conhecimentos úteis incorporados nela” (HAUSMANN *et al.*, 2011, p. 18), tal índice busca responder à seguinte questão: se um determinado país não puder mais produzir um determinado produto, em quantos outros países esse produto poderá ser feito? Então, quanto mais “insubstituível” for o papel de determinado país na produção mundial, mais “complexa” (isto é, mais dotada de conhecimento) sua economia será.

A lógica determinante por trás do método adotado por esses autores é que, quanto menor for a quantidade de agentes capazes de fabricar um determinado produto, tanto maior será a “quantidade” de conhecimento útil necessário para construí-lo. Não é preciso muita reflexão para perceber o despropósito dessa linha de raciocínio. Partindo desse princípio, os autores conseguiram concluir que coisas

como vidro fundido, silicone e derivados de celulose são produtos mais complexos (isto é, com mais conhecimento incorporado) do que reatores nucleares, processadores de computador e tratores; e também que ovos com casca, leite e manteiga são coisas mais complexas que *notebooks*, navios e petróleo⁸¹.

Por outro lado, o índice de complexidade econômica que construíram serve como uma interessante medida de competitividade internacional. Afinal, ao constatar que a participação do Japão nas exportações mundiais de vidro fundido passou de 1,74 % em 1990 para 72,54 % em 2012, o que esse dado efetivamente informa é que os capitalistas desse país foram bem-sucedidos em sobrepujar a concorrência internacional, obrigando seus concorrentes estrangeiros a realocarem seu capital para outros setores (e não que o vidro fundido se tornou a mercadoria com a maior quantidade de conhecimento incorporado). Mensurar o quão insubstituível é a economia de um país significa mensurar a capacidade desse país em eliminar seus concorrentes.

81 Em 2012, tais produtos obtiveram as seguintes colocações no índice de complexidade de produtos: 1º – vidro fundido; 19º – silicone; 45º – derivados de celulose; 53º – reatores nucleares; 63º – CPUs; 111º – tratores; 353º – ovos com casca; 382º – leite; 402º – manteiga; 478º – *notebooks*; 550º – navios e barcos; e, por último, na 772ª posição, o petróleo bruto.

Tabela 30 – Índice de complexidade econômica em 2017 –
países selecionados

País/região	Índice de complexidade	Posição	País/região	Índice de complexidade	Posição
Japão	2,309	1º	México	1,100	21º
Suíça	2,244	2º	Canadá	1,057	24º
Alemanha	2,075	3º	Rússia	0,852	27º
Singapura	1,865	4º	China	0,691	33º
Suécia	1,808	5º	Brasil	0,608	37º
Coreia do Sul	1,776	6º	Índia	0,360	45º
Estados Unidos	1,755	7º	Argentina	0,232	50º
Finlândia	1,707	8º	Uruguai	0,208	51º
Tchéquia	1,643	9º	Colômbia	0,144	53º
Áustria	1,629	10º	Cuba	-0,380	75º
Reino Unido	1,533	11º	Peru	-0,599	81º
Eslovênia	1,432	12º	Moçambique	-1,249	114º
Irlanda	1,400	13º	Etiópia	-1,274	116º
França	1,390	14º	Sudão	-1,458	120º
Hungria	1,384	15º	Nigéria	-1,903	124º

Fonte: Simões e Hidalgo (2011).

A Tabela 30 apresenta os dados sobre o *ranking* do índice de complexidade econômica para o ano de 2017. As nações mais beneficiadas pela apropriação de mais-valor via mercado mundial aparecem em posições elevadas nessa lista, enquanto as nações mais prejudicadas ocupam o lado oposto. Além do *ranking* em si, a pesquisa elaborada por Simões e Hidalgo (2011) apresenta um amplo conjunto de informações referentes à composição da pauta de exportação e importação de 144 países, assim como suas origens e destinos, a partir das informações da base de dados Comtrade da ONU. Tais informações são um ótimo ponto de partida para uma análise relativa às transformações causadas pela concorrência internacional na estrutura produtiva interna de uma nação subordinada.



Vinculação

A dependência consiste em uma forma de relação econômica entre regiões capitalistas na qual aquelas que apresentam uma maior acumulação de capital transformam as forças produtivas das demais em um sentido que determina um fluxo de mais-valor em prol das primeiras. Contudo, nessa relação de dependência, a exploração entre países – isto é, o desdobramento da exploração de classes no mercado mundial – aparece de forma invertida, pois a interação econômica com as regiões dominantes se mostra como elemento necessário para gerar o desenvolvimento econômico das economias dependentes.

Não seriam os países centrais que explorariam a periferia, mas antes o contrário: eles que deverão arcar com os custos e a responsabilidade de desenvolver as regiões atrasadas. São os capitais excedentes que refluem para a periferia, os meios de produção tecnologicamente mais avançados exportados pelos países centrais etc. que parecem garantir o dinamismo das regiões dependentes. O destino econômico destas parece estar vinculado ao desempenho econômico daqueles.

Quando essa aparente vinculação se faz presente, a relação de exploração se inverte e a subordinação muda de substância. Quem depende de algo necessita desse algo ao qual, por isso, se subjugua. O sujeito que exerce a posição dominante nessa relação, o proprietário daquilo do qual se precisa, não parece ser necessariamente beneficiado por ela.

A dependência nas relações econômicas internacionais se assemelha à relação de dependência que se desenvolve entre o proletário e o capitalista. O capitalista individual, em sua relação com o trabalhador individual, tem a plena convicção de que presta um

favor a este ao lhe conceder uma oportunidade de emprego, ao agraciá-lo com o benefício de exercer uma atividade que pode garantir o seu sustento. Assim, o destino do trabalhador parece vinculado ao sucesso dos negócios de seu patrão e, da mesma forma que a periferia parece depender do centro, o proletário parece depender do capitalista.

No entanto, ao desmistificar o discurso que ouve diariamente do capataz, o trabalhador percebe que a única oportunidade com a qual foi agraciado foi a de ser explorado e gerar mais-valor para seu patrão, “oportunidade” para a qual teve que se submeter por terem lhe expropriado os meios de produção. Encontra-se subordinado ao capital pela força econômica. É explorado não em função da necessidade que tem do capitalista, mas por ter sido forçosamente submetido a ele. E, nesse sentido, percebe que não é ele que depende do capitalista, mas, antes, é o capitalista que depende do mais-valor que usurpa da classe trabalhadora como um todo.

Portanto, não há como falar de dependência sem falar de vinculação. Sem a vinculação – sem essa necessidade aparente de capital e desenvolvimento tecnológico estrangeiros – as relações econômicas internacionais se mostrariam não sob a forma invertida da dependência, mas como realmente são: relações de dominação e subordinação que determinam uma transferência de mais-valor entre os componentes do mercado mundial, uma transferência de mais-valor necessária para contrapor a queda da taxa de lucro. Não é a periferia que depende do centro para se desenvolver; é o centro que depende de suas relações com a periferia para postergar as crises recorrentes do modo de produção capitalista.

A vinculação é a forma invertida como se manifesta a relação de dependência, a forma atrás da qual se escondem a subordinação econômica entre sociedades politicamente autônomas e a apropriação de mais-valor por meio do mercado mundial. Mas essa dimensão da vinculação, ao mesmo tempo que serve para ocultar o verdadeiro fundamento da dependência, evidencia-se como um fenômeno real. Do mesmo modo que o trabalhador individual realmente obtém as condições para sua própria reprodução material com a venda da força de trabalho, as relações econômicas com as economias com maior grau de concentração de capital aceleram o processo de acumulação da periferia, seja por ampliar o estoque de capital em ação, seja por atuar como mercado para seus produtos.

A relação de dependência gera desenvolvimento, no sentido de que acelera a implantação das relações capitalistas de produção, incluindo a formação da grande

indústria na própria nação dependente. Mas gera um desenvolvimento que é fundamentalmente dependente, em outras palavras, um desenvolvimento que apenas amplia a mesma relação de dependência que o forjou.

Nesse sentido, a análise da condição dependente de uma região não só revela a exploração e subordinação que a acomete, mas também evidencia o caráter dependente do desenvolvimento, ou seja, mostra como esse desenvolvimento apenas aprofunda a relação de dependência. Apenas a partir daí é que o pesquisador estará em posição de investigar, também, as condições nas quais é possível romper com o ciclo da dependência. Apenas ao reconhecer a natureza desse desenvolvimento e o papel que exerce no fortalecimento das relações de dependência é que se pode argumentar que um outro desenvolvimento é possível.

É preciso esclarecer, antes, que o conceito sobre desenvolvimento resgatado aqui é o mesmo entendimento apresentado pelos autores clássicos da teoria da dependência: a ampliação da acumulação capitalista no interior de uma nação, acompanhada de diversificação da estrutura produtiva e aumento da produtividade. Não se pressupõe, portanto, que tal desenvolvimento econômico seja acompanhado por qualquer forma de melhoria da qualidade de vida da população em geral, redução das desigualdades econômicas e da pobreza etc., ou seja, aquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento social. Por mais que possa existir alguma relação entre essas duas formas de desenvolvimento, suas causas são distintas, de modo que o surgimento de um não implica o do outro.

Diante dessa concepção, o desenvolvimento dependente seria aquele no qual a diversificação das forças produtivas e a aplicação do progresso tecnológico, por serem resultados da expansão do capital de outras regiões, têm por efeito reforçar a relação de exploração e subordinação que caracterizam a dependência. Em outras palavras, no desenvolvimento dependente, a relação de subordinação deve atuar no sentido de aprofundar a dependência.

Quando duas economias com diferentes graus de acumulação entram em relação uma com a outra, aquela na qual o capital se mostra mais abundante – e na qual este apresenta uma menor taxa de lucro – propicia as condições para a aceleração da acumulação na outra, seja como resultado da exportação de capital, seja pelo intercâmbio de mercadorias que estabelecem entre si. No que tange à exportação do capital, vale lembrar que ela pode ser resultado de um conjunto variado de motivos. Cada

um desses motivos abre espaço para resultados diferentes no que concerne à ampliação ou não da composição do capital na nação hospedeira.

Por exemplo, quando o capital se instala em uma região para se beneficiar de maiores taxas de exploração da força de trabalho, tende a transferir para lá apenas as etapas de produção intensivas nesse fator, ou seja, com menor composição orgânica do que a parcela que mantém em sua região de origem. Com efeito, ao mesmo tempo que esse tipo de IED amplia a composição orgânica da região hospedeira – pois acrescenta a ela um capital que antes não existia ali –, amplia-a ainda mais na nação emissora – onde passa a concentrar apenas a parcela da produção com maior necessidade de capital.

Com relação ao intercâmbio de mercadorias entre essas regiões, por um lado, ele permite à nação economicamente menos desenvolvida adquirir produtos de elevado padrão tecnológico, no que se refere tanto aos meios de produção quanto aos bens de subsistência, resultando em óbvios efeitos de acelerar a acumulação na nação dependente ao elevar a produtividade e reduzir o valor da força de trabalho. Por outro lado, como efeito da subordinação econômica indireta, ele leva a região dependente a se especializar em etapas menos favorecidas do processo produtivo, de modo que o capital ali localizado deverá produzir mercadorias com cada vez mais trabalho incorporado para obter um mesmo tanto do trabalho cristalizado pelos trabalhadores estrangeiros.

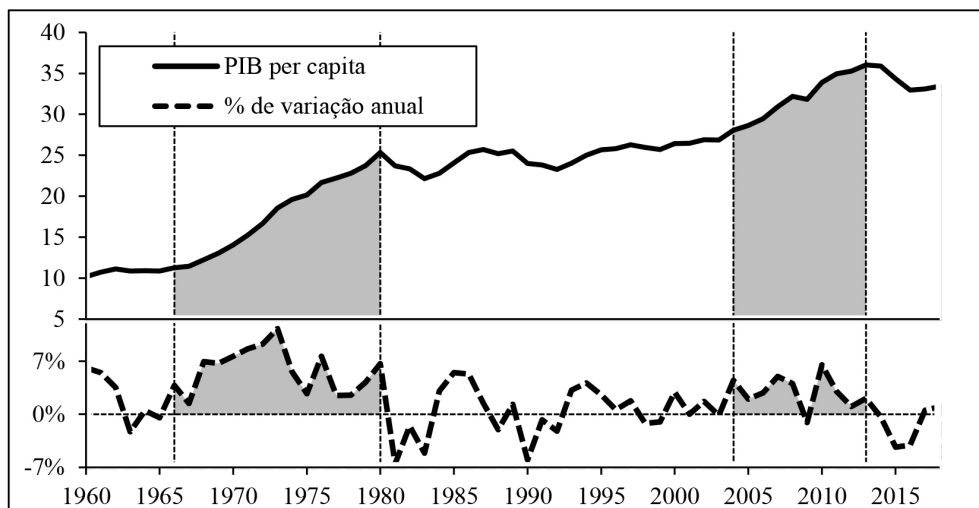
Com isso, além de esses dois caminhos serem acompanhados por uma ampliação das transferências de valor via mercado mundial, eles caracterizam um desenvolvimento dependente na medida em que tornam a superação da dependência uma possibilidade cada vez mais distante, ou seja, quando ampliam a desigualdade da distribuição do capital entre essas regiões. Isso implica que a relação de dominação/dependência leva a tendência de concentração e centralização do capital a atuar também em uma dimensão espacial não por reduzir a acumulação nas nações menos favorecidas, mas por ampliá-la mais rapidamente nas regiões dominantes. Por mais que a acumulação possa se desenvolver nas nações dependentes com maior velocidade do que faria se estas não mantivessem relações econômicas com regiões mais avançadas, o capital que se acumula sob o domínio dos capitalistas das regiões dominantes cresce com uma celeridade ainda maior, reforçando os elementos que forjam a relação de dependência.

A ruptura dessa dinâmica torna-se algo cada vez mais difícil de alcançar, pois sempre que as condições de desenvolvimento começam a levar as economias subordinadas a uma mudança da posição que ocupam na divisão internacional do trabalho, o estrangulamento da balança de pagamentos – derivado da apropriação de mais-valor – impede a continuidade desse processo de desenvolvimento. Portanto, a vinculação entre as economias no mercado mundial se expressa por um crescimento dos países dependentes limitado pela sua capacidade de importar os meios de produção e de consumo necessários para a expansão da acumulação capitalista. Capacidade de importar que está sujeita, de um lado, à aceitação de seus produtos no mercado internacional e, de outro, à disponibilidade das mercadorias das quais necessita – que é determinada pelo vigor do crescimento da economia central.

Método para análise de situações concretas

A constatação dos limites do desenvolvimento dependente deve resultar de uma investigação sobre a integração econômica entre as regiões analisadas (dominante e dependente), na qual se avalia sua relação não só com o desenvolvimento econômico – compreendido como ampliação da acumulação, diversificação produtiva e elevação da produtividade –, mas também com a evolução da própria relação de dependência – tanto no aspecto da apropriação de mais-valor quanto no da subordinação. A apresentação de alguns indicadores para o caso brasileiro pode ilustrar esse tipo de investigação.

Gráfico 16 – Produto interno bruto *per capita* do Brasil (R\$ mil de 2018)



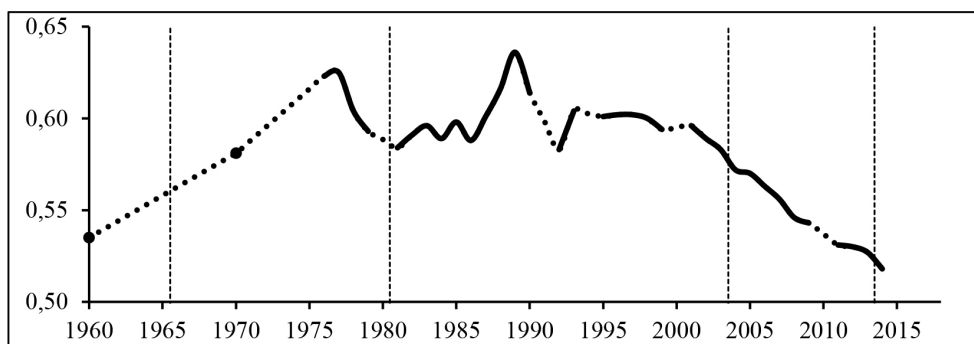
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2020).

É preciso, primeiro, averiguar os momentos em que houve algum crescimento significativo da economia brasileira – isto é, períodos nos quais se observa uma aceleração da acumulação capitalista no país. A partir dos dados do produto interno bruto *per capita* (Gráfico 16), observam-se duas ocasiões desse tipo em um intervalo de 59 anos. A primeira, durante a qual o PIB *per capita* cresceu a uma média de 5,8 % ao ano, inicia-se em 1966, pouco antes do período conhecido como o milagre econômico brasileiro, e encontra seu fim com a eclosão da crise da dívida externa no início da década de 1980. O segundo momento de crescimento do PIB *per capita*, com taxa anual média de 3 %, tem lugar no início do século XXI, mais especificamente a partir de 2004, e estende-se até 2014.

Não se deve supor a existência de nenhuma homogeneidade entre esses dois momentos. Ao contrário, há evidências de que eles se diferenciam tanto em termos do padrão de acumulação quanto pela transformação que geraram nas estruturas econômica e social. Seus distintos efeitos com relação ao desenvolvimento social podem ser demonstrados a partir da evolução do índice de Gini de concentração de renda para esse período (Gráfico 17). Enquanto o período que vai de 1966 até 1980 observou uma elevação da concentração de renda, há desde 2002 uma

tendência de redução – a despeito de a economia brasileira continuar sendo uma das mais desiguais do mundo.

Gráfico 17 – Índice de Gini de concentração de renda no Brasil

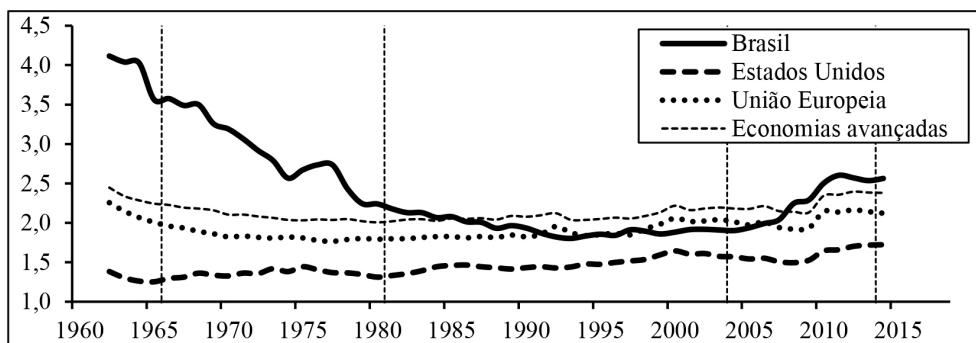


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipea (2020) e de Langoni (2005).

No que tange à estrutura econômica, os dados do FMI sobre a diversificação da pauta de exportações brasileiras em contraste com as economias consideradas avançadas mostram que o primeiro período de desenvolvimento observou uma significativa diferenciação do parque industrial nacional (Gráfico 18)⁸². Mesmo após esse período, a diversificação da pauta de exportação continuou a avançar, levando o Brasil a se equiparar à situação dos países que compõem a União Europeia.

82 O índice de diversificação das exportações, calculado pelo FMI, é um índice de Theil. Isso significa que, quanto mais próximo de zero for esse índice, mais diversificada será a pauta de exportação de uma nação.

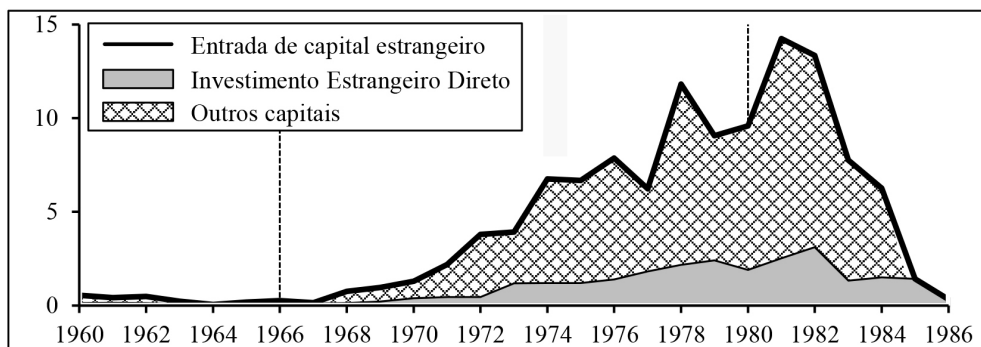
Gráfico 18 – Índice de diversificação das exportações



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020d).

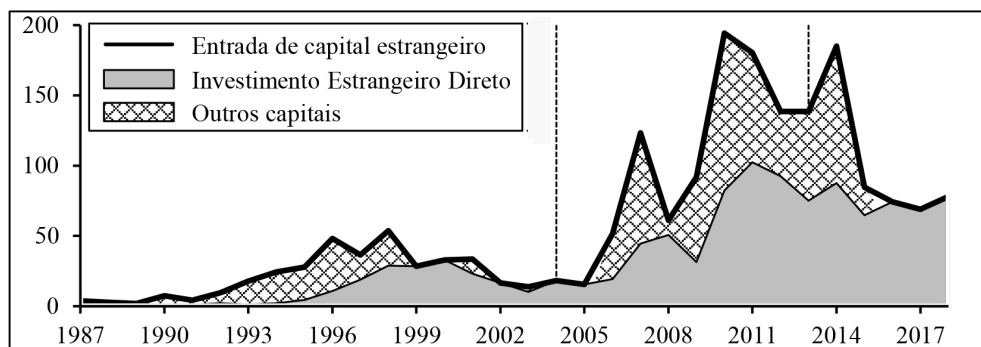
Entretanto, a partir de 1992, provavelmente como resultado da abertura econômica que teve princípio no governo Collor, esse processo de industrialização se estagnou completamente e, ao entrar no novo período de desenvolvimento, iniciou-se o que tem sido chamado pela literatura econômica atual como o fenômeno da reprimarização da economia brasileira. Dado esse efeito contrário no sentido da diversificação produtiva, há que se discutir até que ponto esse segundo período deve ser tratado como um novo momento do “desenvolvimento econômico” brasileiro. De todo modo, em ambos os momentos há uma ampliação da acumulação capitalista, expressa pela elevação do PIB *per capita*, o que deve ser suficiente para os efeitos desta investigação.

Gráfico 19 – Entrada anual de capital estrangeiro no Brasil
de 1960 a 1986 (US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central do Brasil (2020a).

Gráfico 20 – Entrada anual de capital estrangeiro no Brasil
de 1987 a 2018 (US\$ bilhões)



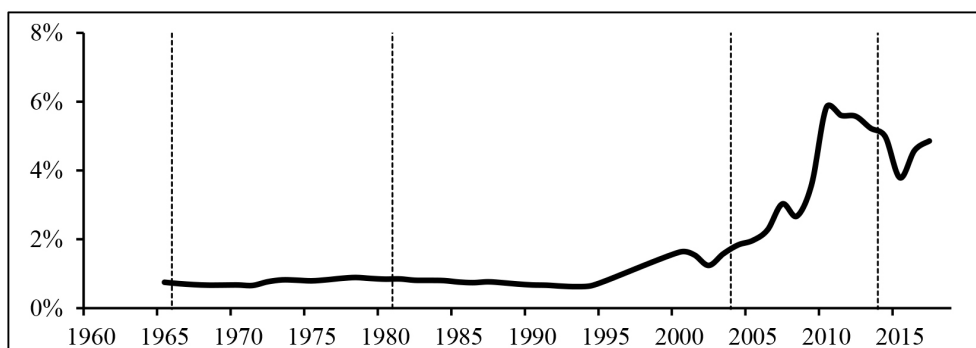
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central do Brasil (2020a).

Para averiguar em que medida esses períodos são consequência e causa da relação de dependência, deve-se observar o papel exercido pelo capital estrangeiro em cada um deles. Os gráficos 19 e 20 apresentam a entrada anual de capital estrangeiro para os dois períodos de desenvolvimento analisados. Ambos os períodos foram marcados por uma expressiva entrada de capital estrangeiro em comparação aos momentos anteriores. Contudo, entre 1966 e 1980, a entrada de IED em proporção ao capital estrangeiro total foi menos significativa do que a observada entre 2004 e 2014. Por outro

lado, pode-se observar que um expressivo influxo de IED antecedeu o último período de desenvolvimento, um influxo que não teve qualquer efeito em termos de ampliação da acumulação ou diversificação da estrutura produtiva, mas que ressalta a importância do capital estrangeiro para a etapa de crescimento econômico que se seguiu.

De modo geral, tais informações sugerem que o período mais recente da economia brasileira talvez seja um momento de maior subordinação econômica ao capital internacional, o que poderia ajudar a explicar o processo de reprimarização em curso. Essa avaliação é reforçada pela análise da participação do investimento estrangeiro direto na formação bruta de capital fixo no Brasil (Gráfico 21), mesmo tendo em vista que essa forma de mensurar a subordinação econômica direta subestima o real controle do capital estrangeiro sobre os ativos nacionais, pois ignora os processos de alavancagem. A partir da massiva entrada de investimento estrangeiro que antecede o segundo período de desenvolvimento, a participação estrangeira na formação bruta de capital fixo evidencia uma ampliação dos efeitos resultantes do deslocamento dos centros de decisão para o exterior em comparação ao período de 1966 a 1980.

Gráfico 21 – Participação estrangeira no estoque de capital fixo do Brasil

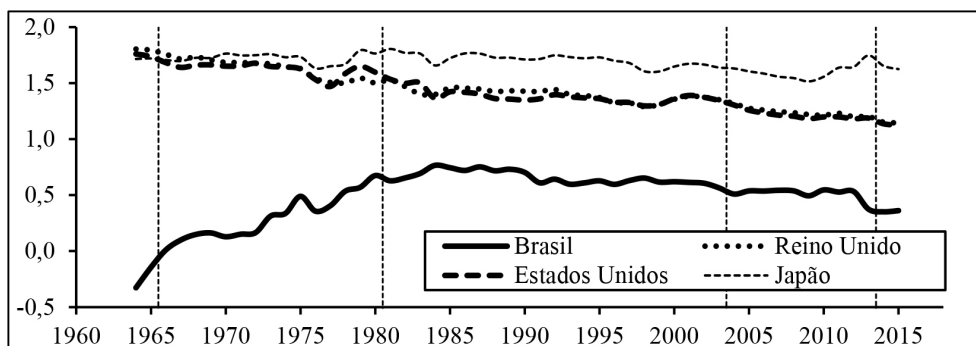


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central do Brasil (2020a, 2020b) e de Feenstra, Inklaar e Timmer (2015).

Além dessa subordinação direta, os efeitos no âmbito da concorrência internacional também devem ser avaliados, isto é, a subordinação econômica indireta. Nesse aspecto, é possível perceber que, enquanto o primeiro período de desenvolvimento analisado apresentou ganhos consideráveis (porém limitados) de

capacidade competitiva, o momento atual tem sido marcado por sua redução. O índice de complexidade econômica, que mensura a habilidade de cada economia em manter o monopólio sobre sua produção, apresentou uma evolução significativa entre o período de 1966 a 1980. Contudo, desde o início da década de 1990, o Brasil tem acompanhado a tendência de queda apresentada por quase todos os países do mundo, mantendo-se afastado de nações como Estados Unidos, Reino Unido e Japão (Gráfico 22). Isso significa que o Brasil não só tem falhado em se infiltrar nos ramos produtivos das nações dominantes, como também não tem tido sucesso em manter os monopólios que atualmente controla.

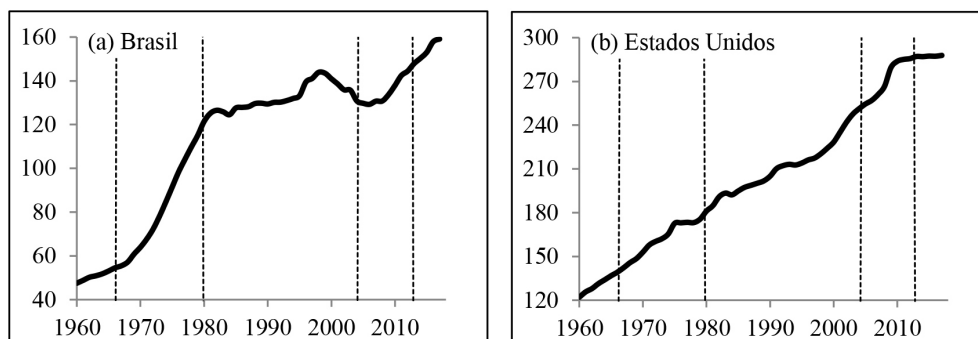
Gráfico 22 – Índice de complexidade econômica – países selecionados



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Simões e Hidalgo (2011).

Com relação à composição do capital – que, por um lado, expressa a evolução da produtividade em uma região e, por outro, é influenciada pela capacidade da nação em se especializar nas etapas da produção de maior requisito tecnológico –, é notável que no primeiro período de desenvolvimento a relação capital/trabalho apresentou uma taxa de crescimento considerável (Gráfico 23), superior até mesmo à dos EUA. Após a estagnação que se seguiu na década de 1980, a trajetória de alta só foi resgatada a partir de 2004, em um patamar, contudo, que não permitiu uma aproximação aos níveis observados entre os concorrentes norte-americanos.

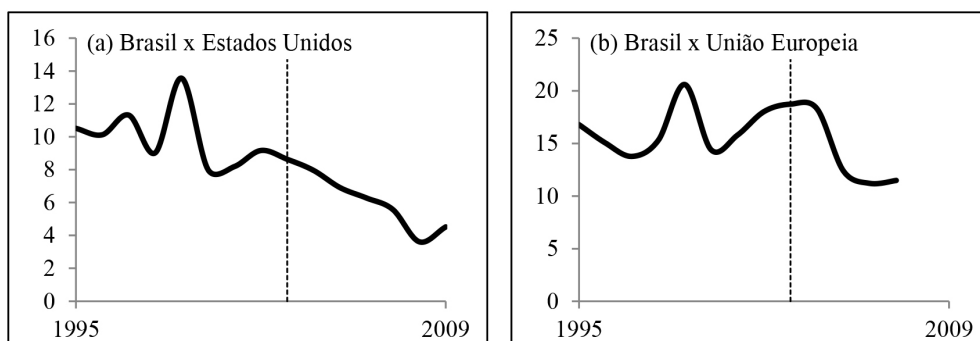
Gráfico 23 – Evolução da relação capital/trabalho média no Brasil e nos Estados Unidos (US\$ mil de 2018)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Feenstra, Inklaar e Timmer (2015).

Para o período mais recente, também é possível observar a evolução da razão entre a composição orgânica do capital das mercadorias importadas e das exportadas do Brasil em relação tanto aos Estados Unidos como aos países pertencentes à União Europeia. Nesse quesito, o capital brasileiro conseguiu melhorar consideravelmente sua posição: enquanto a composição orgânica das mercadorias importadas proveniente dos Estados Unidos era cerca de nove vezes mais elevada do que a das mercadorias exportadas pelo Brasil para aquela nação em 2003, essa diferença se reduziu para pouco mais de 4,5 vezes em 2009; e com relação aos países da União Europeia, esse número passou de 18 para 11,5 vezes (Gráfico 24). Há que se considerar que, a despeito de a redução observada ser significativa, a diferença entre as composições orgânicas ainda é muito elevada e tem se ampliado em termos absolutos, de modo a colocar em xeque a capacidade do país em manter essa trajetória.

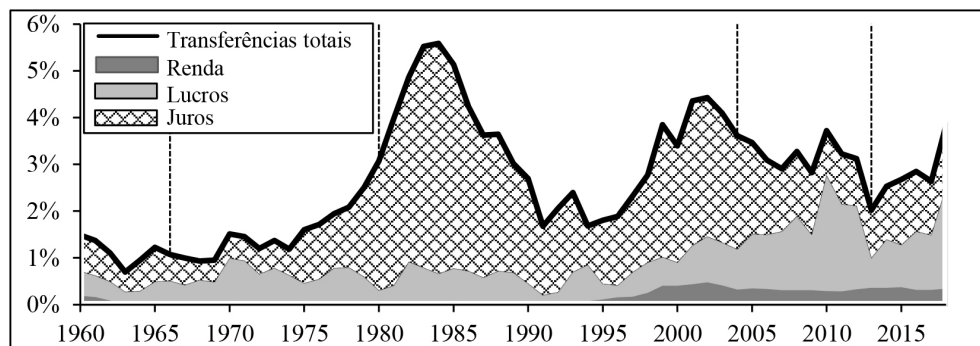
Gráfico 24 – Razão entre a composição orgânica média das mercadorias importadas e exportadas pelo Brasil



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

De qualquer forma, pode-se concluir que ambos os períodos de desenvolvimento não foram bem-sucedidos na tarefa de criar as condições para a superação da relação de subordinação econômica direta e indireta mantida pelo Brasil em relação tanto aos Estados Unidos quanto à União Europeia. O resultado desse desenvolvimento dependente consiste em uma contínua transferência do mais-valor gerado na economia brasileira para o exterior. O Gráfico 25 sintetiza as informações relativas às remessas de juros, lucros e renda diferencial e absoluta para o período analisado.

Gráfico 25 – Apropriação pelo capital internacional de mais-valor gerado no Brasil (em % do PIB)

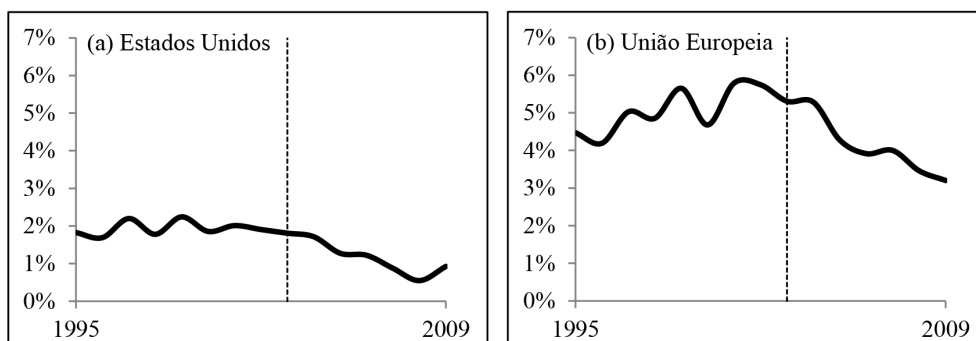


Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central do Brasil (2020a).

Chamam a atenção dois períodos de massiva transferência de recursos na forma de juros. O primeiro parece ser resultado da crise da dívida externa, que acometeu grande parte das economias periféricas no correr da década de 1980; e o segundo aparenta ter relação com a crise cambial que atingiu a economia brasileira em 1999. Deixando de lado tais fenômenos, constata-se que o desenvolvimento econômico brasileiro não foi capaz de reverter as transferências de mais-valor ao exterior. Além disso, é interessante notar que o período atual de desenvolvimento está sendo marcado por uma ampliação do envio de lucros e pelo surgimento de um fluxo de renda resultante da crescente importância da propriedade intelectual nas relações econômicas internacionais.

Com relação às horas de trabalho transferidas sem equivalente do Brasil para os Estados Unidos e União Europeia via comércio internacional, houve uma redução considerável no período de desenvolvimento mais recente (Gráfico 26) – comportamento condizente com a variação da relação entre as composições orgânicas dos produtos exportados e importados, analisada anteriormente. Contudo o Brasil ainda parece distante de superar suas desvantagens nas trocas e alcançar-se a uma relação de interdependência com essas duas regiões.

Gráfico 26 – Horas de trabalho transferidas do Brasil para os Estados Unidos e União Europeia via comércio internacional (em % das horas trabalhadas nos setores produtivos)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Embora a presente análise tenha um caráter apenas ilustrativo, ela congrega um conjunto de informações que sugerem: a) que o desenvolvimento observado pelo Brasil

nos períodos de 1966 a 1980 e 2004 a 2012 parece ter sido impulsionado, principalmente no último caso, pelas relações do país com o capital estrangeiro; b) e que tal desenvolvimento não foi capaz de superar a própria relação de dependência da qual foi fruto.

Em outras palavras, a vinculação de uma economia dependente com outra dominante é capaz de trazer desenvolvimento para a primeira, mas apenas um desenvolvimento que reforça a dependência – um desenvolvimento dependente. Por isso, essa vinculação é apenas uma forma aparente da dependência, uma forma que lhe faz aparecer como o contrário do que realmente é. Não é capital estrangeiro que traz desenvolvimento para a economia periférica; é a exploração desta que permite o contínuo crescimento daquele.



PARTE III



Dependência e mais-valor

No mercado mundial, a dependência econômica é uma relação que se estabelece entre duas regiões capitalistas, afinal, como ressalta Cardoso (1973, p. 128), “até por entendimento semântico, quem depende, depende de algo”. Não se trata de definir um capitalismo de tipo dependente que existe ao lado de um capitalismo de tipo imperialista, pois uma nação que se subordina a outra pode ser o polo dominante em relação a uma terceira. Contudo é possível que nações que apareçam recorrentemente no polo dependente apresentem características que as distingam das demais. Por exemplo, observações que remontam aos primeiros teóricos da dependência e continuam válidas para os dias de hoje apontam para o fato de que os salários tendem a ser mais baixos e a jornada tende a ser mais elevada nas nações periféricas.

Diante disso, cabe averiguar duas questões: primeiro, há algum tipo de tendência a ampliar a distância entre a taxa de exploração do polo dominante em relação ao polo dependente? Segundo, existem formas de ampliar a taxa de exploração, tal como aquelas que causam superexploração, que são exclusivas ou mais recorrentes conforme o modo de inserção de cada país na economia mundial?

Para colaborar com a resposta a essas questões, este capítulo apresenta uma análise a partir dos dados das matrizes insumo-produto multirregionais levantados por Timmer e colaboradores (2015), sobre os quais foi aplicada a metodologia para o cálculo dos valores delineada por Franklin e colaboradores (2022). Os dados da Tabela 31 sintetizam as informações necessárias para o cálculo da taxa de exploração dessas regiões e apresentam, também, o salário nominal em dólares,

que, a despeito de não ser uma medida adequada para expressar as diferenças reais entre os salários de cada região, expressa o custo dessa mão de obra para o capital internacional. As nações com taxas de exploração mais elevadas e salários nominais mais baixos são aquelas que aparecem na posição de dependentes em relação aos países com menor taxa de exploração.

Todavia tanto os Estados Unidos quanto o Japão apresentam taxas de exploração comparáveis às de nações como Índia, Indonésia e Rússia. Uma parte dessa aproximação se justifica pelo fato de que os trabalhadores desses últimos países dependem sua renda em produtos que têm muito mais trabalho em relação ao preço do que aqueles consumidos pelos trabalhadores estadunidenses e japoneses⁸³. Já a jornada de trabalho é significativamente mais elevada nos dois primeiros países do que, por exemplo, na Indonésia e na Rússia.

83 É o caso, por exemplo, da Índia. Cerca de 50 % da renda de um trabalhador indiano são gastos com a aquisição de produtos agropecuários provenientes do mercado nacional. Tais produtos são vendidos por um preço muito abaixo de seus valores, resultando em uma transferência de valor (horas trabalhadas) em favor da classe trabalhadora daquele país e permitindo que os salários nominais sejam extremamente baixos. É assim que o pauperismo do setor agrícola indiano se converte no lucro dos magnatas do capital.

Tabela 31 – Jornada e valor da força de trabalho dos setores produtivos para o ano de 2009 (em horas de trabalho anuais)

País/região	Jornada de trabalho	Valor da força de trabalho	Mais-valor	Taxa de exploração	Salário nominal (US\$)
México	2.151	391	1.761	451 %	7.083
Brasil	2.007	472	1.534	325 %	8.489
China	1.964	592	1.372	232 %	2.726
Turquia	1.881	871	1.010	116 %	11.619
Indonésia	1.365	657	708	108 %	3.417
Índia	2.333	1.133	1.200	106 %	1.415
Rússia	1.663	834	829	99 %	6.178
Japão	1.927	978	949	97 %	49.319
Estados Unidos	1.949	990	959	97 %	55.601
Coreia do Sul	2.288	1.295	993	77 %	31.120
Austrália	1.859	1.115	744	67 %	47.814
Canadá	1.778	1.225	553	45 %	53.356
União Europeia	1.554	1.074	479	45 %	43.748

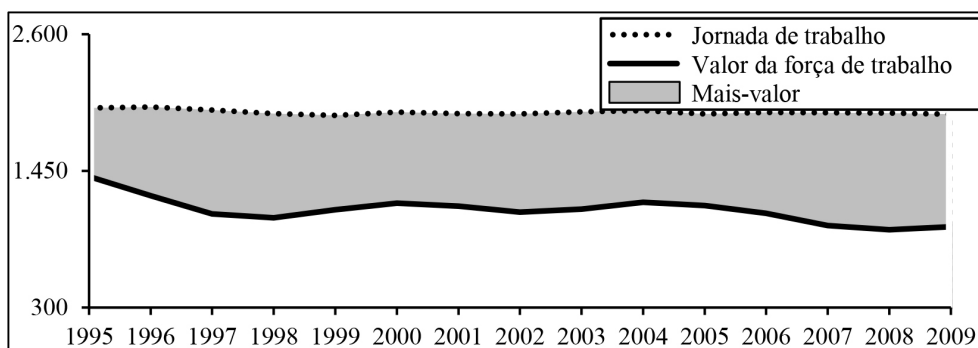
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

O fato de as taxas de exploração serem mais altas nas nações dependentes levanta a questão: qual a causa dessa exploração mais elevada? Haveria alguma tendência nesses países de aumentar a taxa de exploração enquanto as regiões dominantes a reduzem? Além disso, haveria a prevalência de alguma forma particular de elevar a taxa de exploração na periferia? Uma investigação a partir das variações dessas taxas para o período de 1995 a 2009 pode lançar luz sobre esse debate.

Dentro da amostra analisada, apenas dois países apresentaram elevação na taxa de exploração nesse período: Japão e China. O Japão – país que normalmente assume a posição de dominante perante os demais do estudo em questão – foi o que apresentou a maior variação nesse período: a taxa de exploração na economia japonesa passou de 41 % em 1995 para 97 % em 2009. O Gráfico 27 ilustra o comportamento da jornada de trabalho e do valor da força de trabalho nessa nação e revela que, mesmo diante de uma redução de cerca de 3 % na extensão da jornada

de trabalho média nesse período, a taxa de exploração se ampliou como consequência de uma queda de 30 % no valor da força de trabalho. Trata-se, portanto, de uma ampliação relativa do mais-valor (isto é, mais-valor relativo).

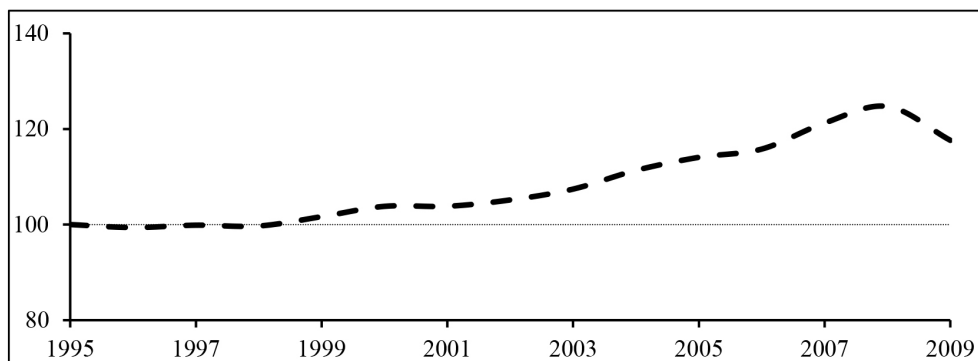
Gráfico 27 – Evolução da taxa de exploração média nos setores produtivos do Japão (em horas anuais por trabalhador)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

A questão que se coloca agora é a seguinte: teria o valor da força de trabalho decaído como consequência de uma redução sistemática dos salários, ou esse movimento seria consequência de uma redução no valor das mercadorias consumidas pelos trabalhadores? A resposta para essa questão pode ser obtida observando-se o comportamento do salário real nesse período, apresentado no Gráfico 28 a seguir. Fica claro que, apesar de o salário médio nominal no Japão ter observado um comportamento descendente, os salários reais apresentam uma evidente trajetória de elevação nesse mesmo período, o que permite descartar a hipótese de que a ampliação da exploração tenha resultado em algum ganho de superexploração. Afinal, uma ampliação do consumo concomitantemente a uma redução da jornada não é compatível com a hipótese do pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho.

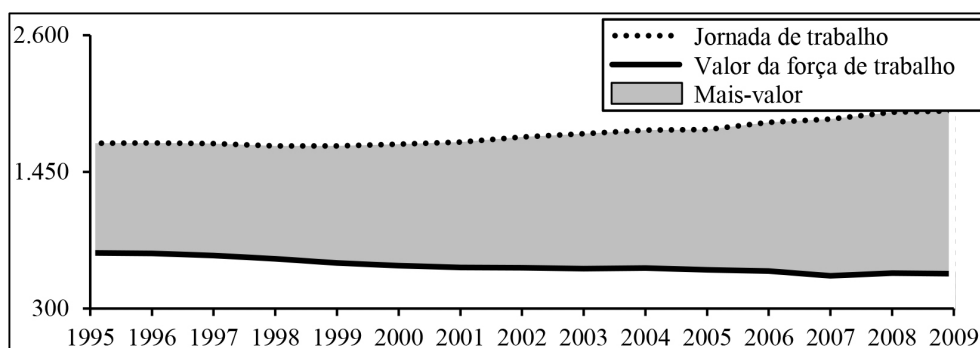
Gráfico 28 – Evolução do salário real médio nos setores produtivos do Japão (1995 = 100)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

A análise do caso chinês apresenta um cenário diferente. O Gráfico 29 mostra que a taxa de exploração observada nessa nação se ampliou tanto pela via absoluta (extensão da jornada de trabalho na ordem de 16 %) como pela relativa (redução de 23 % do valor da força de trabalho). Esse cenário torna a avaliação sobre as causas dessa elevação algo mais complexo.

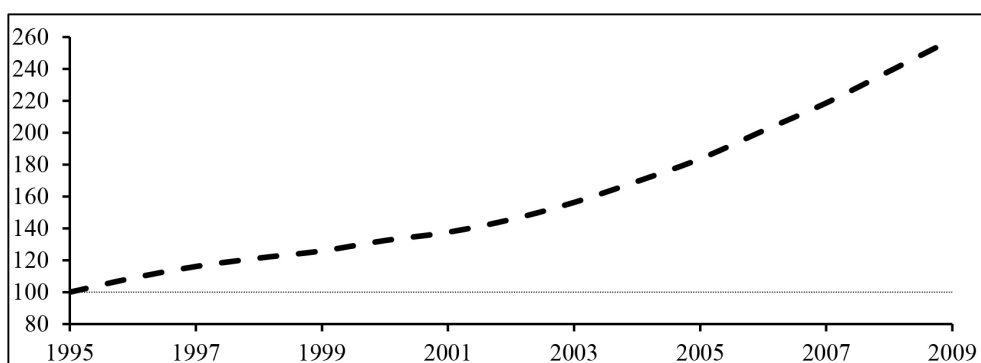
Gráfico 29 – Evolução da taxa de exploração média nos setores produtivos da China (em horas anuais por trabalhador)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Por um lado, mesmo observando que houve um notável aumento do nível de salário real nesse período (Gráfico 30) – o que deixa claro que a redução do valor da força de trabalho não implicou uma diminuição do nível de consumo da população, tendo, ao contrário, permitido uma ampliação dele –, é possível que esse aumento não tenha sido suficiente para fazer frente a um possível maior desgaste do trabalhador resultante das jornadas mais elevadas.

Gráfico 30 – Evolução do salário real médio nos setores produtivos da China (1995 = 100)



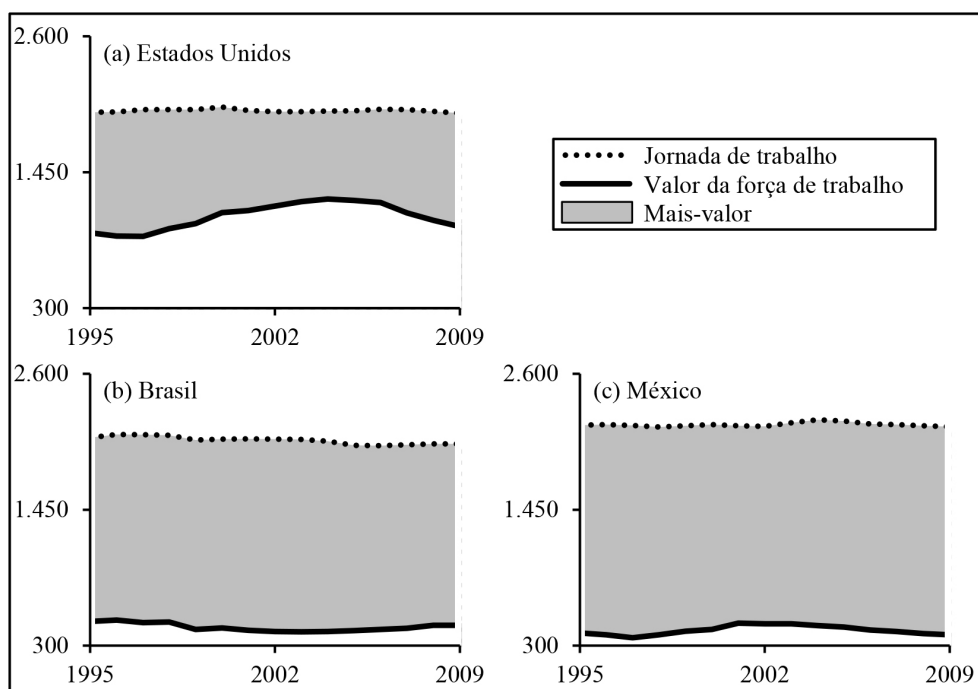
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Para saber se esse processo de ampliação da taxa de exploração resultou em algum efeito de superexploração, é preciso contrastar tais informações com dados sobre a qualidade de vida da população chinesa. Como um indicativo preliminar, os dados sobre a expectativa de vida ao nascer na China mostram uma ampliação de 70,3 anos em 1995 para 74,7 em 2009, uma elevação de 6,3 % nesse período de quinze anos. Para servir de parâmetro, o desempenho apresentado pelo Japão para o mesmo período foi de 4,3 %, passando de 79,5 anos em 1995 para 82,9 em 2009. O fato de a elevação da expectativa de vida da população chinesa ser compatível com padrões internacionais sugere que qualquer impacto da elevação da jornada de trabalho no valor da força de trabalho tenha sido anulado pela ampliação da cesta de consumo da classe trabalhadora. Além disso, cabe destacar que, mesmo tendo apresentado a

maior elevação da jornada entre os países observados⁸⁴, a China apresentou uma jornada média em 2009 no mesmo patamar de países como Estados Unidos e Brasil, e muito inferior a países como Índia, Coreia do Sul e México (Tabela 31).

Com relação aos demais países da amostra, a maioria deles não apresentou uma variação significativa em sua taxa de exploração. É o caso, por exemplo, de nações como Estados Unidos, Brasil e México, retratadas no Gráfico 31.

Gráfico 31 – Evolução da taxa de exploração média nos setores produtivos
– países selecionados (em horas anuais por trabalhador)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

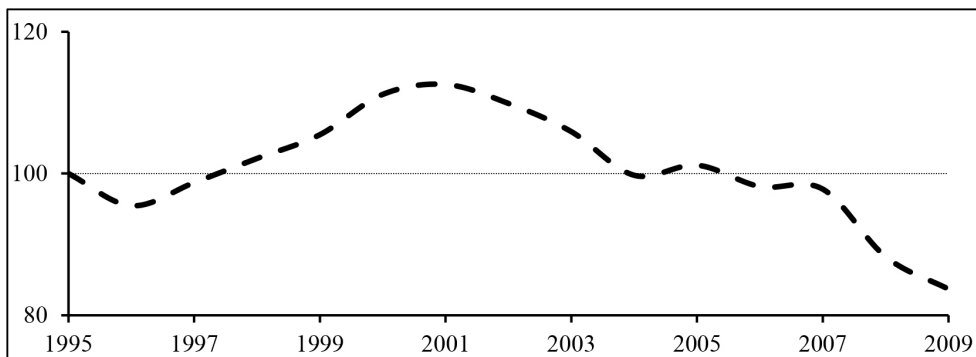
A situação dos Estados Unidos se diferencia da dos outros dois países listados pelo fato de o valor da força de trabalho ter apresentado significativa flutuação

84 Na Índia, único outro país que apresentou uma elevação da jornada de trabalho nesse mesmo período, tal ampliação foi na magnitude de 1,6 %.

nesse período. Contudo o movimento descendente, que se inicia em 2005 e acelera a partir de 2007, fez os EUA retornarem ao patamar de 1995.

O México é outro caso que merece atenção especial, pelo fato de ter sido o único entre os países analisados em que se observa uma redução do salário real com relação ao nível apresentado em 1995, como pode ser visto no Gráfico 32. A partir de 2001, tem início uma trajetória de queda do valor da força de trabalho, que é acompanhada de uma redução do nível de consumo da classe trabalhadora. Esse efeito, aparentemente acelerado pela crise financeira de 2008 deflagrada nos Estados Unidos, pode indicar uma ocorrência momentânea de salários pagos abaixo do valor da força de trabalho.

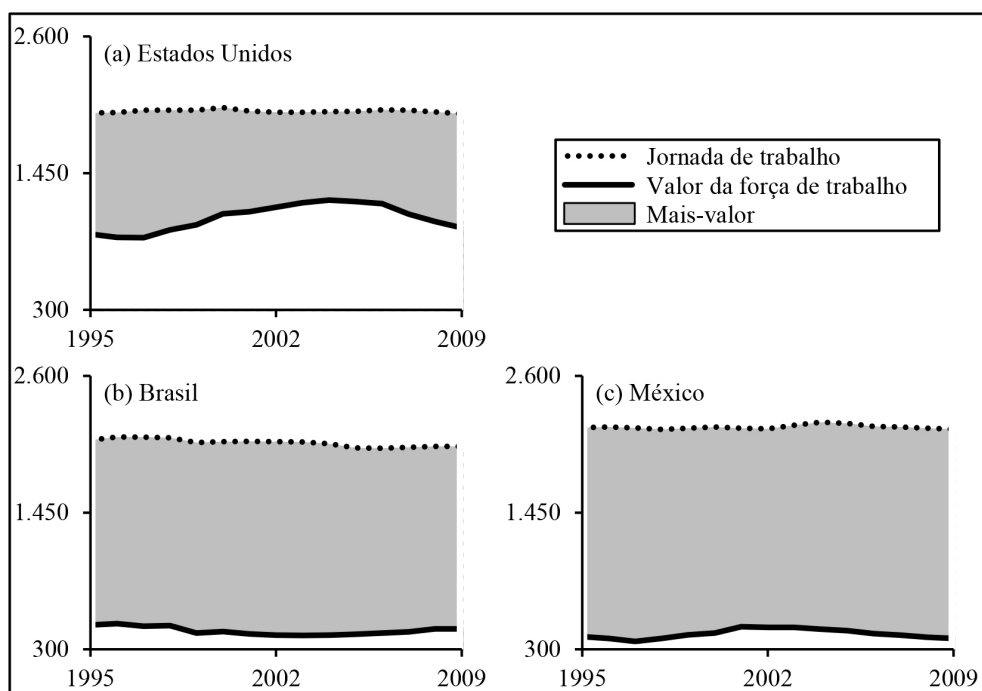
Gráfico 32 – Evolução do salário real médio nos setores produtivos do México (1995 = 100)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

Por fim, há os casos daquelas regiões que apresentaram reduções significativas na taxa de exploração, tais como Rússia, Canadá e Indonésia. Os dados expressos no Gráfico 33 mostram que, tanto para a Rússia quanto para o Canadá, a redução da taxa de exploração foi influenciada principalmente pela elevação do valor da força de trabalho (29 % e 23 %, respectivamente), embora também tenham apresentado uma redução da jornada de trabalho na ordem de 11 % e 3 %. A Indonésia, por sua vez, foi marcada por grande flutuação da extensão da jornada de trabalho. Talvez influenciada pela crise financeira asiática de 1997, houve uma elevação da jornada nos setores produtivos, que se reverteu significativamente a partir de 2005, levando o país a apresentar a menor jornada entre os países do grupo analisado.

Gráfico 33 – Evolução da taxa de exploração média nos setores produtivos
– países selecionados (em horas anuais por trabalhador)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Timmer e colaboradores (2015).

A conclusão que pode ser alcançada por essa breve análise é de que, apesar de as nações dependentes tenderem a apresentar taxas de exploração maiores do que os países dominantes, não foi possível traçar uma conexão entre as variações da jornada e do valor da força de trabalho com a forma da relação que o país mantém com o exterior. Foram observados casos de elevação da taxa de exploração em nações que se inserem tanto de forma dominante (como o Japão) quanto dependente (China). O mesmo pode ser dito com relação aos casos em que houve queda nessa taxa, como no Canadá e na Indonésia. Cabe destacar que só foi encontrada a possibilidade de ocorrência de superexploração no caso mexicano, enquanto nos demais países em que se observou um aumento da taxa de exploração houve a preponderância de um mais-valor relativo consequente da redução do valor da força de trabalho.

A questão com relação aos determinantes da taxa de exploração em cada região continua em aberto. A avaliação aqui apresentada se limita pelo tamanho da amostra e pelo curto período, mas um estudo mais abrangente pode auxiliar na obtenção de uma resposta. Ademais, se Marx estava certo ao sugerir que, por um lado, a extensão da jornada de trabalho é determinada pela luta de classes⁸⁵ e, por outro, o movimento da magnitude do valor da força de trabalho é influenciado tanto pela evolução das forças produtivas quanto pelas variações do exército industrial de reserva⁸⁶, um estudo futuro terá mais êxito se levar em conta o nível de organização da classe trabalhadora.

85 “[...] a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora” (MARX, 2013, p. 309).

86 Marx (2013, p. 712) afirma, por exemplo, ao analisar a lei geral da acumulação capitalista, que: “*grosso modo*, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial”.

Dependência, superação e outros caminhos

O desenvolvimento dependente é o caminho natural-espontâneo seguido pelas economias que se inserem de forma subordinada no mercado mundial. Tal constatação levanta a questão quanto à possibilidade de superação dessa relação de dependência e, ainda, quanto ao caminho a partir do qual essa superação pode se concretizar. Contudo, antes de refletir sobre esses problemas, a perspectiva marxista precisa responder uma questão ainda mais fundamental: a superação da dependência é *desejável*? Em outras palavras, ela é condição *necessária* para a superação da própria relação capitalista de produção?

Ao analisar os efeitos das políticas protecionistas, Karl Marx se posicionou contra a tentativa de acelerar “artificialmente” a implantação do modo de produção capitalista em regiões que se encontravam em processo de integração com o mercado mundial. Por um lado, tal posicionamento resulta da percepção de que tais políticas alinhavam-se aos interesses conservadores das classes dominantes dessas regiões, que buscavam, por meio da ação do Estado, realizar uma “acumulação primitiva” através da expropriação do proletariado, dos pequenos produtores agrícolas e artesãos, e da pequena burguesia local. Por outro lado, Marx acreditava também que essas práticas acabavam por retardar a consolidação do mercado mundial, atrasando a formação de uma sociedade humana universal e, como consequência, a tendência histórica da acumulação capitalista.

De um modo geral, a luta pela superação da dependência tem características similares ao protecionismo e nacionalismo criticado por Marx. Em primeiro lugar, é

preciso ter em mente que a luta contra a dependência não é, em si, uma luta revolucionária. Afinal, a dependência não é a causa da exploração entre classes que acontece no interior de uma nação, mas uma consequência dela. A despeito de se beneficiar das relações de dependência que estabelece com outras regiões por meio do mercado mundial, o modo de produção capitalista pode existir mesmo quando essa relação é substituída pela interdependência geral entre as nações.

Além disso, a superação da dependência não resulta necessariamente em uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. É claro que a classe capitalista das regiões dominantes se apropria de parte do trabalho não pago realizado pelos trabalhadores das nações dependentes. Entretanto, a ruptura da dependência não garante que esse valor passará a ser apropriado pelos próprios trabalhadores que o geram, podendo ser, por exemplo, absorvido pela burguesia nacional. A luta pelo “fortalecimento” da burguesia nacional não se reverte em benefício necessário para a classe trabalhadora das regiões dependentes. Antes o contrário: quanto mais organizada e estruturada é a classe capitalista nacional, maior sua capacidade de garantir seus interesses através da dinâmica da luta de classes que se desenvolve no interior de uma nação.

Por fim, a ruptura da dependência parece ter por efeito retardar a “tendência histórica da acumulação capitalista”. A relação de dependência/dominação reforça o processo de concentração e centralização de capital, processo esse que é apontado por Marx como fenômeno necessário para que a propriedade privada capitalista seja substituída pela propriedade coletiva dos meios de produção. Por um lado, a ruptura da dependência enseja a ampliação da concentração e centralização de capital na economia nacional outrora dependente, mas, por outro, a reduz em escala mundial, retardando a formação dos monopólios internacionais e o estabelecimento de um controle centralizado sobre a produção universalizada.

Contudo é comum observar no seio dos movimentos de trabalhadores de todo o mundo a reprodução de um discurso nacional-desenvolvimentista. Estariam esses grupos de classe reproduzindo uma ideologia que não representa verdadeiramente seus interesses? Ou teria Marx se equivocado em sua previsão sobre os caminhos da acumulação capitalista no mercado mundial? Ou – é preciso questionar – haveria o caráter conservador das políticas protecionistas ficado para trás na história?

É fato que o mercado mundial de hoje tem uma composição muito distinta daquele com o qual Marx se deparava. Enquanto esse autor discorria sobre liberdade

comercial entre economias dominadas por diferentes modos de produção – ou seja, entre nações capitalistas e não capitalistas –, vivemos uma época em que o mundo se consolidou como um único grande mercado. Salvo alguns casos pontuais, o modo de produção capitalista se apresenta atualmente como relação dominante em todas as regiões do mundo, de tal forma que a disputa entre os interesses nacionais e estrangeiros não consiste mais em uma oposição entre uma oligarquia conservadora e uma elite internacional cosmopolita, mas em uma mera concorrência entre capitalistas igualmente reacionários. Portanto, o proletariado de todo o mundo encontra-se envolvido em um mesmo processo de produção coletivo e universal a partir do qual se opõe a todo o capital existente.

Sendo assim, é preciso observar que a luta pela superação da dependência não causa o efeito de retardar a formação do mercado mundial – tal como as políticas protecionistas de períodos anteriores –, mas busca garantir que a região dependente se insira nele de forma diferente. E mais: essa inserção diferente, fruto de uma aceleração “artificial” do desenvolvimento econômico local, *pode* gerar resultados favoráveis para o processo de superação do próprio capitalismo em escala global por uma série de questões.

Primeiramente, a apropriação do mais-valor via mercado mundial resulta, para o capital localizado nas regiões dominantes, em efeito contrariante à tendência de queda da taxa de lucro. Assim, se por um lado a ruptura dessa relação pode fortalecer a burguesia nacional da periferia, por outro ela enfraquece o capital (por reduzir seus lucros) exatamente nos locais onde a classe trabalhadora tende a se encontrar mais organizada. Com isso, observar-se-ia um tensionamento da luta de classes nas regiões dominantes com um *possível* efeito positivo para os trabalhadores de todo o mundo.

Segundo, o desenvolvimento dependente amplia a capacidade das regiões dominantes, por meio da subordinação econômica direta e indireta, de influenciarem de modo unilateral na estrutura produtiva dos demais países do mundo. Ou seja, a dependência leva o controle coletivizado do processo produtivo a se concentrar espacialmente, legando às classes localizadas nas regiões beneficiadas um papel mais significativo na determinação das transformações materiais do capitalismo global. Nesse sentido, a superação da dependência é um caminho para uma distribuição mais equânime do controle sobre a produção coletivizada entre os diversos povos que compõem a sociedade humana universal, sem resultar em uma redução da integração internacional desse processo de produção.

Em terceiro lugar, deve-se levar em consideração os efeitos que a aceleração da acumulação capitalista nas regiões dependentes traria para o grau de organização da classe trabalhadora local. Para um dado nível de desenvolvimento tecnológico, observa-se em geral que uma ampliação da composição orgânica do capital a partir de um determinado momento deve ser acompanhada por uma elevação da qualificação da força de trabalho. Na medida em que esses trabalhadores se tornam mais qualificados e mais organizados para atender às demandas do próprio capital, amplia-se também a capacidade de mobilização dessa classe para agir em prol de seus próprios interesses. No entanto, é preciso ressaltar que não há um determinismo que relacione o grau de organização da classe trabalhadora e o nível de desenvolvimento da acumulação capitalista. Cabe, portanto, ao próprio movimento dos trabalhadores o papel de converter o desenvolvimento econômico em uma maior capacidade de luta contra a burguesia nacional, garantindo que esse desenvolvimento seja acompanhado de melhorias para a qualidade de vida dessa classe.

Além dos possíveis benefícios, é preciso ponderar que ignorar a problemática da dependência pode ter consequências desastrosas para a luta revolucionária. Não se trata de resgatar uma leitura etapista do marxismo, que diz que desenvolvimento econômico é condição objetiva para a realização de uma revolução comunista em alguma localidade. As experiências de países como Cuba, China e Vietnã são emblemáticas para contrariar tal reducionismo etapista e demonstrar como passos consistentes podem ser dados em direção ao comunismo mesmo em sociedades altamente dependentes de capital estrangeiro. Mas essas experiências mostram também que uma ruptura revolucionária do capitalismo não acaba com a dependência de forma automática, e que a mera coletivização dos meios de produção não resulta em um imediato desenvolvimento econômico.

Por isso, enquanto o mercado mundial for hegemonicamente dominado pelo modo de produção capitalista, sempre existirá a possibilidade de uma região dependente (seja qual for seu modo de produção dominante) transferir valor para as potências capitalistas dominantes. Ao subestimar o poder crescente da subordinação econômica que a continuidade da dependência enseja e os efeitos negativos que o processo de vinculação gera sobre as trajetórias de crescimento, pode-se acabar por abrir caminho à pressão do capital internacional no intuito de promover a “abertura” dos mercados e o retorno das relações capitalistas de produção.

Portanto, o desenvolvimento econômico nacional constitui um passo estratégico para a luta revolucionária de caráter internacionalista. Todavia seria a superação da dependência *possível* ainda dentro dos marcos do capitalismo? A teoria econômica burguesa, que por motivos óbvios não reconhece a existência da dependência, afirma que é possível para qualquer nação do mundo alcançar o desenvolvimento econômico observado nas economias mais ricas. Para isso, dizem esses teóricos, seria necessário replicar a estrutura política liberal que teria supostamente dado origem ao desenvolvimento destas.

Como uma forma de combater essa ideologia liberal e demonstrar que tais práticas por parte das regiões dependentes trariam benefícios apenas para as nações dominantes, os teóricos da dependência acabaram por construir uma espécie de mito sobre uma forma de industrialização originária que se opõe à industrialização dependente. Nesse mito, as regiões imperialistas teriam conseguido alcançar o grau atual de desenvolvimento como consequência de uma condição histórica única, que não pode ser repetida pelas nações atualmente dependentes. Essa condição seria, em resumo, o fato de que aquelas economias só conseguiram se industrializar por contarem com a exploração das regiões periféricas, como, por exemplo, a América Latina. Como consequência, a própria América Latina não poderia nunca se alçar ao *status* de região desenvolvida, pois lhe faltará sempre uma outra América Latina que lhe sirva de degrau, permitindo o fim da superexploração e a criação de uma estrutura industrial autossustentável e voltada para o mercado interno⁸⁷.

O desenvolvimento histórico do capitalismo teria, então, resultado em duas estruturas econômicas distintas, cada uma com uma funcionalidade no mercado mundial e um modo de funcionamento diferente. Primeiro, haveria o centro desenvolvido, responsável pela produção de meios de produção e produtos de luxo e pautado na exploração de seus trabalhadores, mas uma exploração mais branda por ser resultado de um mais-valor relativo. Segundo, haveria a periferia dependente, que, a despeito de industrializada, se especializa na produção de matéria-prima e bens-salários e é pautada na lógica da superexploração do trabalho, uma exploração verdadeiramente cruel.

87 A forma mais acabada desse mito é apresentada por Marini (1981).

Assim, uma vez que a superexploração passa a ser compreendida como a essência do capitalismo *sui generis*, próprio das nações periféricas, o único capitalismo ali possível, a solução tanto para a dependência como para essa superexploração seria a superação do próprio capitalismo. A luta revolucionária socialista imediata seria, portanto, o único caminho capaz de gerar algum benefício para os trabalhadores dessas regiões.

Desse mito sobre a industrialização originária e da hipótese sobre a impossibilidade de superação da dependência dentro dos marcos do capitalismo resultam dois problemas. Primeiro, a determinação da necessidade da revolução não deve resultar de uma observação unicamente dos processos econômicos, mas da análise tanto dos fatores objetivos – relacionados com o limite alcançado pelo atual processo de acumulação – quanto dos subjetivos – o grau de conscientização e organização dos movimentos dos trabalhadores. Partindo-se da análise puramente econômica, corre-se o risco de incorrer em um voluntarismo infrutífero ou em uma inação motivada pela impossibilidade da tarefa que se propõe, e ambos os comportamentos são prejudiciais para a construção de uma via revolucionária.

Enquanto as condições para a revolução não estiverem dadas, cabe ao próprio proletariado agir no sentido de construí-las. Tal processo passa pela luta em prol de ganhos econômicos para a classe trabalhadora (isto é, redução da jornada e ampliação dos salários), ganhos que sejam capazes tanto de ampliar o grau de organização da classe quanto de demonstrar às massas o poder da ação prática (práxis). Nesse sentido, a luta pelo que se convencionou chamar de reformas constitui-se em um caminho tático, que deve ser perseguido como meio de se alcançar a própria revolução. Nesse ponto, vale resgatar algumas palavras de Rosa Luxemburgo (2003, p. 17) em seu famoso texto *Reforma ou revolução?*, no qual argumenta:

A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui [...] o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado.

O segundo problema derivado desse mito é sua falta de aderência à realidade. Como aponta Katz (2011), os autores da dependência teimam em ignorar os seguidos exemplos históricos de nações que superaram a condição dependente. Mesmo

após a Segunda Guerra Mundial, é possível observar vários casos de regiões que alcançaram o *status* de desenvolvidos dentro dos marcos do próprio capitalismo – como, por exemplo, Singapura, Taiwan, Hong Kong, Macau e Coreia do Sul.

Logo, conclui-se que a superação da relação de dependência é ao mesmo tempo necessária dentro de uma estratégia revolucionária e possível dentro dos marcos do próprio capitalismo. Resta descobrir, então, *como* essa superação pode ser alcançada. Uma vez que o caminho natural-espontâneo seguido pelas economias envolvidas em fortes relações de dependência leva a um tipo de desenvolvimento dependente, a superação dessa condição deve resultar de uma atitude deliberada e consciente. Para pôr fim à dependência, é necessário, portanto, adotar políticas que contrariem a lógica do mercado, com o intuito explícito de desenvolver as forças produtivas do trabalho e do capital.

Desse modo, é um objetivo do estudo sobre a dependência construir, por meio da análise sobre a inserção econômica de cada região no mercado mundial, propostas de ação para a transformação da realidade dependente, tomando como exemplo as experiências históricas das localidades que lograram alcançar o desenvolvimento econômico com interdependência, mas sem perder de vista as peculiaridades de cada sociedade.

Estudos empíricos que busquem avaliar a dinâmica das relações de dependência, pautados em métodos como os expostos no presente livro, podem contribuir para a consecução desse objetivo. Mas há ainda muitas questões sobre as relações de dependência no mercado mundial que merecem reflexão.

Por exemplo, as relações que foram objeto de análise aqui se circunscrevem aos aspectos econômicos da relação de dependência, isto é, são os elementos constitutivos da estrutura material dessas relações. Porém a análise da dependência só se completa com a análise da superestrutura dependente, de modo que há uma série de questões relacionadas com seus aspectos culturais, sociais, político-jurídicos etc. que devem ser estudadas.

Quando o vínculo dependente se estabelece entre duas regiões, não é só o destino econômico das duas que parece estar ligado, mas também seu próprio desenvolvimento cultural. A impressão marcada no próprio senso comum da população que vive a dependência já traz em si as determinações econômicas aqui descritas, pois, como diz Marx (1982, p. 25), “o modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual”. Da estrutura dependente se

depreende uma superestrutura também dependente. As expressões culturais, artísticas, sociais e políticas de uma nação trarão a marca de seus dominadores. A análise da relação de dependência deve, também, ser capaz de traçar essa origem.

Outro exemplo da complexidade que as relações econômicas apresentam em suas formas concretas no mercado mundial consiste nas relações de natureza oposta que uma mesma economia pode estabelecer com regiões distintas. Algumas nações, ao mesmo tempo que aparecem como dependentes em relação a um determinado país, mostram-se como dominantes em relação a outros, constituindo uma complexa rede de exploração através do mercado mundial.

André Gunder Frank (1967) foi o primeiro a descrever essa estrutura, no artigo que lançou as bases do debate que deu origem à teoria da dependência. O autor descreveu o mercado mundial como uma constelação de economias, formada por um conjunto de metrópoles circundadas por economias satélites, que, por sua vez, se mostram como metrópoles de outros conjuntos de satélites, e assim por diante. Desse modo, “cada um dos satélites [...] serve como instrumento para extrair capitais ou excedentes econômicos de seus próprios satélites e encaminhar parte destes excedentes para a metrópole estrangeira da qual todos são satélites” (FRANK, 1967, p. 162).

Por vezes, esse fenômeno de exploração encadeada tem sido tratado na literatura marxista sob o rótulo de semiperiferia ou subimperialismo. Mas seus mecanismos ainda não foram plenamente esclarecidos. Como as regiões semiperiféricas desempenham seu papel de ponte para a passagem do mais-valor extraído de regiões ainda mais periféricas? Quais os efeitos dessa transferência para o desenvolvimento dependente?

Essas e outras questões merecem receber uma maior atenção por parte da teoria da dependência. É claro que o intuito deste livro não foi o de esgotar essa temática, mas apenas o de apresentar uma contribuição para esse campo da teoria marxista que ainda permanece em aberto.

Referências

ALBA, Víctor. **Los subamericanos**. Ciudad de México: Costa-Amic, 1964.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2015.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Ciudad de México: Era, 1978.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Balanço de pagamentos**. Brasília, 2020a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Censo de capitais brasileiros no exterior**. Brasília, 2015a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Censo de capitais estrangeiros**. Brasília, 2015b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Posição do investimento direto**. Brasília, 2020b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série histórica dos fluxos de investimento direto**: distribuições por país ou por setor. Brasília, 2015c.

BARAN, Paul Alexander. **Economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BETTELHEIM, Charles. Comentários teóricos de Charles Bettelheim. *In*: EMMA-NUEL, Arghiri. **A troca desigual**. Lisboa: Estampa, 1973. v. II, p. 25-80.

BETTELHEIM, Charles. Troca internacional e desenvolvimento regional. *In*: PALLOIX, Christian *et al.* **Imperialismo e comércio internacional**: a troca desigual. São Paulo: Global, 1981. p. 58-89.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Anuário estatístico de acidentes do trabalho**. Brasília, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. El proceso de desarrollo en América Latina: hipótesis para una interpretación sociológica. *In*: INSTITUTO LATINOAMERICANO

DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL. **Curso de capacitación en planificación de salud**. Santiago: Ilpes, 1965. v. 4.

CARDOSO, Fernando Henrique. [Entrevista]. *In*: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio (org.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 67-94.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, p. 9-55, 1978.

COMMUNIST LEAGUE OF FRANCE. A program of action for France. *In*: TROTSKY, Leon. **Writings of Leon Trotsky [1934-35]**. Edited by George Breitman and Naomi Allen. New York: Pathfinder Press, 1971. p. 21-32.

CUEVA, Agustín. **Teoría social y procesos políticos en América Latina**. Ciudad de México: Edicol, 1979.

EMMANUEL, Arghiri. **A troca desigual**. Lisboa: Estampa, 1973. v. 1.

ENGELS, Friedrich. Principles of communism. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Karl Marx, Frederick Engels**: collected works. New York: International Publishers, 1975. v. 6, p. 341-357.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Faostat Database**. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

FEENSTRA, Robert C.; INKLAAR, Robert; TIMMER, Marcel P. The next generation of the Penn World Table. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 105, n. 10, p. 3150-3182, 2015.

FIESP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO; CIESP – CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Levantamento de conjuntura**. São Paulo, 2019.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FRANK, André Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, Habana, v. 7, p. 159-173, ago. 1967.

FRANKLIN, Rodrigo S. P. *et al.* Skilled labour and the reduction problem. **World Review of Political Economy**, Hong Kong, v. 13, n. 3, p. 362-390, 2022.

HAUSMANN, Ricardo *et al.* **The atlas of economic complexity**: mapping paths to prosperity. Cambridge: Harvard University 2011.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOBSON, John Atkinson. **Imperialism**: a study. New York: James Pott, 1902.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>. Acesso em: 1 nov. 2020.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Share of oil reserves, oil production and oil upstream investment by company type**. Paris: IEA, 2018.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Ilostat Database**. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org>. Acesso em: 1 nov. 2020.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Balance of payments and international investment position statistics (BOP/IIP)**. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>. Acesso em: 1 nov. 2020a.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Coordinated direct investment survey (CDIS)**. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=40313609-F037-48C1-84B-1-E1F1CE54D6D5>. Acesso em: 1 nov. 2020b.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Coordinated portfolio investment survey (CPIS)**. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=B981B4E3-4E-58-467E-9B90-9DE0C3367363>. Acesso em: 1 nov. 2020c.

IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Export diversification and quality**. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=A093DF7D-E0B8-4913-80E0-A07C-F90B44DB>. Acesso em: 1 nov. 2020d.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 1 nov. 2020.

KATZ, Frederico Jayme. **Questionando as teorias da dependência e da financeiraização**: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo. São Paulo: Pleiade, 2011.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Global, 1980. (Bases).

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MARINI, Ruy Mauro. Brazilian “interdependence” and imperialist integration. **Monthly Review**, New York, v. 17, n. 7, p. 10-29, Dec. 1965.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. 5. ed. Ciudad de México: Era, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil. **Cuadernos Americanos**, Ciudad de México, v. 25, n. 3, p. 133-155, mayo 1966.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, v. 40, p. 57-106, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. Memórias. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 57-135.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, Ciudad de México, n. 20, p. 18-39, abr. 1979.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución en América Latina. **Investigación Económica**, Ciudad de México, v. 29, n. 113, p. 87-104, ene. 1969.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. 8. ed. México: Siglo XXI, 1977.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de *O capital***: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985a.

MARX, Karl. **Discours sur la question du libre-échange**. Bruxelles: Association Démocratique de Bruxelles, 1848. Disponível em: <https://www.marxists.org/francais/marx/works/1848/01/km18480107.htm>. Acesso em: 1 nov. 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; livro primeiro – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; livro segundo – o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; livro terceiro – o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de *O capital*. São Paulo: Difel, 1985b. v. 3.

MARX, Karl. The future results of British rule in India. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Karl Marx, Frederick Engels**: Collected Works. New York: International, 1979. v. 12, p. 217-222.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MORANDI, Lucilene; REIS, Eustáquio J. Estoque de capital fixo no Brasil – 1950-2002. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Anpec, 2004.

MOURA, Pollyanna Paganoto. A dinâmica do imaterial na produção capitalista. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL TEORIA DO VALOR TRABALHO E CIÊNCIAS SOCIAIS, 2., 2014, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: GEPT/UNB, 2014.

MOURA, Pollyanna Paganoto. **O regime internacional de propriedade intelectual e suas implicações para as relações econômicas centro-periferia**. 2020. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MOURA, Pollyanna Paganoto. **Trabalho imaterial e teoria do valor**: uma análise da produção do conhecimento na sociedade capitalista. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

PALLOIX, Christian. A questão da troca desigual: uma crítica da economia política. *In*: PALLOIX, Christian *et al.* **Imperialismo e comércio internacional**: a troca desigual. Bases. São Paulo: Global, 1981. p. 126-163.

PAULANI, Leda Maria. Renda e rentismo: hoje e nos tempos de Ricardo e Marx. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 17., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: SEP, 2012.

PAZ, Pedro. El enfoque de la dependencia en el desarrollo del pensamiento económico latinoamericano. **Economía de América Latina**, Cidade de México, n. 6, p. 61-81, 1981.

PERLO, Victor. **American imperialism**. New York: International Publishers, 1951.

ROZZOTTO, Jaime Díaz. **El carácter de la revolución guatemalteca**: ocaso de la revolución democrático-burguesa corriente. Ciudad de México: Ediciones Revista Horizonte, 1958.

SANTOS, Theotonio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SCHÖELLER, Wolfgang. Subdesenvolvimento e troca desigual no mercado mundial. **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 22, p. 6-39, 1979.

SHAIKH, Anwar M.; TONAK, E. Ahmet. **Measuring the wealth of nations**: the political economy of national accounts. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SIMÕES, Alexander James Gaspar; HIDALGO, César A. The economic complexity observatory: an analytical tool for understanding the dynamics of economic development. In: WORKSHOPS AT THE AAAI CONFERENCE ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE, 25., 2011, San Francisco. **Anais** [...]. San Francisco: AAAI, 2011. p. 39-42.

SMITH, Tony. **Globalisation**: a systematic marxian account. Boston: Brill, 2006. (Historical Materialism Book Series, v. 10).

SMITH, Tony. **Technology and capital in the age of lean production**: a marxian critique of the “new economy”. Albany: Suny, 2000.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A produção capitalista do conhecimento e o papel do conhecimento na produção capitalista: uma análise a partir da teoria marxista do valor. **Revista Economia**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 421-456, maio 2009.

TIMMER, Marcel P. *et al.* An illustrated user guide to the World Input-Output Database: the case of global automotive production. **Review of International Economics**, Hoboken, v. 23, n. 3, p. 575-605, Aug. 2015.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. The network of global corporate control. **Plos One**, San Francisco, v. 6, n. 10, p. e25995, Oct. 2011.

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Wipo IP Statistics Data Center**. Disponível em: <https://www.wipo.int/ipstats/en/help.html>. Acesso em: 1 nov. 2020.

WORLD BANK. **World Bank Open Data**. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 1 nov. 2020.

Índice remissivo

A

A acumulação de capital: uma contribuição para a explicação econômica do imperialismo 52

A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina 78

A economia política do desenvolvimento 58

A ideologia alemã 39, 45, 46

análise de situação concreta 12, 146, 158, 159, 162, 168, 190, 216, 229

apropriação de mais-valor 12, 13, 23, 53, 59, 88, 92, 112, 134, 135, 136, 141, 144, 147, 157, 160, 165, 166, 167, 170, 171, 173, 176, 187, 209, 210, 223, 226, 229, 255

A troca desigual: ensaio sobre o antagonismo das relações econômicas internacionais 61

B

balança comercial 169, 190, 196, 197, 208

balanço de pagamentos 81, 146, 158, 160, 169, 170, 171, 189

Bambirra, Vânia 9, 59, 60, 73, 74

Baran, Paul Alexander 58

Bettelheim, Charles 67, 68

Bukharin, Nikolai 51, 52, 61

C

câmbio 157, 189, 190

capital constante 27, 29, 30, 41, 43, 44, 138, 140, 143, 180, 181, 183, 187, 198, 213, 215

capital fictício 50, 152, 156, 158, 165

capital financeiro 49, 50, 51, 52, 53, 55, 91, 92

capitalismo 7, 8, 9, 11, 14, 18, 22, 25, 26, 27, 30, 31, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 61, 72, 74, 84, 86, 91, 92, 124, 146, 169, 179, 243, 255, 256, 257, 258, 259

capitalismo decomposto 54

Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul 70

Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina 59

capitalismo parasitário 53

capital portador de juros 147, 152, 153, 154, 155,
156, 158, 159

capital variável 29, 30, 41, 43, 44, 142, 215

Caputo, Orlando 60

Cardoso, Fernando Henrique 11, 59, 60, 69, 70,
71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 85, 90, 136, 243

Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) 78

Comissão Econômica para a América Latina e o
Caribe (Cepal) 8, 58, 59, 69, 71

composição orgânica 12, 24, 28, 29, 35, 39, 43,
48, 64, 66, 67, 68, 69, 91, 143, 179, 180, 181,
182, 183, 184, 186, 215, 228, 236, 237, 256

comunismo 8, 22, 45, 46, 47, 53, 256

crise 8, 9, 10, 20, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 51, 57, 78,
226, 230, 238, 250

crise de superprodução de capital 42

crise de superprodução de mercadorias 40, 44

D

dependência 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 25, 39, 41, 54,
57, 58, 59, 60, 61, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 78,
79, 81, 82, 83, 90, 92, 121, 122, 128, 134, 135,
136, 146, 159, 204, 209, 210, 213, 218, 225,
226, 227, 228, 229, 233, 239, 243, 253, 254,
255, 256, 257, 258, 259

Dependência e desenvolvimento na América Latina
70

Dependência e desenvolvimento na América Latina:
ensaio de interpretação sociológica 69

desenvolvimento capitalista 8, 29, 37, 39, 64,
68, 76, 79, 84, 135

desenvolvimento dependente 227, 228, 229,
237, 239, 253, 255, 259, 260

desenvolvimento dependente e associado 69,
76, 77

Dialética da dependência 86, 87, 96, 123

Discurso sobre a questão do livre comércio 17, 27

divisão internacional do trabalho 9, 10, 18, 19,
25, 26, 27, 36, 83, 132, 134, 215, 229

E

economia dependente 9, 11, 13, 75, 76, 85, 86,
87, 88, 90, 122, 123, 127, 128, 190, 204, 225,
239

Emmanuel, Arghiri 11, 59, 60, 61, 62, 66, 67,
68, 81, 86

Engels, Friedrich 18, 39, 57

F

Faletto, Enzo 59, 60, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77,
85, 136

Frank, André Gunder 9, 59, 60, 260

Furtado, Celso 58, 74, 85

G

Gianotti, José Arthur 70

grandeza do valor 33, 34, 35, 36, 97, 98, 99, 102,
104, 105, 106, 107, 108, 109, 117, 140, 153, 154,
173, 174, 175, 176, 186, 189, 195, 196, 199, 204

H

Hilferding, Rudolf 48, 50, 51, 52, 53, 54

Hobson, John Atkinson 47, 52, 61

I

imperialismo 8, 18, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 57,

58, 61, 68, 78, 84, 91, 92, 209, *ver também*
 subimperialismo
Imperialismo: fase superior do capitalismo 52
Imperialismo: um estudo 47
 Instituto Latino-Americano de Planejamento
 Econômico e Social (Ilpes) 59, 60, 69, 71
 intensidade do trabalho 33, 34, 36, 69, 89, 112,
 116, 121, 122, 123, 126
 investimento estrangeiro em carteira 158

J

jornada de trabalho 10, 11, 28, 29, 34, 89, 112,
 116, 118, 120, 123, 125, 127, 136, 138, 142, 182,
 244, 245, 247, 248, 249, 250, 252

L

lei do valor 36, 37, 38, 67, 88, 173, 174
 Lênin, Vladimir 18, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 92
 Löwy, Michael 70
 luta de classes 11, 14, 71, 72, 73, 74, 77, 84, 111,
 112, 135, 141, 142, 252, 254, 255
 Luxemburgo, Rosa 51, 52, 61, 258

M

mais-valor 11, 12, 13, 21, 22, 29, 30, 35, 37, 40,
 42, 43, 52, 58, 69, 70, 71, 76, 79, 80, 81, 85,
 86, 88, 90, 96, 97, 109, 112, 115, 116, 117,
 118, 119, 120, 121, 133, 134, 136, 137, 138,
 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148,
 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 164,
 165, 174, 175, 176, 181, 187, 188, 189, 192,
 202, 204, 213, 215, 225, 226, 237, 246, 255,
 260, *ver também* apropriação de mais-valor

e transferência de mais-valor
 mais-valor adicional 31, 36, 38, 39, 43, 109, 114,
 115, 121, 122, 164, 166, 167, 175, 176, 177, 178
 mais-valor relativo 86, 90, 112, 114, 119, 246,
 251, 257
 Mandel, Ernest 60, 67, 69
Manifesto do Partido Comunista 18, 22, 39
 Marini, Ruy Mauro 9, 10, 11, 52, 59, 60, 82, 83,
 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 95, 96, 97, 109,
 110, 112, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 257
 Marx, Karl 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25,
 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 41,
 43, 45, 47, 51, 52, 57, 61, 68, 69, 72, 73, 82,
 91, 92, 97, 108, 182, 252, 253, 254
 mercado mundial 9, 10, 12, 14, 17, 18, 19, 20,
 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 37,
 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 53, 57,
 61, 68, 70, 78, 80, 81, 85, 89, 91, 92, 128,
 131, 132, 133, 134, 135, 136, 152, 154, 156,
 157, 158, 159, 160, 161, 167, 173, 174, 179,
 187, 188, 189, 195, 196, 210, 211, 223, 225,
 226, 228, 229, 243, 253, 254, 255, 256, 257,
 259, 260
 monopólio 19, 50, 54, 67, 68, 69, 79, 81, 88, 101,
 103, 112, 135, 144, 145, 157, 163, 164, 165, 166,
 167, 168, 186, 187, 189, 211, 212, 235

O

O capital 28, 39, 97, 108
*O capital financeiro: um estudo sobre o recente de-
 senvolvimento do capitalismo* 48, 51
O capitalismo dependente latino-americano 73
O novo caráter da dependência 59, 78

P

Pizarro, Roberto 60

Prebisch, Raúl 58, 61, 71, 81, 86

produtividade do trabalho 29, 30, 35, 36, 43, 87,
89, 98, 164, 166, 175

propriedade intelectual 13, 92, 163, 166, 167,
168, 169, 170, 171, 172, 208, 209, 211, 212,
215, 238

protecionismo 26, 27, 31, 50, 51, 253

Q

Quijano, Aníbal 60

R

renda diferencial e absoluta 141, 163, 171, 212,
237

S

Santos, Theotonio dos 9, 11, 59, 75, 77, 78, 82,
92

Singer, Paul 70

Subdesenvolvimento e revolução 85

subimperialismo 82, 84, 90, 260

subordinação 11, 12, 13, 51, 55, 74, 83, 134, 209,
210, 213, 214, 215, 218, 225, 226, 227, 228,
229, 255, 256

subordinação econômica 13, 209, 210, 211, 213,
217, 226, 228, 234, 255, 256

subordinação econômica direta 213, 216, 218,
234, 237

subordinação econômica indireta 213, 214, 221,
234, 237

subordinação política informal 210, 213

superexploração 9, 10, 11, 82, 83, 85, 86, 87, 89,
90, 93, 95, 96, 97, 109, 110, 112, 114, 115, 116,
118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 243,
246, 248, 251, 257, 258

T

teoria da dependência 8, 9, 11, 18, 51, 52, 58, 60,
61, 68, 77, 78, 82, 85, 91, 96, 227, 260

transferência de mais-valor 36, 39, 62, 63, 65,
85, 88, 196, 207, 210, 226, 238

tratado de livre comércio (TLC) 213

troca desigual 11, 13, 34, 37, 60, 61, 62, 63, 64,
65, 66, 67, 68, 69, 82, 86, 89, 173

troca internacional 20, 30, 32, 33, 36, 38, 42,
62, 63, 65, 68, 91, 173, 180, 181, 182, 183, 184,
185, 186, 190, 195, 197, 201

V

valor da força de trabalho 11, 14, 29, 86, 89, 90,
97, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114,
115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 141, 142,
145, 176, 182, 228, 245, 246, 247, 248, 249,
250, 251, 252

valor de uso 20, 34, 35, 36, 97, 98, 99, 138, 176

vinculação 12, 13, 70, 74, 75, 134, 225, 226, 229,
239, 256



RODRIGO FRANKLIN

é economista graduado na tradição marxista da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), mestre e doutor em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é professor do Departamento de Economia da Ufes. Suas áreas de interesse são a teoria econômica e o mercado mundial. A principal preocupação de suas pesquisas é a de resgatar, dentro da tradição da economia política brasileira, o caráter materialista da dialética marxista.

A teoria da dependência é a aplicação do marxismo ao estudo do mercado mundial e permite entender o desenvolvimento desigual e combinado como uma extrapolação das relações de exploração que se desenvolvem no interior das nações capitalistas. Buscando ampliar sua difusão e facilitar a aplicação em investigações de casos concretos de economias dependentes, esta obra apresenta uma interpretação inovadora da dependência, compreendendo-a como a síntese das relações de *apropriação* de mais-valor através do mercado mundial, *subordinação* entre localidades formalmente independentes e *vinculação* do crescimento e desenvolvimento econômicos de diferentes regiões. O resultado é o enriquecimento das reflexões sobre as causas, consequências e possibilidades de superação da dependência.

Por que alguns países são tão ricos enquanto tantos outros são tão pobres? Se você busca uma forma de responder essa questão e analisar as relações econômicas desiguais que imperam entre as nações no mercado mundial, este livro foi escrito para você. Ao apresentar a teoria da dependência a partir de um conjunto de categorias bem detalhadas e acompanhadas de descrições metodológicas sobre como tais categorias podem ser observadas empiricamente, esta obra pretende colaborar com a capacidade dos pesquisadores das ciências econômicas e sociais de interpretar a realidade pelas lentes críticas do marxismo. Além disso, *Teoria da dependência* é um livro provocativo e inovador, pois traz uma leitura que se diferencia dos resgates normalmente feitos sobre o debate marxista que tiveram lugar na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980.